



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 032 - QUARTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Exedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 405, de 18 de dezembro de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de março de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2008

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 406, de 21 de dezembro de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.250.733.499,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de abril de 2008, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Eldorado do Paraná Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.822, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Coração de Jesus Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 150, de 30 de março de 2006, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Central para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2008

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 196, de 11 de março de 2005, que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2008

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 7 de dezembro de 2006, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 5 de outubro de 2003, a concessão outorgada à TV Mar Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 358, de 12 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação de Mídia Comunitária de Caieiras para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caieiras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 695, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibaté para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 756, de 13 de maio de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 28 de setembro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Notícias de Americana Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 686, de 23 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurora, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 111, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.729, de 2 de dezembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de maio de 2001, a permissão outorgada à FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 2008

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Altamira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 529, de 10 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Altamira para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de março de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 35ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE MARÇO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão, que será dedicado a assinalar o transcurso do Bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia, nos termos do Requerimento nº 133, de 2008, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Júnior, César Borges, Tião Viana e outros Senhores Senadores..... 6740

1.2.2 – Oradores

Senador César Borges 6740

Senador Antonio Carlos Júnior 6742

Senador Tião Viana..... 6743

Senador Papaléo Paes 6757

Senador Mão Santa 6759

Senador Flexa Ribeiro (nos termos do Art. 203, do Regimento Interno) 6762

1.2.3 – Suspensão da sessão às 15 horas e 33 minutos, e reabertura às 15 horas e 39 minutos

1.2.4 – Ofícios

Nº 48/2008, de 13 do corrente, do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, comunicando a mudança de nome de subcomissão..... 6763

Nº 29/2008, de 25 do corrente, da Liderança do Democratas no Senado Federal, de substituição de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia..... 6763

Nº 67/2008, de 25 do corrente, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia..... 6764

Nº 21/2008, de 25 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Cartões Corporativos). Designação do Senador Paulo Paim para integrar a referida Comissão. 6764

Nºs 22 e 23/2008, de 25 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (Cartões Corporativos). 6764

Nº 24/2008, de 25 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia.. 6764

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 317, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Ignez Massad Cola..... 6764

Nº 318, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Djalma Juarez Magalhães..... 6765

Nº 319, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso à Fundação Assis Chateaubriand e seus patrocinadores..... 6766

Nº 320, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade do México, no período de 26 de março a 1º de abril de 2008. 6766

Nº 321, de 2008, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos e outros Senhores Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de 15 de maio de 2008, seja dedicado a homenagear a memória do médico e geógrafo Josué de Castro pelo transcurso do centenário de seu nascimento..... 6766

1.2.6 – Pareceres

Nº 200, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 2, de 2008 (nº 2.112/2007, na origem), que comunica ao Senado Federal a indicação do Senhor Marcelo Rossi Nobre para compor o Conselho Nacional de Justiça..... 6766

Nº 201, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2008 (nº 22/2008, na origem), que comunica ao Senado Federal a indicação do Ministro Gilmar Mendes para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, igualmente eleito para o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, para o biênio 2008/2010. 6785

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, *que acrescenta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas aos trabalhadores desempregados com mais de cinquenta anos, e dá outras providências*.....

6800

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *que dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação, por órgãos da administração pública, entidades de direito privado e organizações da sociedade civil, de protocolos de intenções sobre a adoção de medidas para preservação e recuperação do meio ambiente, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas*.....

6801

Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *que inclui parágrafo no art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para estabelecer gratuidade para a expedição e revalidação de diplomas*.....

6803

Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2008, de autoria do Senador Gim Argello, *que altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental*.....

6804

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Lembrança às Senhoras e aos Senhores Senadores de que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a reverenciar a memória de Luiz Viana Filho, ex-Senador, ex-Presidente do Senado Federal e Patrono da Biblioteca, de acordo com o Requerimento nº 177, de 2008, do Senador Efraim Morais e outros Senhores Senadores.....

6806

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Registro de denúncia protocolada no Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, contra o Governo brasileiro, pelo descumprimento de acordos coletivos firmados com categorias de servidores públicos.....

6806

SENADORA IDELI SALVATTI – Transcrição de artigo publicado no jornal *Le Mond Diplomatique*, intitulado “Para compreender a força de Lula”, bem como da matéria do jornal *Folha de S.Paulo* intitulada “Consumo da baixa renda pressiona grandes empresas”.....

6807

1.2.10 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 159, de 2008, lido em sessão anterior. **Aprovado**.....

6818

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 322, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de pesar pelo faleci-*

mento do jornalista Sérgio de Souza. Usa da palavra o autor.....

6818

Nº 323, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 30 de março a 1º de abril de 2008*.....

6820

Nº 324, de 2008, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, *solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 20 de março a 18 de julho de 2008, a fim de submeter-me a tratamento de saúde*.....

6820

Nº 325, de 2008, de autoria do Senador Efraim Morais, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 30 de março a 1º de abril de 2008*.....

6820

Nº 326, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores, *solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 249, de 2008, a transferência da homenagem ao jornal Estado de Minas*.....

6821

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Reverência à memória do jornalista Sérgio de Souza, recentemente falecido. Defesa de um programa mínimo de recuperação da dignidade do Legislativo.

6821

SENADOR MÃO SANTA – As inverdades do PAC no Piauí.....

6824

SENADOR NEUTO DE CONTO – Registro, nos Anais do Senado, de pronunciamento sobre o Dia Mundial da Água.

6825

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Preocupação com o problema da poluição, causada pelo excesso de automóveis circulando no País.....

6826

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações a respeito de dossiê elaborado com o fim de intimidar a oposição.....

6828

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Leitura de nota da autoria de S. Exa., publicada na imprensa, intitulada “A farsa do governo Lula com as terras de Roraima”. Registro de lançamento na próxima semana do livro “O Senado e a Maçonaria”...

6832

1.3 – ORDEM DO DIA**Item extrapauta**

Mensagem nº 274, de 2007 (nº 985/2007, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que submete à deliberação do Senado Federal a escolha do Senhor SERGIO LUIZ CANAES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, com o de Embaixador do Brasil junto a República do Iêmen e no Sultanato de Omã, desde

que obtido o *agrément* do governo daquele país.
Aprovado o Parecer nº 202, de 2008 – CRE. (Votação Nominal).....

6835

Item extrapauta

Parecer nº 201, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2008 (nº 22/2008, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à deliberação do Senado a indicação do Ministro Gilmar Mendes para compor Conselho Nacional de Justiça e, nos termos constitucionais, exercer a sua Presidência.
Aprovado, tendo usado da palavra o Sr. Aloizio Mercadante. (Votação Nominal).....

6841

Item extrapauta

Parecer nº 200, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 2, de 2008 (nº 2.112/2007, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado a indicação do Senhor Marcelo Rossi Nobre, para compor o Conselho Nacional de Justiça.....

6846

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se quinta-feira, dia 27, às 9 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

6847

1.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

Item extrapauta (continuação)

Parecer nº 200, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 2, de 2008 (nº 2.112/2007, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado a indicação do Senhor Marcelo Rossi Nobre, para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado, tendo usado da palavra o Sr. Heráclito Fortes. (Votação Nominal)**

6851

Item 56 (Submetido ao Plenário após consulta às Lideranças Partidárias)

Requerimento nº 193, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, que requer, nos termos do disposto nos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária Externa, composta de 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 (doze) meses, destinada a verificar, *in loco*, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “Mapa do desmatamento”. **Aprovado.**

6853

Item extrapauta

Requerimento nº 227, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que solicita, nos termos do art. 374, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal. **Aprovado.**

6854

São os seguintes os itens da Ordem do Dia transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 26, em virtude de não haver acordo entre as Lideranças:

6854

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2008, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de trezentos e cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007).....

6854

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.....

6855

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007).....

6855

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 402, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.....

6855

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).....

6855

Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007). 6855

Item 7 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007..... 6855

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação..... 6856

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 6856

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 6856

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de deputados e senadores)..... 6856

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados..... 6856

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da

Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal..... 6857

Item 14 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal..... 6857

Item 15 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 6857

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece..... 6857

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. 6857

Item 18 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos. 6858

Item 19

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família..... 6858

Item 20

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a Administração e o Conselho Fiscal das sociedades cooperativas).. 6858

Item 21

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. 6858

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele). 6858

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências. 6858

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). 6858

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ... 6859

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas. 6859

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia). 6859

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de

assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). 6859

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais). 6859

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). 6859

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 6859

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. 6860

Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários. 6860

Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos). 6860

Item 35

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos. 6860

Item 36

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro. 6860

Item 37

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Pre-

sidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.....

6860

Item 38 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

6860

Item 39

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

6861

Item 40 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

6861

Item 41

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

6861

Item 42

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ...

6861

Item 43

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

6861

Item 44

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar

o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

6861

Item 45

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

6861

Item 46

Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

6862

Item 47

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remissa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

6862

Item 48

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

6862

Item 49

Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

6862

Item 50

Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

6862

Item 51

Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510,

de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.....

6862

Item 52

Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.....

6862

Item 53

Requerimento nº 175, de 2007, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.....

6862

Item 54

Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....

6863

Item 55

Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....

6863

Item 57

Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.....

6863

Item 58

Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.....

6863

Item 59

Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento

Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.

6863

Item 60

Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.

6863

Item 61

Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.....

6863

1.3.3 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Leitura de documento do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso autorizando a quebra do sigilo dos gastos com cartão corporativo durante seu Governo.

6864

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Designação dos senadores e deputados indicados pelas lideranças partidárias para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

6878

1.3.5 – Discurso após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Solicitação de providências para a votação, em Plenário, dos projetos relativos ao reajuste dos aposentados e pensionistas. Apresentação de voto de aplauso à fundação Assis Chateaubriand. Elogios à iniciativa do BNDES, que instituiu cláusulas sociais para obtenção de crédito naquela instituição. Homenagem aos 236 anos da cidade de Porto Alegre/RS. Recebimento de documento da Entidade Aliança Solidária pela Cidadania, Vida e Liberdade, sobre o projeto “Viva Guaíba”.....

6880

1.3.6 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 320, 323 e 325, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.**

6884

Requerimento nº 324, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

6884

1.3.7 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Conclamação da sociedade brasileira na luta contra a pedofilia.

6885

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Considerações sobre o programa de segurança pública no Estado do Ceará. A demissão do jornalista Paulo Henrique Amorim do portal IG. Comemoração dos 86 anos de criação do Partido Comunista no Brasil.....

6888

1.3.8 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Saudação aos bibliotecários do Senado e do Congresso pelo transcurso do seu dia. 6892

1.3.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, quarta-feira, dia 26, com Ordem do Dia anteriormente designada. 6892

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 25-3-2008****3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA**

Nº 5, de 2008. 6902

4 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 539, de 2008. 6903

5 – ATAS DE COMISSÃO

11ª, 12ª 13ª e 14ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201, de 2007, destinada a apurar a liberação de recursos, pelo Governo Federal, para Organizações Não Governamentais-ONGS, realizadas em 27 de fevereiro, 4, 5 e 11 de março de 2008, respectivamente. (Publicadas em suplemento à presente edição)

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****17 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 35ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Tião Viana, Alvaro Dias, Gerson Camata, Papaléo Paes, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma e Mão Santa

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SF-16/SF-200

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 25/3/2008 07:42:30 até 25/3/2008 21:38:21

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRY SLEHSSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TÍÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	X

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de hoje é destinado a assinalar o transcurso do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia, de acordo com o **Requerimento nº 133, de 2008**, dos Senadores Antonio Carlos Júnior, César Borges, Tião Viana e outros Senadores.

Convido, com muita honra, para compor a Mesa o eminente Senador César Borges, o ilustre senhor Professor Doutor José Tavares Neto, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. (Pausa.)

Convido para compor a Mesa o ilustríssimo senhor Professor Doutor Modesto Jacobino, vice-Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e Presidente eleito da Sociedade Brasileira de Urologia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador César Borges, subscritor do requerimento e baiano de alma e sonhos.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr. Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Dr. José Tavares Neto, Sr. vice-Diretor, Dr. Modesto Jacobino, da mesma unidade da Universidade Federal da Bahia, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamento apenas não ter também cursado a faculdade de medicina; fui aluno da Universidade Federal da Bahia, que também tem tradição na cultura universitária brasileira em engenharia civil.

Neste momento, estamos homenageando uma grande faculdade, uma grande unidade do ensino brasileiro pela qual sei que V. Ex^a guarda um grande apreço. Esteve presente nas comemorações dos 200 anos na Bahia, que sempre o recebe de braços abertos, pois V. Ex^a é um médico de escol e, entre aqueles que amam a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, um admirador permanente e colaborador daquela unidade.

Esta sessão que foi inspiração de V. Ex^a, com total apoio dos Senadores da nossa querida Bahia, marca uma data muito importante, que é o bicentenário da fundação da Escola-Mater do Brasil, da Faculdade de Medicina da Bahia, instituída que foi em 18 de fevereiro de 1808, quando da passagem pela Bahia da Corte Portuguesa, que criou a Escola Cirúrgica da Bahia.

Portanto, a Faculdade de Medicina é a primeira Escola Médico-Cirúrgica de todo o País. Em 1813, a escola se transformou em Academia Médico-Cirúrgica e, a partir de 1832, passou a ser chamada de Faculdade de Medicina da Bahia, denominação essa que perdura até os dias atuais.

A Faculdade de Medicina da Bahia representa um marco para a Medicina Brasileira, que, antes de 1808, era realizada de forma improvisada pelos chamados práticos, em geral barbeiros, sem respaldo técnico-científico. Foi na Faculdade de Medicina da Bahia que se iniciaram as primeiras pesquisas tropicalistas, psiquiátricas e antropológicas. Foram descobertos novos protozoários e metazoários causadores de doenças que em outros países eram chamados de doenças exóticas ou tropicais. Com isso, criou-se uma cultura médica brasileira, genuinamente nacional voltada para as necessidades do País e do nosso povo.

A Fameb, Faculdade de Medicina do Estado da Bahia, revelou expoentes para o País. Pelas suas cátedras passaram, entre outros que neste momento me penitencio por não revelar o nome, pois seria muito extenso, expoentes como: Manuel Vitorino, Afrânio Peixoto, Nina Rodrigues, Oscar Freire, Alfredo Britto, Juliano Moreira, Martagão Gesteira, Prado Valadares – que honra inclusive a minha cidade de origem, Jequié, cujo Hospital Regional tem o nome Prado Valadares –, Pirajá da Silva, Gonçalo Muniz, dentre tantos outros que projetaram nacional e internacionalmente o nome da Fameb, da Bahia e do Brasil pela excelência no ensino e na pesquisa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cito alguns fatos históricos dessa Faculdade.

Em 1859, foi organizado o primeiro Museu de Anatomia Comparada do País, sob o comando do professor anglo-baiano Jonathas Abbott.

Em 1887, ocorreu a primeira diplomação no Brasil de uma médica, a Dr^a Rita Lobato Velho Lopes.

Em 1897, foi realizada, pelo Professor Alfredo Britto, a primeira radiografia no mundo com o objetivo de investigar ferimento por arma de fogo numa vítima da guerra de Canudos.

Em 1900, foi criado, pelo Professor Nina Rodrigues, o primeiro Museu Médico-Legal e Antropológico do Brasil.

Em 1965, foi efetuada, pelo Professor Carvalho Luz da Fameb, a primeira cirurgia mundial para extração de parasitos do sangue humano no Hospital das Clínicas.

A Fameb, em decorrência da formação humanística dos seus mestres, participou ativamente dos principais momentos históricos da política da Bahia e do Brasil.

O Presidente da Academia de Letras e Artes de Salvador e Presidente Emérito do Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins, Dr. Lamartine de Andrade Lima, descreve com propriedade essa participação de vanguarda: “A Fameb aclamou, no dois de julho de 1823, no Terreiro de Jesus, o Exército Libertador. Foram seus professores que trataram e operaram os feridos e fizeram as perícias nos mortos da Revolta dos Malês e na Sabinada.

Incorporou muitos de seus mestres e estudantes acadêmicos como oficiais do Corpo de Saúde do Exército Brasileiro, que marcharam para o sangrento Campo de Honra no Paraguai e os viu voltar com o dever cumprido e cobertos de condecorações.

Durante a campanha abolicionista, o Professor Luis Anselmo da Fonseca, afro-descendente, proflogou o escravismo, inclusive clerical. A Campanha Republicana teve como seu chefe e principal baluarte o Professor Virgílio Damásio, primeiro governador republicano da Bahia, e mais o Professor Manuel Victorino Pereira, que também foi governador e, pouco depois, em exercício, presidente da República, no impedimento do Presidente Prudente de Moraes.

Na fraticida guerra civil que foi a Campanha de Canudos, os catedráticos e seus alunos abriram seis enfermarias para tratar os feridos, muitos deles operados pelo Professor Braz do Amaral.

Nas Revoluções de 1930 e de 1964, o prédio da Faculdade, no Terreiro de Jesus, foi invadido. Contudo, durante a Segunda Guerra Mundial, sob a liderança do Professor Eduardo de Moraes, foi formada, por mestres, médicos e estudantes, a Legião dos Médicos para a Vitória. E, no interior da sua Sala da Diretoria, foi fundada a Universidade Federal da Bahia, a Universidade da Bahia.

A despeito da criação do Memorial da Medicina em 1982, que atualmente reúne rico acervo, incluindo mais de 5,3 milhões de páginas de documentos científicos e históricos, livros raros e a maior pinacoteca da Bahia, o histórico prédio da Fameb, localizado no Terreiro de Jesus, sofreu dois incêndios, em 1905 e em 1952. Ao longo dos anos, lamentavelmente, tem sido penalizado com um processo de deterioração e tentativas de ocupações e reconstruções por setores acadêmicos desvinculados da área de Medicina, incompatíveis com a herança de tão importante patrimônio histórico da Faculdade de Medicina.

Entretanto, em 1974, a Fameb foi transferida da sua sede no Terreiro de Jesus para ocupar novas instalações no Campus Universitário do Vale do Canela. Trinta anos depois, ocorreu uma reação por parte dos dirigentes da Fameb, que iniciaram um processo de

mudança da Faculdade para sua antiga sede, que atualmente abriga sua Diretoria e a Secretaria-Geral.

Esse é um processo em curso, Sr. Presidente, que precisa do apoio de todos, de todas as autoridades deste País, do Congresso Nacional, do Senado Federal.

Sei que V. Ex^a tem abraçado essa causa, como todos os baianos que amam a Bahia e sua tradição cultural, amam a Faculdade de Medicina e a Universidade Federal da Bahia. Temos que ir até o final, quando poderemos ter totalmente recuperado aquele patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da Bahia.

É uma necessidade premente mobilizar todo o apoio e recursos para restaurar esse patrimônio da Faculdade de Medicina da Bahia. O envolvimento deve contar com a participação da União, do Estado da Bahia, do Município de Salvador e inclusive do setor privado, com iniciativas concretas de revitalização da Fameb. Essa é uma dívida e também um anseio da sociedade baiana e da brasileira que precisam ser resgatados para fazer jus ao pioneirismo e aos serviços prestados pela Fameb.

Parece-me, Sr. Presidente, que essa seria a melhor forma de homenagear a Faculdade de Medicina pelos seus duzentos anos, ou seja, deixar totalmente recuperado aquele prédio da Faculdade de Medicina que tantos serviços prestou à Bahia e ao Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– Permita-me, Senador.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Pois não. Se o Presidente permitir.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– Não há previsão em nosso Regimento, mas há precedentes. Dias atrás, quando homenageava o jornal *O Povo*, fui aparteado pelo Senador Sarney e por alguns outros Senadores e tomo a liberdade de fazer o mesmo por ocasião da sua fala.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – É uma honra para mim, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– Eu sou acreano, embora nascido em Fortaleza e impregnado pelo espírito da Bahia, e V. Ex^a sabe disso. Adoro sua terra e, sempre que posso, passo alguns dias lá, em períodos de férias. Não tenho intimidade nenhuma para falar sobre a Faculdade de Medicina da Bahia, porém tenho registro da importância que foi a presença e a participação da Faculdade de Medicina da Bahia no meu Estado, na pessoa do Professor Tavares, que saúdo e cumprimento – há tempos que não o revia –, e o fato se relaciona com a instalação da nossa Faculdade de Medicina no Estado do Acre. Justiça seja feita e o registro também seja feito: era meta e ponto do

mandato do Senador Tião Viana – cumprido, inclusive. Hoje, o Acre, em nossa capital, dispõe de uma faculdade de medicina. Nesse curto depoimento, registro a importância da presença do Professor Tavares. Na ocasião, minha esposa era Secretária Executiva da Secretaria de Saúde do Estado e trabalhou, *pari passu* e de mãos dadas, com o Professor Tavares. Além de assessoria, prestou-lhe relevante serviço. Juntamente com o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, conseguiu realizar o sonho não só do Senador Viana como de todos os acreanos: criar uma faculdade de Medicina para formar médicos no nosso Estado. Havia uma dificuldade extrema, muita dificuldade, para levar médicos para aquela região tão longínqua do nosso País. Hoje temos tranquilidade. A partir do trabalho de pessoas como o Professor Tavares, de iniciativas como o mandato do Senador Tião Viana, temos hoje a Faculdade de Medicina instalada no nosso Estado. Podemos hoje dizer que a nossa dependência é bem menor, em termos de formação de pessoal qualificado na área de Medicina. Portanto, peço desculpas a V. Ex^a, mas eu não poderia deixar de fazer esse registro que para nós é histórico. Por meio deste registro, faço minha singela homenagem à Faculdade de Medicina pelos seus 200 anos de funcionamento. Esse fato deve ser registrado em qualquer lugar, principalmente aqui, no plenário da nossa Casa. É muita coisa. Talvez, em termos de faculdades do nosso País, seja o organismo que tenha prestado os mais relevantes serviços ao País, e não só à Bahia. Portanto, por intermédio de sua pessoa, de sua fala, associo-me à homenagem de V. Ex^a à Faculdade de Medicina da Bahia pelo seus 200 anos de funcionamento, cumprimentando efusivamente o Professor Tavares, o Vice-Reitor da Faculdade de Medicina, e fazendo votos para que essa parceria, firmada há tantos anos no Estado do Acre, permaneça para continuar dando frutos, que, aliás, já estão sendo colhidos, e esperamos que produza muito mais. Professor Tavares, cumprimento V. Ex^a e o Sr. Vice-Reitor. Querido amigo e vizinho, agradeço-lhe imensamente o aparte a mim concedido.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento e lembra um fato muito importante, que é essa parceria existente entre o Acre e a Bahia, em especial, entre as Faculdades de Medicina. O fluxo é constante. O Senador Tião Viana sempre vai à Bahia.

Recentemente, estava em Salvador e revi um prezado amigo meu, um brilhante pesquisador e mestre, Raimundo Paraná, e ele estava vindo do Acre, prestando serviços profissionais importantes exatamente nas doenças tropicais, na infectologia, em que ele é um especialista. Então, fico muito satisfeito em poder

relembrar esse fato que enaltece e enobrece o trabalho da Faculdade de Medicina.

Encerraria minhas palavras dizendo que, recentemente, lá estive e, muito emocionado, participei, no seu salão nobre, de uma homenagem a um prezado amigo, um grande mestre, que teve toda a sua vida dedicada à Universidade Federal, em especial à Faculdade de Medicina, e que estava ali recebendo a maior condecoração do Creneb. Faço este registro porque ele honrou – e honra – a Faculdade de Medicina, que é o prezado Dr. Rodolfo Teixeira, também um médico com serviços prestado à Bahia, um especialista nas doenças tropicais e que me honra com a sua amizade.

Fica aqui a palavra do amigo da Faculdade de Medicina, do Senador, e fica esta mensagem final: que todos nós possamos, unidos, trabalhar para ver totalmente recuperado o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural que é prédio da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador César Borges.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior, cujo pai, Senador Antonio Carlos Magalhães, foi um aluno da Faculdade de Medicina da Bahia e figura ímpar, que tive a honra de acompanhar numa visita ao então Presidente da Eletrobrás, Silas Rondon, quando solicitamos, em nome de toda a comunidade baiana, da Academia Baiana, ajuda para a reconstrução do Terreiro de Jesus, que é sede histórica da Faculdade de Medicina da Bahia.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, autor do requerimento para esta sessão solene, juntamente com os Senadores da Bahia, eu e o Senador César Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Convidados, que saúdo e homenageio na presença do Professor Doutor José Tavares Neto, Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, e do Professor Doutor Modesto Jacobino, Vice-Diretor da Faculdade.

É voz corrente a máxima de que “O Brasil começou na Bahia”.

Por lá chegaram os descobridores. Lá também nasceram muitas de nossas instituições. Entre elas, a Faculdade de Medicina da Bahia, duzentos anos atrás.

Sobre a importância dessa Escola, fincada no Terreiro de Jesus, muito já foi dito aqui por colegas Senadores, quase todos, senão todos, médicos.

O advento da Escola, além, claro, de ter sido fundamental para o estudo e a prática da medicina no

Brasil, viria marcar o início de nossa independência cultural e científica, formando grandes figuras da medicina e da política brasileira.

Sr. Presidente, nós, baianos, trazemos conosco o orgulho natural em celebrar as coisas da Bahia. E o 18 de fevereiro é mais uma data a ser comemorada intensamente.

Pessoalmente, experimento um sentimento especial, pois tenho a honra de participar, ainda que modestamente, de um pedacinho da história dessa Escola e da Universidade Federal da Bahia, à qual ela está ligada.

Por ela, e pela UFBA, passaram gerações de famílias baianas.

Minha família não fugiu à regra.

Na Escola de Medicina, formou-se meu avô Francisco Peixoto de Magalhães Neto. Não apenas formou-se na Escola, como também nela foi professor catedrático.

Também na Escola de Medicina da Bahia formou-se meu pai, Senador Antonio Carlos Magalhães. Igualmente, tornou-se professor, ainda que a política o tivesse levado a trilhar outros caminhos.

Meu tio José Maria de Magalhães Neto foi Professor Titular da Escola.

As gerações que se seguiram, embora não tendo abraçado a medicina por profissão, mantiveram o vínculo com a Universidade.

Eu sou egresso de uma de suas faculdades e, como ambos, meu avô e meu pai, escolhi seguir a carreira de professor universitário. Depois de mim, meu filho, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, também formou-se pela UFBA – ele, advogado.

É, portanto, assim que me sinto neste momento: feliz por estarmos aqui festejando esse aniversário. Uma festa que não é apenas da Faculdade de Medicina, de seu dedicado corpo docente, de seus alunos e ex-alunos. Tampouco se restringe à Universidade Federal da Bahia. É uma festa que transcende o Estado da Bahia, uma vez que celebramos o início da educação superior no Brasil.

Estou feliz também porque, como disse, sei que faço parte de um pedacinho de sua história.

Sr. Presidente, parabênizo V. Ex^a e agradeço pela iniciativa da homenagem. V. Ex^a – por quem nutro um carinho especial – segue nesta Casa dando seguidas demonstrações de competência, de sensibilidade social e de que o futuro deste País deve ser construído por todos nós, relevando-se, sempre que possível, as divergências ideológicas em função dos objetivos a serem alcançados.

Da mesma maneira que o Senador César Borges, eu quero me associar à luta da Faculdade de Medi-

na para preservar o seu acervo mobiliário, imobiliário e artístico-cultural.

É um dever de todos nós, baianos, batalharmos por essa causa pela qual os professores da Faculdade de Medicina vêm lutando, incessantemente, para que isso seja, finalmente, reconhecido e adotado pela União, pelo Estado da Bahia e pelo Município de Salvador.

Então, é preciso que nós nos engajemos nessa luta, e eu agora, neste momento, coloco-me também à disposição para que nós sejamos mais um soldado nessa luta para consolidação do acervo histórico da Faculdade de Medicina da Bahia.

Parabéns à Faculdade de Medicina da Bahia!

Parabéns à Universidade Federal da Bahia!

Parabéns à Bahia e ao Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Meus cumprimentos a V. Ex^a, a quem convido, Senador Antonio Carlos Júnior, para presidir à sessão em homenagem a sua pessoa como professor da Universidade Federal da Bahia e do nosso querido Senador Antonio Carlos, que aqui estaria, com muita honra também, presidindo, emocionado.

O Sr. Tião Viana, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Júnior; Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento, de modo distinto, o Professor Doutor José Tavares Neto, Diretor da Faculdade de Medicina da nossa Universidade Federal da Bahia; o nosso Professor Doutor Modesto Jacobino, Vice-Diretor da Faculdade de Medicina da nossa Universidade Federal da Bahia e Presidente eleito da Sociedade Brasileira de Urologia.

Inicialmente, eu gostaria de solicitar à Mesa, nos termos regimentais, que inserisse nos **Anais da Casa**, nesta data comemorativa, um artigo intitulado *Pequena História da Faculdade de Medicina da Bahia*, de autoria do eminente Sr. Lamartine de Andrade Lima, médico ensaísta, Presidente da Academia de Letras e Artes de Salvador, Presidente Emérito do Instituto Baiano de História da Medicina e Ciências Afins e ex-Secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Gostaria também que fosse inserido nos **Anais do Senado Federal** o livro intitulado **Bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia – Memória Histórica de 1996 a 2007**, de autoria da Professora Doutora, ex-Reitora, Eliane Elisa de Souza e Azevêdo. Esses

dois memoriais são imprescindíveis na história do Senado Federal, que tem sua biblioteca Luiz Viana Filho como patrimônio da humanidade.

Entendo que esta data é especial, porque ela retrata não só o aniversário de duzentos anos, o bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia, mas a história da medicina no Brasil, a história da medicina na América Latina, na nossa América do Sul e – por que não dizer? – uma medicina interligada ao mundo, em conexão com o mundo atual, o mundo do tempo real, da comunicação globalizada.

Temos uma história extraordinária para a memória dos pensadores, dos historiadores, uma história marcante para os médicos e para toda a sociedade. O simbolismo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia expressa um sentimento de luta de um País pela vida, pela qualidade de vida, pela atenção no combate às doenças e na formação de uma consciência crítica no que é a construção de um modelo de saúde pública atual que venha a refletir o tamanho do Brasil.

Eu pensei em como tratar este dia de hoje. Entendo que transcrever um pouco do que diz Lamartine Lima, que já foi lembrado nos aspectos históricos pelo Senador César Borges e nas palavras do Senador Antonio Carlos Júnior, seria um primeiro passo de homenagem à Faculdade de Medicina da Bahia. Vejam o que diz, num verdadeiro libelo, Lamartine Lima:

“Quando se está às vésperas de celebrar o bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola Superior Primaz do Brasil, há importantes fatos a ela relacionados que devem ser relembrados.

Também se faz a comemoração de dois séculos da chegada da Família Real de Portugal ao Brasil, grande acontecimento na História Pátria, e temos a festejar, inicialmente, a lucidez da idéia do Cirurgião-Mor do Reino, o pernambucano doutor José Correia Picanço, que depois seria Barão de Goiana, e a Carta-Régia, assinada nesta Cidade de Salvador pelo então Príncipe-Regente D. João, na data de 18 de fevereiro de 1808, de criação da Escola de Cirurgia da Bahia, a primeira instituição de ensino superior do Brasil.

Ela foi, desde então, instalada no Hospital Real Militar, o qual, desde 19 de janeiro de 1779, ocupava as dependências que foram do extinto Noviciado do Colégio dos Meninos da Companhia de Jesus, importante parte do que ficou conhecido como Colégio dos Jesuítas, que os próprios padres inacianos chamavam de Colégio da Bahia, no Terreiro de Jesus.

Lembremos que os primeiros professores de Medicina da Bahia foram médicos militares, e depois vieram os médicos civis.

Sete anos depois de ali instaladas as aulas operatórias, através de nova Carta-Régia, firmada no dia 29 de dezembro de 1815, determinou El-Rei D. João VI que a Escola de Cirurgia fosse denominada de Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, também nomeada como Colégio Médico-Cirúrgico, que o seu curso fosse ensinado no Hospital de Caridade São Cristóvão, na sede da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, “de comum acordo com o Provedor”, e data de então a profunda ligação da Irmandade de Misericórdia, até hoje, com o ensino da Medicina na Bahia.

Naquele tempo, o Real Hospital Militar foi transferido para o Convento dos Padres Agostinianos Descalços, no Largo da Palma, de onde, mais tarde, seria deslocado para a Ladeira dos Galés, em Pitangueiras, na qual se encontra atualmente o Hospital Geral de Salvador, do Exército Brasileiro.

Transcorridos dezessete anos, o Ato da Regência do Império, exarado a 3 de outubro de 1832, determinou que o Colégio Médico-Cirúrgico passasse a ser denominado Faculdade de Medicina da Bahia, que é atualmente o seu nome, e que já foi Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Bahia, Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia e Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, à qual continua integrada.

No dia do 10º aniversário da gloriosa entrada do Exército Libertador na Capital Baiana, o 2 de julho de 1833, houve a mudança do Hospital de Caridade São Cristóvão, da sede da Irmandade para o edifício da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, onde permaneceria por 60 anos, até ser definitivamente transferido, no ano de 1893, para o então recém-inaugurado Hospital Santa Isabel, da Casa da Santa Misericórdia, no Largo de Nazaré.

Assim, a Faculdade de Medicina da Bahia ocupou o Hospital da Santa Casa durante 139 anos, até a data de 1956, quando todas as suas cátedras de clínicas médicas e cirúrgicas e serviços complementares foram transferidas para o então recém-construído, inaugurado em 1949, Hospital das Clínicas.”

Aí já entra a figura do Professor Edgard Santos, que instituiu a então Universidade Federal da Bahia, que teve a figura do Senador Antonio Carlos Júnior

como professor e membros de sua família, o seu avô, a família Magalhães fazendo parte da história da medicina e da Universidade Federal da Bahia. Temos aqui um memorial nesse documento de Lamartine Lima, quando ele diz também:

“A Faculdade de Medicina da Bahia, em sua evolução, foi testemunha, através do tempo, dos mais importantes acontecimentos nacionais: através de ato do Regente, o território passar de Colônia a Reino Unido a Portugal; a coroação real de D. João VI; o brado do Ipiranga; a coroação imperial de D. Pedro I; a Guerra da Independência na Bahia, vitoriosa no Dois de Julho de 1823; a Confederação do Equador; a abdicação do nosso primeiro imperador; as Regências Trina e Una; a Revolta dos Malês; a Sabinada; a entronização de D. Pedro II, e, mais tarde, a sua visita; a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai; a Abolição da Escravatura; a Proclamação da República; a Campanha de Canudos; a primeira Grande Guerra; a Revolução de 1930; a Segunda Guerra Mundial; a criação da Universidade Federal da Bahia; a Revolução [o golpe militar] de 1964.”

Então, é uma história marcante.

Talvez o maior testemunho acadêmico da América Latina que tenhamos de momentos tão fortes da vida política e histórica brasileira venha exatamente das gerações que passaram pela Universidade Federal da Bahia, pela sua Faculdade de Medicina.

Eu estava, há poucas semanas, meu caro Presidente, lendo um artigo, no jornal o *Estado de S. Paulo*, de um professor emérito, que dizia de como lamentava, como professor emérito, como catedrático, a ausência de interesse e de amor pela vida acadêmica brasileira. Ele dizia que uma tese de doutorado, uma tese de livre docência, uma tese de *pós-doctor* apresentada em uma universidade brasileira encontra o seguinte cenário: um cenário bucólico, sem vida, sem animação, onde os alunos e professores da universidade passam no dia-a-dia sem sequer se interessar pelo que está ocorrendo, envolvidos em seus afazeres diários, como se a apresentação da vida intelectual na sua essência, a apresentação de um sentimento de universidade como farol da sociedade não tivessem mais importância nos dias atuais.

E quando olho, no comparativo, a Universidade Federal da Bahia na sua Faculdade de Medicina, em duzentos anos, eu vejo a própria História da Medicina Brasileira.

Nós edificamos, através dessa semente que veio da Bahia, que se propagou para as universidades do

Nordeste, da Amazônia brasileira, do Centro-Oeste e também para muitas do Sudeste, um sistema de saúde que é talvez o mais belo arcabouço de saúde pública deste Planeta, o mais bem definido, o mais comprometido com a vida do povo: o Sistema Único de Saúde, com mais de 300 milhões de exames laboratoriais todos os anos, mais de nove milhões de internações, mais de um bilhão de procedimentos que ocorrem todos os anos nas atividades hospitalares apenas.

Trata-se de um sistema que acolhe um conceito de saúde ligado à vida, ligado à humanização, ligado à eficiência da gestão, que abrange e acolhe todo e qualquer cidadão brasileiro, independente da sua origem social e econômica, rompendo com paradigmas como, por exemplo, da medicina americana que, de imediato, exclui do acesso ao sistema de saúde 50 milhões de cidadãos americanos, porque lá só é atendido quem paga ou quem tem seguro-saúde. O nosso SUS não; *ele teve sua origem* exatamente no sentimento acadêmico, na formação de uma universidade federal e por lá transitaram gerações e gerações.

Um dos momentos mais bonitos que tive oportunidade de testemunhar da vida da saúde pública no Brasil foi exatamente aquele 18 de fevereiro do reconhecimento e comemoração dos 200 anos da Faculdade de Medicina. Todos os *professores vestidos nas suas becas, reconhecidos no ambiente acadêmico de maneira honrosa, digna e altiva, fazendo ali o encontro das gerações e dos tempos. Foi apresentado um professor* formado em 1935, um médico chamado Dr. Junqueira, que ali estava em pé, firme e altivo, reconhecendo a importância da sua história, a história da medicina da Bahia que se propagou pelo Brasil inteiro.

Um momento belíssimo, um momento sublime da homenagem do saber médico, da história da saúde pública no Brasil presente na homenagem aos 200 anos da Faculdade de Medicina. Nota-se no ambiente acadêmico constituído e dirigido pelo Professor José Tavares Neto, o compromisso com o País, com a visão científica correta e com sentimento, não deixando à margem uma relação de solidariedade, uma relação fraterna, para incorporar uma relação econômica, como muitas das cátedras ou das academias brasileiras hoje estão submetidas, voltadas para uma pesquisa – quando é básica, subordinada ao interesse econômico – voltadas para o interesse legítimo da população. A história de Pirajá da Silva, iluminando e trazendo referências, a história de Aluizio Prata, de Vanize Macedo, de Raimundo Paraná, de tantos que por ali passaram, e deixaram as suas marcas, desde a Anatomia Patológica até a pesquisa de campo, trazem à memória das gerações médicas atuais o tanto que é valorosa a consciência e a responsabilidade ética que devem nortear

a vida de um profissional de saúde. O Professor José Tavares Neto teve sua vida acadêmica voltada para um campo de pesquisa, na cidade de Catolândia, no semi-árido nordestino, onde a esquistossomose fazia parte do seu caminho científico de identificação e busca de verdades científicas que contribuíssem para a ciência e para a sociedade brasileira. Ali se observava não apenas a relação de uma doença inserida no meio de uma comunidade, mas, desde Monteiro Lobato, se lembrava de que o Jeca Tatu não é assim; ele está assim. Entendia-se que aquela comunidade precisava de mais Brasil perto dela, de mais responsabilidade de Saúde Pública perto dela, traduzindo um sentimento de compreensão e de responsabilidade com a ciência médica, completamente distinto daquele cotidiano frio dos laboratórios com ar-condicionado, que, muitas vezes, não tem compromisso efetivo com a saúde pública do povo brasileiro.

Nos 200 anos de sua história médica, o Brasil tem enormes dívidas, com a presença do número necessário de médicos nas regiões; a Amazônia ainda tem 1,8 médico por mil habitantes; temos 0,4 enfermeiros por mil habitantes ainda na Amazônia; temos uma desproporção absurda das regiões do Centro-Sul.

No Nordeste, há ainda uma escassez desses profissionais. Ao invés de o Brasil se constituir num alinhamento de formação científica, doutrinária, correta, com concepção científica distinta, este País está formando médicos como se fossem balconistas de um comércio, numa relação entre dinheiro, atendimento e responsabilidade profissional em detrimento da ciência como guia.

A Universidade Federal da Bahia é uma trincheira de resistência e compromisso, desde a área de saúde coletiva, dirigida pelo Reitor Naomar, até a área da Medicina Tropical, da Faculdade de Medicina, que está completamente envolvida e absorvida com os desafios da ciência moderna, atual e devidamente comprometida.

Então, penso que temos de honrar muito a história desses 200 anos, porque se trata da história da dignidade do médico. O médico brasileiro é merecedor de um futuro extraordinário, porque ele conta com um sistema de saúde, o chamado SUS, como arcabouço, que está preparado para acolhê-lo e levá-lo a um patamar de dignidade.

Hoje, Senador Mão Santa, no jornal **Folha de S. Paulo**, há uma notícia de que existem 56 mil brasileiros sem radioterapia no Brasil. Sabemos dos problemas que afligem o Brasil: a dengue, a malária e a tuberculose, as três grandes endemias no País, ainda no século XXI.

Trago aqui uma memória de Castro Alves, que, em 1864, escreveu o poema **Mocidade e Morte**, inicialmente intitulado **O Tísico**:

“E perto avisto o porto.
Imenso, nebuloso, e sempre noite
Chamado – eternidade.
Oh! Eu quero viver, beber perfumes
Na flor silvestre, que embalsama os ares;
Ver minh'alma adejar pelo infinito,
Qual branca vela n'amplidão dos mares.

No seio da mulher há tanto aroma...
Nos seus beijos de fogo há tanta vida...
– Árabe errante, vou dormir à tarde
A sombra fresca da palmeira erguida.
Mas uma voz responde-me sombria:
Terás o sono sob a lájea fria.”

É a história da tuberculose, que está matando mais de 90 mil pessoas por ano ainda, juntamente com a malária, que mata outros tantos, e com a dengue, que matou mais de 1.140 só na sua forma hemorrágica.

Então, os desafios dizem respeito à doutrina médica, que vamos constituir definitiva neste País. E não vai ser a doutrina do comércio médico, não pode ser a doutrina de uma ciência forjada de salvadora de vidas quando está a serviço do lucro da economia mercantilista da atividade de saúde. Tem que ser uma ciência voltada para a vida, voltada para a saúde pública, no seu sentido pleno do povo brasileiro.

Penso que o tempo nos impõe muita responsabilidade, uma revisão direta do que são os conceitos de ensinar e aprender, uma revisão direta do que é a dignidade do doente, a dignidade do profissional de saúde, a formação médica neste País e a formação da pós-graduação neste País.

O Brasil tem que se questionar muito. Se ele quiser retomar o local da universidade como farol da sociedade, ele precisa rever em profundidade as suas responsabilidades com os tempos atuais. A universidade não será mais um farol da sociedade se continuar a ser tratada como está sendo, e ela precisa da consideração histórica de que é merecedora e que nos ajudou a edificar como referência para o mundo inteiro.

Foram muitos os que foram à Europa nos séculos XVII e XVIII, em busca do saber médico, e o trouxeram para o Brasil. Muitos hoje saem e se afirmam nas melhores redes de academia do mundo inteiro, nas universidades de ponta deste Planeta, para afirmar um pensamento médico-científico. Então, em homenagem a eles, em homenagem à história e ao sacrifício das belas biografias que compõem a Medicina brasileira, esta data deve servir de alerta ao Ministério da Edu-

cação, ao Ministério da Saúde, para que retomemos o amor pela ciência aplicada, a favor da vida e a favor da qualidade da formação científica.

Encerro, fazendo esse reconhecimento modesto à história da Faculdade de Medicina, lembrando que o debate é essencial e necessário. Que a Faculdade de Medicina possa ser considerada pelo Brasil como propagadora de gerações que construíram esse sistema de saúde que hoje nós temos: pronto para servir bem à população brasileira, mas ainda não bem compreendido, porque o interesse mercantilista fere de morte os princípios e as responsabilidades que temos.

Parabéns, cumprimentos e homenagem a todos os professores.

Não me esquecerei jamais a honra que tive de, ao lado de Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, ser o terceiro brasileiro que não é da Bahia a receber o título de Professor Honorário.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

PEQUENA HISTÓRIA DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

Lamartine Lima

Quando se está às vésperas de celebrar o bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola Superior Primaz do Brasil, há importantes fatos a ela relacionados, que devem ser relembrados.

Também faz-se a comemoração de dois séculos da chegada da Família Real de Portugal ao Brasil, grande acontecimento na História Pátria, e temos a festejar, inicialmente, a lucidez da idéia do Cirurgião-Mor do Reino, o pernambucano doutor José Correia Picanço, que depois seria Barão de Goiana, e a Carta-Régia, assinada nesta Cidade do Salvador pelo então Príncipe-Regente D. João, na data de 18 de fevereiro de 1808, de criação da Escola de Cirurgia da Bahia, a primeira instituição de ensino superior do Brasil.

Ela foi, desde então, instalada no Hospital Real Militar, o qual, desde 19 de janeiro de 1779, ocupava as dependências que foram do extinto Noviciado do Colégio dos Meninos da Companhia de Jesus, importante parte do que ficou conhecido como Colégio dos Jesuítas, que os próprios padres inicianos chamavam de Colégio da Bahia, no Terreiro de Jesus.

Lembremos que os primeiros professores de Medicina da Bahia foram médicos militares, e depois vieram os médicos civis.

Sete anos depois de ali instaladas as aulas operatórias, através de nova Carta-Régia, firmada no dia 29 de dezembro de 1815, determinou El-Rei D. João VI que a Escola de Cirurgia fosse denominada de Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, também nomeada como Colégio Médico-Cirúrgico, que o seu curso fosse ensinado no Hospital de Caridade São Cristóvão, na sede da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, “de comum acordo com o Provedor”, e data de então a profunda ligação da Irmandade de Misericórdia, até hoje, com o ensino da Medicina na Bahia.

Naquele tempo, o Real Hospital Militar foi transferido para o Convento dos Padres Agostinianos Descalços, no Largo da Palma, de onde, mais tarde, seria deslocado para a Ladeira dos Galés, em Pitangueiras, na qual se encontra, atualmente, o Hospital Geral de Salvador, do Exército Brasileiro. Transcorridos dezessete anos, o Ato da Regência do Império, exarado a 3 de outubro de 1832, determinou que o Colégio Médico-Cirúrgico passasse a ser denominado Faculdade de Medicina da Bahia, que é atualmente o seu nome, e que já foi Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Bahia, Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia e Faculdade de Medicina da Universidade da Federal da Bahia, à qual continua integrada.

No dia do 10º aniversário da gloriosa entrada do Exército Libertador na Capital Baiana, o 2 de julho de 1833, houve a mudança do Hospital de Caridade São Cristóvão, da sede da Irmandade para o edifício da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, onde permaneceria por 60 anos, até ser definitivamente transferido, no ano de 1893, para o então recém inaugurado Hospital Santa Isabel, da Casa da Santa Misericórdia, no Largo de Nazaré.

Assim, a Faculdade de Medicina da Bahia ocupou o Hospital da Santa Casa durante 139 anos, até a data de 1956, quando todas as suas cátedras de clínicas médicas e cirúrgicas e serviços complementares,

foram transferidas para o então recém-construído, inaugurado em 1949, Hospital das Clínicas, atualmente denominado Hospital Universitário Professor Edgard Santos, no Bom Gosto do Canela.

Todavia, desde 1952, aquele nosocômio de caridade já abrigava a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, agora no 55º ano de fundada no interior do Hospital Santa Isabel, daquela Irmandade.

A velha Soterópolis, de Vilhena, na época da criação da Faculdade de Medicina, tinha menos de 50 mil habitantes e fazia pouco mais de 40 anos que havia deixado de ser a Capital do Brasil-Colônia.

Embora ainda tivesse relativa importância portuária, devido aos produtos primários regionais, estava maltratada na urbanização e mal-servida na higiene, com sobrados debruçados sobre ladeiras estreitas por onde escoavam águas servidas e detritos domésticos, e transitavam, levando cargas, os africanos escravos. Não existiam hotéis aceitáveis. As praias ainda não eram usadas pela população. Aconteciam periódicas epidemias. Lembremos aquela de “cholera-morbus”, que ocorreria em 1855, que devastou o Recôncavo Baiano e aterrorizou a capital. Naquele tempo pré-pasteuriano e pré-listeriano, as operações cirúrgicas eram, em grande número, procedidas nas residências dos pacientes, e quando as intervenções ocorriam no hospital, morria um em cada quatro pacientes operados.

A Faculdade de Medicina da Bahia, em sua evolução, foi testemunha, através do tempo, dos mais importantes acontecimentos nacionais: através de ato do Regente, o território passar de Colônia a Reino Unido a Portugal; a coroação real de D. João VI; o brado do Ipiranga; a coroação imperial de D. Pedro I; a Guerra da Independência na Bahia, vitoriosa no Dois de Julho de 1823; a Confederação do Equador; a abdicação do nosso primeiro imperador; as Regências Trina e Uma; a Revolta dos Malês; a Sabinada; a entronização de D. Pedro II, e, mais tarde, a sua visita; a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai; a Abolição da Escravatura; a Proclamação da República; a Campanha de Canudos; a primeira Grande Guerra; a Revolução de 1930; a Segunda Guerra Mundial; a criação da Universidade da Bahia; a Revolução de 1964.

A Escola do Terreiro de Jesus participou de quase todos eles. Aclamou, no Dois de Julho de 1823, no Terreiro de Jesus, o Exército Libertador. Foram seus professores que trataram e operaram os feridos e fizeram as perícias nos mortos da Revolta dos Malês e na Sabinada. Incorporou muitos dos seus mestres e estudantes acadêmicos aos batalhões, como oficiais do Corpo de Saúde do Exército Brasileiro, que marcharam para o sangrento Campo de Honra no Paraguai, e os viu voltar com o dever cumprido e cobertos de condecorações. Durante a Campanha Abolicionista, o professor Luís Anselmo da Fonseca, afro-descendente, profligou o escravismo, inclusive clerical. A Campanha Republicana, teve como seu chefe e principal baluarte o professor Virgílio Damásio, primeiro governador republicano da Bahia, e mais o professor Manuel Victorino Pereira, que também foi governador e, pouco depois, em exercício, presidente da República, no impedimento de Prudente de Moraes. Na fratricida guerra civil, que foi a Campanha de Canudos, os catedráticos e seus alunos abriram seis enfermarias para tratar os feridos, muitos deles operados pelo professor Bráz do Amaral. Na

Revoluções de 1930 e 1964, o prédio da Faculdade, no Terreiro de Jesus, foi covardemente invadido. Todavia, durante a Segunda Guerra Mundial, sob a liderança do professor Eduardo de Moraes, foi formada, por mestres, médicos e estudantes, a Legião dos Médicos para a Vitória. E no interior da sua Sala da Diretoria, foi fundada a Universidade da Bahia.

Entretanto, no meado do século XIX, surgiu a Escola Tropicalista Baiana, criada por três clínicos estrangeiros que passaram a vida em Salvador – os doutores portugueses Silva Lima, luso-germânico Otto Wücherer, e escocês John Paterson – os quais, sem ser professores, transformaram os estudos médicos baianos, e tiveram, em seguida, a eles vinculados os mais importantes mestres da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus.

Os médicos e professores à Escola Tropicalista procederam as primeiras análises laboratoriais e microscópicas, em material de pacientes do Hospital de Caridade, e, naquele nosocômio, foi procedido o primeiro exame necroscópico anátomopatológico, e também a primeira autópsia médico-legal na Bahia.

Foram descobertos novos protozoários e metazoários causadores de doenças que em outros países eram chamadas de moléstias exóticas ou tropicais.

Assim, o doutor Silva Lima fez a primeira descrição da doença ainhum, que causava a amputação espontânea dos pequenos artelhos; o doutor Wücherer, descobriu a microfilária, causadora da elefantíase; o professor Virgílio Damásio, trouxe para o nosso País o sistema de Institutos Médicos; o professor Pacífico Pereira, fez a primeira grande reforma física da Faculdade do Terreiro, que perdeu a feição jesuítica e ganhou a fachada do arquiteto Monteiro Caminhoá; o professor Pirajá da Silva, descobriu o *Schistosoma mansoni*; e o professor Nina Rodrigues foi o pai da Medicina Social e da Antropologia brasileiras e mentor da Escola da Bahia, que ofertou ao Brasil os professores Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e Arthur Ramos, que a levaram para o Rio de Janeiro; o professor Oscar Freire, que a conduziu para São Paulo, e o professor Lins e Silva, que a transmitiu para Pernambuco.

Resultado do trabalho daqueles cientistas é a primeira, de 1864, e das mais importantes revistas profissionais brasileiras atualmente publicadas, a *Gazeta Médica da Bahia*.

A primeira luz elétrica em Salvador, um arco voltaico, foi acesa pelo professor Malaquias Álvares dos Santos, na noite de 2 de julho de 1844, na sacada da Faculdade de Medicina da Bahia para o Terreiro de Jesus.

O primeiro Museu de Anatomia Comparada, no País, foi ali organizado sobre as dissecações e preparações do professor anglo-baiano Jonathas Abbott, e causou admiração ao imperador D. Pedro II, que o visitou em outubro de 1859.

Também o primeiro Museu Médico-Legal e Antropológico do Brasil, foi criado pelo professor Nina Rodrigues, em abril de 1900, no andar térreo da velha Escola.

A primeira diplomação de u'a mulher com o grau de Médica, no território nacional, foi o da doutora Rita Lobato Velho Lopes, em dezembro de 1887, na Faculdade de Medicina da Bahia.

A primeira radiografia para investigação de ferimento por arma de fogo, procedida no mundo, isto é, o primaz exame radiológico em cirurgia militar ou de guerra, aconteceu em um ferido de Canudos, no ano de 1897, realizada pelo professor Alfredo Britto, auxiliado pelo professor João Garcez Fróes, dessa Faculdade.

Pela primeira vez reuniu-se um Conselho Universitário na Bahia, no ano de 1946, na sua Sala da Congregação.

E a primeira cirurgia mundial para extração de parasitos do sangue humano, foi realizada, no ano de 1965, pelo professor Carvalho Luz, da Faculdade de Medicina da Bahia, que retirou, através de filtração extracorpórea, centenas de vermes do esquistossoma mansônico, da corrente sangüínea de um paciente, no Hospital das Clínicas.

Assim mesmo, desde o século XIX, muitos dos professores da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus têm ido ao Exterior para aperfeiçoarem-se nas especialidades médicas.

No início, sempre procuravam os mestres clínicos e cirurgiões europeus, que traziam a experiência das guerras napoleônicas, da Criméia, da Franco-Prussiana, e da Medicina exercida nas colônias africanas e asiáticas. E também liam os relatórios dos clínicos e cirurgiões norte-americanos da Guerra da Secessão. Depois, veio a evolução tecnológica e de pesquisas médicas, principalmente nos Estados Unidos, com as Guerras Mundiais. E, nos últimos 150 anos, foram-se sucedendo as chamadas Eras, a da Anestesiologia, da Microbiologia, da Antibioticoterapia, dos Transplantes de Órgãos e da Imuno-genética. E os seus professores continuam a se aperfeiçoar nos grandes centros da Medicina em todo o mundo.

O prédio da Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus sofreu dois incêndios. O primeiro, em 1905, devastou-o. Com muito esforço político do diretor Alfredo Britto e do ministro José Joaquim Seabra, que ocupou quatro ministérios da República e que depois seria por duas vezes governador da Bahia, foi reconstruído e ampliado pelo engenheiro Theodoro Sampaio e o arquiteto Victor Dubugras, que lhe deu o atual estilo eclético, todavia com predominância de traços neoclássicos. O pintor Manuel Lopes Rodrigues fez a decoração interna, e o escultor Paschoale de Chirico realizou a estatuária. A firma carioca Cardoso e Silva entalhou a mobília. Diversas empresas européias – francesas e alemãs – forneceram as máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, mais as estantes, passadiços e escadas em metal para a “Bibliotheca”, e a câmara de refrigeração de cadáveres do Instituto “Nina Rodrigues”. O segundo fogo, de 1952, alcançou a parte lateral direita do edifício, foi logo debelado, e o reitor Edgard Santos rapidamente promoveu a sua restauração.

Com a Reforma do Ensino, de 1968, no ano de 1974 a Faculdade de Medicina deixou o prédio do Terreiro de Jesus, para ocupar novas instalações no Campus Universitário do Vale do Canela.

Enquanto isso, o edifício, sem receber manutenção, foi cedido pela Universidade Federal da Bahia para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, que ali suportou até 1979. Veio a Escola de Dança, e, enquanto isso, foram quebradas, a marretadas de pedreiros, as mesas de mármore de Carrara e outras de tampa de lava vulcânica esmaltada, do Salão de

Anatomia e dos laboratórios, sob o argumento de abrir espaço. Os dançarinos foram embora. Então, o histórico prédio entrou em completa decadência. No ano de 1980, ruuiu o seu principal anfiteatro, o “Alfredo Britto”; deterioraram-se a cobertura e as paredes das Alas Nobre e Nordeste, multiplicaram-se as goteiras e o forro do teto periclitou; perderam-se 50.000 livros da Bibliotheca; degradou-se o espaço do Museu Antropológico e Etnográfico “Estácio de Lima”.

Todavia, restavam a Sala dos Lentes, a Sala das Congregação e o antigo e belíssimo Salão dos Actos ou Salão Nobre. Em 1982, o Governo Federal criou ali o Memorial da Medicina Brasileira, mas deu precário apoio de conservação e preservação do edifício e do seu acervo. Os outros poucos ambientes poupados e que receberam alguma obra, passaram a abrigar o Museu Afro-Brasileiro e o Museu Arqueológico e Etnográfico, vinculados à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia.

Desde 1986, o Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins, para demonstrar que a ocupação do vetusto edifício permanecia com médicos, passou a reunir-se na Sala dos Lentes e, depois, na Sala da Congregação, como o faz até hoje, e já tem ali sua sede, no andar térreo.

No ano de 1994, a Universidade Federal da Bahia permitiu que um setor da Faculdade de Arquitetura, em convênio com o governo espanhol e com apoio financeiro de uma dúzia de empresas, estabelecesse naquele prédio a Escola Oficina de Salvador, aparentemente com o objetivo de realizar obras para a sua integral restauração.

Foi criada, composta por médicos, uma Comissão de Acompanhamento das Obras, que teve grande resistência daquela escola-oficina, porém verificou e denunciou que não estavam os trabalhos sendo procedidos para a localização da Faculdade de Medicina. Depois de dez anos de permanente vigilância, com reuniões semanais, a Comissão foi subitamente extinta.

Apenas restaurada a Ala Nordeste com o anfiteatro “Britto”, passou aquela escola-oficina a se apoderar dos ambientes sob o argumento de desenvolver os trabalhos pedagógicos.

O tempo veio demonstrar que, depois de uma década, transcorridas diversas administrações de reitores e diretores, quase nada mais foi restaurado e aquela escola-oficina fez dali a sua sede.

Para culminar a afirmação de que ali não mais seria uma referência médica, recusou-se a escola-oficina a reconstruir o caduceu de Esculápio, que fora modelado, por Paschoale de Chirico, no ponto mais alto do lanternim do principal anfiteatro; e, no Salão Nobre, recobriram com lâminas de plástico as paredes decoradas com pinturas de Manuel Lopes Rodrigues, atrás das quais se formou um micro-ambiente de fungos que destruíram os medalhões com os grandes vultos mundiais da Medicina.

Deve ser lembrado que esse Salão Nobre, recinto dos atos mais solenes da Faculdade, foi o primeiro ambiente cívico-cultural da Bahia, dos melhores do Brasil, no qual, durante mais de um século, foram ouvidos os nossos maiores e mais importantes oradores; espaço onde foi recebido Sua Majestade o Imperador D. Pedro II; de onde emanaram palavras do grande Ruy Barbosa; de onde saiu o corpo do benemérito J. J. Seabra para o Campo Santo; onde o antigo aluno dessa Casa e famoso

mestre pernambucano Waldemar de Oliveira interpretou Castro Alves, na comemoração do seu centenário; e onde, em um Congresso de Tisiologia, discursou o presidente da República e médico pós-graduado, doutor Juscelino Kubistchek; entre muitos outros fatos notáveis ali acontecidos...

A Faculdade de Medicina da Bahia reagiu, e, sob a determinação do diretor professor Tavares-Neto, em 2004, trinta anos depois de haver sido retirada dali, para lá voltou, e instalaram-se a diretoria, a secretaria e alguns programas de pós-graduação e assistência médica.

Reacenderam-se as lutas em prol da restauração integral da Escola Superior Primaz, mobilizaram-se as associações profissionais da classe médica, apelou-se para todo o País, foram escritos ofícios e relatórios ilustrados para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os Ministérios da Educação e da Cultura, e para a Presidência da República. Houve apenas visita de ministros e altos funcionários, reuniões, promessas, assinatura de documentos, tudo sem resultado prático, e continuam no marasmo as obras da Faculdade de Medicina da Bahia.

Algum dia, a História cobrará o descaso do Governo Federal para o Monumento Nacional que é a Primeira Faculdade do Brasil.

Lamartine de Andrade Lima é médico e ensaísta, presidente da Academia de Letras e Artes do Salvador, presidente emérito do Instituto Bahiano de História da Medicina e Ciências Afins, e ex-secretário-geral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

PNEUMOTÓRAX

Manoel Bandeira (1930)

“Febre, hemoptise, dispnéia e suores noturnos.

A vida inteira que podia ter sido e que não foi.

Tosse, tosse, tosse.

Mandou chamar o médico:

- Diga trinta e três.

- Trinta e três... trinta e três... trinta e [três...

- Respire.

.....

- O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.

- Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?

- Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.”

- MB nasceu em 1886 e morreu em 1968.
- Aos 18 anos, MB descobriu que tinha tuberculose (até então, incurável). Abandonou o curso de arquitetura e procurou tratamento nas serras brasileiras. Em 1913, foi para o sanatório de Clavel, na Suíça. Em 1914, retornou ao Brasil, com diagnóstico de “lesões teoricamente incompatíveis com a vida”.
- “Continuei esperando a morte para qualquer momento, vivendo sempre como que provisoriamente.” (MB)

MEMÓRIA HISTÓRICA

1996-2007

Eliane Elisa de Souza e Azevêdo

A elaboração anual da Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) teve início em 1854 sendo o Prof. Malaquias Álvares dos Santos o primeiro Memorialista.

Percebendo a importância desse registro histórico, o citado Professor resgatou, em 1854, com detalhes e competência, toda a história da instituição desde sua criação em 18 de fevereiro de 1808.

Nos anos seguintes, até 1915, a Congregação cumpriu rigorosamente seu dever de indicar um Memorialista na última reunião de cada ano. Sessenta e duas Memórias Históricas da FAMEB foram elaboradas de 1854 a 1915. Lamentavelmente, entre os anos 1916 e 1923, e novamente entre 1925 e 1941, a história da FAMEB ficou sem seu tradicional registro

anual. Todavia, em dois momentos, a Congregação rompe o silêncio e tem elaboradas pelo Prof. Gonçalo Moniz Sodré de Aragão, a Memória Histórica do ano 1924, e pelo Prof. Eduardo de Sá Oliveira, a Memória Histórica do ano 1942.


Os anos 1943 a 1995 tiveram seu resgate histórico no precioso trabalho do 65º Memorialista, o Prof. Rodolfo dos Santos Teixeira.

Finalmente, a presente Memória Histórica refere-se aos anos 1996-2007 e destina-se a compor parte das comemorações dos “200 anos da FAMEB”.

Refletindo mudanças sócio-culturais tecidas pelo tempo, esta Memória Histórica (1996-2007) acrescenta dois novos capítulos: um dedicado aos alunos da FAMEB e outro às mulheres que fizeram parte de sua história desde 1887 quando aqui se graduou a primeira mulher médica no Brasil.

Copyright © Eliane Elisa de Souza e Azevêdo - 2008

ISBN 978-85 60943-02-9

Editora da Academia de Medicina de Feira de Santana - 
Conselho Editorial

José Tavares-Neto

Eliane Elisa de Souza e Azevêdo

Nilo Henrique Neves dos Reis

Thereza Christina Bahia Coelho

José de Bessa Júnior

Revisor: *Prof. Nilo Henrique Neves dos Reis*


Foto da Capa: *Beto Oliveira. Esculápio e interior da Faculdade de Medicina da Bahia. Óleo sobre tela de Henrique Passos, coleção particular, da autora.*

Diagramação e Digitação: *Julival Cruz*

Apoio

CNPq

*Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico*

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia licença por escrito da .

Ficha Catalográfica - **Fátima Martinelli**, Bibliotecária chefe da Biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia -- UFBA

A994 Azevêdo, Eliane Elisa de Souza e

Bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia - Terreiro de Jesus: Memória Histórica 1996-2007. / Eliane Elisa de Souza e Azevêdo. - Feira de Santana: Editora da Academia de Medicina de Feira de Santana, 2008.

300p. : il.

ISBN: 978-85-60943-02-9

1. Faculdade de Medicina da Bahia -- História. 2. Universidade Federal da Bahia -- Faculdade de Medicina da Bahia. I. Título.

CDD 61(091)(813.8)

CDD 610.7098142

Eliane Elisa de Souza e Azevêdo nasceu em Tanquinho, Bahia, filha de José Adolpho Magalhães Azevêdo, cirurgião dentista e de Judith Soares de Souza e Azevêdo, professora. Graduou-se em medicina pela FAMEB-UFBA em 1961; obteve o título de PhD em Genética na Universidade do Hawaii, USA e fez pós-doutorado na Universidade de Londres.

Dedicou-se, integralmente, à pesquisa científica e ao ensino em universidades.

Tem cerca de duas centenas de publicações no Brasil e no exterior. É Autora de *Raça: conceito e preconceito* publicado pela Editora Ática; *O Direito de vir-a-ser após o nascimento*, publicado pela EDIPUCRS, e pela Europa Science Humane Editrice, Milão, Itália, sob o título *Il Diritto al Proprio Divenire Dopo la Nascita*.

Organizou em colaboração com Nilo Henrique Neves dos Reis os livros *II Dia da Bioética-desafios éticos* (UEFS); e o *III Dia da Bioética - ... a reflexão continua* (UEFS).

Foi Reitora e Vice-Reitora da UFBA, é Professora Emérita da FAMEB-UFBA; membro Honorário do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; membro titular da Academia de Medicina da Bahia e da Academia de Medicina de Feira de Santana.

MOCIDADE E MORTE (inicialmente o título do poema era "O Tísico")

Castro Alves (1864)

"E perto avisto o porto.

Immenso, nebuloso, e sempre noite

Chamado — Eternidade. —

LAURINDO

Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate.

DANTE

Oh! eu quero viver, beber perfumes

Na flor silvestre, que embalsama os ares;

Ver minh'alma adejar pelo infinito,

Qual branca vela n'amplidão dos mares.

No seio da mulher há tanto aroma...

Nos seus beijos de fogo há tanta vida...

— Árabe errante, vou dormir à tarde

A sombra fresca da palmeira erguida.

Mas uma voz responde-me sombria:

Terás o sono sob a lájea fria.

Morrer... quando este mundo é um paraíso

E a alma um cisne de douradas plumas:

Não! o seio da amante é um lago virgem...

Quero boiar à tona das espumas.

*Vem! formosa mulher — camélia pálida,
Que banharam de pranto as alvoradas,
Minh'alma é a borboleta, que espaneja
O pó das asas lúcidas, douradas ...*

*E a mesma voz repete-me terrível,
Com gargalhar sarcástico: — impossível!*

*Eu sinto em mim o borbulhar do gênio,
Vejo além um futuro radiante:
Avante! — brada-me o talento n'alma
E o eco ao longe me repete — avante! —
O futuro... o futuro... no seu seio...
Entre louros e bênçãos dorme a glória!
Após — um nome do universo n'alma,
Um nome escrito no Panteon da história.*

*E a mesma voz repete funerária:
Teu Panteon — a pedra mortuária!*

*Morrer — é ver extinto dentre as névoas
O fanal, que nos guia na tormenta:
Condenado — escutar dobres de sino,
— Voz da morte, que a morte lhe lamenta —
Ai! morrer — é trocar astros por círios,
Leito macio por esquife imundo,
Trocar os beijos da mulher — no visco*

*Da larva errante no sepulcro fundo,

Ver tudo findo... só na lousa um nome,
Que o viandante a perpassar consome.*

***E eu sei que vou morrer... dentro em meu peito
Um mal terrível me devora a vida:***

*Triste Ahasverus, que no fim da estrada,
Só tem Por braços uma cruz erguida.
Sou o cipreste, qu'inda mesmo florido,
Sombra de morte no ramal encerra!
Vivo — que vaga sobre o chão da morte,
Morto — entre os vivos a vagar na terra.*

*Do sepulcro escutando triste grito
Sempre, sempre bradando-me: maldito!*

*E eu morro, ó Deus! na aurora da existência,
Quando a sede e o desejo em nós palpita..
Levei aos lábios o dourado pomo,
Mordi no fruto podre do Asfaltita.
No triclinio da vida — novo Tântalo
O vinho do viver ante mim passa...
Sou dos convivas da legenda Hebraica,
O estilete de Deus quebra-me a taça.*

É que até minha sombra é inexorável,

Morrer! morrer! soluça-me implacável.

*Adeus, pálida amante dos meus sonhos!
Adeus, vida! Adeus, glória! amor! anelos!
Escuta, minha irmã, cuidosa enxuga
Os prantos de meu pai nos teus cabelos.
Fora louco esperar! fria rajada
Sinto que do viver me extingue a lampa...
Resta-me agora por futuro — a terra,
Por glória - nada, por amor — a campa.*

*Adeus... arrasta-me uma voz sombria,
Já me foge a razão na noite fria!..."*

- CA nasceu em 1847 e morreu em 1871.
- Em 1863, aos 16 anos, teve tuberculose.
- “Em 1864, escreveu o poema **Mocidade e Morte**, fruto, possivelmente, da descoberta de sua doença (tuberculose).”
(Márcia Busanello)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Senador Tião Viana, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, quanto à sua solicitação.

Quero registrar a presença do Deputado Colbert Martins Filho, do PMDB da Bahia.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente desta sessão, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior; Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras; Ilm^o Sr. Dr. José Tavares Neto, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia; Professor Modesto Jacobino, Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia e Presidente eleito da Sociedade Brasileira de Urologia; quero, em nome dos senhores, cumprimentar a todos os médicos baianos, todos aqueles que passaram pela Faculdade de Medicina da Bahia e que hoje recebem esta homenagem nesta sessão, resultado de um requerimento assinado pelos Senadores Tião Viana, Antonio Carlos Magalhães Júnior, César Borges, esses dois baianos que representam o seu Estado com muita dignidade nesta Casa e que têm o

nosso respeito. Temos a honra de conviver com eles, acreditando que sempre a Bahia foi muito bem representada nesta Casa e, hoje, ela está sendo exaltada por intermédio da sua Faculdade de Medicina.

Quando se fala na Faculdade de Medicina da Bahia, não se fala apenas da história da primeira faculdade de medicina do País. Temos de buscar a história do Brasil. O Brasil foi descoberto em 1500, mas algumas atividades que elevam a dignidade e a qualidade de vida dos habitantes só passaram a ser oferecidas a partir de 1808, com a transferência da corte portuguesa para cá.

Nos mais de 300 anos decorridos sob a condição de colônia, não existia nenhuma possibilidade de serem oferecidos os serviços necessários ao desenvolvimento intelectual ou profissional da população. Interessava à metrópole apenas usufruir das riquezas que fosse possível extrair ou produzir na colônia.

Não existe consenso quanto ao número, mas alguns estudiosos estimam que vieram para o Brasil, com a família real, cerca de 15 mil pessoas.

Logo após a instalação da corte no Rio de Janeiro, tudo o que antes era proibido pôde começar a funcionar: fábricas de tecidos, de beneficiamento de arroz, de roupas, de sapatos, manufaturas de ouro e prata e produtoras de vinhos. Muito rapidamente, foram instalados sistemas que permitiram o abastecimento de água potável no Rio e em Salvador. Foi criado o Banco do Brasil, a Biblioteca Real, o Museu Nacional e o Real Teatro de São João (hoje Teatro João Caetano). D. João VI também autorizou a abertura dos portos para o comércio direto com as nações amigas, comércio que anteriormente só podia acontecer por intermédio de Portugal.

Todas essas medidas criaram um ambiente propício para que se instalassem centros de formação para suprir as necessidades trazidas por tamanho desenvolvimento. Daí terem sido criadas nesse período escolas de medicina e de engenharia para que o Brasil pudesse formar seus profissionais aqui mesmo, em quantidade condizente com as necessidades de mão-de-obra que passaram a se apresentar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse contexto histórico é que queremos falar da primeira escola de medicina do País, a Escola de Cirurgia implantada em Salvador em 18 de fevereiro de 1808, no Real Hospital Militar da Bahia, pelo Príncipe-Regente de Portugal, D. João VI. O primeiro curso, organizado pelo Dr. Correia Picanço, um dos médicos de destaque da corte portuguesa, enfocava basicamente estudos de anatomia e da arte obstétrica. O primeiro diretor dessa Escola foi o Dr. Manuel José Estrela, diplomado em medicina em Lisboa.

Em 1809, por meio da carta-régia de 22 de setembro, o cirurgião-mor João Pereira de Miranda foi encarregado da “instrução facultativa teórica e prática” dos cirurgiões ajudantes dos regimentos.

Dessa forma, ficou estabelecida “a verdadeira e conveniente Escola de Medicina e Cirurgia no Hospital Militar”, logicamente da Bahia. O curso tinha a duração de quatro anos, depois dos quais o aluno requeria uma certidão à escola, na qual se declarava que ele estaria apto a prestar o exame e encarregar-se da saúde pública. Assim surgiu e se institucionalizou a primeira escola de medicina do País.

Em dezembro de 1815, a escola passou a denominar-se Academia Médica Cirúrgica e, em 1832, foi transformada em Faculdade de Medicina. Temos aqui a semente de onde brotou o saber médico deste País, que hoje dispõe de alguns centros que são referência em nível internacional.

Não podemos esquecer, Srs. Senadores, de que a Faculdade de Medicina da Bahia esteve presente em diversos movimentos cívicos e de relevância histó-

ca. Também cabe lembrar que nela estudaram importantes personalidades da medicina brasileira, como Arthur Ramos (grande antropólogo alagoano), Oscar Freire, Nise da Silveira e Rita Lobato Velhos Lopes (de origem gaúcha, a primeira mulher a diplomar-se em medicina no Brasil).

A Faculdade de Medicina da Bahia não parou no tempo. Por isso, sofria alterações de sua denominação, conforme as necessidades de adequar-se ao desenvolvimento do Brasil como nação. Daí ter passado a chamar-se, em 1891, Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia.

Mas, em 1901, voltou à denominação de Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1946, passou a chamar-se Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia e, em 1965, Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, como é conhecida até os dias de hoje.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem toda a existência da Faculdade de Medicina da Bahia foi um mar de rosas. Um episódio de triste lembrança ocorreu em 1905: um incêndio destruiu quase totalmente o prédio onde funcionava a faculdade, principalmente os laboratórios de Química, de Histologia, de Medicina Legal, de Bacteriologia e de Anatomia e Fisiologia Patológica, além da valiosa biblioteca. Felizmente, o Governo Federal, comandado por Rodrigues Alves, que tinha como Ministro da Justiça e Negócios Interiores o baiano José Joaquim Seabra, propiciou a reconstrução da sede, com projeto do famoso engenheiro civil Teodoro Sampaio.

Afora isso, ela ainda tem destaque em momentos importantes da história brasileira. Na época da Independência, entre setembro de 1822 e março de 1824, a então Academia Médico-Cirúrgica da Bahia permaneceu fechada, pois os portugueses a ocuparam devido à participação de alguns de seus membros na guerra de independência, entre eles Antônio José de Sousa Aguiar (um dos primeiros alunos dessa escola), que prestou serviços como cirurgião às forças baianas, e o porteiro Joaquim Pereira Borba.

O funcionamento da Escola foi suspenso também em novembro de 1837 e em março de 1838, em decorrência do movimento separatista que ficou conhecido como Sabinada, pois tinha como um dos líderes o cirurgião Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, professor-substituto da então Faculdade de Medicina da Bahia. Também participaram do movimento os professores de Física e de Medicina Legal Vicente Ferreira de Magalhães e João Francisco de Almeida, respectivamente. Só Sabino foi preso e condenado.

Na época das epidemias de febre amarela (1850) e de cólera-morbo (1855), que atingiram a Bahia, os

professores e estudantes prestaram assistência inestimável às vítimas, destacando-se os professores Vicente Ferreira de Magalhães (Física), Jonathas Abbott (Anatomia Descritiva), Manuel Maurício Rebouças (Botânica e Zoologia), e Antônio José Alves (Clínica Cirúrgica, pai do poeta Castro Alves), entre outros.

Na Guerra do Paraguai (1864 a 1860), foi importantíssima a participação dos professores Joaquim Antônio de Oliveira Botelho (Matéria Médica e Terapêutica) e Francisco Rodrigues da Silva (Química Mineral), e mais de 40 alunos do 4º, 5º e 6º anos, tendo muitos deles sido condecorados com a Ordem de Cristo ou a Ordem da Rosa.

Na Guerra dos Canudos, travada para reprimir o movimento liderado por Antônio Conselheiro, cerca de 60 estudantes dos cursos médico, odontológico e farmacêutico, por solicitação do Presidente do Estado da Bahia, Conselheiro Luís Viana, estiveram no campo de luta para colaborar no atendimento dos feridos.

É impossível, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enumerar, neste curto espaço de tempo de que dispomos, os episódios dignos de nota vinculados a essa insigne instituição.

O uso que faço da palavra neste momento serve para lembrar os 200 anos da Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira Faculdade de Medicina – a primeira do Brasil. Não se trata de 200 anos de história da Faculdade, mas de 200 anos nos quais ela participa da história deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Antonio Carlos Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos Magalhães, que preside esta solenidade dedicada ao transcurso do bicentenário da Faculdade de Medicina da Bahia, Sr. Diretor Professor Tavares Neto, permitam-me saudar – são muitas as autoridades, as lideranças, e eu poderia esquecer alguém – todos na pessoa do piauiense vice-Diretor dessa faculdade, Modesto Jacobino.

Ô, Pedro Simon, meu nome é Francisco. Minha mãe, terceira franciscana, como V. Ex^a... Então, ela se

pegou... Eu era menino e ouvi dizer, e ouvi nas rezas dela, no colo dela, que ela queria que eu fosse frade da barbicha, franciscano. Não sei se foi a Adalgisa que me tirou desse rumo, mas acabei não o sendo e sendo médico. Então, é muito sonho. Tenho 65 anos de idade. Não atendi à minha santa mãe, né? Mas fui ser médico desde aí, porque desejava, porque via as figuras médicas que moravam na nossa cidade.

Um cirurgião, Dr. Cândido Almeida Athayde, um dos mais extraordinários homens que eu conheci na minha vida, fez o parto de João Paulo dos Reis Velloso e também o meu.

Interessante esse negócio de Mão Santa. Eu não tenho nada de mão santa – mãos iguais às de todos os médicos-cirurgiões. Mas esse Cândido Almeida Athayde – aliás, o Sarney e essa Bancada do Maranhão devem homenageá-lo; para mim, é o maior maranhense que conheço – foi Diretor da Santa Casa de Parnaíba. Fez o meu parto. João Paulo Reis Velloso nasceu nas mãos dele.

Aí, César Borges, eu, muito novo, cheguei e fui para lá porque queria mesmo.

Eu não sei, ô Pedro Simon, esse negócio de desemprego. É porque entrei nesse negócio de política, porque, para mim, não. Deus foi muito bom para mim. Era um monte de emprego para eu escolher. Mas eu fui porque queria mesmo ir para a minha cidade e tomei conta de uma Santa Casa de Misericórdia, muito novo, igual a todas as Santas Casas. Quem é médico sabe como funciona. Salvador deve ter, não? Pois é.

Esse Cândido Almeida Athayde, maranhense, ali, do lado de Tutóia, no Maranhão, eu, chegando novinho, ele fora convidado para ser patrono de um posto do Funrural, médico, idoso. Ele tinha feito o meu parto; e eu, novinho. Eu acho – ele era muito sabido... Havia aqueles teco-tecozinhos que caíam como o quê... Aí ele... Eu não tinha nada de negócio de apelido de Mão Santa. “Dr. Francisco, você não quer me representar na minha cidade, Tutóia, Barro Duro”? Eu era novinho, chegado do Rio, fui com um anestesista e com uma freira e... ..teco-teco.

E lá, muito novo, aquelas farturas do interior do Maranhão, muito discurso. Vocês vêem os maranhenses como discursam, né? Mas eu estava mesmo a fim era de tomar uma cerveja, comer bem. Médico novo... Quatro horas da tarde, o dono da casa acabou a festa, e todo mundo para a inauguração. Eu estava representando o patrono, Doutor Cândido Almeida Athayde. Aí, lá pelas tantas, discursos, Prefeito, Vereador, Deputado do Maranhão, aquelas coisas a que nós estamos acostumados. Subiu um, olhou assim... Eu estava representando o homenageado, filho da terra, esse Doutor Cândido Almeida Athayde.

Aí, o orador, Presidente do Sindicato, meu nome não sabia, disse: “Esse doutor que está aí, doutor das mãos santas, me operou e eu estou bonzinho”. Eu nem sabia que tinha operado ele, porque eles chegavam à Santa Casa nas redes. Sabem como é Santa Casa? Bota, opera etc. Aí, naquilo de brincadeira...

Então, a história é a seguinte: esta homenagem. Primeiro, a importância. Getúlio Vargas... Ô, Pedro Simon, Getúlio, extraordinário homem. O Luiz Inácio devia conversar assim com uma pessoa para entender quem foi Getúlio. Este País teve grandes governantes.

Pedro II – estudem Pedro II –, 49 anos, saiu pelas circunstâncias. Tinha que vir a democracia, “o Governo do povo, pelo povo, para o povo”. Há 100 anos já existia “liberdade, igualdade e fraternidade”. Caíram todos os reis. Levaram 100 anos. Então, tinha que vir. Mas Pedro II era tão bom, tão bom... Atentai bem. Ele foi para Paris, vida modesta, não roubou nada. Vida modesta lá. Pedro II, quando ele morreu, ficou lá... Notre Dame de Paris... Os líderes franceses disseram: se nós tivéssemos um rei como esse, nós nunca tínhamos feito essa república.

Esse Getúlio Vargas, essa figura extraordinária...

Então, entendam que o Piauí é muito avançado em Medicina, porque Getúlio Vargas... Ninguém escolhe a época de governar. Para entrar, ele teve que fazer uma guerra. No Rio Grande do Sul, as eleições eram fraudulentas, e ganhou mesmo. Os paulistas quiseram derrubá-lo – outra guerra. Aí, no fim, veio a guerra mundial. Então, ele enfrentou três grandes guerras. Mas, ô, homem para trabalhar.

No começo, ele foi apoiado pelos tenentes. Ele saiu colocando tenente em quase todo o Brasil. Lá, na sua Bahia, foi Juracy Magalhães. ...tudo que era tenente... O Piauí deu sorte, botou um tenente, não deu certo, e ficou um médico: Leônidas Melo, pneumologista.

A tuberculose, naquele tempo, se fazia pneumotórax para tratar... E ele havia se especializado nisso. Está voltando. Advirto. Eu adverti muito aqui: olha o mosquitinho. Olha o mosquitinho da dengue. É o mesmo mosquitinho. Governo que não ganha de um mosquitinho não vai ganhar de nada, está enganando o povo. Oswaldo Cruz ganhou do mosquitinho. A tuberculose... ...do PT aqui... está voltando aí... Pois esse Leônidas Melo era pneumologista. E ficou... Então, ele tinha a visão; implantou todo um hospital e colocou o nome Getúlio Vargas. Então, os outros Estados eram tenentes. Ele desenvolveu um padrão médico no Piauí.

Mas tudo nasceu na Bahia. Tudo! Tudo! Tudo! Não tem negócio de ex-mãe. Eu nunca ouvi falar ex-mãe. Então, a Bahia é a mãe do Brasil. Essa é a verdade, em

tudo. Não tem ex-mãe. Aí, todo mundo foi se formar lá, mas esse desenvolvimento do Nordeste todo foi lá.

E aqueles que são “São Tomé”, a evolução é tão grande – cuidado aí – que o nosso piauiense é bom, o seu vice-reitor. Vamos pedir para colocar você para Ministro para dar o lugar para ele logo aí, Ministro da Educação. Então, é um piauiense da Faculdade de Medicina.

Depois, eu governei o Estado; criei outra firma, o maior desenvolvimento universitário da história do Brasil, e hoje há quatro faculdades de Medicina em Teresina. Eu criei a segunda. Mas, por causa desse médico, que implantou o Hospital Getúlio Vargas, mas tudo nasceu da Bahia. E eu busquei aqui, para ver como as coisas estão melhorando.

Este Senado, ô Jefferson Péres, quando começou, tinha dois médicos somente. No primeiro Senado, eram 42. Esse pessoal da Justiça é sabido; tinham mais de 20 – vinte e poucos –, magistrados, e, desde lá, vêm fazendo leis boas para eles. Dez militares, Duque de Caxias; sete religiosos, Padre Feijó; dois médicos, dois ligados ao *campus*.

Hoje, somos seis médicos aqui. Então, há uma respeitabilidade do povo brasileiro, que nos manda. Um foi Antonio Carlos Magalhães, que nos deixou há pouco, mas, como árvore boa dá bons frutos, está aqui na Presidência um filho dele. Hoje tem os Senadores Tião Viana, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e eu aqui, que estou... Somos seis médicos no Senado.

Essa universidade tem de ser comemorada e entendida. Esta é a razão, Pedro Simon, de entender as coisas. Brasil, educação, faz duzentos anos que começou. Salamanca, na Espanha, tem mais de duzentos anos; Heidelberg, na Alemanha, mais de mil anos; a Grécia, Hipócrates, que lá conviveu com Sócrates e Platão, fez a sua primeira *Academos*, Aristóteles.

Nessa geração, teve o pai da medicina científica: Hipócrates. Por que estamos aqui a comemorar? Sou orgulhoso de ser médico. Entendo que a Medicina é a mais humana das ciências e o médico um grande benfeitor da humanidade.

Por que isso tudo? Por que, ô Pedro Simon? Já o juramento de Hipócrates é um código de ética, de decência, de deontologia. Então, é uma formatura que tem ética. O Juramento de Hipócrates é um código de ética, e está faltando ética neste País, decência. É vergonha na cara. Eu falo é para o povo me entender. Ética é vergonha na cara.

Já Hipócrates tinha o código dele. Obrigá-se, hoje, todo formando a repetir, rezar as palavras de Hipócrates, e muita ciência. O que ele pesquisou, porque o homem é o homem, o homem é sábio, ainda é muito válido. Eu

me lembro, Pedro Simon, eu, que sou cirurgião, que ele disse – foi ele: Nós fazemos! Não atualizou nada. Onde há o pus, dá a saída ao pus. É isso. O tetânico, passado dos cinco dias, estará salvo, pela resistência. Então, a Medicina é assim, nasce... Então, a Escola da Bahia é muito atual, porque deu seus filhos.

Então, o Piauí, hoje agradeço em nome daqueles essa grandeza da Medicina que lá existe. Lá se faz transplante cardíaco com êxito. Só para dar o exemplo. Coloquei aquele Estado na era dos transplantes.

Mas, filho ilustre, Isaías Coelho. Olha, esse Isaías Coelho, é nome hoje de cidade. Ele ficou em Simplicio Mendes. Foi laureado, premiado no Brasil, para representar este País. A cidade dele vivia em função de romaria desse grande clínico piauiense. Ele recebeu do governo para representar este País na França. Ele é nome, hoje, de cidade.

Antenor Neiva. Eu não o conheci, mas ele é renomado. Um filho dele, eu nomeei Diretor do Hospital de Picos. É o mesmo nome do pai.

Mariano Lucas de Souza, CRM 08. Olha, eu não conheci pessoa mais humana do que esse homem. Se tiver santo, esse vai. Até o nome dele é Lucas, que é o Apóstolo. Olha, lepra hoje... Mas lepra era complicado – está até na Bíblia – viver na pele de um leproso. Na minha cidade, havia um leprosário, e esse homem... Eu morava do lado do Bispo. Governo é difícil, Luiz Inácio! Então, saíam todos aqueles hansenianos, famintos, porque o Governo não lhes dava nem alimento, e iam para a porta do Bispo, de quem eu era vizinho. Passavam três dias acampados, com aqueles discursos. E esse homem entrou e tomou conta de todos os leprosos do Piauí. Eu nunca mais presenciei outra manifestação dessa. Então, foi formado lá.

Gerson Mourão Filho, obstetra, político ilustre de Pedro II.

Ariosto Martins Filho, que já faleceu.

Mirócles Veras, interventor da minha cidade no tempo de Getúlio.

Lineu Araújo. Hoje, o maior ambulatório público do Piauí tem o seu nome.

Deolindo Couto. Passou na Bahia. Piauiense. Um dos maiores nomes da Medicina deste País. Neurologista, na Praia de Botafogo tem a clínica neurológica. Da Academia. Fundou a Academia de Medicina e foi membro da Academia de Letras. Nascido em Oeiras, um dos maiores luminares piauienses, mas não se radicou lá.

César Melo, ex-prefeito da cidade de Campo Maior, médico lá. Paulo Eudes, ex-prefeito da minha cidade, recentemente, homem honrado, como todos os que foram educados pela escola.

E, por último, queria dizer um com quem convivi. Oscar Eulálio. Severo Eulálio foi daqueles autênticos. Era seu irmão. Foi Deputado Federal. Essa família é ilustre, tem um deputado, Kleber Eulálio. Aliás, o meu segundo suplente é Severo Eulálio, engenheiro. Mas eu não conheci homem mais capaz na Medicina, na cirurgia – eu que sou – e na política do que Oscar Eulálio. Ele enfrentou a ditadura militar. Deus me proporcionou o privilégio de ser deputado estadual com ele, na ditadura.

E, se hoje eu tenho, vamos dizer, alguma coragem de defender a democracia, na Oposição, o exemplo foi deste bravo médico, de lá, formado lá, Oscar Eulálio. Ele foi Deputado Estadual brilhante, vibrante, e muito do que eu mantenho aqui aprendi com a coragem daquele homem. E mais, fundou um hospital na cidade de Picos, que é para nós como São Paulo, a cidade em que se trabalha mais no Piauí; cidade comercial, industrial.

Esses são os muitos frutos... O Piauí se engrandeceu, se civilizou, ficou com vida própria na Medicina. E isso se deve a essa faculdade. Mas o Piauí devolveu isso agora. Ele é formado lá, o seu vice-diretor, está lá, convivendo.

Nós viemos aqui fazer isso. Que tenhamos a compreensão de que a classe médica deste País é extraordinária e fabulosa. Nós temos duzentos anos. Bem aí, no Peru, que foi civilizado pelos espanhóis, eles têm uma faculdade que foi criada em 1540, a Universidade de São Marcos. A nossa foi em 1808, quando chegou Dom João VI.

Nunca dantes se viu uma classe que avançasse com tanta dedicação e obstinação: nós, médicos, todos filhos da Universidade da Bahia. Então, à Universidade da Bahia essa gratidão de todos nós que fazemos a Medicina do Brasil, que avança.

Acho que foi um grande dia. O nosso Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior tornou esta Casa viver esses momentos para despertar o País – esse é o nosso sentido – das grandezas que temos que é a universidade. Isto é tão importante que fui prefeitinho da minha cidade e havia uma multinacional, Jefferson Péres, a Merck & Co, Inc., de Darmstadt, muito rica. Fui recepcionado por eles, que tinham uma fábrica que retirava jaborandi e fazia a pilocarpina, substância que dilata a pupila.

Eu pegava... De vez em quando, eles diziam: “Professor Basedow!” , o trânsito abria; “Professor Basedow!”, dava a melhor mesa do restaurante; “Professor Basedow!”, a melhor cadeira do teatro. Olhei assim e disse: “Mas, você não é diretor químico da Merck, Darmstadt, dinheiro muito, poderosa Merck?” Ele disse: “É. Mas aqui, na Alemanha, o título mais honroso é o de

Professor, e fui Professor de química da Heilderberg por dez anos”. Você quer ir lá conhecer? Eu tenho a obrigação, ao usar esse título, de dar uma aula por semana de graça”.

Então, isso é a grandeza. Duas guerras... Eu vi Heidelberg... A Alemanha toda bombardeada e resurgida, moderna. Lá, é antiga. Ninguém no mundo, duas guerras mundiais, teve coragem de ousar soltar uma bomba em Heidelberg, porque lá era o templo do saber, lá estudou Einstein.

Então, essa é a grandeza. Está no livro de Deus que vale mais do que ouro e prata a sabedoria. E o nosso templo do conhecimento e do saber é a Universidade Federal da Bahia, que homenageamos hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – A Presidência agradece a presença das autoridades civis, militares e diplomáticas e suspende a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa alusivo à presente homenagem para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, foi um dos acontecimentos mais importantes da História colonial brasileira. O pouco tempo em que D. João VI e a família real permaneceram na Bahia, um mês e dois dias, foi suficiente para que se registrassem alguns fatos de relevância nacional.

Após abrir os portos do Brasil às nações amigas de Portugal, D. João VI assinou, em 18 de fevereiro de 1808, o documento que mandou criar a Escola de Cirurgia da Bahia, no antigo Hospital Real Militar da Cidade do Salvador, que ocupava o prédio do Colégio dos Jesuítas, construído em 1553, no Terreiro de Jesus.

Na realidade, essa data tem uma história e um personagem, além de D. João. A história é a da passagem da família real pela Bahia. O personagem é o médico pernambucano José Corrêa Picanço, nascido na então vila de Goyana, figura expressiva da Corte lusa, cirurgião-mor do Reino, amigo próximo do futuro Rei D. João VI e membro de alto nível das mais conceituadas entidades governamentais portuguesas. Pelos serviços prestados ao País, seria agraciado com o título de Barão de Goiana.

Com a vinda da família real, Corrêa Picanço imediatamente sentiu a ausência de infra-estrutura médica na colônia. Iniciou, então, o processo de convencimento de D. João para sanar com urgência a falha, que seria

agravada com o processo migratório crescente decorrente da vinda da Coroa para o Brasil.

Sua luta foi compensada em 18 de fevereiro de 1808, com a criação, pelo Regente, da Escola de Cirurgia da Bahia, no então Real Hospital Militar. Daria ênfase ao curso de Obstetrícia, associando-o ao de Anatomia, sua grande paixão, do qual já era professor em Lisboa e Coimbra. A Corrêa Picanço devemos o pioneirismo no uso de cadáveres humanos no ensino de Anatomia, que, até então, fazia uso de animais, inclusive em Portugal. Também lhe é atribuída a autoria da primeira operação cesariana, com êxito, feita no Brasil. Foi em 1823, em Recife, em uma mulher negra, que sobreviveu, apesar dos índices de mortalidade na época serem altíssimos, mesmo na Europa. Segundo um seu biógrafo essa foi “a primeira estupenda operação de tal natureza que se fizera nessa província”.

Sr. Presidente, em 1º de abril de 1813, a Escola fundada por D. João se transformou em Academia Médico-Cirúrgica. Em 3 de outubro de 1832, ganhou o nome de Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb), que guarda até hoje, agora como parte do complexo da Universidade Federal da Bahia.

Situada entre igrejas, conventos e casarões coloniais, o Brasil viu nascer dentro da Fameb sua ciência médica e conheceu grandes nomes –professores, cientistas e alunos.

Sua intensa atividade em prol da saúde no Brasil, entre milhares de testes e estudos realizados, gerou pesquisas tropicalistas, médico-legais, psiquiátricas e antropológicas, determinando a expansão da cultura médica nacional e consolidando procedimentos avançados no tratamento de doenças típicas do País.

As atuações em ensino e pesquisa de vultos como Manuel Vitorino, Afrânio Peixoto, Nina Rodrigues, Oscar Freire, Alfredo Brito, Juliano Moreira, Martagão Gesteira, Prado Valadares, Pirajá da Silva e Gonçalo Muniz projetaram nacional e internacionalmente a Faculdade.

Sr. Presidente, a Bahia, sempre em destaque na política nacional, não poderia alienar a sólida formação humanística dos mestres da Fameb e sua influência na comunidade. Assim, os salões da Faculdade serviram de palco para acirradas discussões, agitados debates e até mesmo lutas armadas, que marcaram decisivamente os rumos tomados pelo contexto social e político nacional – como na Guerra do Paraguai, na Guerra de Canudos e na Segunda Guerra Mundial.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tão rica história não poderia ficar perdida na noite do tempo, nem esmaecida pela nuvem do esquecimento. Assim, todo o precioso acervo histórico da Faculdade, de sua fundação até os dias de hoje, foi recolhido e catalogado pela Universidade Federal da Bahia para compor o extraordinário

acervo do Memorial da Medicina, organizado no Reitorado Macedo Costa.

Ocupando os nove salões da antiga Escola criada por D. João, o Memorial é o mais importante documentário do ensino médico do Brasil. Mais de 5 milhões e 300 mil páginas de documentos, incluindo teses, pedidos de matrícula, pesquisas e experiências de gerações de cientistas se juntam no notável patrimônio do Memorial da biblioteca, com aproximadamente 40 mil títulos, entre os quais se destacam livros raros dos séculos XIV ao XIX – inclusive a raríssima coleção completa da **Flora Brasiliensis**, de Martius –, alguns em latim, outros versando sobre alquimia, à pinacoteca, com mais de 200 retratos de mestres pintados por famosos artistas baianos – a maior da Bahia –, e ao suntuoso mobiliário, que se distribui, principalmente, no Salão Nobre e na Congregação.

Fato notável sobre a importância da Faculdade de Medicina para o povo baiano é o fato de que, após ser destruída por um incêndio, em 1905, com perda de inúmeros livros, teses e memória histórica da Faculdade, a biblioteca foi recuperada e, em 1909, com a colaboração de professores, alunos, médicos e amigos da Medicina, que doaram suas coleções particulares, surge uma nova biblioteca.

O Memorial de Medicina oferece a todos os interessados o material e as emoções necessárias ao estudo da Medicina no Brasil. Ele é uma inesgotável fonte de cultura histórica, de pesquisa e de consulta para turistas, estudantes e cientistas do Brasil e do exterior.

Neste início do século XXI, a Fameb continua trilhando seus caminhos de excelência, formando médicos e proporcionando-lhes cursos de pós-graduação e especialização do mais alto nível.

Neste ano de 2008, a classe médica brasileira, em particular, e o próprio País, em geral, têm uma significativa data a comemorar: dois séculos do estabelecimento do ensino médico em nossa terra.

Que não apenas os profissionais de Medicina se lembrem do fato. Que o Ministério da Educação, as universidades, as entidades médicas e todos aqueles que se julgam responsáveis por essa formação profissional na nossa Pátria façam coro para celebrar esse feito memorável, que nos coloca entre as nações com maior tradição no ensino da Medicina.

Não é por outra razão, Sr. Presidente, que nossos profissionais médicos se destacam aqui e no exterior, seja no exercício da Medicina, seja no ensino ou na pesquisa científica. Que o espírito de Hipócrates continue iluminando nossos mestres e permita que a Faculdade de Medicina da Bahia continue a formar os excelentes médicos que de seus bancos têm saído, desde os idos de 18 de fevereiro de 1808.

Ao Professor Doutor José Tavares Neto, Diretor da Fameb, ao Professor Doutor Naomar Monteiro de Almeida Filho, Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia, e a todos os professores e servidores da Faculdade de Medicina da Bahia, meu votos de continuidade no profícuo trabalho em prol da Medicina nacional e da saúde do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15 horas e 33 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 39 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 48/08 – CDH

Brasília, 13 de março de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, comunico a Vossa Excelência a mudança do nome da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulheres, para Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, em reunião ocorrida no dia 13 de março de 2008.

A mudança do nome da Subcomissão em epígrafe ocorre em virtude da aprovação do Requerimento nº 01, de 2008 – CDHDM, aprovado da CDH em 13-03-08.

Aproveito a oportunidade para professar minha estima e consideração. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicado.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 29/08-GLDEM

Brasília, 25 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição da Senadora Rosalba Ciarlini pelo Senador Demóstenes Torres, como titular, na Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício GLPMDB nº 67/2008

Brasília, 25 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores Almeida Lima PMDB/SE e Geraldo Mesquita PMDB/AC, como membros titulares da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura o uso da internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, – Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 21/2008 – GLDBAG

Brasília, 25 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Paulo Paim como membro titular, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, – Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência designa o Sr. Senador Paulo Paim para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2008, do Congresso Nacional, nos termos do ofício lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 22/2008 – GLDBAG

Brasília, 25 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Ideli Salvatti como membro titular, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de in-

vestigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos, em substituição ao Senador João Pedro, em virtude do mesmo encontrar-se em compromisso de viagem inadiável.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

– Senadora **Ideli Salvatti**, – Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 23/2008 – GLDBAG

Brasília, 25 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Renato Casagrande como membro suplente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

– Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 24/2008 – GLDBAG

Brasília, 25 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senador Marcelo Crivella para compor como membro titular a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passará a integrar a referida comissão, como membro suplente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

– Senadora **Ideli Salvatti**, – Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 317, DE 2008

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Federal Camilo Cola e aos seus filhos Camilo e Ana Maria.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Federal Camilo Cola e aos seus filhos Camilo e Ana Maria, pelo falecimento de sua esposa Dona Ignez Massad Cola, ocorrido em 15 de março de 2008, em Cachoeiro do Itapemirim – ES.

Dessa forma, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e, de acordo com as tradições da Casa, requeiro que sejam prestadas as seguintes condolências:

Inserção em ata de voto de profundo pesar ao Deputado Federal Camilo Cola e aos seus filhos Camilo e Ana Maria. End.: Câmara dos Deputados IV – Gabinete 822 – CEP. 70160-900 – Brasília – DF.

Justificação

Esposa do empresário e Deputado Federal Camilo Cola, Dona. Ignez Massad Cola morreu na manhã do último sábado, na chácara da família, em Cachoeiro de Itapemirim, aos 83 anos, completados dia 2 de março. Ela foi mais do que uma companheira inseparável, ao longo de 59 anos de união. Era, como ele próprio disse, insubstituível, como se fosse parte do próprio corpo do marido, aquela a quem recorria em momentos de dúvida, seu amparo em tempos difíceis e, acima de tudo, o estio da família.

Discreta, Dona Ignez cuidava da área social da Viação Itapemirim, uma das empresas da família, idealizando programas de assistência aos funcionários, como a doação de enxovais para as funcionárias gestantes. Além disso, atuava em vários programas de ajuda a pessoas carentes em Cachoeiro de Itapemirim. Católica fervorosa, reunia um grupo de oração para a celebração de missas na casa de campo da família.

Camilo Cola, um capixaba incansável, visionário que junta a paixão pelo trabalho à ousadia – qualidades que o tornaram um dos maiores empresários brasileiros –, encontrou em Dona Ignez a alma gêmea que lhe forneceu, durante décadas, desde 1949, ano em que se casaram, o apoio indispensável em todas as ocasiões.

No livro **A Estrada da Vida**, em que relata sua trajetória, Camilo conta que, logo depois de criar o que seria o embrião do Grupo Itapemirim, hoje um gigante do transporte rodoviário, tornou-se representante, na região de Cachoeiro, da fabricante norte-americana de pneus Goodyear. À noite, caminhava pelas ruas da cidade, sempre em companhia de sua inseparável Ignez. Quando encontravam carros com pneus carecas estacionados na rua, os dois colocavam nos pára-brisas dos veículos um folheto anunciando a venda de pneus novos da Goodyear.

Assim era Dona Ignez Massad Cola. Uma mulher incomparável, que lutou ao lado do marido desde o difícil começo, uma parceria de valor. Como disse o próprio Camilo, foram 59 anos de perfeito convívio. A lembrança de alguém que dedicou sua vida a fazer o bem e tornou a união conjugal um exemplo meritório há de ajudar Camilo Cola e os filhos Camilo e Ana Maria a atravessar esse difícil momento.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2008.
– Senador **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 318, de 2008

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade a Senhora Kátia Verônica Moreira e aos filhos Juca, Mila, Fernanda e Paloma.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade Senhora Kátia Verônica Moreira e aos filhos, Juca, Mila, Fernanda e Paloma, pelo falecimento de seu esposo Djalma Juarez Magalhães, ocorrido em 15 de março de 2008, em Vitória – ES.

Dessa forma, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e, de acordo com as tradições da Casa, requeiro sejam prestadas as seguintes condolências:

Inserção em ata de voto de profundo pesar a Senhora Kátia Verônica Moreira e aos filhos, Juca, Mila, Fernanda e Paloma. End.: Rua Coronel Monjardim, 20 – Apt. 504 – Centro – 29015-500 – Vitória – ES.

Justificação

Aos 77 anos, depois de uma longa carreira na imprensa capixaba, morreu sábado em Vitória Djalma Juarez Magalhães, um dos mais conhecidos jornalistas do Espírito Santo. Com passagens por alguns dos principais órgãos de comunicação do Estado, foi também o fundador do extinto **Jornal da Cidade**.

Seu espírito combativo não o abandonou até o fim. Atormentado nos últimos anos por uma série de doenças, nem por isso perdeu o ânimo, e continuou escrevendo artigos para jornais e revistas capixabas. Depois de perder a primeira esposa, a colunista social Maria Nilce dos Santos Magalhães, assassinada em julho de 1989, aos 48 anos de idade, lutou com todas as suas forças para que os autores do crime fossem punidos.

Num dos últimos artigos que escreveu para publicação, Djalma fez uma reflexão que bem poderia servir como epígrafe para sua trajetória: “A finalidade da vida é permitir que o ser humano reflita, medite, busque melhorar-se espiritualmente, renunciando ao

poder terrestre, combatendo a luxúria, o egoísmo, a vaidade, o orgulho e, principalmente, o ódio”.

As dificuldades com que se deparou ao longo do caminho não o fizeram sucumbir. Pelo contrário, nelas encontrou forças para prosseguir lutando e exercendo sua profissão com a competência de sempre. Casado pela segunda vez com Dona Kátia Verônica Moreira, Djalma deixa quatro filhos de seu primeiro casamento com a jornalista Maria Nilce, Juca, Mila, Fernanda e Paloma.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

REQUERIMENTO Nº 319, DE 2008

Nos termos do art. 222 do RIsf, Requeiro Voto de Aplauso à Fundação Assis Chateaubriand e seus patrocinadores – Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Associados Identidade com o Brasil, Associação Cultural do Arquivo Nacional e Ministério da Cultura – pela bela iniciativa de promover o 14º prêmio Nacional Assis Chateaubriand de Redação – Projeto Memória com o Tema “João Cândido e a Luta pelos Direitos Humanos”. O presente voto parabeniza a Fundação pelo grande incentivo à cultura promovendo o conhecimento do primeiro almirante negro João Cândido Felisberto, gaúcho, filho de escravos, que liderou a revolta pela dignidade humana em nossa marinha de guerra e em nosso País.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solidificados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 320, DE 2008

Nos termos do Regimento Interno desta Casa e, conforme designação do Senhor Presidente do Senado Federal, requeiro, em conformidade com o art. 39, inciso I, autorização para ausentar-me do País no período de 26 a 30 de março de 2008, quando estarei em missão oficial representando o Brasil no II Encontro de Jovens Parlamentares da América Latina e Caribe a realizar-se na Cidade do México, e de 31 de março a 1º de abril de 2008 em viagem particular de caráter político-cultural. Requeiro, ainda, com base no art. 40, autorização para ausentar-me dos traba-

lhos desta Casa no período compreendido entre 26 de março e 1º de abril do corrente ano pelos motivos acima mencionados.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB/GO.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 321, DE 2008

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do expediente da sessão de 15 de maio do corrente ano, seja dedicado a homenagear a memória do médico e geógrafo Josué de Castro pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senador **Jarbas Vasconcelos** – Senador **Sérgio Guerra** – Senador **Marco Maciel** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Geraldo Mesquita** – Senador **Eduardo Suplicy** – Senador **Tião Viana**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 200, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício S nº 2, de 2008, (Ofício nº 2112/2007, na origem), que comunica ao Senado Federal a indicação do Senhor Marcelo Rossi Nobre para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 19 de março de 2008, apreciando o Relatório apresentado pelo Senador EPITÁCIO CAFETEIRA sobre o Ofício “S” nº 2, de 2008, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Senhor MARCELO ROSSI NOBRE para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, por 20 votos favoráveis, contrários e _abstenções, e 01(hum) voto em branco.

Sala da Comissão, 19 de março de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: DSF Nº 2 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/03/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR: <i>Epitácio</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ¹	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY <i>Eduardo Supply</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. MARCELO CRIVELHA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ² <i>Antônio Carlos Valadares</i>
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5. JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ³ <i>Kátia Abreu</i>
ANTONIO CARLOS JUNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES <i>Antônio Carlos Junior</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB ⁴	
EPITÁCIO CAFETEIRA (Relator)	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS <i>Jefferson Pêres</i>

Atualizada em: 14/02/2008

¹ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

² Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

³ Vaga cedida pelo Democratas;

⁴ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008

RELATÓRIO

Relator: Senador **Epitácio Cafeteira**

Vem ao exame do Senado Federal a indicação, pela Câmara dos Deputados, do Senhor Marcelo Rossi Nobre, como representante daquela Casa do Congresso Nacional no Conselho Nacional de Justiça, nos termos do inciso XIII do art. 103-B, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a Reforma do Judiciário, e regulamentado pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Consoante o dispositivo constitucional acima referido, os membros daquele Conselho, a quem cabe proceder ao controle externo da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, e o referido Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição e Justiça, proceder à sabatina dos indicados.

Em obediência aos ditames desses diplomas legais, o Senhor MARCELO ROSSI NOBRE encaminhou o seu **curriculum vitae**, e outros documentos, que passamos a resumir.

O indicado nasceu em 5 de fevereiro de 1967 em São Paulo, capital. É formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU e cursou pós-graduação em Direito Societário na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

Tem experiência de advogado militante nas áreas de Direito Público, Direito Civil e Comercial (societário), além de consultor e militante nas áreas de Direito Eleitoral e na Lei de Imprensa. Foi nomeado por magistrados da capital paulista como Curador Especial “Múnus Público”, como Síndico Dativo/Administrador Judicial de Massas Falidas e de empresas em recuperação judicial. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo o nomeou para administrar judicialmente a companhia “Bombril S/A”, na finalização/término da intervenção judicial.

Atuou como advogado voluntário na orientação jurídica às pessoas carentes na cidade de Diadema, São Paulo, junto à Creche Lar do Alvorecer.

Marcelo Rossi Nobre ocupou diversos cargos públicos, dentre os quais o de Assistente Jurídico, na Secretaria dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo, onde realizava análise jurídicas de processos e orientações para outras Secretarias Municipais, elaborando pareceres e manifestações opinativas em matérias jurídicas (janeiro a março de 2001).

Foi também Assessor Especial da Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo (março de 2001 a dezembro de 2004) e integrou o Conselho de Administração da Companhia de Habitação de São Paulo (COHAB/SP) de 2001 a 2004.

Dentre suas atividades acadêmicas destacou-se o exercício da função de professor assistente da cadeira de Fundamentos de Direito Público (FDP) e de Prática Forense de Direito Público, entre os anos de 1998 e 2003.

Cursou módulos de Curso de Especialização em Direito Tributário na USP e o Curso de Especialização em Direito Administrativo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e o Curso de Especialização em Direito Societário na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – FGV, também de São Paulo.

No âmbito corporativo, foi conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, entre 2005 e 2008 e Conselheiro Diretor (2º Tesoureiro) da mesma Associação, no ano de 2007.

Marcelo Rossi Nobre também atuou como voluntário em campanhas políticas, participou de diversos cursos jurídicos e de idiomas, publicou artigos especializados sobre a Lei de Imprensa e proferiu palestras sobre temas de direito civil e processual.

Finalmente, no tocante às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005 e do Ato nº 1, de 2007 desta CCJ, o indicado apresentou os documentos e as declarações lá previstas, informando que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor da Câmara dos Deputados; que não cumpre quaisquer sanções criminal ou administrativo-disciplinar, bem como que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra ele; que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes; e que renuncia ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato no Conselho Nacional de Justiça e até dois anos após o seu término.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 19 de março de 2008. – Senador **Marco Maciel**, Presidente – Senador **Epitácio Cafeteira**, Relator.

**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

NOBRE ADVOGADOS ASSOCIADOS

FUNDADOR - PROF. DR. FREITAS NOBRE (IN MEMORIAM)

MARCELO ROSSI NOBRE
ADVOGADO

AV. LIBERDADE, 65 - 2º e 3º AND. - RECEPÇÃO CJ. 207
CEP 01503-000 - SÃO PAULO - SP - BRASIL
TEL/FAX: (0XX11) 3106-6543 / 3107-1426 / 3101-0952
E-MAIL: advocacia@freitasnobre.com.br
Web Site: www.freitasnobre.com.br

MARCELO ROSSI NOBRE, em cumprimento ao artigo 1º, inciso III, do Ato número 01 de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, vem, perante Vossas Excelências, apresentar, de forma sucinta, suas argumentações.

Iniciou sua carreira jurídica como estagiário de direito do Professor Doutor Freitas Nobre, seu pai, no segundo semestre do ano de 1989, assumindo no ano seguinte (Novembro de 1990) a propriedade e administração do referido escritório em razão do falecimento do fundador Doutor Freitas Nobre. Como estagiário proprietário acompanhou processos em todas as áreas do direito participando de audiências, elaboração de peças jurídicas e etc. Ao concluir sua graduação, militou em várias áreas do direito notadamente a do Direito Público, Eleitoral, Civil e Comercial. Até o ano de 2007, prestou de forma voluntária, orientação jurídica as pessoas carentes da cidade de Diadema/SP e região junto a creche Lar do Alvorecer. Durante os primeiros anos de formado também foi nomeado por vários magistrados paulistas para exercer o múnus público de Curador Especial e a partir do ano de 2004 até a presente data, vários juízes de São Paulo o nomearam, também, para exercer a função de síndico dativo/administrador judicial em falências e/ou comissário/administrador judicial em concordatas/recuperações judiciais. Foi docente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, como Professor assistente das cadeiras de Fundamentos de Direito Público e Prática Forense de Direito Público durante 06 anos. Em 2001 aceitou o convite para chefiar o gabinete do DD.Vice-prefeito da cidade de São Paulo, Doutor Hélio Bicudo, onde permaneceu durante todo o mandato, que se encerrou em dezembro de 2004. Neste mesmo período foi Conselheiro de Administração da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB. É Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP – desde 2005, eleito para exercer mandato de 03 anos. No ano de 2007, foi também eleito Diretor 2º Tesoureiro da referida Associação, a maior associação de advogados da América Latina. Foi secretário voluntário do ex-Deputado Federal Freitas Nobre, acompanhando-o em viagens por todo país na luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, Diretas Já e nas suas campanhas eleitorais de 1982, 1986 e 1990. Kursou vários módulos de pós-graduação não tendo concluído em Direito tributário na Universidade de São Paulo - USP e concluído em Direito Administrativo na PUC/SP sem a apresentação da tese de conclusão. Concluiu, também, pós-graduação em Direito Societário na Fundação Getúlio Vargas – GV Law, encontrando-se em fase de apresentação da tese de conclusão do curso.



MARCELO ROSSI NOBRE

DECLARAÇÃO

MARCELO ROSSI NOBRE, vem, pela presente, em cumprimento a exigência contida no Ato Número 01 de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, em seu artigo 1º inciso II, letra “a”, D E C L A R A R que possui os seguintes parentes exercendo atividades públicas e privadas vinculadas a minha atividade profissional: esposa Mônica Autran Machado Nobre, Juíza Federal da 3ª Região – São Paulo e Mato Grosso do Sul desde 1996 até a presente data; Tio Gamaliel Rossi Severino, Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo sob o número 23.918 desde 1969.

Brasília, Fevereiro de 2008.



MARCELO ROSSI NOBRE

DECLARAÇÃO

MARCELO ROSSI NOBRE, vem, pela presente, em cumprimento a exigência contida no Ato Número 01 de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, em seu artigo 1º inciso II, letra “b”, D E C L A R A R que participa como sócio-proprietário em razão de sucessão da sociedade de advogados Nobre Advogados Associados – atual denominação da Advocacia Professor Freitas Nobre fundada em 1948 - inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo sob o número 3636.

Brasília, Fevereiro de 2008.



MARCELO ROSSI NOBRE

Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CPF : 091.025.138-03

Data da Emissão : 21/02/2008

Hora da Emissão : 09:22:24

Código de Controle da Certidão : 8A10.F776.C61A.647D

Tipo da Certidão : Negativa

Certidão Conjunta **Negativa** emitida em 21/02/2008, com validade até 19/08/2008.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Certidão de Distribuições Criminais na Comarca da Capital

Certidão Nº: 4860334

FOLHA: 1 / 1

A Diretoria Técnica de Serviços de Informações Criminais da Comarca da Capital, no uso de suas atribuições legais,

Certifica e dá fé que, pesquisando os registros de distribuições de **Ações Criminais**, anteriores a data de **18/02/2008**, verificou **NADA CONSTAR** contra:

MARCELO ROSSI NOBRE *****

RG.: 9272099 CPF.: 091.025.138-03, Nascido em 05/02/1967, Filho de JOSE FREITAS NOBRE e MARLENE ROSSI SEVERINO NOBRE, Natural de Sao Paulo - SP conforme indicação feita no pedido de certidão. *****

Esta certidão é expedida para fins exclusivamente Cíveis, não se aplicando às informações requisitadas por autoridade judiciária nem às certidões para fins eleitorais. (item 54,54.3 e 54.4, Cap. VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça)

Certifica, finalmente, que as custas devidas, no valor de R\$ 9,00, foram pagas na forma da Lei.

São Paulo, quarta-feira, 20 de fevereiro de 2008

PEDIDO Nº


Izaltino Raymundi
Diretor Técnico de Serviço
DIPO - 2.3

JM

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

JM

Nº 874962

CERTIDÃO DA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DA CAPITAL - DEGRIM

Campo a ser preenchido pelo interessado, à máquina ou em letra de forma, usando tinta indelével preta ou azul, com uma letra em cada quadrado, e intervalo de um único quadrado entre cada nome, sem abreviatura.

Nome MARCELO ROSSI NOBRE

Filho(a) de JOSE FREITAS NOBRE

e de MARLENE ROSSI SEVERINO NOBRE

Natural de SÃO PAULO

Est. SP

Data de Nascimento

05021967

CPF

091025138-03

Registro Geral Nº

9272099

Órgão Expedidor

SSP-SP

CERTIDÃO NEGATIVA

NADA CONSTA nos fichários, contra o nome

Márcio de Almeida

Pesquisador

São Paulo,

GRAFADO ACIMA

CERTIDÃO POSITIVA

Contra o nome pesquisado, tal como grafado acima, CONSTA(M) nos fichários a(s) seguinte(s) execução(ões):

Pesquisador

São Paulo,

SERVIÇO DE CERTIDÕES DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS - Pretendo receber a Certidão

☒ NO GUICHÊ - Forum Criminal (Vd. Dona Paulina, 80 - 3º andar)☐ PELO CORREIO - Preencha o Verso e não destaque o protocolo

ATENÇÃO: Esta Certidão somente terá valor mediante:

a) A chancela do Diretor; e

b) Autenticação de recebimento das custas.

Autenticação Mecânica

Carimbo do Órgão Arrecadador

ENC 0384 18Fev2008 697

9,00RD 069

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS

Nº da Certidão 2008.0000177716

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: MARCELO ROSSI NOBRE**, ou vinculado ao **CPF de número 091.025.138-03**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base na Ordem de Serviço nº 03/2007 DF.
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.gov.br, até 60 dias da emissão, através do código de segurança: GBh4IKJWD9ZT B5LH9V X7ELPhATAY6NhMC;
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo;

São Paulo, 18 de fevereiro de 2008 às 15h28min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Rua José Bonifácio, 237 2º Andar - São Paulo - SP

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL****CERTIDÃO Nº: 538465****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site do Tribunal de Justiça (<http://www.tj.sp.gov.br>).

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS E DE FAMÍLIA, EXCETO EXECUTIVOS FISCAIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a data de 29/02/2008, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

MARCELO ROSSI NOBRE, RG: 9272099, CPF: 091.025.138-03, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

A seguinte distribuição:*****

» *Foro Central Cível - 14ª Vara Cível. Processo: 100.07.203625-2 (583.00.2007.203625). Ação: Procedimento Ordinário (em geral). Data: 30/07/2007. Repte: BOMBRIL S/A.******

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

As custas no valor de R\$ 9,00, foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 3 de março de 2008.



Célia Regina David Gomes
Diretora Técnica de Serviço - DEPRI 1.3

PEDIDO Nº:

Primeiro 1 Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

José Carlos Alves
TABELIÃO

Mário Rezende Florence
SUBSTITUTO DO TABELIÃO

Tel: 11 3106.6916 Fax: 11 3241.5083 - cep: 01317-000 / Av. Brigadeiro Luis Antônio, 371, sobreloja - Bela Vista - São Paulo - SP

SEQ *1.278.126

CERTIDÃO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA DÁFÉ,

a pedido de: MARCELO ROSSI NOBRE, RG 9272099,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, deles verificou:

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de:

MARCELO*ROSSI*NOBRE*****

NBSDFMP SPTTJ OPCSF

OCTEGNQ TQUUK PQDTG

CPF**09102513803*****RG*****9272099*****

no período de **5 ANOS** anterior a 15 DE FEVEREIRO DE 2008.

Eu, MARCOS L.D.DE FREITAS conferi.

SÃO PAULO, 19 DE FEVEREIRO DE 2008



VALORES COBRADOS	
AO TABELIÃO:	*****4,46
AO ESTADO:	*****1,27
AO IPESP:	*****0,94
AO REGISTRO CIVIL:	*****0,23
AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:	*****0,23
A SANTA CASA:	*****0,04
TOTAL:	*****7,17

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET: www.protesto.com.br

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

VERIFIQUE A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO ATRAVÉS DO SITE: www.primeiroprotestosp.com.br DIGITANDO: 13530127812600017821,

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA BOA VISTA, 314 - 1º ANDAR - SÃO PAULO - CEP 01014-000

DR. ANTONIO AUGUSTO SMITH JUNQUEIRA
TABELIÃODRA. ADRIANA PORTO JUNQUEIRA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO**CERTIDÃO**

69 - CX. C

O SEGUNDO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, A PEDIDO DO REQUERENTE ==>

*****MARCELO ROSSI NOBRE*****
RG 9272099

CERTIFICA E DA FE QUE,

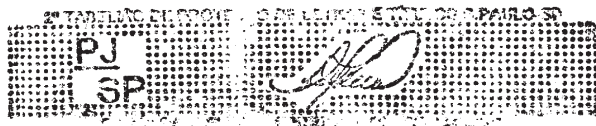
REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, DELES VERIFICOU NÃO CONSTAR PROTESTO NO PERÍODO DE 15/02/2003 A 15/02/2008 EM NOME DE:

*****MARCELO ROSSI NOBRE*****

CPF : 091.025.138-03 RG : 9272099

EU, ABIKA PEDROSA MOREIRA,***** ,AUXILIAR PESQUISEI

SÃO PAULO, 19 DE FEVEREIRO DE 2008



-----VALORES COBRADOS PELA CERTIDÃO-----

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REG.CIVIL	T.JUSTICA	STACASA	TOTAL
4,46	1,27	0,94	0,23	0,23	0,04	7,17

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

AU
SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET:
WWW.PROTESTO.COM.BR

CODIGO DE AUTENTICIDADE: 61488851



3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 34 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP: 01005-010 - TELS.: 3107-5033 / 3107-5034 / 3107-5035 / 3107-5036 PABX - SÃO PAULO-SP

CERTIDÃO

Nº.0069-C
Folha(s) 0001

O TERCEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D Á F É .

A PEDIDO DE **MARCELO ROSSI NOBRE** *****
R.G- 9272099*****

QUE REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, DELES VERIFICOU

N ã o C O N S T A R P R O T E S T O

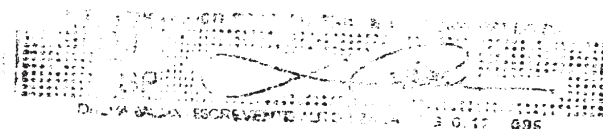
EM NOME DE **MARCELO ROSSI NOBRE** *****
***** NBSDFMP SPTTJ OPCS *****

CPF- 09102513803***** R.G- 9272099*****

No Período de 05 Ano(s) Anterior(es) A 15 de Fevereiro de 2008*****
Nada Mais.

Pesquisado por CEZAR AUGUSTO DE LIRA, AUXILIAR DO TABELIÃO*****
Certidão Conferida por Fabian Baptista da Silva, Escrevente Habilitado

São Paulo, 19 de Fevereiro de 2008



Terceiro Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

Emolumentos..	*****4,46
Estado.....	*****1,27
Ipesp.....	*****0,94
Reg. Civil....	*****0,23
Tribunal.....	*****0,23
Santa Casa...	*****0,04
Total.....	*****7,17

Os valores acima foram cobrados pela certidão.

- 1- VÁLIDO SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2- As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3- Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 4- A presente certidão refere-se a existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite Certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no site www.protesto.com.br

4

TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
AVENIDA BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 319 - SAO PAULO - SP - Tel.: (011) - 3186-7254

SEQ. 1296193

CERTIDÃO

O 4º TABELIAO DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS DA COMARCA DE SAO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**,

a pedido de: MARCELO ROSSI NOBRE, RG 9272099,
que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

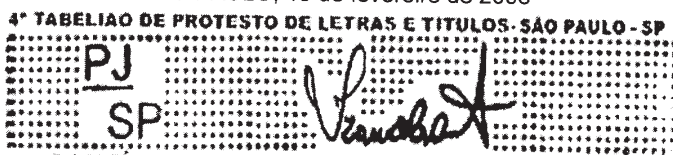
em nome de :

MARCELO*ROSSI*NOBRE*****
NBSDFMP SPTTJ OPCSF
OCTEGNO TOUUK PQDTG 51
CPF*09102513803*****RG*9272099**

no período de 5 ANOS anterior a 15 de fevereiro de 2008

Pesquisado por VALQUIRIA NORBERTO

SAO PAULO, 19 de fevereiro de 2008



IZAURA RÓS BARRETO - ESCRIVENTE - RG: 6.506.366-8 SSP - SP

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET: www.protesto.com.br

Para consultar a autenticidade desta, através do código 13530129619300017821, acesse www.quartoprottestosp.com.br

EMOLUMENTOS *****4,46	AO ESTADO *****1,27	AO IPESP *****0,94	REG CIVIL *****0,23	TRIB. JUSTIÇA *****0,23	SANTA CASA *****0,04	TOTAL *****7,17
--------------------------	------------------------	-----------------------	------------------------	----------------------------	-------------------------	--------------------

AS CUSTAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA. ESTA CERTIDÃO SO SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO RESPECTIVO PEDIDO.

5º Tabelião de Protesto

RUA DA GLÓRIA, 162 - SÃO PAULO - CAPITAL

Bel. RUBEM GARCIA
TABELIÃO

COD: 2047202

000069C - 19 *B*01*

CERTIDÃO NEGATIVA

O QUINTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, C E R T I F I C A E D Á F É

QUE, REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS LAVRADOS NO PERÍODO DE
CINCO ANOS ANTERIORES À **15 DE FEVEREIRO DE 2008**, DELES VERIFICOU **NÃO CONSTAR**
PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DE:

***** MARCELO ROSSI NOBRE*****

***** NBSDFMP SPTTJ OPCS*****

***** CPF -09102513803 ***** RG. -9272099 *****

PARA MAIOR SEGURANÇA, CONFIRA DE CIMA PARA BAIXO CADA LETRA DO NOME CERTIFICADO, COM A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DA LINHA INFERIOR.
ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU
RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

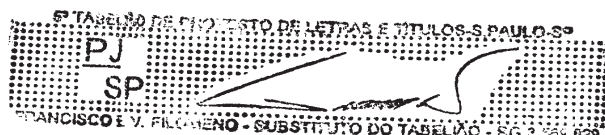
*** NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S) ***

Solicitante: MARCELO ROSSI NOBRE
RG. 9272099

Eu, ROBERTO DE SOUZA Auxiliar, pesquisei.

Eu, FRANCISCO E. V. FILOMENO Substituto do Tabelião conferi e assino.

SÃO PAULO, 19 de FEVEREIRO de 2008



Emolumentos	Ao Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib. Justiça	Santa Casa	TOTAL RECEBIDOS
4,46	1,27	0,94	0,23	0,23	0,04	7,17

Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR

AMISSÃO DE PESSOAS
JULIANA E COUTO
15/02

Nº. PEDIDO: 69C/19



6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA FRANCISCA MIQUELINA, 325 - SP

SEQ. 1326034

JOSÉ MÁRIO BIMBATO
TABELIÃO

CERTIDÃO

O SEXTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DA FÉ,

a pedido de: MARCELO ROSSI NOBRE, RG 9272099,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de:

MARCELO*ROSSI*NOBRE*****
NBSDFMP SPTTJ OPCSF
OCTEGNQ TQUUK PQDTG 54

CPF**09102513803***RG***9272099*****

no período de **5 ANOS** anterior a 18 DE FEVEREIRO DE 2008.

Pesquisado por: ANTONINO AP.PORTELLA

SÃO PAULO, 19 DE FEVEREIRO DE 2008.



VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET: www.protesto.com.br

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	STA. CASA	TOTAL
*****4,46	*****1,27	*****0,94	*****0,23	*****0,23	*****0,04	*****7,17

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.



Rua da Glória, 152 - 1º. / 3º. Andares – Centro
São Paulo – SP – Tel.: (11) 3111-7070

SEQ. 1377074

CERTIDÃO

O 7º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**,

a pedido de: MARCELO ROSSI NOBRE, RG 9272099,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de:

MARCELO*ROSSI*NOBRE*****
NBSDFMP SPTTJ OPCSF
OCTEGNQ TQUUK PQDTG 54

CPF**09102513803*****RG**9272099*****

no período de **5 ANOS** anterior a 18 de fevereiro de 2008.

Pesquisado por: OSVALDO A DOS SANTOS

São Paulo, 19 de fevereiro de 2008.



OSVALDO APARECIDO DOS SANTOS - ESCRIVENTE - RG. 8.177.008-6

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET: www.protesto.com.br

EMOLUMENTOS *****4,46	AO ESTADO *****1,27	AO IPESP *****0,94	SINOREG *****0,23	TRIB. JUST *****0,23	STA. CASA *****0,04	TOTAL *****7,17
--------------------------	------------------------	-----------------------	----------------------	-------------------------	------------------------	--------------------

Oitavo Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

Rua XV de novembro, 331 - Centro - Tel.: (11) 3106-8131 - CEP: 01013-001 - São Paulo-SP

Nº do Pedido: 2008.02.19/000069

CERTIDÃO

O 8º TABELIAO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SAO PAULO, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA E DA FÉ**, a pedido de **MARCELO ROSSI NOBRE**, RG 9272099 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 15/02/2008, em nome de:

MARCELO ROSSI NOBRE

CPF 09102513803 - RG 9272099



79

NÃO CONSTA PROTESTO

*	*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*	*

Eu, SEYIRINA ARAUJO VERAS - Auxiliar AUTORIZADO(A), conferi.

Eu, EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Escrevente a Subscrovo e Assino.

SAO PAULO, 19 de Fevereiro de 2008

SP **09102513803**

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	AO TRIBUNAL JUSTICA	STA.CASA	TOTAL
4,46	1,27	0,94	0,23	0,23	0,04	7,17

Sistema de índices dos Tabeliães de Protesto pela Internet, no SITE: www.protesto.com.br

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO(S) NOME(S) E AOS NÚMEROS NELA INTEGRALMENTE GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA.

OITAVO TABELIAO

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

PRAÇA JOÃO MENDES, 52 - SOBRELOJA - FONE: 3107-8537 - SÃO PAULO - SP

BENEDICTO SILVEIRA FILHO

Tabelião

EDUARDA SILVEIRA

Tabeliã Substituta

00069 - C

19/02/2008

**CERTIDÃO**

O 9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, DA COMARCA DE SÃO PAULO, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D A F É .

A pedido de MARCELO ROSSI NOBRE, RG 9272099 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 15/02/2008, em nome de:

MARCELO ROSSI NOBRE**CPF 091.025.138-03 RG 9272099****NÃO CONSTA PROTESTO**

*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*

Eu, Marisa de Freitas Moraes - Tabeliã Substituta, Subcrevo e Assino.

Eu, Lassi Custodio S. Santos - Escrevente Autorizada, conferi.

SÃO PAULO, 19 DE FEVEREIRO DE 2008



EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
4,46	1,27	0,94	0,23	0,23	0,04	7,17

19/02/2008 17:37:01

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código da barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

FOLHA : 1

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

Siscart Informática Ltda.

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

ESTÁ UTILIZANDO O SEU NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO PARA ACESSAR O SISTEMA DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS. NÃO ABANDONE O NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO EM NENHUM MOMENTO. NÃO ABANDONE O NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO EM NENHUM MOMENTO. NÃO ABANDONE O NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO EM NENHUM MOMENTO.



10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

Praça Doutor João Mendes, 46 - Sobreloja - Centro - São Paulo - CEP 01501-000
www.10tpsp.com.br

Nº do Pedido : 2008.02.19/C00069



CERTIDÃO

O 10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de MARCELO ROSSI NOBRE, RG 9272099 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 15/02/2008, em nome de:

MARCELO ROSSI NOBRE
CPF 091.025.138-03 RG 9272099



NÃO CONSTA PROTESTO

*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*	*

Eu, Leonice Aparecida de Campos - Escrevente Autorizado, conferi.

Eu, Elaine Coletti - Substituto(a) do Tabelião, Subscrevo e Assino.

SÃO PAULO, 19 DE FEVEREIRO DE 2008

10º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de S. Paulo - SP



Elaine Coletti - Substituta do Tabelião - RG 9.268.384

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
4,46	1,27	0,94	0,23	0,23	0,04	7,17

19/02/2008 16:03:16

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

PARECER Nº 201, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício S nº 6, de 2008 (nº 22/2008, na origem), que comunica ao Senado Federal a indicação do Ministro Gilmar Mendes para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, igualmente eleito para o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, para o biênio 2008/2010.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 19 de março de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Tasso Jereissati sobre o Ofício S nº 6, de 2008, opina pela aprovação da escolha do nome do Ministro Gilmar Mendes para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça, igualmente eleito para o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 103-B, inciso I, da Constituição Federal, por 21 votos favoráveis, contrários – e – abstenções.

Sala da Comissão, 19 de março de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: CFS Nº 6 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/03/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i> R. MACIEL	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> Sen. Tasso Jereissati	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)¹	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY <i>[assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ² <i>[assinatura]</i>
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[assinatura]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA <i>[assinatura]</i>	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO <i>[assinatura]</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>(Relator)</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁴	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[assinatura]</i>	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS <i>[assinatura]</i>

Atualizada em: 14/02/2008

¹ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

² Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

³ Vaga cedida pelo Democratas;

⁴ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

Vem ao exame do Senado Federal a indicação, pelo Supremo Tribunal Federal, do Ministro Gilmar Mendes, como representante daquela Corte no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do inciso I do art. 103-B, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a Reforma do Judiciário, e regulamentado pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Segundo o dispositivo constitucional acima referido, os membros do CNJ, órgão responsável pelo controle externo da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, proceder à sabatina dos indicados.

Em observância ao art. 5º, I, da Resolução nº 7, de 2005, e ao art. 1º, I, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, o Senhor Ministro Gilmar Mendes encaminhou o seu **curriculum vitae**, e outros documentos, que passamos a resumir.

O indicado nasceu em 30 de dezembro de 1955 na cidade de Diamantino, Estado do Mato Grosso. Graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) em 1978. Nos anos de 1981 e 1982 desenvolveu estudos na Universidade de Bonn (Rheinische Friedrich – Wilhelms Universität Bonn), Alemanha, visando à aceitação para o doutoramento em direito comparado, tendo cursado diversas disciplinas.

Concluiu o curso de Mestrado em Direito pela Universidade de Brasília no ano de 1987, com a dissertação “Controle de Constitucionalidade: Aspectos Jurídicos e Políticos”, tendo sido aprovado com distinção. Concluiu o mestrado pela Universidade de Münster, Alemanha (Westfälische Wilhelms – Universität zu Münster), em 1989, com a apresentação do trabalho traduzido com o título “Pressupostos de admissibilidade do Controle Abstrato de Normas perante a Corte Constitucional Alemã”.

Concluiu o doutorado em 1990, na mesma universidade, com a tese traduzida com o título “O Controle

abstrato de normas perante a Corte Constitucional Alemã e perante o Supremo Tribunal Federal”, tendo sido aprovado com o predicado **Magna cum laudae**. O diploma de doutorado foi revalidado pela Universidade de São Paulo em 1996, como Doutor em Direito do Estado.

Foi docente da Universidade de Brasília inicialmente nos anos de 1978 e 1979. Em 1994, tornou-se Professor Assistente Substituto da Faculdade de Direito daquela instituição, e ocupa o cargo de Professor Adjunto de Direito Constitucional nos cursos de graduação e pós-graduação desde 1995. Foi Professor Assistente de Direito das Obrigações na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) em 1979 e em 1983. Foi Coordenador do Curso sobre Direitos Fundamentais no Centro de Estudos Unificados de Brasília (CEUB) em 1992. É professor dos cursos de extensão e de especialização de Direito Constitucional do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) desde 1998.

O Ministro Gilmar Mendes foi orientador de mais de vinte alunos dos cursos de Mestrado da UnB, inclusive do atual Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi orientador de diversos alunos da graduação em Direito na UnB e no Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), bem como membro de inúmeras bancas examinadoras de monografias de graduação e de dissertações de mestrado em Direito na UnB, na UFRGS, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Integrou bancas examinadoras de doutorado nas referidas instituições de ensino e na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bancas de concursos públicos.

Entre suas atividades acadêmicas destacam-se as atuações como Membro do Conselho Editorial dos Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política (Editora **Revista dos Tribunais**); Membro do Conselho Editorial da **Revista Notícias do Direito Brasileiro**, da Faculdade de Direito da UnB; Membro Fundador do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP); Membro do Conselho Assessor do **Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional**, do Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de Madrid, Espanha; Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas; Membro da

Academia Internacional de Direito e Economia (AIDE), na qualidade de acadêmico.

O indicado ocupou o cargo de Procurador da República, tendo atuado em processos do Supremo Tribunal Federal entre 1985 e 1988. Foi Adjunto da Subsecretaria-Geral da Presidência da República nos anos de 1990 e 1991, e Consultor-Jurídico da Secretaria-Geral da Presidência da República entre 1991 e 1992. Atuou como Assessor Técnico na Relatoria da Revisão Constitucional na Câmara dos Deputados entre 1993 e 1994, e como Assessor Técnico do Ministério da Justiça na gestão do Ministro Nelson Jobim entre 1995 e 1996. Ocupou o cargo de Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil entre 1996 e 2000.

Foi Advogado-Geral da União entre 2000 e 2002, período em que exerceu atividades relevantes, como a criação do Centro de Estudos Victor Nunes Leal, com o fim de coordenar as atividades de aperfeiçoamento técnico e profissional dos membros da Advocacia-Geral da União (AGU); criação do Departamento de Cálculos e Perícias, para conferir e coordenar cálculos e perícias judiciais em interesse da União e de suas autarquias e fundações; criação do Sistema de Controle de Ações Judiciais da União; proposta de criação da Procuradoria-Geral Federal; criação da carreira de Procurador Federal, proposta com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; assunção da representação judicial de uma centena de autarquias e fundações, a maioria situadas no interior do país e impossibilitadas de acompanhar os feitos de seu interesse nas capitais dos Estados e do Distrito Federal; edição de 16 súmulas administrativas, autorizando a não interposição de recursos, em respeito aos direitos dos cidadãos de não terem seus interesses legítimos afetados por recursos meramente protelatórios; criação de Núcleos de Assessoramento Jurídico nas capitais dos estados e em cidades do interior; instalação da Consultoria-Geral da União.

Ocupa o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal desde 20 de junho de 2002. Foi Ministro do Tribunal Superior Eleitoral entre 2004 e 2006, tendo assumido a Presidência daquela Corte em 21 de fevereiro de 2006 e renunciado em 27 de abril do mesmo ano, em razão de sua posse na Vice-Presidência do STF.

Foi aprovado em concursos para os cargos de Juiz Federal, Assessor Legislativo do Senado Federal, Procurador da República (1º lugar) e Professor Assistente da Faculdade de Direito da UnB (também em 1º lugar).

Publicou, individualmente ou em parceria, inúmeras obras e artigos, relacionados aos temas que seguem:

- a) controle de constitucionalidade;
- b) hermenêutica constitucional;
- c) direitos fundamentais;
- d) responsabilidade fiscal;
- e) direito adquirido;
- f) súmula vinculante;
- g) celeridade e simplificação da prestação jurisdicional;
- h) direito de propriedade;
- i) voto dos portadores de deficiência grave;
- j) direito desportivo;
- k) técnicas de decisão;
- l) teoria da legislação;
- m) interpretação constitucional;
- n) direito administrativo;
- o) reforma constitucional;
- p) reforma do Judiciário.

Traduziu as seguintes obras: **A força normativa da Constituição**, de Konrad Hesse; **Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição** – contribuição para a **Interpretação pluralista e procedimental da Constituição**, de Peter Häberle; **A jurisdição constitucional e o princípio da divisão dos poderes**, de Otto Kimminich. Elaborou diversos anteprojatos de lei, entre os quais o referente ao processo e julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade, que resultou na aprovação na Lei nº 9.868, de 1999, e o relativo à disciplina da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que resultou na aprovação da Lei nº 9.882, de 1999.

Elaborou a minuta da Proposta de Emenda à Constituição nº 526, de 1997, que instituiu os juizados especiais federais, convertida na Emenda Constitucional nº 22, de 1999. Participou ativamente da formulação do texto do Projeto de Lei nº 3.999, de 2001, encami-

nhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo e convertido na Lei nº 10.259, de 2001, que regulamenta a referida emenda constitucional.

Participou, como conferencista, de trezentos e cinquenta e cinco seminários, congressos e simpósios. Lecionou em cursos de especialização promovidos por diversas instituições, como a Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal, o Senado Federal, as Escolas de Magistratura dos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 4ª Região, o Instituto Brasiliense de Direito Público e o Instituto Luso-Brasileiro de Direito Constitucional, em Lisboa.

Recebeu mais de trinta homenagens, entre as quais destaco:

a) do Presidente da República Federal da Alemanha, com a concessão da “Cruz do Mérito” (**Das Verdienstkeuz am Bande**) da “Ordem do Mérito” daquele País, em 1982;

b) do Tribunal Superior do Trabalho, com a admissão na “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho”, no grau de “Oficial”, em 1998;

c) do Presidente da República Federativa do Brasil, com a promoção na “Ordem do Mérito Militar”, ao grau de “Grande-Oficial”, em 2000;

d) do Procurador-Geral da República, com a concessão da “Medalha do Mérito do Ministério Público”, em 2002;

e) da Academia Paulista de Letras Jurídicas, com a concessão do diploma de Acadêmico Perpétuo, em 2003;

f) do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito (IBED), com a concessão da Comenda Jurista Tobias Barreto, na categoria “Alta Distinção da Cultura Jurídica”, em Recife, no ano de 2005;

g) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, com a concessão da Medalha de Mérito Eleitoral na classe de “Jurista”, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral do estado, em 2005;

h) do Governador do Estado de São Paulo, com a concessão do “Grau de Grã-Cruz da Ordem do Ipiranga”, em 2006.

O indicado conta com um currículo ímpar. Foi igualmente eleito para o cargo de Presidente do Supre-

mo Tribunal Federal, e tomará posse no dia 23 de abril. Naquela Corte, destaca-se como um dos magistrados mais atuantes e respeitados. Sua vasta produção acadêmica tem influenciado pesquisadores renomados em universidades brasileiras e internacionais.

Finalmente, no tocante às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005 e do Ato nº 1, de 2007 desta CCJ, o indicado apresentou os documentos e as declarações previstas, informando que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; que não cumpre quaisquer sanções criminais ou administrativo-disciplinares; que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Declarou, ainda, que figura como sócio-cotista do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP Ltda., conforme cópia da Alteração e Consolidação Contratual nº 5, de 2007, constante da documentação apresentada, e que se encontra em dia com as obrigações fiscais, conforme certidões emitidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal. Apresentou certidão da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, em que se registra a tramitação de três ações populares instauradas nos anos de 1995 e 2002, em que o indicado figura como parte.

Tendo em vista que o indicado ocupa o cargo vitalício de Ministro do Supremo Tribunal Federal, instância máxima do Poder Judiciário brasileiro, torna-se desnecessária a apresentação da declaração prevista no art. 5º, V, da Resolução nº 7, de 2005, por meio da qual o indicado renuncia ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer tribunal, durante o mandato no Conselho Nacional de Justiça e até dois anos após o seu término.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 19 de março de 2008. – **Marco Maciel**, Presidente – **Tasso Jereissati**, Relator.

**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES**

CÍVEIS, CRIMINAIS E JEF (Cível e Criminal)

Nº 5301-1

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, que contra:

GILMAR FERREIRA MENDES
CPF: 150.259.691-15

Consta(m) o(s) seguinte(s) processo(s) na Justiça Federal de Primeira Instância,
Seção Judiciária do Distrito Federal:

Processo	Vara	Dt. Distr.	Classe	Autor	Dt. Trans. Penal
95.00.00.946-3	7ª	01/02/1995	AÇÃO POPULAR	RICARDO SAMPAIO	
2002.34.00.012.559-1	9ª	07/05/2002	AÇÃO POPULAR	EDUARDO LUIZ ROCHA CUBAS	
2002.34.00.012.558-8	9ª	03/05/2002	AÇÃO POPULAR	EDUARDO LUIZ ROCHA CUBAS	

Esta certidão é válida por 30 (trinta dias)

BRASÍLIA - DF, 12:22h, 13/03/2008.

Risonete Santana Feitosa
Supervisora da Seção de Certidões

Endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco G, Lote
08, Anexo A, CEP:70040-000, BRASÍLIA-DF.

Fone: (061) 3221-6348

FAX:

E_MAIL: SECER@DF.TRF1.GOV.BR -

USUARIO: DF11PS

SITE: WWW.DF.TRF1.GOV.BR

Consulte o teor da certidão pela internet: www.distribuidordf.com.br
Peça também sua certidão pela internet.



Satisfazer os usuários dos serviços cartoriais,
com rapidez e eficácia, sempre na busca
da melhoria contínua, respeitando
os padrões éticos e legais.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO



Talão nº 518
13/03/2008
Execução
Página 1

C E R T I F I C A

Certidão de Execuções

E da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

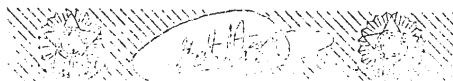
EXECUÇÕES, EXECUÇÕES PATRIMONIAIS E EXECUÇÕES FISCAIS, feitas às Varas CÍVEIS, FAZENDA e FAMÍLIA DA JUSTIÇA, do DISTRITO FEDERAL E JUIZADOS ESPECIAIS, desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960 até 06/03/2008, **** NADA CONSTA **** contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de :

GILMAR FERREIRA MENDES
(FRANCISCO FERREIRA MENDES, NILDE ALVES MENDES)
(150.259.691-15)

CERTIDÃO EMITIDA EM 13/03/2008

***** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

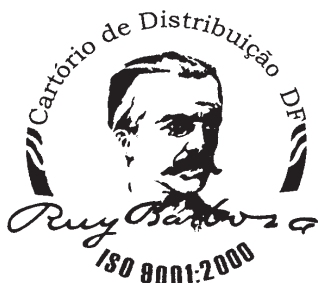
Brasília Cartório de Distribuição, SCS Quadra 08, L., Vencendo 2000, Bloco B-60, 1º Andar, sala 144, Brasília-DF, CEP 70333-900.
Tel: (0xx61) 3325-1488 / FAX: (0xx61) 3325-3051 - E-mail: atendimento@distribuidordf.com.br



Emolumentos: R\$ 9,97

Decreto - Lei nº 115 - 25.01.67 Regimento de Custas. Documento emitido por processamento eletrônico.
Certidão emitida no sistema para reconhecimento automático na autuação da causa.

Consulte o teor da certidão pela internet: www.distribuidordf.com.br
Peça também sua certidão pela internet.



Satisfazer os usuários dos serviços cartoriais,
com rapidez e eficácia, sempre na busca
da melhoria contínua, respeitando
os padrões éticos e legais.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO



Talão nº 518
13/03/2008
Protesto
Página 1

C E R T I F I C A

Certidão de Distribuição de Protestos

E da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

REGISTROS E/OU DISTRIBUIÇÕES DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE DÍVIDA PARA PROTESTO, feitos aos CARTÓRIOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação (21/04/1960) até 22/02/2008 dele verifiquei que **
NADA CONSTA **, contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de :

GILMAR FERREIRA MENDES

(FRANCISCO FERREIRA MENDES, NILDE ALVES MENDES)
(150.259.691-15)

CERTIDÃO EMITIDA EM 13/03/2008

***** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

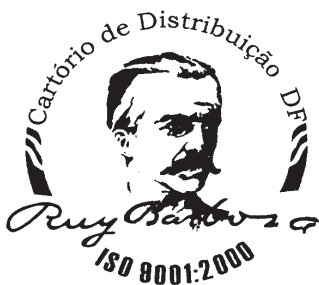
Brasília Cartório de Distribuição, SCS Quadra 08, Lr. Venâncio 2000, Bloco B-60, 1º Andar, sala 144, Brasília-DF, - CEP 70333-900.
Tel: (0xx61) 3325-1488 / FAX: (0xx61) 3325-3051 - E-mail: atendimento@distribuidordf.com.br



Emolumentos: R\$ 9,97

Decreto - Lei nº 115 - 25.01.67 Regimento de Custas. Documento emitido por processamento eletrônico.

Consulte o teor da certidão pela internet: www.distribuidordf.com.br
Peça também sua certidão pela internet.



Satisfazer os usuários dos serviços cartoriais,
com rapidez e eficácia, sempre na busca
da melhoria contínua, respeitando
os padrões éticos e legais.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO



Talão nº 518
13/03/2008
Tutela
Página 1

C E R T I F I C A

Certidão de Tutela, Curatela e Interdições

E da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

TUTELA, CURATELA e INTERDIÇÕES, feitas às VARAS DE FAMÍLIA, DE ORFÃOS E SUCESSÕES DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960 até 06/03/2008, **** NADA CONSTA **** contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de :

GILMAR FERREIRA MENDES

(FRANCISCO FERREIRA MENDES, NILDE ALVES MENDES)
(150.259.691-15)

CERTIDÃO EMITIDA EM 13/03/2008

***** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

Brasília Cartório de Distribuição, SCS Quadra 08, E.U. Variação 2000, Bloco B-60, 1º Andar, sala 144, Brasília-DF, - CEP 70333-900.
Tel: (0xx61) 3325-1488 / FAX: (0xx61) 3325-3051 - E-mail: atendimento@distribuidordf.com.br



Emolumentos: R\$ 9,97



Decreto - Lei nº 115 - 25.01.67 Regimento de Custas. Documento emitido por processamento eletrônico.

Consulte o teor da certidão pela internet: www.distribuidordf.com.br
Peça também sua certidão pela internet.



Satisfazer os usuários dos serviços cartoriais,
com rapidez e eficácia, sempre na busca
da melhoria contínua, respeitando
os padrões éticos e legais.

Mc Arthur di Andrade Camargo
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos
OFICIAL SUBSTITUTO



Talão nº 518
13/03/2008
Criminal
Página 1

C E R T I F I C A

Certidão Criminal

E da fé que, revendo os livros e/ou assentamentos em seu poder relativos às:

distribuições CRIMINAIS feitas às VARAS CRIMINAIS, DE FALÊNCIAS e CONCORDATAS, da JUSTIÇA do DISTRITO FEDERAL, DA AUDITORIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS, desde a data de fundação desta serventia, 21/04/1960 até 06/03/2008, **** NADA CONSTA **** contra o nome por extenso, filiação e CPF/CNPJ de:

GILMAR FERREIRA MENDES

(FRANCISCO FERREIRA MENDES, NILDE ALVES MENDES)
(150.259.691-15)

CERTIDÃO EMITIDA EM 13/03/2008

***** VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS *****

Brasília Cartório de Distribuição, SCS Quadra 08, L-1, Venâncio 2000, Bloco B-60, 1º Andar, sala 144, Brasília-DF - CEP 70333-900.
Tel: (0xx61) 3325-1488 / FAX: (0xx61) 3325-3051 - E-mail: atendimento@distribuidordf.com.br



Emolumentos: R\$ 9,97



ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL N.º 05**INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO IDP - LTDA**

GILMAR FERREIRA MENDES, brasileiro, divorciado, professor universitário, natural de Diamantino/MT, nascido em 30.12.1955, filho de Francisco Ferreira Mendes e de Nilde Alves Mendes, residente e domiciliado no SHIS QL 14, Conjunto 10, Casa 06, Lago Sul, Brasília-DF, CEP nº 71600-000, portador da CI/RG n.º 388.410 SSP/DF e do CPF n.º 150.259.691-15; **INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, professor universitário, natural de Belém/PA, nascido em 14.02.1941, filho de Inocêncio Machado Coelho Neto e de Celina Mártires Coelho, residente e domiciliado no SHIS QL 12, Conj. 17, Casa 11, Lago Sul, Brasília-DF, CEP nº 71630-375, portador da CI/RG nº 198.905 INI/DPF e do CPF nº 000.802.841-91; e **PAULO GUSTAVO GONET BRANCO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, professor, natural do Rio de Janeiro/RJ, nascido em 16.08.1961, filho de Francisco de Salles Mourão Branco e de Marly Gonet Mourão Branco, residente e domiciliado no SHIS QL 16, Conjunto 04, Casa 17, Lago Sul, Brasília-DF, CEP nº 70376-010, portador da CI/RG n.º 481.061 SSP/DF e do CPF n.º 292.709.011-49; únicos sócios da firma que gira sob o nome empresarial de “**INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO IDP - LTDA**”, estabelecida no SHIS QL 12, Conjunto 09, Casa 10, Lago Sul, Brasília-DF, CEP. n.º 71630-295, devidamente registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE n.º 532.0091259.7, por despacho de 17/04/1998 e posteriores alterações arquivadas no mesmo órgão e inscrita no CNPJ sob o n.º 02.474.172/0001-22, resolvem, de comum acordo, **alterá-lo e consolidá-lo**, para tanto dispensam as formalidades de convocação, bem como a própria instalação de reunião, pois todos os sócios conhecem e assinam a presente alteração contratual, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Alterar o endereço da sede da sociedade para SGAS Quadra 607, Conjunto D, Brasília-DF, CEP nº 70200-670.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção ou não de suas quotas e/ou participação do trabalho de cada sócio nos resultados da sociedade, os lucros ou perdas apurados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade poderá levantar balanço(s) em qualquer data no decorrer do ano, por conveniência dos sócios ou necessidades sociais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderá haver distribuição de lucros a qualquer tempo, de acordo com as normas da legislação e a forma de tributação vigente na época perante o Imposto de Renda, mediante levantamento efetuado através de balanços e/ou balancetes intermediários no transcorrer do exercício.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de “INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO IDP - LTDA” com sua sede no SGAS Quadra 607, Conjunto D – Brasília/DF, CEP nº 70200-670, onde terá o seu foro, podendo instalar ou extinguir filiais em todo território nacional.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade iniciou suas atividades em 17 de abril de 1998 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social da sociedade é de ministrar cursos, palestras, conferências, workshops, seminários, treinamento de pessoal, bem como a produção e venda de material didático. Desenvolver e estimular atividades no âmbito do ensino do direito e da pesquisa jurídica, abrangendo a divulgação de estudos especializados, inclusive por meios impressos e eletrônicos. Realizar estudos e pesquisas. Manter intercâmbio com organismos congêneres. Apoiar, desenvolver ou executar atividades em articulação com outras instituições de ensino. Ministrar cursos superiores de graduação e de pós-graduação.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social é de R\$ 1.206.000,00 (Um milhão e duzentos e seis mil reais), dividido em 603 (seiscentas e três) quotas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país e assim distribuído entre os sócios na seguinte proporção:

SÓCIOS	QUOTAS	TOTAL R\$
GILMAR FERREIRA MENDES	201	402.000,00
INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO	201	402.000,00
PAULO GUSTAVO GONET BRANCO	201	402.000,00
TOTAL	603	1.206.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade caberá ao sócio **INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO**, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos outros sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ao administrador é vedado fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhe facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatário da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

CLÁUSULA SEXTA: A título de *pró-labore*, o administrador terá direito a uma retirada mensal, fixada de comum acordo entre os sócios, respeitadas as limitações legais.

CLÁUSULA SÉTIMA: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA OITAVA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizado, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA NONA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levando.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção, ou não, de suas quotas e/ou participação do trabalho de cada sócio nos resultados da sociedade, os lucros ou perdas apurados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade poderá levantar balanço(s) em qualquer data no decorrer do ano, por conveniência dos sócios ou necessidades sociais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderá haver distribuição de lucros a qualquer tempo, de acordo com as normas da legislação e a forma de tributação vigente na época perante o Imposto de Renda, mediante levantamento efetuado através de balanços e/ou balancetes intermediários no transcorrer do exercício.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Conforme determina o Art. 1010 da Lei n.º 10406 de 10/01/2002, fica estipulado que:

a) No dia 30 de abril de cada ano dica prevista reunião para apreciação de assuntos diversos atinentes à sociedade;

b) Os sócios deverão ser convocados através de comunicação a ser enviada pelos Correios;

c) As deliberações a serem discutidas serão para assuntos pertinentes à matéria objeto da convocação prevista no item "b".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro de Brasília-DF, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem de comum acordo, juntamente com 02 (duas) testemunhas assinam a presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília, 29 de agosto de 2007.


INOCÊNCIO MARTIRES COELHO


GILMAR FERREIRA MENDES


PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

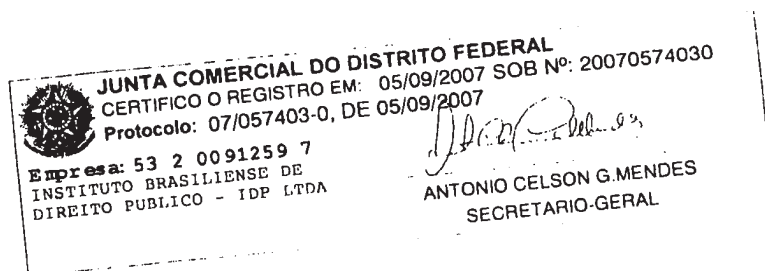
Testemunhas:


Marina Soares Rodrigues

CI/RG Nº 5036204708 SSP/RS


Ernani Pereira Leite

CI/RG Nº 1.674.744 SSP/DF.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GILMAR FERREIRA MENDES
CPF: 150.259.691-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 18:57:25 do dia 07/02/2008 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/08/2008.

Código de controle da certidão: **1411.DF54.D721.272E**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 089-00.191.351/2008
NOME : GILMAR FERREIRA MENDES
ENDEREÇO : NUCLEO RURAL RAJADINHA CH. 08 ROD. DF 06
CIDADE : PLANALTINA
CPF : 150.259.691-15
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA .

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 11 de Junho de 2008.

Brasília, 13 de Março de 2008.

Certidão emitida via internet às 13:12:34 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação e serão incluídos na Ordem do Dia.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2008

Acrescenta parágrafos ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder prioridade nos procedimentos judiciais trabalhistas aos trabalhadores desempregados, com mais de cinquenta anos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 643, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 643.

§ 4º Respeitado o disposto no art. 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, tramitarão prioritariamente, mediante requerimento do interessado, os processos e procedimentos judiciais trabalhistas, inclusive na execução de atos e diligências judiciais, em que figure como parte empregado com idade igual ou superior a cinquenta anos, em situação de desemprego devidamente comprovada.

§ 5º A prioridade prevista no § 4º deste artigo não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor de seus sucessores. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), assegurou prioridade na tramitação de todos os “processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância” (art. 71). Dessa forma, o legislador demonstrou sua sensibilidade com a situação dos demandantes idosos que dependem, muitas vezes, do resultado de suas ações para a manutenção pessoal, em especial em função

do aumento das despesas médicas e hospitalares decorrentes do natural desgaste da idade.

A Justiça do Trabalho é sabidamente orientada por princípios sociais e doutrinas mais ajustadas à análise das lides que tenham impactos sobre os interesses de toda a sociedade. Sua função social é inegável. Por essa razão, deve ser ainda mais sensível às condições sociais dos empregados em litígio com seus empregadores. No mais das vezes, o trabalhador não tem condições de esperar indefinidamente por um resultado judicial, mormente se chegou aos cinquenta anos, com as dificuldades naturais de recolocação daí decorrentes, e se encontra desempregado.

Estamos propondo, então, o acréscimo de uma norma à legislação trabalhista, para conceder prioridade a esse segmento de trabalhadores (desempregados com mais de cinquenta anos), na tramitação, nos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais no âmbito da Justiça do Trabalho.

Fizemos, além disso, referência explícita à prioridade genérica concedida pelo Estatuto do Idoso aos maiores de 60 (sessenta) anos. Fica mantida, assim, a preferência já concedida pela legislação de proteção aos mais idosos.

Incluímos, finalmente, norma que prevê a manutenção da prioridade mesmo que o beneficiado venha a falecer. Nesse caso, certamente os dependentes também enfrentarão dificuldades econômicas, justificando-se, assim, a manutenção do tratamento especial.

Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio e aprovação de nossos Pares. Trata-se de atender a situações que possuem um caráter emergencial, dadas as peculiaridades do mercado de trabalho que, infelizmente, prefere os trabalhadores mais jovens.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

.....

TÍTULO VIII Da Justiça do Trabalho

CAPÍTULO I Introdução

Art. 643. Os dissídios, oriundos das relações entre empregados e empregadores bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho. (Redação dada pela Lei nº 7.494, de 17.6.1986)

§ 1º As questões concernentes à Previdência Social serão decididas pelos órgãos e autoridades previstos no Capítulo V deste Título e na legislação sobre seguro social. (Vide Lei nº 3.807, de 1960)

§ 2º As questões referentes a acidentes do trabalho continuam sujeitas a justiça ordinária, na forma do Decreto nº. 24.637, de 10 de julho de 1934, e legislação subsequente.

§ 3º A Justiça do Trabalho é competente, ainda, para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de-Obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Mensagem de veto Vigência

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

TÍTULO V Do Acesso à Justiça

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2008

Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação, por órgãos da administração pública, entidades de direito privado e organizações da sociedade civil, de protocolos de intenções sobre a adoção de medidas para preservação e recuperação do meio ambiente, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os órgãos da administração pública, direta e indireta, as entidades de direito privado e as organizações da sociedade civil ficam obrigados a elaborar e a publicar protocolos de intenções sobre a adoção de medidas, no respectivo âmbito de atuação, para preservação e recuperação do meio ambiente, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas.

Parágrafo único. O prazo para o cumprimento da obrigação prevista no **caput** deste artigo é de doze meses.

Art. 2º O descumprimento da obrigação prevista nesta Lei constituirá infração administrativa, na forma do Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal reconhece em seu art. 225 que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um bem de uso comum do povo e essencial à

sadia qualidade de vida. A Lei Maior vai além e impõe a todos – tanto ao Poder Público como à coletividade – o dever de defender e preservar este bem para as presentes e futuras gerações.

Assim, a norma máxima do ordenamento jurídico brasileiro adota, de modo claro, o conceito de desenvolvimento sustentável delineado no Relatório Brundtland, de 1987, e alçado à condição de princípio na Declaração do Rio de Janeiro, elaborada como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

O Princípio 10 desta mesma Declaração estipula que a melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. Nesse sentido, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões.

Entendemos que, além de informações referentes aos problemas ambientais existentes, a população merece ter acesso também às soluções para esses problemas que serão implementadas pelos órgãos públicos, pelas entidades privadas e pelas organizações da sociedade civil nos seus respectivos âmbitos de atuação.

Nesse contexto, assumem especial importância as mudanças climáticas globais e o seu efeito mais lembrado: o aquecimento global. Somente uma atuação integrada das diversas esferas governamentais, do setor produtivo e da sociedade civil organizada poderá levar ao enfrentamento eficaz desse fenômeno, que já afeta e continuará afetando diretamente a toda a humanidade, mas em especial os habitantes das zonas costeiras. A sociedade tem o direito de fiscalizar aqueles entes, a fim de preservar as condições de vida no planeta.

Contamos com o apoio dos nossos Pares para o aprimoramento e a aprovação desta nossa iniciativa, que se destina a disponibilizar informação de qualidade a todos os brasileiros sobre o que será feito para preservar o nosso meio ambiente.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2008.
– Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO VI

Da Infração Administrativa

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de coresponsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art. 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I – vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II – trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III – vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV – cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I – advertência;

II – multa simples;

III – multa diária;

IV – apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V – destruição ou inutilização do produto;

VI – suspensão de venda e fabricação do produto;

VII – embargo de obra ou atividade;

VIII – demolição de obra;

IX – suspensão parcial ou total de atividades;

X – (VETADO)

XI – restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I – advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II – opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos IV e V do **caput** obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do **caput** serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I – suspensão de registro, licença ou autorização;

II – cancelamento de registro, licença ou autorização;

III – perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV – perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V – proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

Art. 74. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 75. O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado no regulamento desta Lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 76. O pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO VI Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) Regulamento)

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

(Às Comissões de Constituição Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2008

Inclui parágrafo no art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para estabelecer gratuidade para a expedição e revalidação de diplomas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se no art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o seguinte parágrafo:

“Art. 48.

§ 4º Para a expedição de primeira via de diplomas, incluindo o competente registro, bem como para a revalidação a que se refere o § 2º, não se cobrarão dos estudantes taxas a qualquer título. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o art. 206, IV, o ensino será gratuito nos estabelecimentos oficiais. Ora, a certificação dos cursos, em qualquer nível ou etapa, faz parte do processo de ensino, tanto quanto as aulas ou as avaliações. Portanto, não se deve admitir, por parte das instituições públicas de educação superior, a cobrança de qualquer taxa pela expedição de diplomas que atestem a conclusão de estudos de seus alunos.

O mesmo raciocínio se aplica à expedição, pelas universidades públicas, de documentos que revalidam diplomas estrangeiros de nível superior, uma vez que esta prerrogativa é dever legal e se constitui em serviço cumprido por professores e técnicos administrativos cujos custos são cobertos pelo orçamento de cada instituição.

Quanto às instituições privadas, é lícita a cobrança de anuidades, semestralidades e mensalidades, desde que constantes nos contratos. Às instituições prestadoras dos serviços, entretanto, incumbe incluir em seus custos gerais, a serem cobertos pelas receitas acima citadas, as eventuais despesas com a expedição dos diplomas. A cobrança de taxas em um momento em que o estudante depende de um documento de necessidade urgente para sua inserção no mundo do trabalho se prestam a constrangimentos e a abusos, como tem atestado a experiência de milhares de cidadãos.

De outro lado, não seria justo penalizar as instituições públicas ou privadas com gastos de expedição de outras vias de diplomas. Tal prática estimularia não somente o desleixo dos cidadãos como até mesmo a multiplicação de fraudes.

Certa do alcance social deste projeto, confio na sensibilidade dos parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senadora **Patrícia Saboya**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprios registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2008

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para destinar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a implantação de Centros de Educação Ambiental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 41 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 41.

§ 10. Os recursos do FNDF destinados aos projetos de educação ambiental poderão ser aplicados para implantar Centros de Educação Ambiental em municípios localizados no Bioma Amazônia, observado o disposto no § 7º deste artigo.

§ 11. Os Centros de Educação Ambiental de que trata o § 10 deste artigo visam a capacitar a população local para o exercício de atividades florestais sustentáveis (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

O projeto de lei que apresentamos objetiva incluir dois novos parágrafos ao art. 41 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que trata da gestão de florestas

públicas para a produção sustentável (Lei de Concessão de Florestas).

O referido artigo, na redação vigente, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDF) e define que os recursos serão aplicados em projetos na área de educação ambiental (§ 1º, inciso VII).

Nossa proposta é que os recursos do FNDF destinados à área de educação ambiental possam ser usados para criar – em municípios localizados no Bioma Amazônia – Centros de Educação Ambiental voltados à capacitação da mão-de-obra local para exercer atividades florestais sustentáveis.

É sabido que, por falta de conhecimento específico sobre as possibilidades advindas da conservação e do aproveitamento econômico da “floresta em pé”, boa parte da população dos municípios amazônicos acaba sendo absorvida em atividades ilegais de desmatamento.

A situação que hoje se observa é perversa. Inobstante as ações de comando e controle lideradas pelo Ministério do Meio Ambiente, verifica-se o crescimento, nos últimos meses, do desflorestamento amazônico, conforme dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Perde-se, de forma irreversível, a imensa biodiversidade da região, e a população local permanece na indigência de sempre.

Faz-se necessário um novo paradigma de uso e ocupação da região amazônica. Acreditamos que o combate das práticas que hoje degradam esse ecossistema vital se dará, prioritariamente, por meio da educação ambiental. Daí a importância da implantação de Centros de Educação Ambiental nos moldes sugeridos.

São essas as razões que nos levam a apresentar o projeto de lei em tela, que esperamos seja acolhido e aperfeiçoado pelos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senador **Gim Argello**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006

Mensagem de veto

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de

31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

CAPÍTULO ÚNICO

Dos Princípios e Definições

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF.

Seção XI

Do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

Art. 41. Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, de natureza contábil, gerido pelo órgão gestor federal, destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor.

§ 1º Os recursos do FNDF serão aplicados prioritariamente em projetos nas seguintes áreas:

I – pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal;

II – assistência técnica e extensão florestal;

III – recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;

IV – aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais;

V – controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos;

VI – capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais;

VII – educação ambiental;

VIII – proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

§ 2º O FNDF contará com um conselho consultivo, com participação dos entes federativos e da sociedade civil, com a função de opinar sobre a distribuição dos seus recursos e a avaliação de sua aplicação.

§ 3º Aplicam-se aos membros do conselho de que trata o § 2º deste artigo as restrições previstas no art. 59 desta Lei.

§ 4º Adicionalmente aos recursos previstos na alínea **c** do inciso II do **caput** e na alínea **d** do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 desta Lei, constituem recursos do FNDF a reversão dos saldos anuais não aplicados, doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, e outras fontes

de recursos que lhe forem especificamente destinadas, inclusive orçamentos compartilhados com outros entes da Federação.

§ 5º É vedada ao FNDF a prestação de garantias.

§ 6º Será elaborado plano anual de aplicação regionalizada dos recursos do FNDF, devendo o relatório de sua execução integrar o relatório anual de que trata o § 2º do art. 53 desta Lei, no âmbito da União.

§ 7º Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas, ou de entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 8º A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o inciso I do § 1º deste artigo será feita prioritariamente em entidades públicas de pesquisa.

§ 9º A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o § 1º deste artigo poderá abranger comunidades indígenas, sem prejuízo do atendimento de comunidades locais e outros beneficiários e observado o disposto no § 7º deste artigo.

.....
(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e a de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11:00 horas, destinada a reverenciar a memória de Luiz Viana Filho, ex-Senador, ex-Presidente do Senado Federal e Patrono da Biblioteca, de acordo com o **Requerimento nº 177, de 2008**, do Senador Efraim Morais e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo, que preside a sessão, peço a gentileza de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Exª é o primeiro agendado para uma comunicação inadiável.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Da mesma forma,

Sr. Presidente, para uma comunicação inadiável, se ainda houver vaga.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Exª é a segunda da lista.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo, eu estou inscrito, mas não sei em que lugar. Então, eu confio na sensibilidade de V. Exª. Inscreva-me para comunicação inadiável ou como orador inscrito. Eu também devo estar no coração de V. Exª para facilitar as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A sensibilidade e a justiça da Presidência comunicam que V. Exª é o décimo segundo inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então inscreva-me para uma comunicação inadiável. V. Exª tem o poder de passar na frente dos ausentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Então vamos iniciar a chamada da lista dos oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti por permuta com o Senador João Pedro. (Pausa)

Por cessão da Senadora Ideli Salvatti, no critério de revezamento, concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço à Senadora Ideli e a V. Exª.

Uso da palavra, Senador Papaléo, para trazer aqui um assunto preocupante. Recebi um *e-mail* da Assessoria de Comunicação Social do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, integrado pelas entidades de classe da área jurídica da União, dando conta de que, ontem, o referido Fórum, no escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Brasília, protocolou denúncia contra o Governo brasileiro pelo descumprimento de sucessivos compromissos salariais, ao longo desses últimos quatro anos, compreendendo as carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador do Banco Central e Defensor Público da União.

Essas carreiras jurídicas, segundo informa o Fórum Nacional da Advocacia Pública, Senador Papaléo, estão em greve desde o dia 17 de janeiro último, deflagrada a greve pelo descumprimento do último acordo coletivo, firmado com uma representação do Governo brasileiro em 1º de novembro de 2007, após novas e frustradas negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela mesa de negociação com os servidores públicos federais.

Ocorre, segundo a denúncia, que os advogados públicos brasileiros integram, na Constituição da República, as chamadas funções essenciais à Justiça, ao lado dos membros do Ministério Público, e que hoje percebem um subsídio inferior – para se ter idéia

– em 30% ao subsídio dos Delegados da Polícia Federal, exercendo a Advocacia do Estado Brasileiro a representação judicial e extrajudicial dos três Poderes da República. Além de extremamente desmotivados, perdem, a cada concurso público, cerca de 30% dos seus quadros mais qualificados para outras carreiras que atuam no Judiciário brasileiro.

Convenções da OIT, firmadas pelo Governo brasileiro protegem o Direito de Greve e as negociações entre empregados e empregadores incluindo as entidades governamentais. Essa foi a razão pela qual o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal recorreu à OIT, já que não tem mais a quem recorrer para fazer com que o Governo cumpra acordo firmado em novembro último com essas categorias, no sentido de provê-las de condições materiais satisfatórias para o exercício de suas funções. Como mencionam aqui, na grande maioria, percebem subsídios inferiores em 30% do que recebem os delegados da Polícia Federal, que, graças a Deus, recebem hoje em dia boa remuneração.

O Governo brasileiro precisa resolver de uma vez por todas o que quer fazer com o conjunto dos advogados públicos federais. Ou acaba com a Advocacia Pública Federal de uma vez por todas ou provê essas categorias de condições satisfatórias de trabalho. O que não pode acontecer, Senador Papaléo, é a situação continuar como está: categorias absolutamente desprestigiadas no conjunto dos servidores que prestam esse tipo de serviço à Nação.

Como diz a Constituição Federal, a função do advogado público, como de resto dos advogados em geral, sobretudo dos advogados públicos, é essencial ao funcionamento da Justiça. Significa dizer que, sem a sua atuação, não se instala o devido processo legal, não se instala o contraditório, a defesa da União fica capenga.

É preciso que o Governo brasileiro resolva, de uma vez por todas, o que quer fazer com essas categorias. Se quer acabar com elas e contratar escritórios particulares, que o faça. Não é digno, não é justo que continue a negar-lhes a condição necessária e suficiente para que continuem exercendo seus ofícios de maneira digna, representando a União Federal na sua defesa junto aos tribunais.

Já não tendo mais a quem recorrer, os advogados públicos recorrem agora à OIT. É um vexame para o Governo brasileiro, que precisa tomar tento, precisa acordar para essa situação, precisa pelo menos honrar o compromisso assumido; quando nada, honrar o compromisso assumido.

Trago esse fato que reputo da maior gravidade, Senador Papaléo, o tratamento desrespeitoso que o Governo brasileiro concede a importantes categorias de advogados públicos neste País. Faço essa denúncia, porque considero a situação insustentável, intole-

rável. Está aqui: advogados públicos federais do País, não tendo mais a quem recorrer, recorrem à OIT, uma organização internacional, para vexame, vergonha de todos nós e, sobretudo, do Governo brasileiro, que está se especializando em não cumprir acordo feito com as categorias de servidores públicos neste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador João Pedro. V. Ex^a tem dez minutos para seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Muito agradecida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa audiência da querida *TV Senado*. Em primeiro lugar, quero antecipar o meu pedido para que seja transcrito na íntegra artigo muito bem estruturado do Ladislau Dowbor, publicado no *Le Monde Diplomatique*, de fevereiro de 2008. Ele é economista, graduado na Universidade de Lausanne, na Suíça, doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, na Polônia, atualmente professor titular de pós-graduação da PUC de São Paulo e presta consultorias para agências da ONU, governos e instituições.

No artigo do professor Ladislau Dowbor, que tem como título “Para compreender a força de Lula”, ele faz exatamente uma análise profunda de por que o Presidente Lula teve não só a votação que teve no primeiro e no segundo turnos da sua reeleição, mas como mantém índices de aprovação inéditos para um presidente da República em segundo mandato.

Nesta avaliação no artigo “Para compreender a força de Lula”, o autor, o professor Ladislau Dowbor, parte de um pressuposto que é explicitado da seguinte forma:

Está na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios a explicação para a popularidade do presidente que intriga mídia, direita e até parte da esquerda. País tornou-se menos desigual, em múltiplos sentidos.

Chamar os avanços alcançados de “assistencialismo”, não ajuda a entender a realidade nem a reivindicar mudanças, inclusive mais profundas, que merecem e que precisam ser feitas.

No artigo ele coloca um desafio: Vale a pena olhar a imagem que emerge: ela explica não só os votos como o caminho que nós temos pela frente.

O principal número é evidentemente o aumento de 8,7 milhões de postos de trabalho no país durante o último governo. Isto representa um imenso avanço, pois se trata aqui de uma das principais raízes da desigualdade: grande parte dos brasileiros se vêem excluídos do direito de contribuir para a própria sobrevivência e para o desenvolvimento em geral.

Entre 2005 e 2006 o avanço foi particularmente forte com o aumento de 2,4%, resultado da entrada no mercado de trabalho de 2,1 milhões de pessoas. A expansão do emprego feminino é particularmente forte, 3,3%, enquanto a dos homens atingiu 1,8%. Portanto, não só estamos ampliando a oferta de emprego, como também a oferta de emprego tem sido feita de forma a compensar as diferenças de oportunidade de trabalho entre homens e mulheres. A formalização do emprego é muito significativa: três em cada cinco empregos criados são com carteira assinada. Volto a afirmar, três em cada cinco empregos criados são com carteira de trabalho assinada, o que faz com que a qualidade do emprego criada seja majoritariamente uma qualidade mais adequada à nossa realidade. Um aumento de 4,7% em um ano. Atingimos assim, em 2006, 30,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada.

Atingimos, assim, em 2006, 30,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada, um aumento de 4,7% em um ano. O avanço é, pois, muito positivo, mas num quadro de herança dramática que o próprio IBGE aponta: “mais da metade da população ocupada, 49,1 milhões de pessoas, continuava formada ainda por trabalhadores sem carteira assinada, por conta própria ou sem remuneração.

O segundo número que o professor Ladislau apresenta no seu artigo, no seu estudo, que ocupou as manchetes de todos os jornais, é a elevação do rendimento dos trabalhadores em 7,2% entre 2005 e 2006.

Temos inclusive dados que colocam, de forma muito contundente, inclusive agora tivemos mais um recorde de emprego com carteira assinada, mais de 200 mil postos de trabalho com carteira assinada, criados agora no mês de fevereiro. E mais de 95% dos acordos salariais acima da inflação. Temos assim dados contundentes de ganho real de salário em todas as categorias, em todas as regiões.

O salário mínimo teve um ganho real de 13,3% em 2006, relativamente a 2005, o que representa um salto fortíssimo para os trabalhadores que estão no que se chama hoje de “base da pirâmide” econômica.

Houve aumento consistente nos salários e avanços no combate à desigualdade, inclusive entre as regiões.

E aí é muito importante porque no artigo ele coloca de forma muito clara detalhando cifras que o rendimento no trabalho das pessoas ocupadas que na média nacional cresceu 7,2%, subiu 6,6% no sudeste, mas avançou 12,1% no nordeste. Portanto, a melhoria da massa salarial do rendimento da geração de emprego tem sido diferenciada de região para região, buscando atender exatamente as regiões aonde há uma necessidade, uma demanda muito maior.

Outra coisa que o Professor Ladislau Dowbor puxa dos dados da PNAD é de que rendimento médio domi-

ciliar aumentou em 5% em 2005 e em 7,6% em 2006, o que é coerente com os dados de rendimento e torna os dados ainda mais confiáveis porque convergem, ou seja, há um aumento de renda individual da massa salarial e também o aumento da renda familiar em todo o Brasil.

É por isso que no próprio artigo o Professor Ladislau Dowbor coloca de forma muito clara: “Tirar as pessoas da pobreza não é caridade; é bom senso social e bom senso econômico.”

No seu estudo, ele coloca de forma muito clara que a questão da desigualdade da remuneração entre homem e mulher também vem sofrendo diminuições tanto que os dados mostram a seguinte evolução: a remuneração da mulher que equivalia a 58,7% da remuneração em 1996, pulou de 58 para 63,5% em 2004; 64,4% em 2005; 65,6% em 2006, em um crescimento significativo e constante do aumento da remuneração proporcional entre homens e mulheres.

Como as mulheres são quase 50% da força de trabalho e hoje as mulheres estudam muito mais do que os homens, portanto, nada mais justo que a sua remuneração seja mais digna e adequada.

O professor Ladislau pega muito bem, falando, além da diminuição das desigualdades regionais, da desigualdade entre gêneros, para demonstrar que as políticas públicas adotadas pelo Presidente Lula é que são o sustentáculo, Senador Expedito Júnior, para o resultado não só do governo como da sua própria popularidade.

Portanto, essa questão de falar mal do governo – a gente ouve aqui todos os dias discursos contundentes – pode ser algo que já não tenha amparo na realidade. Muita coisa importante está acontecendo. É importante entender o que está acontecendo, e o professor Ladislau termina: “Por trás do palco da política oficial que a imprensa nos apresenta a cada dia e o que é o lado mais visível dos grandes discursos, há o imenso trabalho organizado de milhares de pessoas que estão tocando programas, literalmente tirando leite de pedra, numa máquina de governo que, por herança histórica, foi estruturada para administrar privilégios e não para prestar serviços”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite, senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco PT – SP) – Quero, também, cumprimentá-la por estar aqui, trazendo a análise do professor Ladislau Dowbor sobre os avanços tão significativos dos programas sociais colocados em prática pelo Governo do Presidente Lula, inclusive o Programa Bolsa Escola, que tem tido repercussão internacional, sendo objeto de estudo nos mais diversos países, inclusive nos da América Latina. Hoje estamos recebendo a visita de Senadores da Bolívia. Juntamente

com V. Ex^a, tive a oportunidade de dialogar hoje com o Presidente do Senado Nacional, Oscar Ortiz Antelo, com o Senador Tito Hoz de Vila Quiroga, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e com o líder de Bancada Roger Pinto Molina, que estão tendo a oportunidade de conhecer os avanços dos programas sociais brasileiros. Ainda hoje, Senadora Ideli Salvatti, o Presidente do IBGE, na Comissão de Assuntos Econômicos, ressaltou com dados objetivos como é que, sobretudo, nos últimos anos do Governo do Presidente Lula, houve uma baixa gradual, porém firme, no coeficiente de desigualdade, o coeficiente de Gini, o qual sintetiza os resultados dos programas sociais brasileiros. Gostaria de dizer aos Senadores da Bolívia, que nós, parlamentares da base do Governo, do Partido dos Trabalhadores, que temos tido uma relação de muita amizade com o governo do Presidente Evo Morales, do Vice-Presidente Linera, que esteve no Senado brasileiro há cerca de dois meses. Queremos sempre estar cooperando para que o nosso país irmão, o povo boliviano, possa ter conosco relações as mais cordiais de proximidade e de construção, com vistas ao aperfeiçoamento das instituições democráticas na América Latina. Assim, saúdo os Senadores que nos visitam. Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o aparte, Senador Suplicy.

Quero cumprimentar os nossos colegas Senadores bolivianos, com os quais estivemos de manhã, logo no início do dia. Tenho certeza de que o Presidente vai fazer a saudação devida.

Sr. Presidente, peço apenas para fazer a conclusão do meu pronunciamento. O artigo do Professor Ladislau, publicado no **Le Monde Diplomatique** de fevereiro de 2006, com todos esses dados, acaba sendo corroborado, confirmado, com a matéria que saiu, ontem, na **Folha de S. Paulo**: “Consumo da baixa renda pressiona grandes empresas. Companhias têm de criar produtos voltados às classes C, D e E, que já são 50% do mercado”.

Portanto, a possibilidade de as famílias poderem adquirir bens que, antes, estavam totalmente fora de seu alcance está fazendo com que empresas que tinham a sua mercadoria, o seu produto, o seu **marketing** e a sua forma de venda voltados exclusivamente, Senador Romeu Tuma, para as classes A e B tenham, agora, de modificar tudo para não perder esse grande nicho de mercado, que é a ascensão e a inclusão social.

Gostaria aqui de registrar, Senador Suplicy, que me deixou muito animada ver, na mesma reportagem, uma entrevista com o Sr. Ivan Zurita, Presidente da Nestlé, um dos líderes daquele movimento Cansei – lembram? Eles estavam cansados. Agora o Sr. Zurita está cansado das classes A e B, está louquinho para aproveitar o aumento da renda e do consumo das classes C, D e E e está modificando a forma de vender

produtos da Nestlé, a forma de apresentar os produtos, numa forma muito clara adaptação ao resultado das políticas públicas adotadas pelo Presidente Lula, que tem feito, indiscutivelmente, uma verdadeira revolução de inclusão social no nosso País.

Então, era isso, Sr. Presidente, agradeço e peço desculpas.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senadora, só um minutinho.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Peço desculpas a V. Ex^a. A senhora citou o Ivan Zurita, que falou nas classes B, C, D, que não podem ser desprezadas, tendo em vista sua capacidade de consumo maior.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eles descobriram que dá lucro, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Que aumenta o consumo. Então, fica bem margeada a necessidade de investimentos para atender a demanda. Eu acredito que o Ministro cometeu um erro, porque houve correria. Dizem que em venda de automóveis, o Ministro da Fazenda,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – ... disse que ia diminuir...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fazer controle do crédito.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – O crédito, e as vendas aumentaram 20%. A correria para comprar automóveis e outros produtos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Aliás, o crescimento do mercado interno é que tem sido um dos grandes sustentáculos...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu digo nestes dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ... do enfrentamento da crise americana.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Devido ao anúncio dele, todo mundo correu para poder...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Antes que acabasse, não é?

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Antes que acabasse. Então, ele fez propaganda indireta e ajudou a aumentar o consumo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É isso. O consumo, mais um pouco.

Obrigada, Senador Romeu Tuma, obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

ANEXO (TEXTO COMPLETO)

LE MONDE DIPLOMATIQUE - FEV 2008

Para compreender a força de Lula

Está na PNAD a explicação para a popularidade do presidente, que intriga mídia, direita e parte da esquerda. País tornou-se menos desigual, em múltiplos sentidos. Chamar os avanços alcançados de "assistencialismo" não ajuda a entender a realidade, nem a reivindicar mudanças mais profundas

Ladislau Dowbor- Economista político graduado na Universidade de Lausanne, Suíça; Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976). Atualmente, é professor titular da pós-graduação da PUC-SP e presta consultoria para agências da ONU, governos e instituições

É tempo de fazer as contas. Com a deformação geral dos dados pelo prisma ideológico da grande mídia, torna-se necessário buscar nas fontes primárias de informação, nos dados do IBGE, como andam as coisas. A reeleição mostrou forte aprovação por parte dos segmentos mais pobres do país a Lula, mas os números reais sobre a evolução das condições de vida do brasileiro surgem com o atraso natural do processo de elaboração de pesquisas. O IBGE publicou a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio de 2006, e também os Indicadores Sociais dos últimos 10 Anos. Vale a pena olhar a imagem que emerge: ela explica não só os votos, como o caminho que temos pela frente.

O principal número é, evidentemente, o aumento de 8,7 milhões de postos de trabalho no país durante o último governo. Isto representa um imenso avanço, pois se trata aqui de uma das principais raízes da desigualdade: grande parte dos brasileiros se vê excluída do direito de contribuir para a própria sobrevivência e para o desenvolvimento em geral. Entre 2005 e 2006 o avanço foi particularmente forte, com um aumento de 2,4%, resultado da entrada no mercado de trabalho de 2,1 milhões de pessoas. A expansão do emprego feminino é particularmente forte (3,3%), enquanto o dos homens atingiu 1,8%. A formalização do emprego é muito significativa: 3 em cada 5 empregos criados são com carteira assinada. Atingimos assim, em 2006, 30,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada, um aumento de 4,7% em um ano. O avanço é pois muito positivo, mas num quadro de herança dramático, que o próprio IBGE aponta: "mais da metade da população ocupada (49,1 milhões de pessoas) continuava formada por

trabalhadores sem carteira assinada, por conta-própria ou sem remuneração [1]

O segundo número, que ocupou as manchetes de todos os jornais, é a elevação dos rendimentos dos trabalhadores em 7,2%, entre 2005 e 2006. É um número extremamente forte, e coerente com os anos anteriores: a remuneração dos trabalhadores vinha caindo desde o final dos anos 1990, e começou a se elevar em 2003, desenhando desde então uma curva ascendente. Este é um número de grande importância, pois a desigualdade é, de longe, o nosso problema número um. É um número que reflete os avanços na criação de postos de trabalho vistos acima, e também os avanços no salário mínimo.

O salário mínimo teve um ganho real de 13,3% em 2006 relativamente a 2005, o que representa um salto fortíssimo para os trabalhadores que estão no que se chama hoje de “base da pirâmide” econômica. Consultas com pessoas que trabalham com as estatísticas da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese/Seade sugerem que 26 milhões de trabalhadores foram abrangidos por este aumento. Além disto, como o salário mínimo é referência para o reajuste das aposentadorias, outras 16 milhões de pessoas teriam sido beneficiadas.

Aumento consistente nos salários e avanços no combate à desigualdade – inclusive entre as regiões

Um comentário é necessário aqui: um aumento de cem reais para uma família que tem um rendimento de, por exemplo, 4 mil reais não é significativo. No entanto, cem reais representam, para pessoas que têm de sobreviver com algumas centenas de reais por mês, um imenso alívio, a diferença entre poder ou não poder comprar melhor alimento ou um medicamento para a criança. A utilidade marginal da renda, em termos de impacto para o conforto das famílias, vai diminuindo conforme a renda aumenta. Do ponto de vista econômico, maximizar a utilidade dos recursos do país envolve o aumento da renda dos mais pobres. Isto vale tanto no aspecto social, em termos de satisfação gerada, como em termos de geração de demanda e conseqüente dinamização das atividades econômicas. O pobre não faz especulação financeira, compra bens e serviços. **Tirar as pessoas da pobreza não é caridade, é bom senso social, e bom senso econômico.**

Outra forma de a PNAD avaliar a evolução dos rendimentos já não é por trabalhador, na fonte de remuneração, e sim por domicílio, no ponto de chegada. Isso permite agregar as várias formas de remuneração na família. **O rendimento médio domiciliar aumentou em 5,0% em 2005, e em 7,6% em 2006, o que é coerente com os dados de rendimento de trabalho, e torna os dados muito confiáveis, porque convergem.** É bom lembrar,

para quem tem menos familiaridade com este tipo de números, que um aumento de 7% ao ano significa que o rendimento dobra a cada 10 anos. Detalhando as cifras acima, vemos outras coisas interessantes. O rendimento no trabalho das pessoas ocupadas, que na média nacional cresceu 7,2%, subiu 6,6% no Sudeste, mas avançou 12,1% no Nordeste. No caso do rendimento dos domicílios, o aumento médio nacional, conforme vimos, foi de 7,6%. Mas no Sul e no Sudeste, foi de 7%, enquanto no Nordeste foi de 11,7%. Ou seja, não só tivemos um forte avanço do conjunto, como a região mais atrasada, cujo avanço é mais importante para o reequilíbrio nacional, teve o avanço mais acelerado. Em outros termos, a desigualdade regional está, pela primeira vez, sendo corrigida, e com números muito significativos. Relevantes, sem dúvida, mas ainda muito insuficientes: O rendimento médio domiciliar nordestino representava, em 2005, 52,8% do rendimento do Sudeste, passando para 57,8% em 2006. Um grande avanço, mas um imenso caminho pela frente. Outro eixo importante de desigualdade está ligado à diferença de nível de remuneração entre o homem e a mulher. Os dados mostram a evolução seguinte: a remuneração da mulher, que equivalia a 58,7% da do homem, em 1996, pulou para 63,5% em 2004; 64,4% em 2005 e 65,6% em 2006. Nota-se uma lenta progressão, partindo de um nível que já é em si extremamente desigual. Ou seja, aqui também a direção é positiva, mas precisamos de muito mais.

Mulher é quase 50% da força de trabalho e estuda mais – porém, arca com afazeres domésticos

A situação da mulher é particularmente afetada pela desagregação da família. Estas cifras extremamente duras aparecem no documento do IBGE sobre Indicadores Sociais 1996-2006. O número de famílias caracterizadas como “mulher sem cônjuge com filhos” passou de 15,8 milhões em 1996 para 18,1 milhões, em 2006. Como há um pouco menos de 60 milhões de famílias no país, isto significa que **quase um terço das famílias são carregadas pelas mães** — que se não trabalham, não têm renda, e se trabalham, não têm como cuidar os filhos. Trata-se aqui evidentemente de uma situação dramática quando associada à pobreza, e constitui um alvo central do programa Bolsa-Família, cujo sucesso se deve em grande parte também ao fato de as mulheres gerirem melhor os recursos obtidos. Aos que criticam os programas redistributivos, é bom lembrar um outro dado da PNAD, apontando que “cerca de 31% das famílias em que a mulher era a pessoa de referência viviam com rendimento mensal até meio salário mínimo per capita.” [2] Do lado positivo, é importante o dado que a PNAD nos traz, de que as mulheres estão progredindo rapidamente em termos de nível de estudos: 43,5% delas concluíram o ensino médio (11 anos ou mais

de estudos), enquanto apenas um terço dos homens possuía este grau de instrução. As mulheres investem mais também no estudo superior, onde 55,3% eram mulheres em 1996, e 57,5% em 2006. Numa sociedade onde o conteúdo de conhecimentos nos processos produtivos se eleva rapidamente, isto é fortemente promissor.

A presença feminina na força de trabalho continua crescendo: são 43 milhões, num total de cerca de 90 milhões de pessoas ocupadas. No entanto, entre trabalho, estudo e cuidados com a família, além de estar freqüentemente sozinhas na chefia da família, a sobrecarga está evidentemente no limite do suportável. A Síntese de Indicadores Sociais 1996-2006 comenta que “com relação à jornada média semanal despendida em fazeres domésticos, verifica-se que as mulheres trabalham mais que o dobro dos homens nessas atividades (24,8 horas).”

Ou seja, nesta outra dimensão tão importante da desigualdade, a que se materializa na desigualdade de gênero, constatamos avanços na remuneração relativa, avanços nos estudos, avanços na força de trabalho, mas tudo ainda enormemente injusto para uma visão de conjunto que temos caracterizado, em outros trabalhos, de “reprodução social” no sentido amplo. Os desequilíbrios estruturais herdados são simplesmente muito grandes.

Educação: um mundo à parte, marcado pelo avanço nos anos de estudo e por... analfabetismo alarmante

Outra dimensão que vale a pena comentar é que tanto a PNAD 2006 como a Síntese de Indicadores Sociais 1996-2006 documentam amplamente, são os avanços no nível da educação. Para já, é um mundo: no Brasil, são 55 milhões de estudantes, 43,7 milhões na rede pública, e 11,2 milhões na rede privada. Se incluirmos professores e sistema de apoio administrativo, temos aqui quase um terço da população do país. A expansão quantitativa maior deu-se na gestão anterior à do presidente Lula, mas os avanços continuam fortes.

Em particular, com a lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, o ensino fundamental expande-se para 9 anos, com início aos 6 anos de idade. A taxa de escolarização no grupo de 5 e 6 anos aumentou em 3% em um ano. O número dos que não freqüentavam a escola nesta idade caiu de 35,8% em 1996, para 23,8% em 2001, e para 14,7% em 2006. Na classe de 7 a 14 anos, a queda dos que não freqüentavam a escola foi de 8,7% para 3,5% e 2,3% respectivamente. Para a classe de 15 e 17 anos, foi de 30,5%, 18,9% e 17,5% respectivamente. O número médio de anos de estudo completos das pessoas de 10 anos ou mais de idade foi de 6,8 anos em 2006, um aumento de 3% relativamente ao ano anterior.

No ensino superior, houve um aumento muito forte, de 13,2%, entre 2005 e 2006. Ele deve-se predominantemente à expansão do ensino superior privado, e o papel público de redução das desigualdades aparece claramente na distribuição entre os dois sistemas: “Enquanto nas Regiões Norte e Nordeste 41,9% e 36,6% dos estudantes de nível superior freqüentavam a rede pública, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, estes percentuais eram de 18,2%, 22,1% e 26,5%, respectivamente” [3].

Aqui ainda, a direção é correta, mas o atraso a recuperar é imenso. Ao analisar a escolaridade da população ocupada, a PNAD constata que as pessoas com 11 anos ou mais de estudo, eram apenas 22,0% em 1996, 28,9% em 2001 e 38,1% em 2006. A progressão é forte, e se deve particularmente ao esforço educacional das mulheres ocupadas, entre as quais 44,2% tinham escolaridade de 11 anos ou mais, em 2006. Na outra ponta, temos 15 milhões de analfabetos de mais de 10 anos (redução de 10,2% para 9,6%). O analfabetismo funcional atingia 23,6% das pessoas com mais de 10 anos (redução de 1,3% ponto percentual), sendo que no Nordeste atingia 35,5%. Evidentemente, está entre as duas pontas a imensa massa dos sub-qualificados do país.

Um caminho: reivindicar a ampliação das políticas sociais — ao invés de tentar desmoralizá-las

Se resumirmos um pouco a evolução, constatamos uma forte expansão do emprego (particularmente do emprego formal), um aumento da renda do trabalho em geral (e em particular no Nordeste), uma progressão significativa da escolaridade e da remuneração feminina, um forte aumento da população ocupada com 11 ou mais anos de estudo, além da redução do trabalho infantil e outras tendências que não temos espaço para comentar aqui. **Estes números são coerentes entre si e convergem para uma conclusão evidente: está se fazendo muito, os resultados estão aparecendo.**

A apresentação destas políticas como “assistencialistas” não tem muito sentido: os 12,5 bilhões de reais para a agricultura familiar constituem um apoio à capacidade produtiva. Os R\$ 8,5 bilhões do Bolsa-Família constituem um excelente investimento na próxima geração que será melhor alimentada — além do impacto essencial de inserção deste nosso quarto-mundo nas políticas públicas organizadas do país. O aumento do salário mínimo, junto com os outros programas mencionados, começa a dinamizar a demanda popular e a estimular pequenas atividades produtivas locais [4]. Ou seja, estaremos talvez atingindo um limiar a partir do qual a renda gerada na base da sociedade começa a se transformar num mecanismo auto-propulsor. Para isto, teremos de avançar muito mais. **O que está em jogo aqui não é apenas ajudar a massa de excluídos deste país. É**

gerar uma dinâmica em que renda, educação, apoio tecnológico, crédito e outras iniciativas organizadas de apoio permitam realmente romper as estruturas que geraram e reproduzem a desigualdade. A pressão sobre este governo é positiva, quando se leva em consideração os avanços realizados, e se reivindica a ampliação das políticas, não a sua desmoralização [5].

O que se torna evidente, ao analisarmos estes dados, é que a população mais desfavorecida do país votou no segundo turno não por desinformação, mas por sentir que a sua situação está melhorando. **Falar mal do governo, entre nós, é quase um reflexo, acompanha a cerveja como o amendoim. Falar bem dele parece até suspeito, como se fosse menos “objetivo”. Mas falar mal pode ser igualmente suspeito. Muito mais importante é entender o que está acontecendo.** Por trás do palco da política oficial que a imprensa nos apresenta a cada dia, e que é o lado mais visível dos grandes discursos, há o imenso trabalho organizado de milhares de pessoas que estão tocando programas, literalmente tirando leite de pedra numa máquina de governo que, por herança histórica, foi estruturada para administrar privilégios, e não para prestar serviços.

MAIS

IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – *Síntese de Indicadores 2006: Comentários*
IBGE — Síntese de Indicadores Sociais 2007 – Uma análise das condições de vida da população brasileira 2007 – está disponível [aqui](#)

[1] IBGE, PNAD 2006. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, para quem não está familiarizado, constitui o principal instrumento de avaliação de como anda a situação das famílias no país. A PNAD 2006 entrevistou 410.241 pessoas, em 145.547 domicílios, e representa a situação real de maneira confiável, ainda que desagregável apenas ao nível de Grandes Regiões ou de Estados, o que encobre desigualdades locais, perdidas nas médias. Os dados estão disponíveis online, nos “*Comentários 2006*”

[2] Ver os dados na Síntese de Indicadores Sociais 1996-2006 do IBGE, gráfico 4.1, e páginas seguintes, doc. s.p. – O documento completo, Síntese de Indicadores Sociais 2007 – Uma análise das condições de vida da população brasileira 2007 – está disponível [aqui](#). Sobre as tendências de desagregação da família, ver o nosso artigo “Economia da Família”, sob a rubrica *Artigos Online* no site www.dowbor.org

[3] IBGE, PNAD 2006, Comentários, p. 7

[4] Vale a pena consultar o sistema de seguimento dos 149 programas sociais distribuídos entre vários ministérios, disponível sob “Geração de Emprego e Renda”, em www.mds.gov.br: cada programa é apresentado com os seus objetivos e custos, além de contato para quem precisar de mais informação

[5] Para o conjunto de propostas relativas à dinamização do “andar de baixo” da economia, ver Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, www.dowbor.org sob *Artigos Online*.

Consumo da baixa renda pressiona grandes empresas

Companhias têm de criar produtos voltados às classes C, D e E, que já são 50% do mercado

Ameaçados pelo avanço de marcas mais 'populares', fabricantes estão tendo de fazer com que seu produto 'caiba no bolso' desse público

JULIO WIZIACK
DA REPORTAGEM LOCAL

A explosão de consumidores de baixa renda nos últimos cinco anos está colocando em xeque as grandes empresas no Brasil. Antes, elas determinavam o consumo dos clientes, principalmente os de renda mais alta. Agora, são os consumidores de baixa renda que definirão os rumos dos negócios.

"Quem não estiver alinhado com essa realidade provavelmente estará fora do mercado nos próximos anos", afirma Ivan Zurita, presidente da Nestlé no Brasil, que investiu R\$ 300 milhões nos últimos três anos para criar uma divisão destinada à baixa renda.

Segundo a consultoria Data Popular, as classes C, D e E já respondem por metade do consumo nacional, já que sua renda é destinada integralmente aos gastos familiares. Sozinha, a classe C é responsável por 30% do consumo. Há cinco anos, a participação das três faz pesquisa de mercado na baixa renda, considera que o pré-conceito é a maior barreira.

"Muitas companhias têm de destruir sua marca ao vender um produto das classes A e B para a classe C", afirma Torretta. "Mas elas sabem que serão forçadas a entrar nesse ramo."

A **Folha** apurou que há empresas enfrentando crises internas. A líder no segmento de

beleza estaria diante de um dilema: seus produtos, destinados para as classes A e B, invadiram os lares de baixa renda há dois anos. Sem uma estratégia de marketing e propaganda adequada para esse público, ela acabou perdendo terreno para a sua principal concorrente, que ajustou sua operação de venda, conquistando os clientes de menor poder aquisitivo.

Um consultor que pede para não ser identificado afirma que a Deca, que desenvolve artigos para redes hidráulicas, poderia estar faturando mais se tivesse criado produtos para a baixa renda. Agora, ela se depara com a perda de vendas para a Docol.

Um levantamento inédito da consultoria BCG (The Boston Consulting Group) revela que, no longo prazo, as grandes corporações poderão não sobreviver à expansão da baixa renda, caso persistam com o mesmo modelo de negócio.

"As empresas têm de fazer seus produtos caberem no bolso dos mais pobres", afirma Jorg Funk, diretor da BCG. "É verdade que as classes A e B continuarão comprando, mas, a partir de agora, o crescimento das vendas depende das classes C, D e E."

Para fazer o estudo, a BCG realizou 15 mil entrevistas no mundo. No Brasil, foram 2.000 entrevistas em todas as regiões do país. "Fomos até em favelas para conhecer os hábitos de compra dos brasileiros", diz Funk. "Esse consumidor busca

E por isso que redes como a Mundial, que vende calçados em São Paulo, estão investindo na sofisticação para a baixa renda. Para isso, eles contrataram a construtora Souza Lima, que fez restaurantes e lojas de grife no bairro nobre dos Jardins, para "repaginar" suas unidades localizadas nas regiões da periferia.

entrevista

Nestlé pulveriza venda e faz sachê para leite em pó

DA REPORTAGEM LOCAL

Quando decidiu vender produtos para a baixa renda, há três anos, Ivan Zurita, presidente da Nestlé no Brasil, enviou seus diretores de marketing para a periferia de São Paulo e decidiu contratar três novos funcionários que, naquela ocasião, viviam em favelas. Após anos de pesquisa, a baixa renda já responde por 2,5% do faturamento total da empresa. A meta é atingir 10% nos próximos dois anos.

relação ao modelo tradicional.
ZURITA. A principal mudança está na distribuição. O modelo tradicional, voltado para as grandes redes, não atende à classe de baixa renda. Por isso, montamos uma rede própria com dez mini-distribuidores. Cada um mantém forças-tarefas que levam os produtos até as mais distantes lojas do bairro. A Nestlé gerencia o estoque desse minidistribuidor, que "pulveriza" as mercadorias. Também contamos com outros 47 distribuidores para o pequeno e o médio varejistas. Além disso, temos uma rede de 5.800 mulheres que vendem de porta em porta, com carrinhos refrigerados. Elas trabalham cerca de três horas diárias na própria comunidade em que vivem. Esse time chegará a 10 mil integrantes neste ano. Antes, operávamos da fábrica para o consumidor. Agora, é o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, Senador Romeu Tuma, obrigado.

Com muita honra e satisfação, a Presidência registra a presença no plenário do Exmº Sr. Oscar Ortiz Antelo, Presidente do Senado Nacional da Bolívia; do Exmº Sr. Senador Tito Hoz de Vila Quiroga, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Bolívia; do Exmº Sr. Roger Pinto Molina, Senador Federal da Bolívia, que estão fazendo uma visita ao Senado Federal.

Nós, como colegas de Senado Federal, V. Exªs da Bolívia e nós aqui do Brasil, sabemos que V. Exªs estão em uma missão muito importante em nosso País, além da missão muito mais importante que têm para cumprir em seu país. Nós, como Parlamentares, como representantes do Poder Legislativo, temos, sim, de interagir, de nos relacionar muito bem, para que possamos ficar sempre atentos às ações dos Executivos na América do Sul. Nós, como legisladores, temos mais do que obrigação, muito mais do que qualquer um, como representantes deste grande Poder das nossas Repúblicas, de zelar pela democracia, espantar de vez o autoritarismo.

Muitas vezes, detectamos esse autoritarismo nas palavras, nos gestos, nas ações. Outras vezes, vamos detectar esse autoritarismo por debaixo dos panos, corroendo os Poderes, principalmente o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Então, vamos aproveitar as nossas experiências e zelar pela democracia dos nossos países e da América Latina.

Agradeço a presença de V. Exªs aqui no Senado Federal. Sejam bem-vindos a esta Casa, ao nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem V. Exª a palavra.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar também as boas-vindas aos Senadores da Bolívia. Sendo eu um Parlamentar do Norte, Parlamentar de Rondônia – praticamente o Estado de Rondônia faz divisa com a Bolívia –, eu não poderia deixar aqui de dar as boas-vindas aos nossos irmãos vizinhos da Bolívia.

Sr. Presidente, na semana passada, fizemos um pronunciamento em que mostrávamos a defasagem dos salários dos servidores militares. Hoje me preocupou, porque chegou em minhas mãos uma pesquisa feita pelos alunos da Infantaria da Esao – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que responderam à segu-

te pesquisa informal: “Você pretende sair do Exército Brasileiro nos próximos anos?”

Dos 40 ouvidos na turma, 31 capitães avisaram que sim, que pretendem deixar a carreira militar, desejam fazer concursos públicos para outras carreiras do Estado mais prestigiadas que a área militar.

A cada três dias um oficial pede para sair do Exército Brasileiro. Pelo menos 23 capitães ou tenentes abandonaram o Exército Brasileiro por terem sido nomeados e investidos em cargos públicos permanentes, para os quais prestaram concurso público.

Por fim, o Comando do Exército já assiste a um enxugamento natural de seus quadros, porque a carreira militar vai se tornando desinteressante econômica e profissionalmente.

Preocupa-me mais ainda, Sr. Presidente, porque estamos a par de que está para ser emitida uma medida provisória que beneficiará com um reajuste, com um aumento, os servidores das Forças Armadas, mas que, infelizmente, não é o que eles estão almejando. O reajuste é muito pequeno e será dividido em três anos, Sr. Presidente.

Faço um apelo novamente ao Ministro da Defesa para que leve em consideração, para que tente convencer o Presidente da República, haja vista a importância dos militares para o nosso País.

Já falei da importância do Programa Calha Norte, principalmente para os Estados mais pobres, como é o nosso, localizados na Amazônia.

Faço um apelo ao Ministro, que já foi político, para que atenda com bons olhos os servidores das Forças Armadas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta baseada no discurso do Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não vou interferir, acho que o discurso dele, por si só, informa o que é o nosso pensamento. Mas está sobre a mesa, já lido, um requerimento meu para uma sessão especial, dia 17 de abril de 2008, que é o Dia do Exército Brasileiro, para comemorar a Batalha de Guararapes.

Então eu perguntei à Drª Cláudia, que me informou que precisa de votação para ser agendada. Já há duas para abril, mas, como é uma data importante – e já houve antecedentes de três –, eu solicitaria a V. Exª que, na oportunidade, pudesse pôr o requerimento em votação.

Gostaria de informar ao Senador que a saída dos Oficiais do Exército não é só para o concurso pú-

blico. As grandes empresas, hoje, têm dificuldade em adquirir mão-de-obra tecnicamente bem preparada. V. Ex^a verifica que há falta de emprego em setores de pequena capacidade, mas onde precisa de mão-de-obra especializada, infelizmente, há vagas que não são preenchidas, e o Exército oferece essa mão-de-obra porque prepara bem seus Oficiais – tem a Esao e tantas escolas.

É só para deixar bem claro que essa luta do nosso Expedito vale à pena. Temos que ser mais expeditos com as Forças Armadas.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Quero parabenizar o Senador Expedito pela boa referência e registro e ao Senador Romeu Tuma...

Pois não, Senador Expedito.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ressaltei, na semana passada, o pronunciamento que V. Ex^a fez sobre os Policiais Militares e Bombeiros, porque estava saindo uma medida provisória para beneficiar os servidores do DF que estava esquecendo os servidores dos antigos Territórios. Inclusive, elogiei-o e fiz coro com V. Ex^a, e aproveitei para, ao mesmo tempo, pedir para que fossem incluídos também os servidores dos ex-Territórios. E, agora, quando falei aqui novamente, lembrei-me do fato e retorno para fazer esta solicitação, pegando uma carona no que V. Ex^a falou aqui, semana passada, da importância dos Policiais Militares, dos servidores civis e militares dos ex-Territórios, que, infelizmente, hoje, são esquecidos e abandonados pelo Governo Federal, às vezes até marginalizados, principalmente na questão dos reajustes, Sr. Presidente.

Faço um apelo, pegando uma carona no discurso de V. Ex^a, para solicitar que também sejam lembrados os nossos servidores dos antigos Territórios.

E, por falar em antigo Território – e V. Ex^a também representa um – uma PEC foi votada no Senado e aprovada por esta Casa. Foi uma briga antiga de V. Ex^{as}, que conseguiram, mas nós, do Estado de Rondônia, ainda não. É a PEC que trata da transposição dos servidores do quadro estadual para o quadro federal.

Sr. Presidente, a PEC já foi aprovada pelo Senado, já foi aprovada pela comissão especial criada pela Câmara dos Deputados e está na mesa do Presidente Arlindo Chinaglia para ser votada. Há concordância dos Líderes de Oposição desta Casa e acredito que não há divergência por parte dos Líderes do Governo: o Senador Valdir Raupp, que é Líder do PMDB, é do meu Estado; e a Senadora Fátima Cleide é autora da PEC.

Então, acredito que não há discordância. Por que não buscar esse acordo, esse entendimento que a Mesa do Senado está buscando com a Câmara, para acelerar os projetos oriundos do Senado que estão parados na Câmara? E vice-versa, dar prioridade aos projetos oriundos da Câmara aqui no Senado, Sr. Presidente, para que esta palavra tão bonita “transposição” não se transforme numa palavra de enganação aos servidores públicos do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a reivindica a legalidade e a justiça para os servidores dos ex-Territórios.

Senador Romeu Tuma, Sr^s e Srs. Senadores, em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 159, de 2008**, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial no próximo dia 17 de abril, destinada a homenagear o Dia do Exército Brasileiro.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa).

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, nós estamos aqui como primeiro orador inscrito aguardando, porque o primeiro já falou. Quando V. Ex^a puder, peço que tenha a gentileza de dar uma olhada. Eu estou aguardando. Não tenho pressa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o segundo orador inscrito, vai fazer...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sou o primeiro, porque o segundo já falou, Sr. Presidente. A Líder do Governo falou em nome do primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Líder do Governo falou, depois falou... Inverteu a ordem. O Senador Geraldo Mesquita falou primeiro, para uma comunicação inadiável...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E agora eu sou o segundo...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Depois a Líder do Governo, e agora V. Ex^a.

Antes, peço permissão a V. Ex^a para ler um requerimento.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2008

Requeiro nos termos dos arts. 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, nesta terça-feira, 25 de março, do jornalista Sérgio de Souza, editor da revista **Caros Amigos** ocorrido no Hospital Osvaldo Cruz, em decorrência de complicações de

operação no duodeno, bem como apresentação de condolências à sua esposa, a jornalista Lana Nowikow, aos seus sete filhos e toda a equipe de funcionários e colaboradores de **Caros Amigos**.

Justificação

Na madrugada desta terça-feira, morreu em São Paulo, aos 73 anos, o jornalista Sérgio de Souza. Operado no dia 10 de março de 2008 em razão de uma perfuração no duodeno, faleceu no Hospital Osvaldo Cruz, em São Paulo, em decorrência de complicações dessa operação.

Nascido em 1934, no tradicional bairro do Bom Retiro, no centro da capital paulista, Sérgio de Souza era um autodidata. Não chegou a cursar uma universidade, mas nas redações era considerado um dos melhores jornalistas do Brasil. Entrou para o jornalismo em 1950 ao ser aprovado em um teste do jornal **Folha de S. Paulo**.

Não ficou lá muito tempo, quatro anos depois, mudou para a revista Quatro Rodas, da Editora Abril. Foi lá que, em 1966, ajudou a lançar a revista **Realidade**, um dos maiores sucessos jornalísticos do gênero no Brasil.

Até que em 1997, como sócio de uma micro editora que fundou junto a outros companheiros, realizou um velho sonho. Junto aos amigos João Noro, Roberto Freire, Jorge Brolio, Francisco Vasconcelos, José Carlos Marão, Alberto Dines (que deu nome à revista), Hélio de Almeida e Mathew Shirts conceberam a revista **Caros Amigos**. O seu propósito foi de criar uma publicação de interesse geral. Nasceu então uma publicação mensal, de autor, que nos traz reportagens, artigos, colunas, seções, humor, fotografia e uma grande entrevista mensal que Sérgio batizou de “explosiva”, para brincar com a clássica “exclusiva”, e que, aliás, se tornou o prato forte de Caros Amigos. Todos os trabalhos publicados levam assinatura. Somente as reportagens e a entrevista de capa são decididas em reunião de pauta. Os outros artigos são decididos pelos seus autores sem consulta prévia. Aliás, quando fui convidado para escrever para a revista, Sérgio me disse que poderia escrever sobre qualquer coisa que me tivesse causado grande indignação ou muita felicidade. Fiquei honrado com seu convite e muito feliz em colaborar com a Caros Amigos.

De acordo com seu grande amigo, Mylton Severiano, editor-executivo de **Caros Amigos**:

Serjão era avesso a entrevistas, até tímido diante de uma câmera, microfone ou mesmo um colega de caneta e papel na mão, não deixou muitas pistas sobre sua vida particular: onde estudou, que preferências tinha em matéria de literatura, cinema, e outras triviais-

dades que costumam compor um necrológio. Certo é que Sérgio de Souza é o último monstro sagrado vivo que se vai de uma geração que fez, além de **Realidade**; a revista quinzenal de contracultura **O Bondinho**; o **jornal mensal de política**, reportagens e histórias em quadrinhos Ex-; o programa de televisão 90 Minutos na Bandeirantes – entre dúzias de trabalhos.

A importância de Serjão para o jornalismo pátrio é discreto como sua figura e incomensurável como seu tamanho – pois se dá justo naquele trabalho quase anônimo do editor, do editor de texto, da palavra seca, cortante, exata, da melhor linha humano-política na orientação ao repórter, ao sub-editor, ao chefe de arte, ao departamento comercial, advinda de um caráter íntegro e de um senso jornalístico próprio dos gênios.

Sérgio de Souza foi um grande exemplo. Espero que sua inestimável contribuição seja um estímulo para que **Caros Amigos** tenha uma longa vida.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento é do Senador Eduardo Suplicy, que fará o devido encaminhamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me dizer umas breves palavras.

Na madrugada desta terça-feira, morreu em São Paulo, aos 73 anos, o jornalista Sérgio de Souza. Operado no dia 10 último, em razão de perfuração no duodeno, faleceu no Hospital Oswaldo Cruz, em decorrência de complicações nessa operação e, nesta tarde, está se dando a sua cremação. Eu gostaria de estar lá, mas, pelas obrigações que temos agora no Senado, em Sessão Deliberativa, aqui transmito a todos de sua família, aos colaboradores de **Caros Amigos**, essas palavras e nosso sentimento de pesar.

Nascido em 1934 no tradicional bairro do Bom Retiro, no centro da capital paulista, Sérgio de Souza era um autodidata. Não chegou a cursar uma universidade, mas nas redações era considerado um dos melhores jornalistas do Brasil. Entrou para o jornalismo em 1950, ao ser aprovado em um teste no jornal **Folha de S. Paulo**.

Não ficou lá muito tempo, quatro anos depois, mudou para a revista **Quatro Rodas**, da Editora Abril. Foi lá que, em 1966, ajudou a lançar a revista **Realidade**, um dos maiores sucessos jornalísticos do gênero no Brasil.

Até que, em 1997, como sócio de uma microeditora que fundou junto com outros companheiros, realizou um velho sonho: junto com os amigos João Noro, Roberto Freire, Jorge Brolio, Francisco Vasconcelos, José Carlos Marão, Alberto Dines (que deu nome à re-

vista), Hélio de Almeida e Mathew Shirts conceberam a revista **Caros Amigos**.

O seu propósito foi o de criar uma publicação de interesse geral. Nasceu então uma publicação mensal, de autor, que nos traz reportagens, artigos, colunas, seções, humor, fotografia e uma grande entrevista mensal que Sérgio batizou de “explosiva”, para brincar com a clássica “exclusiva”, e que, aliás, se tornou o prato forte de **Caros Amigos**. Todos os trabalhos publicados levam assinatura. Somente as reportagens e a entrevista de capa são decididas em reunião de pauta. Os outros artigos são decididos pelos seus autores sem consulta prévia. Aliás, quando fui convidado para escrever para a revista, Sérgio me disse que poderia escrever sobre qualquer coisa que me tivesse causado grande indignação ou muita felicidade. Fiquei honrado com seu convite e muito feliz em colaborar com a **Caros Amigos**.

De acordo com o seu grande amigo Mylton Sevieriano, editor-executivo de **Caros Amigos**:

Serjão era avesso a entrevistas, até tímido diante de uma câmera, microfone ou mesmo um colega de caneta e papel na mão; não deixou muitas pistas sobre sua vida particular: onde estudou, que preferências tinha em matéria de literatura, cinema e outras trivialidades que costumam compor um necrológio. Certo é que Sérgio de Souza é o último monstro sagrado vivo que se vai de uma geração que fez, além de **Realidade**: a revista quinzenal de contracultura **O Bondinho**; o jornal mensal de política, reportagem e histórias em quadrinhos *Ex-*; o programa de televisão *90 Minutos* na Bandeirantes – entre dúzias de trabalhos.

A importância de Serjão para o jornalismo pátrio é discreto como sua figura e incomensurável como seu tamanho – pois se dá justo naquele trabalho quase anônimo do editor, do editor de texto, da palavra seca, cortante, exata, da melhor linha humano-política na orientação ao repórter, ao subeditor, ao chefe de arte, ao departamento comercial, advinda de um caráter íntegro e de um senso jornalístico próprio dos gênios.

Sérgio de Souza foi um grande exemplo. Espero que sua inestimável contribuição seja um estímulo para que a **Caros Amigos** tenha uma vida longa, revista que tem, entre outros colaboradores, Guto Lacaz, Marilene Felinto, Ana Miranda, Palmério Dória, Carlos Castelo, Roberto Manera, Enio Squeff, Léo Arcoverde, Glauco Mattoso, Georges Bourdoukan, Hamilton Octávio de Souza, Guilherme Scalzilli, Mauro Domingos da Silva,

Joel Rufino dos Santos, Frei Betto, Sérgio Kalili, Cesar Cardoso, Gilberto Felisberto Vasconcellos, Ulisses Tavares, Emir Sader, João Pedro Stedile, Gershon Knispel, Nicodemus Pessoa, Franco de Rosa, Hermes, Voss Claudius dentre outros. Certamente hoje todos prestamos homenagem a esse excepcional jornalista Sérgio de Souza.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gerson Camata, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, que encaminhará o voto de pesar solicitado.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 323, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da 8ª Sessão do Parlamento do Mercosul, no período de 30 de março a 1º de abril, na cidade de Montevidéu, Uruguai, dando continuidade aos trabalhos previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o Protocolo de Constituição do Parlamento.

Informo que estarei ausente do País no período de 30 de março a 1º de abril do corrente mês para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença para ausentar-me da Casa, no período de 20 de março a 18 de julho de 2008, a fim de submeter-me a tratamento de saúde, conformee laudo médico, anexo.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senadora **Maria do Carmo Alves**.

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2008

Tendo sido designado senador pelo Mercosul, requeiro, nos termos do inciso II, a do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença dos trabalhos desta Casa para participar da 8ª

Sessão Legislativa Ordinária entre os dias 30 de março a 1º de abril de 2008, em Montevideu, Uruguai.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 30 de março a 1º de abril de 2008.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senador **Efraim Morais**.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2008

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, requeremos o aditamento do Requerimento nº 249 de 2008 com a finalidade de transferir do dia 9 para o dia 10 o período do expediente da sessão do Senado Federal a ser dedicado a homenagear o jornal mineiro **Estado de Minas** pelo transcurso dos seus 80 anos de fundação, a partir do dia 7 de março de 1928.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Eliseu Resende** – Senador **Wellington Salgado**.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – Voltamos à lista de oradores inscritos.

Com a palavra, pelo tempo regimental de dez minutos, o Senador Pedro Simon.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar como Líder, o que farei posteriormente, mas, enquanto o Senador chega à tribuna, quero fazer um registro, aproveitando que V. Ex^a, que é do Espírito Santo, preside a sessão.

Faço a lembrança hoje, em pronunciamento, dos cinco anos da morte do juiz Alexandre Martins. V. Ex^a acompanhou o caso. Há cinco anos, o juiz Alexandre Martins foi assassinado no Município de Vila Velha. O processo se arrasta aqui na Justiça Federal e vai, aos poucos, perdendo as características das provas e dos indícios.

De acordo com o Ministério Público, o juiz Alexandre Martins morreu porque os mandantes temiam que ele denunciasse um esquema de extorsão e cobrança de dívidas para agiotas que envolveria presos e ex-detentos. Os mandantes intermediários foram presos, mas quem arquitetou esse assassinato ainda não foi preso. Há três pessoas denunciadas que estão num processo de julgamento, que está aqui em Brasília. Acho importante que possamos cobrar agilidade nesse julgamento. O Espírito Santo vive uma outra fase. O desfecho do caso do juiz Alexandre Martins é importante para dar mais um golpe na criminalidade organizada do Estado do Espírito Santo.

Obrigado, Sr. Presidente e Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunga dos sentimentos de V. Ex^a, Senador Renato Casagrande.

Com a palavra, pelo tempo regimental de dez minutos, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – São dez minutos mesmo, Sr. Presidente, ou são dez minutos do Senador Mão Santa?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – São dez minutos regimentalmente concedidos a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tinha que estar na Presidência.

Em primeiro lugar, o meu abraço muito carinho- so à família de Sérgio de Souza, um grande jornalista. Realmente sentimos muito pela sua morte, um homem extraordinário, de uma equipe extraordinária, que é a **Caros Amigos**.

Eu me emociono e fico impressionado como a **Caros Amigos** consegue manter a mesma firmeza, a mesma dignidade, a mesma seriedade, ao longo do tempo e ao longo da história. Olha que não é fácil! A **Caros Amigos** é a **Caros Amigos** do jeito que conhecemos lá atrás, na época da ditadura. Continua a **Caros Amigos** do jeito que era no governo passado. No Governo do Fernando Henrique, ela era a **Caros Amigos**, e o PT parecia bem naquela época, e agora no Governo do Lula é a mesma revista, com a mesma linha.

Olha, que bom se o Senado Federal fosse assim: “A linha é esta aqui!”. Mudam. Oposição, Governo, Situação, mas a linha é uma só, a verdade, a dignidade a democracia e a correção.

Meu carinho à memória de Sérgio de Souza, e meu abraço a essa extraordinária revista espetacular que é a **Caros Amigos**.

Meus amigos, meus caros amigos Senadores, que situação é essa que estamos vivendo? Para onde nós vamos e o que queremos? Acho que sabemos que o Congresso Nacional vive uma das horas mais tristes da sua história. E olha que o Congresso Nacional viveu horas difíceis. Este Congresso cercado por tropas do Exército que não deixava nem o Parlamentar entrar aqui dentro, como foi na Emenda Dante de Oliveira, que ia ser aprovada e não foi porque os militares cercaram e faltaram nove votos. E um grande número de Parlamentares foi proibidos de entrar.

O Congresso que, quando nomearam os Senadores biônicos nesta Casa, os biônicos que vieram para cá se curvaram à seriedade desta Casa, e tiveram figuras altamente respeitáveis, porque o ambiente era este. Conseguimos essa fase dramática, triste, de uma ditadura militar com cinco generais ditadores presidentes e saímos com dignidade. Cassaram, prenderam, mataram, fecharam o Congresso, mas éramos padrão de dignidade. Quando saíamos à rua, o povo aceitava. O povo aceitava... Quando alguns queriam a revolução, as armas, os tanques, a guerrilha, a luta armada, o povo, a sociedade, o velho MDB: não, nós vamos pela luta democrática, pelo voto, pela palavra, pelas ruas, pela mocidade, vamos levantar o Brasil e vamos mudar essa realidade. Muitos achavam ridículo. O Dr. Brizola, lá do Uruguai, dizia que nós íamos resistir até o último cachê. Eles erraram. Os movimentos que queriam a violência, a radicalização, que prenderam um embaixador etc, só conseguiram apressar o tempo da derrubada, e nós acertamos. Anistia, Assembléia Nacional Constituinte, Diretas Já, fim da tortura, liberdade de imprensa, fomos conseguindo isso passo a passo, e foi um grande Congresso. Foi um grande Congresso! Cassaram e não adiantou nada, prenderam e não adiantou nada. Por que agora, que nós estamos na plenitude democrática – liberdade! –, por que agora que um daqueles que sofreram, que foram perseguidos, um líder operário, um líder trabalhador que está lá na Presidência da República...? Por que agora vivemos no chão?

Há dois meses, as pesquisas diziam que o prestígio do Congresso Nacional era 1,1; depois dos problemas da Presidência do Senado baixou para 0,5! Essa é a credibilidade do Congresso Nacional. É uma coisa estranha! É uma coisa estranha porque os escândalos estão lá. Podem ter reflexo aqui, mas estão lá. E a repercussão está aqui no Congresso Nacional. O povo está respondendo que o Lula é ótimo. Para que corrupção? O Lula é ótimo, mas o que está acontecendo aí não atinge o Lula. Por que atingem esta Casa? Porque esta Casa perdeu a sua verticalidade, perdeu a

sua linha vertical, perdeu o seu rumo, perdeu as suas bandeiras e perdeu a sua história.

Nada mais triste o que a imprensa coloca hoje. Os que estavam oito anos no governo e governavam fizeram muita coisa positiva. Hoje são oposição. Pegaram o discurso do PT e, hoje, são oposição. E quem diria que o nosso amigo Lula e o PT, que era o Partido do ideal, da luta, da resistência, da democracia, da dignidade, da seriedade e da honradez... “Vocês também fizeram. Vocês também fizeram”. E o máximo do máximo do máximo é o que a *Veja* publica, de que estão fazendo um dossiê do Fernando Henrique, de tudo o que o Fernando teria feito como Presidente para mostrar e dizer assim: “Olhem, se vocês fizeram, nós mostramos”.

Mas o que é isso? Onde nós estamos? Que país é este em que um governo faz um dossiê de um expresidente para guardar na gaveta e dizer: “Está aqui. Se vocês fizeram, nós fizemos”? O que é isso?

Agiu bem o Líder do PSDB. Acho que a fala do Líder do PSDB nesta Casa foi absolutamente correta: propôs que abrissemos a conta de Fernando Henrique, da mulher de Fernando Henrique, do Lula e da mulher do Lula. Se é para ser assim, vamos fazer isso, disse o Líder do PSDB. E ele está certo. Aliás, ele disse mais: como ele foi Chefe da Casa Civil, disse que abriria a dele também para que investigassem o período em que ele esteve lá. Mas o que é isso? Então, nós estamos aí, fazendo um espetáculo de circo.

Há a CPI das ONGs e a CPI dos Cartões Corporativos. A corporação que está aparecendo é a do Congresso Nacional. Mas o que é isso? Se há uma coisa que o Congresso manteve ao longo da história foi a CPI.

Uma das coisas mais bonitas da vida brasileira foram as CPIs.

Este é o País em que o perigo é roubar galinha, porque roubar galinha dá cadeia, como deu cadeia lá no Pará para a menina de 14 anos que roubou não-sei-o-quê e foi parar numa cela com 20 homens, e deu no que deu. Roubar grande coisa não acontece nada! Culpa do contexto: uma legislação ridícula, um processo penal ridículo. Vemos políticos importantes e famosos que há quarenta anos sofrem processo em cima de processo por falcaturia em cima de falcaturia. Verdadeira ou não, eu não sei, mas nenhum chega a uma conclusão, porque recorre-se, recorre-se daqui para lá e de lá para cá e não acontece nada!

Mas a CPI apurava. Existia um ambiente na CPI que se destacava pela dignidade. O Senador que sentasse numa CPI era como se fora um juiz que estava ali sentado. Claro que ele tinha seus pensamentos políticos, suas idéias políticas, mas ele decidia com

dignidade. Várias vezes as nossas CPIs decidiram quase que por unanimidade. Hoje, meu Deus... Nas duas comissões, o que a imprensa diz é que há um arreglo: não se apura o governo passado, não se apura o atual governo e empurra-se com a barriga para passar o dia e terminar a comissão.

O Congresso está matando as Comissões Parlamentares de Inquérito por inanição. Ninguém mais vai convocá-las ou vão fazer convocações como a que fizeram agora: para apurar o que está aparecendo nas televisões em termos de sexualidade, moralidade.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Pedro Simon, é uma pena, mas o tempo de V. Ex^a está esgotado. V. Ex^a tem dois minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por isso, Sr. Presidente, por isso há esse vazio. Nós não legislamos. Se os senhores pegarem a Ordem do Dia de hoje, que não vai acontecer, não vai haver, verão que há cinco medidas provisórias trancando a pauta. São dez emendas constitucionais, e o resto é o resto. Nós não legislamos. O Judiciário vota em nosso lugar, como aconteceu na questão da perda de mandato para quem troca de partido, e o Presidente da República faz o que quer. O Congresso não existe, o Legislativo é deficiente, e o Executivo faz o que quer.

Quem vai assumir o nosso lugar? Quem vai ocupar esse espaço vazio? Pelo que o governo fala, dá a entender que a democracia é um atraso, atrapalha. É como o Lula disse outro dia: “Tem o dinheiro, o plano está aí, a gente quer fazer, mas o meio ambiente não deixa, e o Congresso emperra. Imaginem que tem uma lei que diz que não se pode fazer em ano de eleição. Então, durante dois anos, o Presidente não vai fazer nada?”.

Quem falar contra aqui vai ser apontado como inimigo do desenvolvimento e inimigo do progresso. É difícil agir assim, principalmente quando não nos reunimos em torno de um programa mínimo, Sr. Presidente, um programa mínimo da dignidade do Congresso Nacional, uma tese mínima que fosse essa.

O Governo está dizendo hoje que não abre mão das medidas provisórias, que não abre mão de uma vírgula das medidas provisórias. Temos de ter coragem de tomar uma decisão, Sr. Presidente. Vamos cumprir a atual lei, a atual Constituição. Vamos ter coragem de dizer que 70% das medidas provisórias não cumprem a lei porque não têm a urgência requerida, porque não estão conforme os ditames da necessidade e da imprescindibilidade.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vamos dizer: “Essa nós não aceitamos!” Vamos ter a coragem de rejeitar! Vamos ter a coragem de rejeitar! Vamos fazer isso e vamos lá nas comissões em que estão sendo tomadas as decisões importantes. Em vez de promovermos a desmoralização que está sendo promovida, vamos fazer o mínimo.

Até não estou preocupado em olhar para trás, mas as ONGs, hoje... Estamos desmoralizando uma instituição que existe no mundo inteiro. As organizações não-governamentais, no Brasil e no mundo inteiro, exercem um grande papel, mas agora a corrupção chegou lá. Algumas ONGs se organizam com políticos, com homens ligados ao governo, para fazer corrupção, para fazer imoralidades. Vamos cortar isso pela raiz!

Quanto aos cartões corporativos, Sr. Presidente, vamos, pelo menos, botar no papel o seguinte: “Daqui por diante vai ser assim!”. Vamos chegar a um entendimento, mas não vamos deixar passar sem fazer nada.

Ora, Sr. Presidente, no período da ditadura, no momento mais difícil, por várias vezes – e V. Ex^a é testemunha –, nós nos reunimos, Oposição e Governo. Muitas vezes, o Congresso Nacional esteve cercado, e as nossas cabeças estiveram à disposição: podíamos ser cassados, presos, torturados. Mesmo assim, muitas vezes este Congresso fez entendimentos dramáticos, espetaculares e dignos, porque o Brasil estava em primeiro lugar.

Peço aos atuais Líderes que coloquem o Brasil em primeiro lugar, Sr. Presidente! Que façamos um grande acordo para a dignidade da História deste País.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e apenas lamento que o Senador Mão Santa não estivesse presidindo a sessão neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo cumprimento do Regimento Interno, que é o primeiro ponto essencial e necessário para a recuperação do nosso Congresso Nacional.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É que não se pode, durante 90% do tempo, não cumprir o Regimento e, de repente, alguém querer cumpri-lo. V. Ex^a é que está certo, concordo com V. Ex^a, mas se ninguém cumpre e V. Ex^a quer cumprir fica uma coisa muito estranha para quem está assistindo.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Sempre que eu estiver presidindo, farei de tudo para cumprir o Regimento Interno, ele está acima de todos nós.

Para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno, o Senador Mão Santa tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos. Agradeço a colaboração de S. Ex^a.

Logo a seguir, ouviremos o próximo orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares, que falará por permuta com o Senador Flexa Ribeiro.

Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Camata, que preside esta sessão, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação, Cícero, o grande orador do Senado romano, disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Eu vou ter que falar depois desse grande orador e de um homem de maior virtude deste Senado.

Senador Camata, sei que há Regimento, eu sei que há lei, mas sei também que quem criou isso tudo foi Montesquieu, que escreveu o livro *O Espírito das Leis*. Jamais o Regimento poderia abafar e calar Pedro Simon. Se este Senado vive, é porque os homens que dirigiram esta Casa tiveram a sensibilidade. Camata, há discurso de Brossard de três horas neste Parlamento. Jamais Pedro Simon poderia ser limitado quando tenta salvar, com sua história, com suas virtudes, a grandeza deste Congresso.

Está aí o jornalista do Piauí, Genésio Araújo.

A estratégia deste Governo é esta: calar a Oposição. Mente, mente, mente. Baseado em Gables, o comunicador de Hitler, uma mentira repetida torna-se verdade.

Fala-se em PAC. No nosso Piauí há centenas de obras, centenas de obras inacabadas. Aqui há um artigo do jornalista Tomaz Teixeira intitulado: “Wellington Dias não luta pela nova fábrica da Toyota no Piauí”. Não há nada no Piauí, só mentira, mentira e mentira.

Atentai bem, sonhou-se com uma refinaria. A Petrobras aceita porque a paulistana é equidistante de todas as capitais. Luiz Inácio não viu um livro de Geografia. É equidistante de Boa Vista, do Macapá, de Belém, de São Luís, de Teresina, de Fortaleza, de Natal e de Aracaju. O problema das refinarias está no Norte e no Nordeste. Tinha suas razões. Perdemos. Agora, quando é uma fábrica da Toyota, o Governo nem pensa no Piauí. São só mentiras, mentiras e mentiras. Inventaram um tal de PAC, mas é só propaganda. Já há até a mãe do PAC. E o pai de mentira, quem é? Sobre a fábrica da Toyota, nem se fala no Piauí. Mas na mentira...

Está aí um jornalista, Genésio Araújo, um jornalista de vergonha. É do time de Alberto Silva. Enganaram o homem e o levaram para votar nesses aloprados que aí estão. Atentai bem, são só obras inacabadas. V. Ex^a vai ter um minuto pela verdade. V. Ex^a, que veio do Espírito Santo, nome bonito para o Estado. Que o Espírito Santo pouse na sua cabeça e dê-lhe generosidade. Só inacabadas. Está aí o jornalista. Ele foi com Alberto Silva. O homem que fez Alberto Silva.

Porto de Luiz Correia, no Piauí. Começou com Presidente Epitácio Pessoa – inacabada; Estrada de Ferro Central do Piauí. Eu, menino, Genésio, saía de Parnaíba/Teresina/São Luís, de trem. Foram lá, nas eleições, diziam que iriam fazer: 60 dias para Luiz Correia em 4 meses; ZPE, inspirada pelo Presidente Sarney – vinte anos – prometida e o prazo vai acabar; Tabuleiro Litorâneo Parnaíba e São Bernardo; Ponte de Luzilândia; Universidade do Delta; fábrica de leite em pó – bacia leiteira do Piauí; Metrô de Superfície de Teresina, idealizado por Alberto Silva; Hospital Universitário. Luiz Inácio, eu sou médico! Esse hospital universitário é para pobre que não tem dinheiro e não tem plano de saúde e beneficia o estudante de Medicina, de Enfermagem, de Fisioterapia; Pronto-Socorro de Teresina, começado por Heráclito Fortes, em 1989. Que vergonha! Ele disse que ia terminar; Ponte do Sesquicentenário. Presidente, sabe o que é isso? São 150 anos de Teresina. Vai fazer 158 anos. Paulo Duque, no mesmo rio, eu, governando o Estado do Piauí, fiz uma ponte em 87 dias. Esses aloprados roubam há oito anos e só há um esqueleto da ponte. Está ali Genésio de Araújo.

Obras federais inacabadas. Porto seco de Teresina, estrada dos cerrados para transportar a soja, Tabuleiro Guadalupe de Agropecuária. A mentira é tanta... Ô, Camata, não é mentira, não, é sem-vergonhice.

Atentai bem! Chega o PAC. Já há uma mãe aí, uma Nossa Senhora que está parindo obra para ganhar voto. Atentai bem! Prometeram cinco hidrelétricas. Cinco, ô Camata! A que existe lá está inacabada. Faltam as eclusas.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Serei rápido.

Por que não conclui as eclusas que já existem? Por isso acabou a navegabilidade do rio. Aeroporto internacional da minha cidade. Não há nem teco-teco. Só na imprensa, mentira. São Raimundo Nonato. Só há jumento lá no aeroporto. Está ali o jornalista do Piauí. Venha desmentir. Ele é do Alberto Silva, que enganaram e levaram. O Alberto Silva não tem culpa, não, porque

não está livre de ser enganado. Ampliação e modernização do Aeroporto de Teresina. Transnordestina, só na propaganda. Ponte do Piauí com o Maranhão e Uruçuí. O gasoduto – ô Camata, isso aí, quando eu fui Governador, tinha um plano: Fortaleza/São Luís/Parnaíba – é o mais caro combustível do Brasil.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência pede a colaboração de V. Ex^a no cumprimento do Regimento Interno. V. Ex^a tem dois minutos. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não tem problema. V. Ex^a é do Espírito Santo. Eu agüento um minuto. Se em um minuto o Cristo fez o Pai Nosso – e foi bom o danado –, eu vou tentar nesses segundos que V. Ex^a dá.

Ô Luiz Inácio, a gratidão é a mãe de todas as virtudes. V. Ex^a é, sobretudo, um ingrato. V. Ex^a teve 1.380.000 votos. E foi ao jornalista e já virou. Esse negócio de pesquisa, Luiz Inácio, 84%, Garrastazu Médici teve. Isso é a mídia, é o poder, é a pressão. Médici teve esse número. Teve 1.380.000 votos. O Piauí acreditou. Nós acreditamos, mas não acreditamos na mentira. Eu aprendi com o povo do Piauí. A mentira tem pernas curtas. Essa é a verdade.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo cumprimento do horário regimental que lhe foi destinado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – *(Fora do microfone.)* Eu agradeço. Eu posso dizer como Boris Casoy dizia: isso é uma vergonha, essa mentira. Tiraram o Boris, mas V. Ex^a me tira rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Neuto de Conto, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – *(Fora do microfone.)* Eu pedi ao Alvaro Dias... Com licença, questão de ordem. Alvaro Dias é que é o Presidente. V. Ex^a tem que cumprir. Eu faço essa solicitação a V. Ex^a...

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tive oportunidade de me ins-

crever, mas solicito que seja publicado um pronunciamento sobre a água.

No último sábado, foi comemorado o Dia Mundial da Água. A Organização das Nações Unidas elegeu dia 22 de março como o Dia Internacional da Água, como um memorial para refletirmos sobre a necessidade de preservarmos esse precioso bem para a vida.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O pronunciamento de V. Ex^a será considerado como lido.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Só gostaria de registrar que, em pronunciamento no Fórum Econômico Mundial, em Davos, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, afirmou que “a escassez de água potável é um dos maiores desafios do mundo atualmente”. E solicita que o assunto seja tratado da mesma forma como está sendo tratado o aquecimento global.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR NEUTO DE CONTO.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Organização das Nações Unidas elegeu o dia 22 de março como o Dia Internacional da Água, como memorial para refletirmos sobre a necessidade de preservarmos e utilizarmos judiciosamente esse bem precioso, essencial e insubstituível para a vida, que é a água.

Mais de um bilhão de pessoas, no mundo inteiro, enfrentam grandes dificuldades no abastecimento de água, tanto em quantidade como em qualidade. E são, infelizmente, sobretudo as pessoas mais pobres que não dispõem de suficiente água potável, utilizam água poluída, água imprópria para o consumo humano e de animais, água imprópria para a agricultura.

Para agravar o problema, Sr. Presidente, as mudanças climáticas têm trazido novos desafios para o abastecimento de água. A imprensa divulgou recentemente um comunicado do Programa de Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) que dá conta de que as principais geleiras da Europa estão derretendo numa velocidade recorde, conforme dados coletados em 30 geleiras de nove montanhas diferentes: a taxa de derretimento mais do que dobrou na comparação entre os períodos de 2005 e 2006.

Em pronunciamento no Fórum Econômico Mundial, em Davos, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, afirmou que “a escassez de água potável é um dos maiores desafios do mundo atualmente”. E confirmando a interligação dos temas, Ban Ki-Moon afirmou também que a questão da escassez de água

deve ser tratada da mesma forma como o problema do aquecimento global.

As preocupações do Secretário-Geral das Nações Unidas servem para nos dar uma visão global do problema do suprimento de água potável para as populações do mundo inteiro e para traçar a verdadeira dimensão e a gravidade desse problema.

Apesar de que a denominação mais adequada para o Planeta Terra talvez fosse “Planeta Água”, já que 75% de sua superfície são cobertos de água, essa aparente abundância é enganosa. O que existe de fato, em grande número de países, é escassez de água potável para a maioria das pessoas, pois 97% das águas do Planeta são águas salgadas, águas dos mares, impróprias para o consumo humano e para utilização na agricultura.

É esse o quadro grave que a humanidade enfrenta, pelo menos até que o desenvolvimento científico e tecnológico consiga transformar os atuais parâmetros e restrições na oferta de água.

Ainda não dispomos de processos viáveis do ponto de vista ambiental, tecnológico e econômico capazes de dessalinizar água dos mares em larga escala. Aguardamos um tempo futuro em que possamos dispor de processos mais rápidos e de baixo custo para isso, pois apenas 1%, ou um pouco menos, das águas existentes no Planeta é de água doce, própria para o consumo humano.

O Brasil, para nossa sorte, é um país abençoado pela natureza. Dispomos da maior reserva de água doce do mundo, mas, em compensação, temos um regime de chuvas muito irregular, com regiões que sofrem grandes secas periódicas, como o chamado Polígono das Secas, na Região Nordeste, que tem áreas já passando por um processo de desertificação.

É esse exatamente o ponto principal deste meu pronunciamento: chamar a atenção para nossa responsabilidade como nação privilegiada na distribuição mundial de águas.

Precisamos adotar políticas de uso da água que contribuam para inserir as populações mais pobres no conjunto de benefícios do processo de desenvolvimento.

A disponibilidade e o fornecimento de água potável é dos pontos mais importantes desse processo, pois sem água não existe vida, nem há desenvolvimento econômico, nem desenvolvimento social.

Precisamos enfrentar com coragem e determinação o grave problema da poluição dos nossos rios, com uma política de saneamento básico que possa garantir água, esgoto, coleta e tratamento adequado de lixo a todos os brasileiros.

Tenho plena convicção de que todos os eminentes Senadores e Senadoras trabalharão para que, num futuro muito próximo, o Brasil possa dar ao mundo e a todos os brasileiros um exemplo de uso racional, adequado e sustentável de nossas riquezas hídricas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a.

O próximo orador inscrito, por permuta com o Senador Flexa Ribeiro, é o Senador Antonio Carlos Valadares. S. Ex^a, pelo Regimento, tem o tempo de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente gostaria de registrar, até com certo constrangimento, que aqui estamos para votar. Já são 16h50min, faltando, portanto, dez minutos para 17 horas, e aquele compromisso assumido pelo nosso Presidente infelizmente não está sendo concretizado, qual seja o de iniciarmos a Ordem do Dia, impreterivelmente, às 16 horas. Mas, enquanto isso não acontece, farei o meu pronunciamento.

Quero abordar uma questão que considero grave para a qualidade de vida de todos nós que vivemos nos grandes centros urbanos. Aqui me refiro ao problema da poluição e dos transtornos causados pelo excesso de automóveis circulando em nosso País.

Sr. Presidente, estamos caminhando para uma espécie de caos urbano, onde circular na cidade pode tornar-se um inferno, um problema sem fim e, ainda por cima, mesclado com morte e violência também por conta do trânsito.

Sabemos que é assim, sabemos que se caminha para isso, se levamos em conta a incessante multiplicação do número de carros nas cidades. Estamos chegando às alturas de uma catástrofe anunciada.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores informa que o Brasil vai bater, neste ano, o recorde nacional de venda de veículos. Veículos podem significar empregos – e eu sou a favor do emprego, do pleno emprego, como todos sabem – mas, neste caso, estou chamando a atenção para outra questão, para aquilo que Gilberto Dimenstein vem denunciando como risco, simultâneo, de colapso urbano e danos à qualidade de vida. Junto com ele, especialistas prevêem um apagão do trânsito, com crescente entrada de automóveis nas ruas, especialmente nas regiões metropolitanas.

Outro dia me referi a esse problema com as seguintes palavras:

“A cidade de São Paulo vive um de seus maiores pesadelos. O sofrimento por que passa a maior cidade da América Latina constitui um alerta para as cidades que tendem a se transformar em megalópoles nos próximos anos.

A frota de São Paulo atingiu a cifra impressionante de 6 milhões de veículos. O tamanho gigantesco dessa frota gera preocupação, porque seu crescimento não acompanha o ritmo de expansão de ruas e avenidas da cidade.

Segundo reportagem de *O Globo*, se todos os veículos resolvessem sair ao mesmo tempo em fila única, seriam 392 veículos em cada quilômetro de vias da cidade. Considerando que um carro popular mede 3,8 metros, somente 263 caberiam no espaço, havendo uma sobra de 129 veículos em cada rua. Isso explica por que basta um carro quebrar ou um acidente interditar parte de uma via para que o trânsito na cidade fique à beira do caos.

Essa situação vexatória por que passa a maior cidade do nosso País denuncia um problema grave de desconforto, de má qualidade de vida dos centros urbanos que privilegiam o uso do automóvel como principal meio de locomoção, trazendo toda carga de efeitos danosos à população, como a agressão ao meio ambiente, o congestionamento e a radicalização na mudança da infra-estrutura urbana com a construção de grandes “minhocões” (vias elevadas), desfigurando as cidades.

Hoje em dia, as cidades são construídas para os carros. As pessoas que constroem as cidades e que também constroem os carros vivem pensando como construir ruas, avenidas, pontes e viadutos para servir aos carros. Nós somos uma geração que vive, se alimenta, negocia, dorme, caminha e se locomove em função dos veículos automotores.

Mais da metade da população do mundo vive em cidades. No século passado, esse índice era de menos de 10%. No século XXI, mais de 75% da população viverá em áreas urbanas, e grande parte dela estará em megacidades com mais de 20 milhões de habitantes.

Para onde vamos com a máquina que transporta as pessoas para um mundo cada vez mais caro? Um mundo que precisa de combustível poluente, de rasgar e desfigurar as nossas cidades para se locomover, de transformar cada um de nós num ser dependente de uma máquina beberona de combustível,

que é capaz de criar políticas de alterações na estrutura fundiária para produção de biocombustíveis?

Para onde vamos?”

Essa questão é tão evidente que nem preciso pedir ajuda dos dados, das estatísticas para demonstrá-la. Estamos diante de problema que está entre os mais evidentes e mais eloqüentes para qualquer um de nós que circule nas horas de **rush** ou até mesmo fora delas, nos dias úteis: vivemos esse drama, todas as pessoas de bem querem soluções, os pedestres precisam tornar-se a prioridade, a qualidade de vida urbana precisa ser nosso norte, a nossa meta. Antes que seja tarde. Antes do colapso urbano, antes que os danos à qualidade de vida sejam intoleráveis.

Vale a pena insistir sobre o exemplo de São Paulo. Somente a frota de veículos – o componente que tem maior peso na poluição do ar – provoca aumento médio de 5% na emissão anual dos cinco principais poluentes. São responsáveis por 92% da poluição da capital, e lançaram, somente em 2006, cerca de 1,5 milhão de toneladas de monóxido de carbono, índice recorde em relação aos anos 90.

E não estamos falando aqui das dezenas de toneladas de hidrocarboneto, das milhares de toneladas de óxidos de nitrogênio, das centenas de toneladas de óxidos de enxofre, fora as outras dezenas de toneladas de material particulado. E nem dos níveis de ozônio, que também sobem.

A qualidade do ar em São Paulo caminha para virar emergência de saúde pública, se considerarmos que ela está, na média, bem longe do ideal preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

As projeções para os próximos anos e décadas não podem ser otimistas se também considerarmos que a frota cresce oito vezes mais do que a população. Os poluentes dessa massa de veículos vão diretamente para os pulmões o tempo todo, e boa parte afluí para o sangue, espalhando-se por cada célula. “Trocando em miúdos – afirma o **Estadão**, de 16 de setembro de 2007 –, se nada for feito, São Paulo vai virar uma Vila Parisi – área industrial de Cubatão conhecida como Vale da Morte”.

O mundo mais desenvolvido já vem reagindo a isso com medidas as mais diversas e até contraditórias, como se pode ver pelo noticiário: Nova York quer passar a cobrar dos automóveis individuais que circulem nos dias úteis; Paris está em luta para criar bem mais espaço para bicicletas e pedestres; Estocolmo fez plebiscito, e a população aprovou o *pedágio urbano* para veículos, que já vem sendo discutido em Londres e em Cingapura; São Paulo vem testando o rodízio da circulação de automóveis de placa ímpar em um dia

e par no outro. Não vou entrar no mérito de nenhum desses controles, todos eles com seus prós e contras. Alguns são de valor discutível, de aplicação problemática, Sr. Presidente.

Mas vou defender uma tese muito clara: nenhuma medida será socialmente justa enquanto não se der toda prioridade ao transporte público. Limitar a circulação do veículo individual, evidentemente, é necessário, mas é imperioso e urgentíssimo otimizar o transporte coletivo, que, nas metrópoles em especial, deixa muito a desejar, não vem sendo objeto do planejamento no ritmo da crescente demanda. Deve-se otimizar o transporte público, tornando-o racional, barato, ágil e de qualidade.

Sou da opinião de que também é necessário fabricar carros que não poluam. Enquanto se luta por uma coisa – a racionalização da circulação dos veículos e o total incremento do transporte público nas metrópoles –, é preciso que não se lancem no mercado máquinas que envenenam o ar que se respira (nem chaminés de fábricas cuja poluição que soltam nos ares não seja controlada).

É preciso regras duras para os veículos que mais poluem. É preciso que os veículos recém-saídos de fábrica já tragam dispositivos antipoluição – e isso já vem sendo feito –, mas é preciso muito mais. O ritmo desenfreado com que o automóvel, através da poluição e ocupação maciça dos espaços urbanos, vem-se expandindo exige muito mais. Ônibus, carros antigos, caminhões – e as chaminés de fábricas – não param de contaminar nosso meio ambiente.

Já termino, Sr. Presidente.

Nessa verdadeira guerra, onde se poluem livremente os ares, as águas e o solo, é preciso que nós, os humanos, os homens públicos de todos os matizes políticos, comecemos a reagir contra toda e qualquer modernidade humanamente destrutiva, que, em nome do conforto ou do que quer que seja, contribua para aumentar o desconforto do envenenamento coletivo, dos danos ambientais, que são danos contra nós próprios, seres humanos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares, a Presidência agradece a V. Ex^a o cumprimento do Regimento Interno e do tempo que lhe foi concedido.

Voltamos à lista de oradores inscritos.

Sem prejuízo da mesma lista, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias pelo tempo de 10 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, manifestamos nossa indignação em razão do dossiê que, de forma

criminosa e ilícita, no Palácio do Planalto se elaborou, na expectativa, quem sabe, de intimidar os opositores que pretendem investigar, para valer, os cartões corporativos do atual Governo.

A revista **Veja** publica matéria de autoria do jornalista Alexandre Oltramari, revelando essa chantagem explícita, proposta, certamente, para confundir a opinião pública e para, acima de tudo, constranger parlamentares opositores.

Ontem, o Governo tentou desmentir a existência do dossiê. O Ministro da Justiça, Tarso Genro, negou a existência de um dossiê sobre os gastos da gestão Fernando Henrique Cardoso e chamou a suposição de indecente. Disse o Ministro: “Não existe dossiê. O que existe é um trabalho que está sendo feito pela Casa Civil, a pedido do Tribunal de Contas da União(...). É indecente pensar que alguém possa fazer dossiê para tratar de um assunto dessa seriedade”. Pois bem, o Tribunal de Contas da União derruba a versão do Governo sobre o dossiê em poucas horas.

Matéria publicada pela **Folha de S.Paulo**, da jornalista Marta Salomon, diz:

“No intervalo de poucas horas, o Tribunal de Contas da União derrubou ontem a versão apresentada mais cedo pelo governo para tentar explicar o vazamento de dados sigilosos sobre despesas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o TCU, não foi pedida nenhuma informação da base de dados do Planalto.”

O Tribunal de Contas da União não recebeu esse relatório. A Comissão Parlamentar de Inquérito, da mesma forma, não recebeu esse relatório, mas, de forma sub-reptícia, esse relatório chegou a diversas mãos e acabou divulgado pela revista **Veja**.

O Presidente Lula, na mesma direção, afirmou serem “mentirosas” as afirmações de que o Governo teria montado um dossiê, segundo informações de políticos que participaram do encontro. E teria complementado: “Se eu não fiz dossiê em 2005, por que faria agora?”. Disse isso, numa referência a um dos piores períodos do seu Governo, o do escândalo do mensalão.

É possível até que o Presidente da República não saiba, mas isso se deu no terceiro andar do Palácio do Planalto. Fica difícil imaginar o Presidente não ter sido comunicado pela Ministra-Chefe da Casa Civil de que um dossiê – ou, como quer o Ministro Tarso Genro, um relatório sobre suprimimento de fundos – estava sendo preparado. Aliás, é um relatório com detalhes, com observações, conforme divulgou a revista **Veja**.

É indecente, sim, o dossiê, e ele existe. Não há como o Governo afirmar não existir esse dossiê. O que

o Ministro Tarso Genro conseguiu foi alterar a denominação de dossiê para “relatório de suprimento de fundos”. Mas ele existe, está sendo utilizado, foi utilizado.

Na última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, dois Ministros sinalizaram a possibilidade de investigação de contas do Governo passado. Houve uma referência, que ficou implícita, à existência desse documento ilegal. Da mesma forma, alguns parlamentares fizeram um alerta de que seria possível a investigação chegar a fatos desconhecidos do Governo passado.

Mais uma vez, repudiamos essa prática. A impressão que fica é a de que o Governo, como disse ontem, deseja provar que o crime compensa, porque houve, não faz muito tempo, um ato criminoso, praticado na Caixa Econômica Federal, quando se quebrou o sigilo bancário do caseiro Francenildo. Num primeiro momento, houve o desmentido: “Não, não houve quebra de sigilo. A conta do caseiro não foi invadida”. Logo depois, houve a confissão do Presidente da Caixa Econômica Federal e, inclusive, o envolvimento do Ministro da Fazenda, que foi obrigado a renunciar à sua função, mas as providências não são compatíveis com a gravidade do ocorrido. Fica a impressão, sim, de que o Governo quer provar que o crime compensa, porque, agora, inclusive, convida o Ministro Palocci para ser relator desse importante projeto de reforma tributária que tramita no Congresso Nacional.

Eu poderia fazer referência também aos alopados que, até agora, não foram responsabilizados pelo crime do dossiê falso que pretendia golpear as pretensões eleitorais de Geraldo Alckmin e de José Serra, durante a última campanha eleitoral.

Enfim, o crime compensa para o atual Governo? É preciso desmontar essa expectativa de que vale a pena o crime.

A explicação que veio depois, do Ministro Tarso Genro, também não faz justiça à sua inteligência, porque eu o considero um homem inteligente. À noite, o Ministro Tarso Genro, por meio da assessoria, disse que se havia referido ao pedido do Tribunal de Contas da União para melhoria do controle de despesas. Não explicou a extração de dados do sistema. Essa explicação chega a ser risível. Na verdade, o Ministro afirmou, à tarde, que esse relatório estava sendo realizado, estava sendo preparado; disse que foi preparado no Palácio do Planalto, para atender a um pedido do Tribunal de Contas da União.

Em razão do ocorrido, o PSDB se reuniu hoje e decidiu continuar na Comissão Parlamentar de Inquérito. Houve quem defendesse – eu estava entre esses – o afastamento da Oposição dessa CPI, se ela não viesse a aprovar requerimentos importantes que dizem

respeito à convocação de autoridades e, sobretudo, à quebra do sigilo dos cartões corporativos ligados à Presidência da República. Diante do ocorrido, quando um dossiê é divulgado na expectativa de intimidar a Oposição, não poderia ser outra a decisão partidária a não ser continuar na CPI. Particularmente, não sei se ficaremos até o final dos trabalhos dessa Comissão, mas, por hora, vamos nela continuar, sobretudo exigindo que aprovelem os requerimentos fundamentais, para que a investigação se proceda, porque, até o momento, nada se investigou. O que se sabe é o que a imprensa revelou em razão do vazamento de algumas informações de pessoas ligadas à Presidência da República e de informações constantes do portal na Internet.

A responsabilidade da Comissão é investigar, quebrando sigilos e convocando autoridades. Esperamos que isso possa ocorrer no dia de amanhã. Que a reunião da Comissão dos Cartões Corporativos, amanhã, possa sinalizar outro desfecho, não aquele inicialmente sinalizado, que nos levava ao pessimismo de ter, inclusive, de propor a denúncia e o afastamento da Oposição dos trabalhos dessa Comissão!

Concedo, com prazer, o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador, em primeiro lugar, felicito V. Ex^a pelo pronunciamento que faz aqui. V. Ex^a foi muito feliz. Participei, hoje, pela primeira vez, da Comissão das ONGs e vi o esforço de V. Ex^a. Acho, com toda a sinceridade, que a decisão do PSDB é correta. Não me parece que a melhor solução é retirar a Bancada. A melhor solução é exigir. Amanhã, vamos tomar uma decisão. Seria importante que essa reunião viesse para este plenário, para que a Comissão tomasse uma decisão, para que a Comissão tivesse a coragem de tomar essa decisão. Amanhã, na minha opinião, vai se decidir o futuro das ONGs: ou morrerão ou terão continuidade. Alguma coisa tem de ser feita.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – As duas Comissões vão se reunir amanhã.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – A do Cartão Corporativo é mais real nesse sentido. Acho que o Líder de V. Ex^a foi muito claro e feliz. Se querem investigar, que investiguem o Fernando Henrique, a mulher do Fernando Henrique, os filhos do Fernando Henrique, o Lula, a mulher do Lula e os filhos do Lula! Se é por aí, não há problema. Essa notícia da *Veja* é séria demais, e a *Veja* é uma revista responsável. Não tirou a reportagem do zero; alguma coisa deve haver ali. E o que ela disse? Está sendo feito um inquérito para apurar as coisas do ex-Presidente, para guardar na gaveta. Pelo amor de Deus! Para guardar na gaveta? Isso – dizem – a ditadura fazia. Mas o Governo

do Lula fazer isso? Penso que não há como. O Presidente Fernando Henrique já disse: “Querem investigar minha vida? Investiguem a minha vida, investiguem o que quiserem!”. Acho que ele já respondeu. Sou muito sincero com V. Ex^a: a mim não me preocupa investigar a vida do Presidente; a mim preocupa-me a liberdade de apurar, de ver as coisas. E digo mais a V. Ex^a, inclusive o que vai acontecer com relação ao futuro. O Governo já tem duas gravidades: primeiro, fez; segundo, foi Governo e não apurou; foi Oposição por oito anos ao Fernando Henrique e não denunciou; foi Governo durante quatro anos e não disse nada. Quando apareceu, eles se lembraram: “Vocês também fizeram”. Então, não querem investigar! Pelo amor de Deus! Fica feio isso, Presidente; fica muito feio! Essa CPI está tomando uma decisão; ela vai matar a CPI. E o Senhor Lula e o PT serão os grandes responsáveis. Serão os grandes responsáveis! Essa história de dizer “eu fiz, mas vocês já fizeram” não existe. A história é: “Eu fiz, e vão ver o que eu fiz; depois, vamos ver o que vocês fizeram”. Felicito V. Ex^{as} e, ao mesmo tempo, faço-lhe um apelo para que, na reunião de amanhã, se tire uma decisão positiva; que não seja radical nem de um lado nem do outro, mas que haja o entendimento de credibilidade. O que está parecendo agora é que se quer fazer uma radicalização para lá e para cá, e, no fim, nada vai acontecer. E parece que todo mundo quer que aconteça nada. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Foi muito bom vê-lo hoje na reunião da CPI das ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa gostaria de comunicar que o tempo do orador está esgotado, embora vários Srs. Senadores pretendam fazer apartes. No entanto, a brevidade e o Regimento merecem ser obedecidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou conceder apenas os apartes. Peço a V. Ex^a compreensão, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Esse Presidente é duro. Esse Presidente é muito duro. Olha, S. Ex^a vai salvar o Senado nas costas dele.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em razão da importância do tema, concedo o aparte ao primeiro que levantou o microfone, que foi o Senador Tasso Jereissati. Depois, concederei o aparte ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Marconi Perillo e ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Onde é que V. Ex^a está conseguindo tanto tempo depois do tempo esgotado? Queria saber se é no Regimento, em que artigo do Regimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É na prática. Sou defensor do Regimento, Senador Camata. Espero que, com a reforma do Regimento, possamos ter o estímulo necessário para cumpri-lo de forma absoluta. Mas, enquanto não houver essa reforma, peço a V. Ex^a condescendência, já que essa tem sido a prática. É uma prática que também combato, mas que tem sido uma realidade nos últimos tempos no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Melhor seria que V. Ex^a viesse assumir a Presidência e usasse do tempo que lhe aprovesse.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em seguida. Espero que V. Ex^a permita aos Colegas apartarem. Confesso que não pretendia extrapolar o limite do tempo, mas, em razão do interesse, pela importância do tema, creio que se justificam os apartes solicitados.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, eu gostaria, inclusive, de pedir permissão a V. Ex^a, porque acho o assunto muito grave em relação ao Senado Federal, em relação ao Congresso Nacional, mais até do que a eventual liberdade no Regimento. Estamos aqui, Senador Gerson Camata, tratando de uma chantagem feita pelo Executivo contra o instrumento mais importante de investigação que existe no Congresso Nacional, que é a CPI. Se a CPI vai ficar inerte ou incapacitada de investigar em função de chantagens do Executivo e da Presidência da República, por meio de documentos, estaremos matando o Congresso pela metade. Aí o Regimento de nada valerá, quando estivermos com o Congresso Nacional morto nas suas prerrogativas centrais. O que levanta o Senador Alvaro Dias foi secundado. É dever de nós todos fazermos um protesto, vermos o que vai acontecer amanhã e não deixarmos, de maneira alguma, que essa chantagem venha a prevalecer nesta Casa neste momento. Já me disse o ex-Presidente Fernando Henrique... Afora isso, esse é nosso dever nesta Casa. Se o ex-Presidente Fernando Henrique tiver alguma coisa errada, que se investigue! D. Ruth Cardoso é das mais dignas Primeiras-Damas da história deste País, é das mais preparadas, das mais sérias. Ela é respeitada em qualquer parte do mundo, menos por este Governo e por essa gente que está aí. Em qualquer parte do mundo, seja acadêmico, seja intelectual, seja moral, D. Ruth Cardoso é uma pessoa venerada e respeitada, menos por essa gente que está aí. Eu gostaria que fizéssemos aqui um *tour de force*, um verdadeiro turbilhão, no sentido de que seja tudo investigado. Já estão aí os dados levantados. Então, que sejam todos investigados, mas que a CPI funcione e não fique refém de chantagens!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero registrar a coincidência. Há pouco, vi uma rusga regimental entre V. Ex^a, que preside esta sessão, e o Senador Alvaro Dias, que vai presidi-la, e lembrei-me de que o tempo, que, às vezes, é amigo, outras vezes é inimigo. Recordo-me da chegada de V. Ex^as ao Congresso Nacional, em 1974. Naquele momento – se o Senador Eduardo Suplicy me permite –, travavam outras lutas em outros campos. Tenho a certeza de que o Senador Gerson Camata, que preside a sessão neste momento, tirará de letra essa batalha regimental. Mas, Sr. Presidente, é vergonhoso e decepcionante o que estamos vendo nesse episódio que envolve o ex-Presidente da República e sua família. Esse pessoal teve seis anos para dizer alguma coisa. Pedro Simon foi muito feliz. Olhe que, para se tirar do Pedro Simon um aparte positivo a Fernando Henrique Cardoso, é preciso que seja uma coisa muita justa, porque não é exatamente aquilo de que S. Ex^a mais gosta. Mas esse fato estarreceu todos. Está bom de acabar aquela velha teoria de que “estou no banco dos réus, mas preciso de companhia”. Cada um assuma a responsabilidade dos seus erros! Fomos vítimas de chantagem. Quero apenas lembrar, Senador Gerson Camata, que, quando comecei a coletar assinaturas para a CPI das ONGs, Senador Tasso Jereissati, ameaçavam-me com uma perseguição que poderia vir contra mim por parte da Fundação Roberto Marinho, no caso, a Globo. Fui checar o que a Globo poderia fazer contra mim e o que eu teria a temer com relação à Fundação. Nada. Balela! Era chantagem das mais baixa classe. Esse tipo de coisa não pode mais continuar. Dessa forma, solidarizo-me com V. Ex^a e com a família de Fernando Henrique Cardoso, que soube, com dignidade e com muita classe, comportar-se à frente da Presidência da República – não só ele, mas também seus familiares. O Presidente Lula deveria pensar duas vezes, antes de permitir que seus aloprados agissem da forma como estão agindo. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com a permissão do Senador Gerson Camata, ouço o aparte do Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias, gostaria inicialmente de parabenizá-lo pela lucidez, pela coragem, pelo discernimento com que participa da CPMI dos Cartões Corporativos e da CPI das ONGs, com a mesma verve com que participou de outras CPIs e de outros processos investigatórios nesta Casa. V. Ex^a é um dos Senadores mais experientes desta Casa; acrescenta muito sob o ponto de vista do

conteúdo e ético. Como membro da CPMI dos Cartões Corporativos, quero dizer que estou muito esperançoso com relação ao que ocorrerá amanhã. Nós, do PSDB, já tomamos todas as iniciativas no sentido de afinarmos definitivamente nosso discurso e nossas posições. O mesmo aconteceu em relação aos Democratas. O fato é que, amanhã, vamos propor a abertura de sigilos ou a transferência de informações relativamente ao Governo do Presidente Fernando Henrique e ao Governo do Presidente Lula. Felizmente, democratas e honestos que são, o Presidente Fernando Henrique e sua esposa, D. Ruth, já autorizaram a abertura de todos os seus sigilos, de forma irrestrita. Esperamos que, amanhã, o mesmo possa ocorrer em relação ao Presidente Lula e aos seus familiares. O que queremos da CPMI é que ela investigue. Queremos chegar a conclusões que efetivamente tragam à tona a verdade. O que V. Ex^a faz na CPMI, o que faço e o que todos nós fazemos é buscar, por meio do nosso trabalho, todas as informações que signifiquem chegar à verdade. A população do Rio de Janeiro, desgraçadamente, passa pela pior crise de saúde pública de todos os tempos, uma crise em relação à dengue jamais vista na história daquele Estado, e, aqui na nossa região, vivemos uma epidemia de febre amarela. Em um País com tantos problemas, com tantas agruras, ainda se encontram pessoas que desviam dinheiro público por intermédio de cartões corporativos, de ONGs, de mensalão etc. E o pior de tudo, Senador Alvaro Dias, é que não querem que as investigações cheguem aos verdadeiros culpados. Nós vamos a fundo. Estamos lá para servir ao País, para servir ao Congresso Nacional; estamos lá para ir aonde for necessário e para buscar todas as informações que signifiquem efetiva apuração e punição dos responsáveis, para que isso sirva de exemplo a outros que se aproveitam do dinheiro público, que deveria ser destinado a obras sociais, à habitação, à saúde e a outros benefícios para a população. Desse modo, felicito V. Ex^a e quero tranquilizar os que estão nos ouvindo e assistindo, porque, amanhã, efetivamente, vamos combater o bom combate, no sentido de aprovar os requerimentos que possam dar condições à CPMI de chegar a um bom denominador comum. Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pelo aparte.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marconi Perillo. V. Ex^a é uma esperança nessa CPMI, para que, realmente, ela possa alcançar seus objetivos.

Para finalizar, Sr. Presidente, concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Alvaro Dias, compreendo a manifestação de V. Ex^a, mas ressalto que, hoje, a imprensa

divulga que o próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou indignado com a notícia de que teria sido preparado um dossiê sobre questões relativas ao Governo anterior, tal como foi mencionado por V. Ex^a, e que a própria Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, telefonou para a Sr^a Ruth Cardoso, esclarecendo que não foi feito nenhum dossiê a respeito. Avalio que são duas iniciativas importantes. Como o Senador Pedro Simon, ainda há pouco, mencionou, espero que, amanhã, na Comissão Parlamentar de Inquérito, possamos chegar a uma decisão de bom senso e de bom termo entre Oposição e Bancada de Governo. Se eu puder colaborar para isso, assim agirei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, obrigado.

Para concluir, Sr. Presidente, afirmo que o dossiê ou o relatório de suprimento de fundos existe; o próprio Ministro Tarso Genro confirmou sua existência com essa denominação. E a Ministra Dilma Rousseff anunciou que investigaria responsáveis pelo vazamento. Se há vazamento é porque há dossiê. Portanto, a própria Ministra acaba confirmando isso. E o Tribunal de Contas de União confirmou que não pediu esse relatório.

Muito obrigado, Senador Gerson Camata, pela generosidade do tempo, pela compreensão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a também. A Mesa vai ler aqui “Dos deveres fundamentais do Senador”:

Art. 1º No exercício do mandato, o Senador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código [que é o Código de Ética], sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 2º São deveres fundamentais do Senador:

I – promover a defesa dos interesses populares e nacionais;

II – zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do País, particularmente das instituições democráticas representativas, e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

Um Senador que oferece obstáculos à apuração de uma CPI deve ser mandado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. É o que está escrito no Regimento Interno do Senado Federal.

Se observarmos isso, as CPIs funcionarão – tenho certeza – dentro da expectativa que a opinião pública tem das CPIs.

Continuamos com a lista dos oradores inscritos. O próximo orador, por cessão do Senador João Vicente Claudino, é o Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Ex^a tem a palavra pelo tempo de dez minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de falar do tema principal do meu pronunciamento, quero ler, desta tribuna, uma nota que fiz publicar nos jornais do meu Estado em face da nova notícia de que o Presidente Lula repassaria as terras que estão hoje indevidamente sob o domínio da União para o meu Estado.

Meu Estado foi criado em 1988 pela Constituição Federal, que diz explicitamente que o novo Estado é compreendido dentro dos limites geográficos do ex-Território, o então Território Federal de Roraima.

Ora, esse artigo por si só é completo. Não tem que se discutir que terra A ou terra B não é do Estado. Todas as terras são do Estado, excetuadas aquelas que a Constituição prevê, como é o caso das áreas indígenas, como é o caso da faixa de fronteira em certos casos. Mas, fora disso, por exemplo, as que estão sob o domínio do Incra teriam que ter sido automaticamente recadastradas no nome do Estado.

Apesar disso, Senador Camata, reiteradamente, desde lá, estamos procurando fazer com que a União reconheça que tem que pegar essas terras que foram cadastradas indevidamente para o Incra e passá-las para o Estado.

Recentemente, o Presidente Lula passou as do Amapá. Não passou as de Roraima até hoje. Estamos com ação no Supremo. O Supremo não decide. Temos tentado de toda forma.

Quero ler aqui a nota que publiquei, com o título “A Farsa do Governo Lula com as Terras de Roraima”:

Logo que assumiu a Presidência da República em 2003, o Presidente Lula recebeu das mãos do Governador Flamarion Portela, recém-ingresso no Partido dos Trabalhadores [e foi para lá com a promessa de resolver o problema dessas terras – é um comentário à parte], e da Bancada de parlamentares (Eu, o Senador Augusto Botelho e todos os Deputados Federais) as reivindicações referentes à regularização das terras do Estado de Roraima, indevidamente nas mãos do Governo Federal (INCRA).

Em decorrência disso, o Presidente criou um grupo de trabalho interministerial em 01 de setembro de 2003 [portanto, no primeiro ano do seu Governo], o qual concluiu os seus trabalhos em 2005 indicando as soluções para o problema fundiário (isto é, das terras do Estado), aliás, criado (o problema) pelo próprio Governo Federal.

Como consequência da conclusão dos trabalhos (que consumiu dois anos) [dois anos para concluir um trabalho de uma coisa absolutamente clara], foi criado um comitê gestor, dirigido por uma espécie de inter-

ventor federal então designado como coordenador do Grupo Executivo, sr. José Nagib da Silva, em 15 de abril de 2005, que até hoje não concluiu o seu trabalho.

O Governador Ottomar Pinto [recentemente falecido] ao assumir o governo e também depois de sua reeleição, por duas vezes levou documento atualizado e sucinto com as propostas para a solução do assunto.

Durante esse período, em face da demora do Presidente Lula, o governo do Estado, eu – Senador Mozarildo – e o Senador Augusto Botelho ajuizamos ações no STF contra o Governo Federal para ser resolvida essa situação [que, na verdade, é um conflito federativo].

Em 7 de setembro de 2007, o Presidente Lula regularizou as terras do Amapá.

Apesar de ter um Senador Líder do Governo (Senador Romero Jucá) e outro – meu amigo – que se filiou ao Partido dos Trabalhadores – PT (senador Augusto Botelho) com a promessa de ver o caso solucionado, até hoje o Presidente Lula mantém o desdém com o meu Estado.

Agora acena que em 90 (noventa) dias irá solucionar o assunto, isto é no mês das convenções para a escolha dos candidatos às prefeituras.

Mesmo achando uma grande responsabilidade e maldade para com o meu estado tamanho descaso, ainda assim espero que não seja mais uma mentira. De qualquer forma, a solução do que nos é devido e de direito não se caracteriza um favor ou uma bondade que mereça nosso aplauso ou gratidão. Nada mais é que o cumprimento de uma obrigação legal e tardia.

Assinei essa nota e leio aqui da tribuna do Senado para que fique registrado que, mais uma vez, o Presidente Lula, já no sexto ano do seu mandato, está de novo acenando com a solução de um problema que é crucial para o desenvolvimento do meu Estado. Espero que, mais uma vez, não sejamos todos enrolados.

E, aqui, quero até apelar ao Supremo Tribunal Federal para que resolva essa questão. Estão lá várias ações – do Governo do Estado, minha, do Senador Augusto Botelho – para que seja decidido esse conflito federativo. Não acredito que o Supremo não o decida.

Mas, Sr. Presidente, na segunda parte do meu pronunciamento, quero registrar que, possivelmente na semana que vem, ou na outra no máximo, lançaremos aqui, no Senado, um livro cujo título é **O Senado e a Maçonaria**. Na verdade, trata-se de uma coletânea de discursos da década de 70 para cá, promovida pelo Senador Efraim Morais e por mim, com a ajuda de funcionários de diversos setores do Senado. Esse trabalho

realmente é uma valiosa contribuição para os historiadores e para aqueles que se interessam em conhecer melhor os meandros da nossa história.

Quero, portanto, registrar, cumprimentar o Senador Efraim Morais, que, como 1º Secretário, propiciou que rapidamente esse trabalho fosse feito. Está pronto e, possivelmente na próxima semana ou na outra, como disse, faremos o seu lançamento solene.

Quero também dizer que, no dia 8 próximo passado, aconteceram as eleições para o Grande Oriente do Brasil, a corrente mais antiga da Maçonaria. No dia 29, será a apuração. É um método ainda não muito atualizado, em que as lojas enviam os resultados para Brasília, onde serão apurados no dia 29. Qualquer que seja o resultado – e fui candidato, disputando com o atual Grão-Mestre Adjunto –, será altamente positivo para a Maçonaria, porque teremos disputado uma eleição democrática. Ganhando, espero merecer o apoio e a colaboração do adversário; perdendo – isto é, não ganhando, porque não perderei, tendo participado de um bom combate –, estarei à disposição para colaborar no sentido de fazer uma Maçonaria mais moderna.

No século XIX, temos uma história para mostrar: a Independência do Brasil, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República. No século XX, fizemos um trabalho de bastidores somente, muito interno, muito voltado para nós e para pequenas obras sociais.

Queremos, agora, no século XXI, fazer algo diferente. Já estamos consumindo a primeira década do século XXI, e o movimento justamente intitulado “Nova Maçonaria do Século XXI” vai lançar, em breves dias, o Instituto da Maçonaria do Brasil. Com isso, pretendemos reunir todas as correntes maçônicas em torno de um instituto que esteja acima de correntes, que esteja acima de formas de comandos, de maneira que todos os maçons possamos ter lá um espaço amplo para discutir todos os problemas do País.

Faço este registro, portanto, do lançamento do livro, dentro de breves dias, **O Senado e a Maçonaria**, uma coletânea de discursos, e também dou notícias da apuração no sábado do resultado das eleições ocorridas no Grande Oriente do Brasil e do lançamento, brevemente, do Instituto da Maçonaria do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso o Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Antes de dar a palavra ao Senador Magno Malta, quero dizer que, na reunião dos líderes hoje, discutiu-se bastante a respeito dessa faculdade regimental de se pedir a palavra pela ordem, porque, na verdade, está-se pedindo a palavra pela ordem e se falando por vinte minutos pela ordem. Está virando uma desordem.

Então, com o apoio das lideranças, vou começar a disciplinar essa palavra pela ordem, e vou dar apenas dois minutos para essa palavra pela ordem. Quando esgotar...

Mas V. Ex^a não se sinta vítima disso, não, porque foi uma coincidência, Senador Magno Malta.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – V. Ex^a já falou um minuto dos meus dois.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, vou colocar mais um.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu “pela ordem” é por uma boa causa. Acabamos de instalar a CPI da Pedofilia. O Relator é o Senador Demóstenes Torres; o Vice-Presidente, o Senador Romeu Tuma; e eu vou presidi-la.

Vamos colaborar com o Ministério Público e a Polícia Federal para chegarmos a bom termo contra a maior indignidade, o crime mais nojento que se pode cometer contra o ser humano. O acinte moral, o acinte emocional, lágrimas, noites indormidas, e uma sociedade clamando, pedindo resposta.

Esta Casa pode construir uma legislação. Pedofilia é um crime não-tipificado ainda, infelizmente, no Brasil, Senador Gerson Camata. E vamos tipificá-lo. Pretendemos construir uma legislação, Sr. Presidente, que possa ajudar a Polícia Federal do Brasil, com mecanismos, a combater o crime cibernético. Vamos nos cercar de todos os instrumentos, e vamos nos cercar da Polícia Federal, do Ministério Público, da Conamp, da Associação dos Magistrados do Brasil, da OAB.

Aqui viemos porque decidimos, na reunião, os sete membros da CPI, que viríamos a V. Ex^a – Senador Garibaldi, gostaria que V. Ex^a me ouvisse um momento – requerer que nos dê assessoria tanto em quantidade quanto em qualidade. Vai demandar muito essa CPI.

Pretendemos mapear o crime de pedofilia no Brasil com quem conhece e é dono da investigação, o Ministério Público. Traremos à luz homens e mulheres indignos, desgraçados, que têm acintosamente tratado

de forma vil as crianças brasileiras. São processos e investigações paradas no meio do caminho, são entraves burocráticos e falta de legislação, porque estão amparados pelo dinheiro e pelo poder.

A pedofilia no Brasil, Sr. Presidente, não é tão somente daquele pai bêbado que estuprou a filha porque a mãe desempregada saiu para procurar emprego; ou o vizinho, fingindo-se de desavisado. A pedofilia anda pelas colunas sociais, a pedofilia no Brasil veste estola, veste toga; a pedofilia no Brasil tem patente, tem uniforme; a pedofilia no Brasil veste gravata. São cidadãos doutores, com anéis no dedo, e cidadãos analfabetos.

Essa CPI tem a visão e a disposição, Sr. Presidente, de trabalhar nos fins de semana. Eu dizia que até precisamos abrir mão das comissões permanentes, porque, se precisarmos ir domingo e sábado, nós iremos, mas daremos uma resposta contundente e verdadeira ao País na questão da pedofilia.

As crianças e as famílias brasileiras terão em nós o encorajamento para denúncia. O 0800 do Senado certamente vai funcionar, e as denúncias, Senador Camata, nós mandaremos aos respectivos Ministérios Públicos e aos respectivos Conselhos Tutelares. O 100 é o número de denúncia de crime de pedofilia, Sr. Presidente. É número 100 para denunciar os sem-vergonha que trabalham de forma a manter alimentadas as suas taras, contra a integridade física, emocional e moral da família e das crianças.

Nós, Sr. Presidente, gostaríamos de reiterar a V. Ex^a agora que precisamos da sua vênua, da sua determinação como Presidente para que tenhamos uma assessoria que nos ajude a tocar o trabalho, porque nosso interesse não é fazer uma proposição no relatório final. Existem matérias que queremos votar antes que a CPI se encerre e instrumentos para entregar à sociedade antes do relatório final. E, por isso, precisamos contar com V. Ex^a.

V. Ex^a foi Governador, um grande legislador, sabe das dificuldades, sabe que seu Estado passa por isso, como o meu Estado e os outros Estados, e sabe da necessidade do que estamos falando aqui.

O Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, o Relator, Senador Demóstenes Torres, os membros, o Senador Geraldo Mesquita, que está aqui ao meu lado, os Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, todos estamos imbuídos e aqui viemos nesse espírito; os Senadores Eduardo Azeredo e Cícero Lucena, que são titulares, para que V. Ex^a nos atenda no nosso pedido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

V. Ex^a será atendido.

Sugiro a V. Ex^a que procure a Dr^a Cláudia Lyra, que vai se entender com a Dr^a Cleide, chefe das comissões.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A Ordem do Dia deveria ter se iniciado às 16 horas. Nessa marcha, iremos até de madrugada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Começarei agora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer a V. Ex^a que estava inscrito para falar como Líder. A Hora do Expediente se atrasou, porque os oradores inscritos extrapolaram, extravasaram no seu tempo. V. Ex^a sabe que tem em mim um apoiador, um correligionário, um Senador modesto e respeitador do Regimento, mas quero que V. Ex^a me inscreva para falar pelo menos depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está desde logo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 274, DE 2007

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática.)

Mensagem nº 274, de 2007, (nº 985/07 na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Sérgio Luiz Canaes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, com o de Embaixador do Brasil junto à República do Iêmen e no Sultanato de Omã, desde que obtido o **agrément** do governo daquele país.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Alvaro Dias, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 202, DE 2008 – CRE

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Sérgio Luiz Canaes obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional pela unanimidade dos membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, deve ser procedida por escrutínio secreto em sessão pública.

Vamos abrir o painel. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Faço um apelo aos Senadores e Senadoras do PT e do Bloco de Apoio ao Governo para que compareçam a esta votação nominal importante, sem a qual não teremos condições de aprovar o nome do embaixador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria também de fazer um apelo a todos os membros da Base do Governo, Senadores e Senadoras, para que venham ao plenário, porque vamos ter essa primeira votação, que exige *quorum* simples, mas, logo após, teremos a votação do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilmar Mendes, que exige *quorum* qualificado: são necessários 41 votos “sim”. Portanto, gostaria de apelar pela presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Reforço o apelo já feito pela presença dos Parlamentares e registro aqui a reunião que houve entre os Líderes e V. Ex^a, na qual nós começamos um debate

sobre um acordo de votação, de encaminhamento das matérias aqui no Senado.

Acho que nós temos a possibilidade de um debate com a Oposição, especialmente com os Democratas e com os Tucanos, no que se refere aos vetos. Já há o compromisso de V. Ex^a de votarmos os vetos novos e irmos votando paulatinamente os votos antigos. Já há o compromisso do rodízio de MPs, de acordo com a proporcionalidade a ser definida pelos Líderes. O terceiro ponto é o da regulamentação das medidas provisórias, da tramitação das medidas provisórias, é o ponto que está na Câmara. Hoje, aliás, teremos uma reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados sobre isso. A decisão não está em nossas mãos, não é um assunto que possamos resolver aqui na Casa, nem o senhor, como Presidente, nem o colégio de Líderes.

Então, penso que nós temos condições de retomar o diálogo a partir desses pontos de entendimento e, assim, permitir que o Senado possa, além de desobstruir a pauta, votando as medidas provisórias e as autoridades, voltar a acalentar o sonho de debater e votar as matérias de interesse da população, matérias de iniciativa dos Parlamentares ou mesmo do próprio Governo cuja votação é importante neste momento.

Esse início de diálogo demonstra claramente a necessidade e a vontade que nós temos de retomarmos efetivamente o debate, o diálogo e as votações com mais rapidez aqui na Casa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para dar conhecimento à Casa dos termos do início de retomada de entendimento que fizemos há pouco no gabinete da Presidência do Senado, onde estiveram presentes os Líderes partidários – o Senador Arthur Virgílio pediu que, por compromisso que ele havia tomado anteriormente, eu o representasse e, assim, manifestei na reunião a posição dos Democratas e dos Tucanos.

O que é que nos leva a obstruir a pauta? O episódio ocorrido há quinze dias, lamentável episódio que, na minha opinião, criou constrangimentos à instituição chamada Senado Federal.

O Líder do Governo, naquela tribuna, relatou medida provisória que havia sido anteriormente, há

meses, retirada de pauta na Câmara, retirada sem explicações, simplesmente retirada para possibilitar a aprovação da CPMF. A medida provisória retornou à Câmara, onde obteve parecer favorável quanto à sua urgência, relevância e constitucionalidade. Ou seja, a sua admissibilidade na Câmara, pela opinião do Governo, foi aceita.

Essa MP, que antecedia a votação de uma outra MP do interesse do Governo, foi considerada pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, não-urgente, não-relevante, não-constitucional, e ele pediu, pelo fato de ela não ser constitucional, que ela fosse objeto do voto “não” por parte da Base do Governo. Eu fiquei perplexo. Devo dizer a V. Ex^a que fiquei perplexo, porque na Câmara ela tinha sido considerada pelo Governo urgente, relevante e constitucional. No Senado, por razões que nos constrangeram, o Líder do Governo disse que ela era não-urgente, não-relevante e não-constitucional, ou seja, o instituto da medida provisória foi desmoralizado aqui, o que nos levou, evidentemente, a reagir contra a votação de medidas provisórias fossem elas quais fossem.

Já que o comportamento tinha sido esse para aquela MP, por que nós iríamos assistir passivamente à votação de outras MPs? Quem nos assegura que não estamos diante de um jogo de interesse, de cartas marcadas, por parte do Governo? Então, cabenos, evidentemente, em nome de atitude de legítima defesa da credibilidade da instituição Senado, marcar posição e votar contra as MPs.

Foi feito um entendimento agora, no gabinete de V. Ex^a, no gabinete da Presidência, e algumas das nossas exigências, não todas, foram objeto de compromissos que gostaria de ver reiterados. Todos dizem respeito à autonomia do Poder Legislativo.

A primeira exigência diz respeito ao veto. O veto é o processo através do qual se completa a autonomia do Poder Legislativo. Uma matéria votada e aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal é vetada pelo Presidente, parcial ou totalmente, e fica sem produzir efeitos indefinidamente, porque a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não decidem nem pela derrubada nem pela manutenção do veto.

V. Ex^a firmou o compromisso de fazer, ainda esta semana, uma primeira sessão de apreciação de vetos e apreciar todos, sem exceção, os vetos que estão estocados. Foi assumido o compromisso, a partir de agora, quanto a qualquer matéria que venha a ser vetada pelo Presidente da República, de se fazer imediatamente a leitura do respectivo veto em sessão do Congresso Nacional e, no prazo de trinta dias, apreciar esse veto.

Isso significa devolver ao Congresso Nacional as suas prerrogativas de completar o processo legislativo. O Presidente, pela Constituição, tem o direito de vetar, mas o Congresso Nacional tem que ter o direito de derrubar o veto, se for o caso, do Presidente e, assim, completar a vontade do Legislativo. Isso foi acordado por V. Ex^a.

O segundo ponto diz respeito à rotatividade das medidas provisórias, com o estabelecimento de um critério com o qual eu concordo – o Senador Arthur Virgílio vai falar pelo PSDB. Ou seja, concordo que seja usado como critério para as designações de relatores das medidas provisórias e de relatores das comissões permanentes – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Infra-Estrutura, todas – o critério da proporcionalidade e não o da escolha ao livre arbítrio do Presidente. Daqui para frente, V. Ex^a concorda que se vai estabelecer, para a indicação dos relatores das medidas provisórias, processo de rotatividade em função do número de bancadas, o critério da proporcionalidade, critério que é obedecido, inclusive, para a composição das comissões permanentes do Senado Federal.

O terceiro ponto: nós não concordamos com o atual rito processual de tramitação das medidas provisórias e queremos urgência em uma redefinição. Está agendada para hoje à noite, a propósito, uma reunião de Líderes da Câmara e do Senado com os Presidentes da Câmara e do Senado para que se retome esse assunto, que, na minha opinião, é urgente. Impõe-se encontrar, pela via do consenso ou pela via do voto, uma nova sistemática de tramitação das medidas provisórias, uma sistemática que livre o Congresso, Câmara e Senado, da pauta entupida, que possibilite, por exemplo, a discussão aqui de uma reforma tributária, o que hoje não é possível porque a pauta está permanentemente obstruída por excesso de medidas provisórias.

Esses primeiros pontos fizeram com que concordássemos com V. Ex^a em votar essas autoridades e não votar hoje, em nome da busca do entendimento, nenhuma medida provisória. Na reunião de hoje, tentaremos encontrar um consenso para a retomada de votações a partir de amanhã, em função de acordos que possam vir a ser construídos, em função não de interesses partidários, mas de interesses institucionais, de defesa e preservação das prerrogativas do Congresso, seja Câmara, seja Senado.

Gostaria de ouvir de V. Ex^a a confirmação de que acabei de dizer para que possamos prosseguir nas votações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador José Agripino, Líder do DEM, foi hoje ao gabinete de V. Ex^a com plena designação da Bancada do PSDB para negociar, em nosso nome, o que seria essa possível reabertura de diálogo entre Oposição e Governo aqui nesta Casa. S. Ex^a, o Senador José Agripino, já disse muito bem: “Alguns pontos registram inegável avanço que, a meu ver, possibilita a votação dessas três autoridades hoje”. E o Senador José Agripino, com plenos poderes, concordou com a votação dessas autoridades.

Então vamos lá. Não temos nenhum compromisso. Ao contrário, temos o compromisso de obstaculizar o máximo – que fique bem claro – a votação de medidas provisórias que tratem de créditos orçamentários. Isso substitui o Orçamento, diminui o Congresso, reduz as nossas prerrogativas de Poder. Segundo, foi um belo avanço termos estabelecido algo que vai corrigir vícios acumulados em governos imemoriais, algo acumulado em governos imemoriais. V. Ex^a marca um tento ao dispor-se a corrigir esses vícios.

Paulatinamente, vamos votando os vetos passados. Daqui para a frente, cumpre-se o que estritamente manda a Constituição Federal, ou seja, vetado no todo ou em parte determinado projeto pelo Senhor Presidente da República, a leitura é feita imediatamente. O gargalo estava não só na não-marcação da sessão de vetos, o gargalo estava na não-leitura: não lendo, fica trancada a pauta do Congresso Nacional. Lendo, em 30 dias tem de ser votado aquele veto. É um grande ganho para as prerrogativas e para a soberania do Congresso Nacional. V. Ex^a e o Colegiado de Líderes estão de parabéns por esse fato.

Ainda, Sr. Presidente, em relação ao rodízio de relatorias que passa finalmente a fazer justiça ao peso numérico, político e simbólico das Oposições nesta Casa. Eu considero que isso é uma vitória de todos e não só nossa. E que não seja e não será – e foi essa a impressão que recolhi da conversa que acabei de ter com o Senador José Agripino – essa a intenção de V. Ex^a: que não seja o rodízio seletivo em que o Governo diz assim: “Esta aqui tem que ser para um amigo do peito”. Não, não, não, não e não. Ou seja, quando cair algo inóspito, algo duro, algo antipático para o Governo, se o Relator tiver que ser o Senador José Agripino

ou eu, será o Senador José Agripino ou eu a relatar essa matéria. Que isso fique bem claro porque esta é uma condição **sine qua** para prosseguirmos nesta pauta de entendimentos.

Ainda, Sr. Presidente, levando em conta que isso aí não tem nada a ver com a reunião de Líderes. Mas é difícil nós colaborarmos – e estamos aqui fazendo das tripas coração para separarmos as coisas – com um Governo que falsifica dossiês, num caso, e que fabrica dossiês, no outro. Assim como é muito difícil, Sr. Presidente, presenciarmos uma certa – e a CPI das ONGs é um exemplo muito claro disso; não quero prejudicar a outra que está no começo – tentativa de se desmoralizar um instrumento fundamental para a Minoria, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Até hoje, meses e meses depois, não se tem um sigilo quebrado, não se tem uma providência efetiva tomada.

Mas, Sr. Presidente, vamos a um outro item da pauta, que esse é essencial de ser bem compreendido por todos.

Não quero aqui discutir a questão regimental. Ela deu argumentos, para um lado; dá argumentos, para um outro. Mas para nós é fundamental que nunca mais apareça na nossa frente algo parecido com aquela coisa deplorável que foi aquele requerimento de encerramento de discussão. Queremos amplo – isso é fundamental, Sr. Presidente – direito de os Senadores, no encaminhamento e nas discussões das matérias – poderem todos os que quiserem fazer uso da palavra, Sr. Presidente, fazerem uso da palavra. Seria o fim de uma suposta lei da mordaza que se tentou impor aqui a nós. Não podemos aceitar isso. Isso não faz parte da praxe do Senado, embora até faça parte da praxe da Câmara. Pode fazer parte da praxe do Congresso, mas não faz parte da praxe do Senado. Isso não cria um ambiente bom para que nós prossigamos, de maneira construtiva, tentando reafirmar uma pauta positiva de votações aqui no Senado.

Isso não ficou muito claro, pelo que disse o Senador José Agripino. Mas, na minha cabeça, está mais do que claro. Vou dar um exemplo. Fui Prefeito de uma cidade. Se um viaduto é feito e esse viaduto não está ligado a alguma alça que ajude escoar o trânsito, se um viaduto é feito e não está ligado a um anel viário, esse viaduto meramente adia o engarrafamento do local onde ele foi construído para algum ponto mais adiante. Então, o viaduto pode ser uma bela solução de engenharia e pode ser uma medida paliativa apenas.

Portanto, Sr. Presidente, não adianta nos enganarmos. Estamos aqui tentando recompor uma relação que foi esgarçada de maneira delicada. Se nos depa-

ramos outra vez com um requerimento desse tipo, vamos novamente ter uma crise grave. E não acredito que, depois dessa segunda crise, possa-se ter novamente a possibilidade de se reunir para começar outra vez, enfim. Termina-se com algo muito mal resolvido entre as duas partes. Gostaríamos que aqui os entendimentos fossem esgotados como sempre tentamos fazer, aliás, como sempre fizemos, mas sabendo que há certos limites. E um limite essencial para mim, para o meu Partido e – tenho certeza – para as Oposições como um todo é não se cassar a voz de Senador algum para que não se diminua o papel do Senado Federal. Isso é essencial para mim, Sr. Presidente. Que fique muito bem claro.

Para ser bem sincero, percebi que ontem V. Ex^a estava imbuído de um belo dever. Devo registrar isso. Ainda assim, houve por bem, eu próprio e minha Bancada, a nossa decisão foi não participar dessa reunião de Líderes hoje e nem mandar representantes, conforme o que havia dito na sessão passada. Pedimos ao Senador José Agripino que se fizesse – e S. Ex^a agiu de forma correta, como sempre – nosso porta-voz. Devo dizer que, a partir de agora, estou às ordens de V. Ex^a para quaisquer momentos de diálogo, porque essa é a nossa destinação, deixando bem claro que não concordaremos e nos insurgiremos de maneira enfática, eloquente contra qualquer outra tentativa de impedir a palavra de Senadores aqui nesta Casa, Sr. Presidente.

No mais, registro os avanços em relação aos vetos e ao rodízio de relatorias. Entendemos que passos significativos foram dados e não há por que não darmos outro passo, que é o de voltarmos ao **status quo ante**. O **status quo ante** era a expressão livre das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. Antes, porém, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, quero pedir permissão a V. Ex^a para encerrar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não, Sr. Presidente, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrada a votação.

A Senadora Marisa Serrano terá o seu voto registrado na Ata.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

MENSAGEM Nº 274, DE 2007 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. SERGIO LUIZ CANAES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA ARÁBIA SAUDITA, E, CUMULATIVAMENTE, COM O DE EMB. DO BRASIL JUNTO A REPÚBLICA DO IÊMEN E NO SULTANATO DE OMÃ, DESDE QUE OBTIDO O AGRÊMENT DO GOV. DAQUELE PAÍS

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 25/3/2008

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

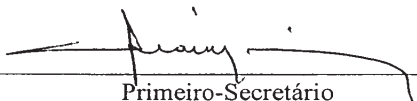
Abertura: 25/3/2008 17:47:36
Encerramento: 25/3/2008 18:07:10

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou				
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	Votou				
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou				
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou				
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou				
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	Votou				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 50
Votos NÃO : 08
Votos ABST. : 01

Total : 59


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 50 Srs. Senadores; e, NÃO, 08.

Houve só uma abstenção.

Total: 59 votos.

Fica aprovado o nome do Sr. Sérgio Luiz Canaes, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de participar de uma reunião de Líderes, onde o espírito foi exatamente o de procurar o entendimento para que se retomasse o clima de votação que até então tínhamos no Senado.

Mas entendo que algumas questões precisam ficar claras. Não aceito algumas definições que foram ditas aqui pelo Senador Arthur Virgílio, primeiramente, afirmando que tentamos cassar a palavra dos Senadores, agindo de forma arbitrária.

Nós agimos, Sr. Presidente, da mesma forma que a Oposição, de acordo com o Regimento, agimos regimentalmente. Fiz questão de dizer na reunião que o Regimento precisa passar por um aprimoramento para todos os lados. Como é válido a Oposição obstruir da forma que quer e não é válido a maioria utilizar o Regimento para tentar barrar a obstrução? Ou vamos ter uma obstrução permanente? É preciso ter a regra. Só no primeiro item – mandei fazer um levantamento, porque ficaram falando aqui em lei da mordaza – daquela noite, o Senador Arthur Virgílio falou 42 vezes.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quarenta e sete vezes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, não houve qualquer tipo de cerceamento de manifestação de quem quer que seja. No entanto, havia uma clara vontade da Oposição, legítima, de obstruir os trabalhos e evitar a votação. E havia do lado do Governo a clara intenção de votar. Houve a esgrima do Regimento, e se cumpriu o Regimento encerrando-se a discussão em determinado momento. Mas todas as pessoas que quiseram encaminhar a votação assim o fizeram, porque não havia limitação no Regimento.

Então, para que fique claro, vamos procurar o entendimento. Enquanto houver clima de entendimento, iremos trabalhar no clima de entendimento. Na hora que tiver clima de confronto, vamos trabalhar no clima de confronto, utilizando o Regimento da Casa, estritamente o Regimento.

Espero que não seja preciso usarmos o Regimento e que tenhamos condições de construir tudo por entendimento. Porém, não vou aqui registrar nem fazer parte do entendimento de que o Governo está aceitando que não vai usar o Regimento. Não é essa a questão. Da mesma forma, não estou cobrando do Senador Arthur Virgílio que, para retomar os entendimentos, a Oposição aprove o que o Governo quer. Vamos fazer um acordo de cavalheiros para que se tenha aqui condição de discutir e votar as matérias de forma respeitosa, coisa que não vimos naquela noite, desculpe-me. Eu, pessoalmente, fui vítima de várias agressões, e não perdi a tranquilidade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nenhuma minha.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, de V. Ex^a, não.

Porque o objetivo era termos o clima de votação.

Então, quero registrar que vamos buscar o entendimento. Somos favoráveis a essa questão do rodízio, mas temos de discutir a forma de fazê-lo, porque maioria é maioria, minoria é minoria. Havia rodízio antes, é possível haver rodízio, mas temos de discutir. Não estamos igualando todo mundo nem criando sorteio. Vamos fazer um rodízio qualificado, discutindo, entre as lideranças, as matérias com a distribuição por diversos partidos.

Esse é um assunto que ficou de ser tratado posteriormente, mas quero deixar clara aqui a posição do Governo, e a minha pessoalmente como líder, para que amanhã não haja dúvida alguma quanto ao meu procedimento no momento em que precisar encaminhar e defender aqui as questões do Governo.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de dar a palavra ao próximo orador, vou passar ao próximo item.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 201, DE 2008*(Escolha de Autoridade)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 201, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador: Tasso Jereissati, sobre o Ofício nº S/6, de 2008 (nº 22/2008, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à deliberação do Senado a indicação do Ministro *Gilmar Mendes* para compor o Conselho Nacional de Justiça e, nos termos constitucionais, exercer a sua Presidência.

Em discussão o parecer.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103 – B, *caput*, § 2º da Constituição Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra pela ordem o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá foi até modesto no cálculo que fez do número de vezes que usei a tribuna para protestar contra o encaminhamento que S. Ex^a e o Governo davam às votações daquele dia. É assim: quem não luta por seus direitos não merece viver mesmo. Vamos repisar de maneira bem tranqüila. Se voltar a tentativa de, repito, amordaçar a voz de qualquer Senador, simplesmente faremos desandar a perspectiva de todo e qualquer entendimento. Que fique bem nítido isso, bem claro! Se precisar falar para defender essa perspectiva não 47, mas 94 vezes, falarei 94 vezes. Estou aqui para isso. Não estou aqui inclusive para criar precedentes que amanhã podem ser terrivelmente danosos a quem hoje está no poder e que amanhã poderá estar na Oposição. Quero regras fixas que signifiquem ganhos civilizatórios daqui para frente.

Então, Sr. Presidente, vamos deixar bem nítido. Com relação às medidas provisórias, aqui temos um

estudo, encomendado por V. Ex^a, feito pela Mesa, que me chegou às mãos pelo Senador José Agripino, para que estudássemos se nos convém ou não. No entanto, me pareceu algo já bem firmado na cabeça de V. Ex^a e, portanto, se aceitássemos, V. Ex^a também aceitaria. Está aqui, com clareza: somos minoria, mas nem tanto, senão teria passado a CPMF. Ou seja, em cada nove medidas provisórias, temos três para o Bloco da Minoria, que, agora, finalmente, a Mesa reconhece que é o maior Bloco e, portanto, a maior Bancada do Senado Federal; tem uma MP para o PDT, que se porta com bastante independência na Casa, e cinco para o Bloco do Governo, para o PMDB e para o PTB. Creio que isso, matematicamente, reflete a correlação de forças estabelecida na Casa.

Mas volto a dizer, Sr. Presidente, que estou às ordens para entendimentos, e os entendimentos devem ser esgotados, devem ser exauridos.

Aceito conversar, a partir de agora, em qualquer lugar, em qualquer gabinete, em qualquer circunstância, e de maneira muito positiva e construtiva. O que não aceito é que se volte a tentar os tais requerimentos que encerrariam a votação, cassando a palavra de Senadores.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Que fique bem avisado, porque, se isso acontecer, simplesmente mergulharemos numa crise aguda aqui no Parlamento. Que fique bem claro!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Renato Casagrande.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, ainda não concluí.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Volto a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço desculpas a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não há do que se desculpar, Sr. Presidente. Então, que fique claro isto: há obrigações do Líder para com o Governo que representa, há obrigações do Senado enquanto instituição, há obrigações de V. Ex^a com os seus comandados, com os seus presididos aqui da Casa, e há

obrigação minha, como Líder de um Partido de Oposição, de procurar garantir o mais amplo debate.

A sessão foi tão longa, inclusive, até porque o tempo inteiro vinha a ameaça do cerceamento. Por isso, ela foi tão longa. Talvez nem chegasse a tanto, se simplesmente tivessem dado a palavra a todos que queriam se expressar.

Mas não aceito concessão de ninguém, não. Não aceito concessão, porque senão estaríamos simulando algo que imitaria liberdade sem sê-la. Quero a liberdade sem simulação.

Então, quero que avancemos para o reconhecimento de que entendimento se busca exaustivamente, como sempre se fez. Mas se comece excluindo a idéia de que se possa impedir um Senador, qualquer dos 81, de se manifestar, querendo se manifestar.

Essa é a nossa posição, Sr. Presidente. E lhe digo: ela é inabalável, inarredável, irrecusável, irretratável. Não há como recuarmos disso.

E chamo a atenção para o fato: tem um quoruzinho mixuruca, para usar uma expressão antiga. Esse quórum já não dava para aprovar hoje coisa alguma. Tinha dito, um dia depois do outro, uma noite pelo meio. Hoje era o dia. Se quiséssemos, não passava absolutamente nada hoje, se tivéssemos de ir – como se diz na linguagem mais comum – para o pau numa votação.

Então, que atentem para o fato de que nem sempre vão poder ostentar a maioria folgada que, em algum momento, o Partido que lidero, o Partido liderado pelo Senador José Agripino e mais os dissidentes da base governista concederam. Muitas vezes se aprovaram muitas matérias aqui com a nossa ajuda, aliás, quase sempre com a nossa ajuda, quase sempre, quando não tiveram a nossa ajuda, não conseguiram lograr êxito em matérias que foram mais polêmicas, a começar, por exemplo, pela própria CPMF.

Então, hoje é um dia. O quórum está frágil, por quaisquer razões que escapam a minha compreensão. Não é problema meu também. Estamos aqui ajudando a dar quórum. Se soubéssemos que essa lei do garrote iria voltar a funcionar, hoje mesmo esta sessão seria implodida. Que fique bem claro isso, Sr. Presidente.

Não aceitamos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... não aceitamos, sob nenhuma hipótese, não aceitamos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... que se cerceie a opinião de qualquer Senador em qualquer fase desta votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas lembraria a V. Ex^a que se trata da indicação do Ministro Gilmar Mendes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não se preocupe. V. Ex^a sabe da admiração que tenho pelo Ministro Gilmar. E poderia ser qualquer outra matéria. Só estou me referindo não ao mérito que merece que reconheçamos no Ministro Gilmar, o mérito de S. Ex^a. Estou dizendo que essa história do garrote não dá certo, porque vai ter uma quinta-feira qualquer em que o Governo vai nos implorar para ajudar a aprovar não sei o quê. Se estivermos feridos, não aprovarão aquilo que nos vão pedir.

Então, recomendo que o primeiro item da conversa seja não mais a ameaça de cercear a palavra de quem quer que seja aqui na Casa. Não tem as cláusulas pétreas? Estamos falando no Ministro Gilmar, que é um grande constitucionalista. Então, não mais, porque para nós é cláusula pétrea a idéia de deixar qualquer Senador que queira se expressar sem o direito de fazê-lo, até porque é um dever do Senador que queira se expressar fazê-lo, para dar satisfação à opinião pública ou à parte dela que o elegeu e que o enviou para cá.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande. Em seguida, ao Senador Aloizio Mercadante e, depois, ao Senador Jayme Campos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ouvi atentamente a palavra do Senador Arthur Virgílio e a minha opinião é a seguinte: se a Oposição tem o direito de usar todos os instrumentos regimentais para obstruir uma sessão, o Governo tem o direito, também, de usar todos os instrumentos regimentais para fazer votar as matérias. Ponto de igualdade no uso do Regimento. Eu vim da Câmara com uma cultura e estou vendo que, aqui no Senado, há uma outra cultura, mas, num processo de

embate, usa-se o Regimento, tanto a Oposição como o Governo. É democrático e não tem nada a ver com mordaza esse tipo de comportamento.

Segundo ponto: vejo no Senador Arthur Virgílio e vi no Senador Agripino, na reunião que fizemos, uma predisposição ao diálogo. Então, vejo isso e acho que isso deve ser levado em consideração pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Se há predisposição ao diálogo, se há dois pontos já acordados para o diálogo, que são a questão dos vetos e a do rodízio com relação às relatorias, acho que a regulamentação da tramitação de medidas provisórias, que está na Câmara – e teremos um debate hoje –, já tem pontos para que possamos fechar um acordo. Num processo de diálogo, de fato, não há necessidade de se usar todo esse instrumento regimental, inclusive essa limitação da discussão, de que a Oposição está reclamando.

Então, vejo que o diálogo é o melhor caminho para nós, aqui no Senado. Sempre foi esse. Estou começando no Senado, mas vejo que esse é o melhor caminho.

O senhor tem apelado para o diálogo, então, acho que esse é o caminho e quero concordar que, tendo diálogo, podemos avançar muito mais do que dentro da disputa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, dizer que esta é uma sessão importante para o Senado Federal. Estamos reconduzindo o Ministro Gilmar Mendes, que é um Ministro destacado no Supremo Tribunal Federal pela sua competência jurídica, sua formação como constitucionalista, pelo equilíbrio com que procedeu nas decisões e nas suas manifestações à frente do Supremo, mas, também, pela contribuição do Conselho Nacional de Justiça, que é um órgão do Poder Judiciário, criado no ano da reforma do Judiciário que o Senado Federal aprovou, avançando em toda a concepção de modernização do Judiciário,

introduzindo dispositivos como a súmula vinculante, a súmula impeditiva de recursos e o Conselho Nacional de Justiça.

Então, esperamos que o Conselho possa, de fato, dar prosseguimento a suas atividades, agilizar, disciplinar, melhorar a eficiência dos processos legislativos com esses novos instrumentos.

Tenho a certeza de que, pela vivência, pela experiência, pela qualidade da sabatina do Ministro Gilmar Mendes, teremos uma excelente gestão, com todas as condições de aperfeiçoarmos o Poder Judiciário, que é uma dimensão fundamental da cidadania e da democracia.

Eu queria finalmente dizer, Sr. Presidente, que acho, sinceramente, que o que sociedade espera do Senado Federal é que retomemos o debate sobre as políticas públicas, sobre os grandes temas de interesse da sociedade e que a gente possa, no embate político das diversas concepções, das posições, formular políticas públicas, aprimorar a legislação, avançar em reformas.

Quero parabenizar a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, presidida pelo Senador Tasso Jereissati e cujo Relator é o Senador Francisco Dornelles, que vai dar uma contribuição a mais ao debate da reforma tributária que temos, hoje, na agenda.

Nós precisamos retomar esse ambiente de debate, de discussão, de formulação de políticas públicas, que é o que verdadeiramente fez com que o povo votasse em cada um dos Senadores e Senadoras que aqui estão. Acho que essa é a expectativa da sociedade e espero que seja da sensibilidade dos Senadores que olhemos para a frente e possamos retomar um debate político qualificado, tão importante para o desenvolvimento do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos. Em seguida, falará o Senador Sérgio Guerra.

S. Ex^{as} vão permitir que eu encerre a votação neste instante.

Se todos os Senadores já votaram, está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER Nº 201, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. GILMAR MENDES, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E, NOS TERMOS CONSTITUCIONAIS, EXERCER A SUA PRESIDÊNCIA.

Num.Sessão: **1**
Data Sessão: **25/3/2008**

Num.Votação: **2**
Hora Sessão: **14:00:00**

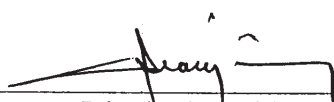
Abertura: **25/3/2008 18:12:45**
Encerramento: **25/3/2008 18:24:52**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : **60**
Votos NÃO : **02** **Total : 62**
Votos ABST. : **00**


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 60 Sr^{as} e Srs. Senadores; e, NÃO, 2.

Não houve abstenção.

Total: 62 votos.

O Ministro Gilmar Mendes acaba de ser aprovado para compor o Conselho Nacional de Justiça e, nos termos constitucionais, exercer a sua presidência.

Será feita a devida comunicação ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos. Em seguida, falarão o Senador Sérgio Guerra e o Senador Arthur Virgílio.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos, na pauta, o Requerimento nº 193, de 2008. Entretanto, a pauta está sobrestada. Tendo em vista não ser deliberativo, eu gostaria que o meu requerimento fosse colocado em votação, porque é de extrema importância para o nosso Estado e para a Região Amazônica.

Dessa forma, espero a compreensão de V. Ex^a e dos demais colegas Senadores para que entendam a importância que tem o Requerimento nº 193/08 e peço que ele seja colocado em pauta e votado no dia de hoje, para constituirmos uma Comissão Temporária Externa de cinco Senadores titulares e cinco Senadores suplentes, que apure e verifique os riscos ambientais em que vivem os Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe.

Sr. Presidente, repito o apelo a V. Ex^a para que seja colocado esse nosso requerimento na pauta do dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu tinha pedido a palavra e a permutei com o Senador Jucá, mas ela não voltou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente Garibaldi.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu, como sempre, tenho muita paciência. Alguns Senadores já falaram por cinco ou seis vezes e eu tinha permutado a palavra, mas ela não havia retornado.

Quero falar, Sr. Presidente, da minha confiança no trabalho, na condução do Ministro Gilmar Mendes como Presidente do Conselho Nacional de Justiça e, logo em seguida, como Presidente do Supremo Tribunal Federal. Tenho certeza absoluta de que, da mesma forma como os seus antecessores dirigiram com muita sabedoria e com muita justiça aquela Corte, o Ministro Gilmar Mendes vai fazê-lo, e com mais brilhantismo ainda.

Sr. Presidente, quero falar, também, da minha crença na democracia brasileira.

V. Ex^a, hoje, recebeu o presidente do Senado boliviano, Orlando Ramirez, acompanhado de outros Senadores, que veio trazer queixas e até pedir socorro ao Parlamento brasileiro, pela situação de humilhação que o Senado boliviano está vivendo, pois há mais de seis meses, há quase um ano a Situação não deixa a Oposição votar. Marcam reuniões em departamentos distantes, aonde não vão, muitas vezes, nem aviões, para que eles não possam chegar para votar as matérias de interesse do Governo Evo Morales.

Então, temos de dar graças a Deus pela maturidade da nossa democracia, ao contrário da Venezuela, da Bolívia e de tantos outros países que não têm, ainda, a sua democracia consolidada.

Acredito muito no bom senso, e o tivemos sempre, por parte dos Líderes da Oposição – os Senadores Arthur Virgílio e José Agripino –, que têm, com sabedoria e inteligência, travado discussões, realizado votações e derrotado, muitas vezes, o Governo. Recentemente, nesta Casa, a Base do Governo, que tem maioria, foi derrotada pela Oposição. Isso que é exercer a verdadeira democracia!

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que cada vez mais confio na democracia brasileira pela forma madura com que é exercida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente,...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente,...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou dar a palavra, pela ordem, a V. Ex^{as}. Antes, porém, farei a leitura do Parecer nº 200, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 200, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 200, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Epitácio Cafeteira, sobre o Ofício nº S/2, de 2008 (nº 2.112/2007, na origem), pelo qual a Câmara dos Deputados submete à deliberação do Senado a indicação do Ministro *Marcelo Rossi Nobre*, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Discussão do parecer.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Garibaldi Alves – e me permita, Senador Sérgio Guerra –, apenas para que seja consignado em Ata o meu voto para o Ministro Gilmar Mendes, já que não pude estar presente na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá registrado em Ata a sua participação na votação.

Com a palavra, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma breve apreciação.

Aquela votação da chamada TV Pública terá sido o momento de maior audiência dessa tal TV Pública. Verdadeiramente, para mim, aquele resultado foi zero. Ninguém ganhou; o Senado perdeu; o Congresso perdeu. Uma maioria eventual do Governo, uma derrota eventual da Oposição e o estabelecimento de um clima de animosidade que nos diminui, do ponto de vista público.

Houve um incidente. Num determinado momento, usando o Regimento, o Senador Romero Jucá tomou uma iniciativa que contrariou a muitos. Na minha visão, essa questão pode ser resolvida pelo Presidente do Senado e por todos nós. Há uma medida de bom senso, primeiro; há uma medida de ponderação também; terceiro, o direito de obstruir é absolutamente democrático, normal, pertinente, e que incomoda bastante o Governo. Essa é uma regra permanente neste Congresso, no Senado e em todo lugar.

Haverá dez maneiras de não coibir, de não impedir a palavra de alguns Parlamentares, como, por exemplo, fui impedido. Cheguei aqui cedo, pedi minha inscrição

ao Presidente e tive dele a palavra, que compreendo, aceito, respeito e em que acredito, de que eu falaria, como ao final pude dar algumas palavras. Entretanto, estava inscrito e não havia nenhuma razão para que eu não pudesse falar de novo, nem pelo requerimento do Senador Romero Jucá, por mais poderoso ou regimental que fosse, não era justo, do ponto de vista do funcionamento desta Casa.

Haveria dez maneiras de resolver aquele impasse. Por exemplo: que todos falassem por tempo diminuído; que aqueles que já tivessem falado não falassem novamente. Tudo na área do bom senso e do equilíbrio tem condição de acontecer sem recurso a esse tipo de expediente, que estabelece antagonismo e não serve para a democracia, ao contrário daquilo a que, com muita boa vontade – eu reconheço –, mas, equivocadamente, o Líder do PMDB se referiu. Nada disso.

Essa história de companheiros Parlamentares serem impedidos de falar por causa do Regimento num quadro do Senado Federal, que sempre foi democrático, ou pelo menos nos últimos seis anos quando eu assisti, não é bom para ninguém: nem para o Senador Romero Jucá, nem para o Líder Arthur Virgílio, nem para qualquer um de nós.

Então, que haja o compromisso em prol do equilíbrio e da democracia e a ação do Presidente para impedir essa radicalização. Que ela não se dê, que ela não se cristalize, que todos tenham o seu direito respeitado, mas que esse instrumento de radicalização não seja usado. Porque, mesmo regimental, ele não ajuda a convivência, a democracia e não altera os resultados. Não tivesse havido aquele requerimento, haveria, do mesmo jeito, a aprovação da medida provisória que criou a TV Pública, por mais meia hora, vinte ou quarenta minutos. Isso não mudava nada de essencial.

De maneira que a minha palavra é no sentido do equilíbrio, no sentido do prestigiamento do Presidente. Temos de confiar na condução dos trabalhos por S. Ex^a. É claro que o Regimento Interno tem de ser respeitado pela Oposição e pelo Governo. Agora, respeitados também devem ser os direitos de todos. E que essa aparente Maioria – ou Maioria de fato – não se consume por métodos arbitrários que, mesmo sendo legais, regimentais, são agressivos.

Então, quero dizer que, do meu modesto ponto de vista, o Presidente do Senado Federal terá condição de conduzir esse processo com equilíbrio e com justiça. E o Líder Romero Jucá deve ter, como sempre

teve até hoje, a medida do equilíbrio que caracterizou o seu mandato de Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente,

peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou me delongar respondendo às colocações do prezado Colega, Senador Renato Casagrande, porque, no fundo, elas repetiram os conceitos também aqui expendidos pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Vou apenas reafirmar a posição do PSDB: se acontecer de novo aquilo, nós teremos uma ruptura de diálogo. E não há o que se discutir em relação a isso. É uma questão, para nós, de princípio mesmo. Se V. Ex^a é rigoroso no tempo dos oradores, se V. Ex^a... Enfim, não vou aqui administrar a Mesa nem vou administrar as questões do Governo. Vou dizer apenas que temos como princípio que todo Senador deve ter o direito de se manifestar sobre qualquer matéria, encaminhando-a e, antes, discutindo essa própria matéria. Isso, para nós, é chave.

Há mil formas de se buscar o entendimento. Não sei por que não se entra madrugada a dentro quando precisar. E não sei por que se tem que... Não estou aqui para fazer o que o Governo quer, o que o Governo precisa. Estou aqui para estabelecer regras que devem funcionar hoje e devem funcionar amanhã.

No mais, Sr. Presidente, é parabenizar o PT. Estava ouvindo, agora, o meu querido Senador Aloizio Mercadante fazendo elogios, que são merecidos, a esse grande constitucionalista que é o Ministro Gilmar Mendes. Assim, desejo elogiar o PT pela sua evolução. Gilmar deve estar supervaidoso, porque me lembro da batalha que foi para ele ser aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado quando de sua indicação pelo Presidente Fernando Henrique. Foi uma batalha. Colocaram sua integridade em risco, em jogo; colocaram sua isenção em dúvida, e, ao fim e ao cabo, S. Ex^a se afirmou perante todos os seus críticos, e os seus críticos, de maneira muito legítima – recordo-me das palavras muito gentis dirigidas a S. Ex^a pelo Senador Eduardo Suplicy na reunião da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, tão justos, obviamente, refluíram das posições obscurantistas de antes.

Já me sinto muito feliz, Sr. Presidente, em relação a isso, porque se sou muito crítico de 90% dos Ministros do Presidente Lula por inoperância, entendo que Sua Excelência tem sido bastante feliz ao indicar pessoas para os Tribunais Superiores. Lamento apenas que ele não aplique o mesmo critério na hora de governar. Ou seja: coloca pessoas que nem se lembra do nome delas, e, quando se lembra, é porque usaram mal o cartão corporativo.

Em relação à ocupação de postos no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal Superior do Trabalho, eu diria que o Presidente Lula tem sido bastante feliz. Sua Excelência tem indicado nomes que não mereceram a nossa reprovação, que não mereceram a nossa crítica e nenhum arranhão em suas imagens por palavras ditas por qualquer um Líder da Oposição, por qualquer integrante deste Partido que lidero, com muito orgulho, o PSDB. Fico feliz, porque, para nós, não era de surpreender ninguém que tivéssemos apreço e respeito pela isenção, pela seriedade e pela cultura do Ministro Gilmar Mendes.

A boa notícia é, de maneira muito clara, terem tantas pessoas ilustres do PT, anos depois, se rendido à evidência de que estamos diante não de um partidário, de um aparelhador de máquina, de alguém capaz de produzir gestos. Trabalhou no Palácio do Planalto tanto tempo; não passaria pela cabeça dele produzir dossiê para complicar quem quer que fosse ou para esconder o que quer que fosse. Ou seja, gosto muito de ver esse profissional correto, Gilmar Mendes, hoje tratado como uma unanimidade aqui na Casa – não só por nós, que já o conhecíamos, como também por aqueles que, sem o conhecer, denegriram-no àquela época, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de dar a palavra, pelo art. 14, ao Senador Aloizio Mercadante, quero dizer que a Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 27 do corrente,

às 9h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pelo art. 14, o Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, falará o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, tenho uma amizade pessoal com o Ministro Gilmar Mendes e uma identidade que vai além da sua função como Ministro do Supremo, porque ele é um santista apaixonado, militante. Já vimos muitos jogos juntos. Até quando o Santos foi campeão paulista a última vez, estávamos juntos em Ribeirão Preto; depois entramos no campo de futebol para comemorar. Se não por essa relação pessoal, seria pelo reconhecimento meritório do Ministro Gilmar Mendes à frente da sua função no Supremo Tribunal Federal.

Comete uma profunda injustiça o Senador Arthur Virgílio. Primeiro, porque não procede a informação de que houve questionamento sobre a reputação, sobre a biografia do Ministro Gilmar Mendes. Houve questionamento quanto ao seu desempenho à frente da AGU na época, questionamento este feito pelo então Senador José Eduardo Dutra – eu nem aqui estava. Inclusive, parte do PT, como o caso do PT do Mato Grosso, assinou a indicação do Ministro Gilmar Mendes e a apoiou publicamente, porque conhecia, sabia da sua trajetória, da sua competência.

Mas, se o PT na ocasião fez algum questionamento na sabatina – o que é próprio do processo democrático, pois, na sabatina de Ministro do Supremo, há todo tipo de questionamento, de informação –, é mais importante ainda, depois que ele exerce a função de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Presidente do CNJ, que se reconheçam a competência, o equilíbrio, o espírito público, que têm marcado seu desempenho nas referidas instituições.

Portanto, reitero isso. É a minha opinião, é a minha avaliação. Faço-o de público, com muita honra. Pouco importa qual o Governo que o indicou. Estamos aqui analisando uma função de Estado em um Poder, que é o Judiciário. Creio que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma escolha justa, porque o Ministro, que antes estava à frente da AGU, que era evidentemente um defensor do Governo e que não deveria comportar-se dessa forma como Ministro do Supremo, seguramente soube desempenhar essa função a contento, mantendo equilíbrio, jurisprudên-

cia, consistência constitucional e eficiência à frente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ.

Portanto, dou meu testemunho com muita transparência e termino como comecei, porque tenho um apreço e uma amizade pessoal ao Ministro Gilmar Mendes e, como Senador da República, faço questão de registrar o reconhecimento do seu desempenho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, art. 14. Fui citado pelo Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, peço sua compreensão, para que V. Ex^a permita ao Senador Tasso Jereissati...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Três minutos, Sr. Presidente. Não passarei disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, concedo a palavra a V. Ex^a. Em seguida, falará o Senador Tasso Jereissati.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Posteriormente, falará o Senador José Nery.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Se há essa afinidade futebolística, santista, entre o Senador Mercadante e o Ministro Gilmar, o PT agiu como palmeirense naquela sessão que durou sete horas e da qual se explicou, na última reunião, recentemente, no Senado, na CCJ, com muita honestidade inclusive, o Senador Eduardo Suplicy. Sete horas. É claro que foi levantada a dúvida, sim, sobre a isenção do Ministro Gilmar Mendes. É claro que ninguém se esquece da atuação do Senador à época José Eduardo Dutra, depois Presidente da Petrobras, depois, esquisitamente, Secretário Municipal de Aracaju e, depois, novamente, Presidente de uma subsidiária da Petrobras. Sr. Presidente, não tenho nenhum problema de memória. Lembro-me muito bem. É claro que não há tempo agora de mandar buscar as notas taquigráficas. Mas, se o Senador disser que faz questão, mando buscar as notas taquigráficas da época, para vermos em que pé estava o ânimo do Partido dele em relação ao santista Gilmar Mendes.

Eu aqui não fiz mais nem menos do que elogiar o Senador e o seu Partido, porque o Partido evoluiu. Viu que não podia ficar naquela posição tacanha de impedir que chegasse ao Supremo – e a posição era tacanha mesmo – um grande constitucionalista, um

dos mais cultos Ministros daquela Corte, que só abriga homens de cultura absolutamente densa e de reputação ilibada.

Portanto, não há críticas. Houve um elogio; e o elogio é darwinista, é a evolução da espécie. Era um Partido que simplesmente se opunha a tudo e a todos e que hoje se faz de muito bonzinho, querendo que a Oposição não faça oposição.

E nos lembramos dos momentos em que, simplesmente, o Partido do Senador Mercadante era contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, contra o Plano Real, contra tudo, enfim, que viesse da lavra do Presidente eleito pelo povo, à época, o Presidente Fernando Henrique Cardoso. É algo que não dá para se desconhecer. Foram à Justiça contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem sido a maior salvaguarda para a política econômica do Presidente Lula.

Portanto, quero saudar a evolução do PT. Não sei se estamos já no **homo sapiens**, mas, com certeza, estamos a caminho. Foi uma evolução, sem dúvida alguma, porque reconheceram, dando democraticamente a mão à palmatória, o valor do Ministro Gilmar Mendes.

Não foi assim naquela sessão. Sete horas de questionamentos duros e até indelicados, se me recordo da atuação do então Senador José Eduardo Dutra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero ser muito rápido aqui. Não quero tomar a palavra dos outros inscritos.

O Relator da matéria da indicação do Senador Gilmar Mendes era o Senador Osmar Dias, que acaba de me confirmar que foi uma longa arguição, como foram, por sinal, outras que tivemos aqui. Mesmo para a última recondução do Ministro Gilmar Mendes foram quatro horas na CCJ, uma arguição com alto nível nas colocações. Não havia o clima de tensão, de disputa política – e acho que é bem melhor que seja assim.

Lembro-me, recentemente, do Ministro Direito. Também uma arguição polêmica em relação a alguns temas, a perguntas que foram mencionadas.

O Senador Osmar Dias disse que não houve nenhum questionamento ético ou moral do Ministro Gilmar Mendes. Houve questionamento quanto ao desempenho dele à frente da Advocacia-Geral da União, na função de defesa do então Governo Fernando Hen-

rique Cardoso. Eram, evidentemente, matérias, temas bastante polêmicos, sobre os quais se queria saber qual era sua opinião, seu posicionamento e o que seria feito. Mas não houve nenhum questionamento de ordem ética e moral. Eu não estava aqui à época, nem o Senador Arthur Virgílio, mas o Senador Osmar Dias estava, e era o Relator da indicação.

Felizmente, a indicação foi, evidentemente, aprovada pelo Plenário do Senado, e hoje temos a obrigação de reconhecer a competência do desempenho, não apenas dele, mas, diria, do Supremo Tribunal Federal.

Reforço que as indicações do Presidente Lula têm sido sempre pautadas, também, pela competência jurídica, pela formação constitucional e não pela afinidade político-partidária.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Senador Mercadante já falou pelo art. 21, agora falo pelo art. 28. Eu tinha esgotado a possibilidade regimental pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou pedir a compreensão de V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas preciso responder, Sr. Presidente. S. Ex^a simplesmente me desmentiu. Preciso responder a ele.

Ele falou pelo art. 21. É isso que toma tempo da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O seu companheiro de Bancada, Senador Tasso Jereissati...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, o Senador Tasso Jereissati já me fez sinal de que aguarda. Serei bem rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se alguém falar de novo pelo art. 14, vamos para o art. 35. Vou falar pelo art. 28, e ele, pelo art. 21.

Não tenho nenhuma razão, para duvidar do Senador Osmar Dias, que é uma das figuras que mais prezo e respeito aqui na Casa. Agora, que a reunião foi tensa, foi; que a sessão foi sob desconfiança em relação à atuação e à isenção do Ministro Gilmar Mendes, foi; e que houve questionamentos duros e, a meu ver, indelicados – aí é uma questão subjetiva; eu, lendo, considereei indelicados – por parte do então Senador José Eduardo Dutra, houve.

Agora, volto a dizer: não deve o PT nem o Senador Aloizio Mercadante se envergonhar das evoluções que

possam obter na vida. Vão avançando, vão crescendo, porque, no dia em que voltarem para a Oposição – a democracia prevê alternância de poder –, não vão poder repetir as infantilidades daquele época. Vão, a qualquer motivo, fazer um “Fora FHC” aqui na porta? Não vão poder fazer. Vão-se portar de forma parecida conosco, porque tivemos a possibilidade, e até razões jurídicas, para pedir o **impeachment** do Presidente Lula, e nos recusamos a fazê-lo em nome do bom nome do País lá fora, em nome da estabilidade econômica que aqui não queríamos que fosse levada à breca.

Em outras palavras, não fiz acusação e nem quero admitir... O Senador Osmar muito menos. Quero apenas registrar que, no meu entender, foi uma sessão tensa, em que se demonstrou, sim, com palavras duras, desconfiança em relação à sua isenção. Quando se questiona a atuação dele na Advocacia-Geral da União, está-se querendo dizer o quê, por linhas, ou por sobrelinhas, ou por entrelinhas, ou por sublinhas? Está-se querendo dizer que ele, como Ministro, seria uma espécie de líder do governo passado. E não foi isso que se verificou, tanto que ele merece hoje todos esses elogios de pessoas que, à época, não tinham tanta compreensão do seu valor intelectual e do seu valor de homem público, Sr. Presidente.

Obrigado.

Durante o discurso o Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 103 – B, *caput*, §2º, da Constituição Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Antes de conceder a palavra ao Senador Tasso Jereissati, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, sobre a votação, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, sobre a votação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, gostaria de fazer um registro. Fui lembrado agora pelo Senador Jarbas Vasconcelos de que o Sr. Marcelo Rossi Nobre tem todos os títulos e todos os méritos para ocupar a posição para a qual é submetido à votação. Mas há um fato histórico: trata-se de um filho, meu caro Senador Eptácio Cafeteira, do extraordinário homem público e Parlamentar Freitas Nobre, com quem V. Ex^a, que preside a Casa, eu, Senador Pedro Simon, pelo menos, Senador Jarbas Vasconcelos, tivemos o privilégio e a felicidade de conviver.

Daí por que eu gostaria de fazer esse registro, que, para mim, é histórico. É uma honra para mim, como Senador da República, ter a oportunidade de participar dessa votação, pois se trata de um advogado competente que traz, na sua bagagem, a honra – claro! – de ser filho da extraordinária figura, do homem público, do paulista Freitas Nobre. Líder do PMDB durante muito tempo, 2º Vice-Presidente da Câmara, ele marcou época principalmente na transição do processo político brasileiro que nos trouxe de volta a democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos anunciar o resultado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pode proclamar o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora, é sobre o processo de votação?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – É sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto favorável nas três votações anteriores e externar também aqui os meus cumprimentos ao Dr. Gilmar Mendes, que, sem dúvida nenhuma, merece de todos nós muito respeito.

Registro meu voto favorável a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A solicitação de V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER Nº 200, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. MARCELO ROSSI NOBRE, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 25/3/2008

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 25/3/2008 18:30:23
Encerramento: 25/3/2008 18:51:44

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 60
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00

Total : 60


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Votaram SIM 60 Srs. Senadores; e, NÃO, nenhum.
Não houve abstenção.

Total: 60 votos.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Cumprimentos a Marcelo Rossi Nobre, como disse o Senador Heráclito Fortes, filho de um grande líder político, saudoso Freitas Nobre, de quem tive a honra de ser Vice-Líder na Câmara dos Deputados.

As homenagens também da Mesa do Senado Federal ao Ministro Gilmar Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Antes de encerrar a Ordem do Dia, há, sobre a mesa, um requerimento de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de doze meses, destinada a verificar o risco ambiental em que vivem os Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa (INPE) em seu “mapa do desmatamento”.

A Presidência consulta os Srs. Líderes sobre a solicitação do Senador Jayme Campos de deliberação desse requerimento.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (DEM – RN) – O Democratas é favorável, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– O PRB é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Senador José Agripino é favorável.

O Senador Marcelo Crivella é favorável.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Gostaria que V. Ex^a me concedesse a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Senador Romero Jucá é favorável.

Senador Valdir Raupp, estamos consultando sobre o requerimento do Senador Jayme Campos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– É favorável o PMDB.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – O

PTB também dá parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O PTB, do Senador Epitácio Cafeteira, é favorável.

O PSDB? O Senador Arthur Virgílio não está presente.

Senador Flexa Ribeiro?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pois não.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de, quando possível, que me fosse concedida a palavra para uma breve comunicação sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a votação?

O Senador Flexa Ribeiro, pelo PSDB, é favorável.

Sendo assim, submeteremos à votação o requerimento do Senador Jayme Campos.

Com a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, o PT vota favorável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O PT vota favorável.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo fazer breve manifestação a respeito da aprovação do nome do Ministro Gilmar Mendes para integrar o Conselho Nacional de Justiça e, como consequência, assumir a Presidência daquele órgão criado pela Emenda Constitucional nº 14, que muito tem concorrido para aperfeiçoar a prestação jurisdicional por parte do Estado brasileiro.

Devo dizer que tanto S. Ex^a quanto o indicado pela Câmara dos Deputados, Dr. Marcelo Rossi Nobre, fizeram excelentes exposições na Comissão de Constituição e Justiça. Gostaria de destacar que a exposição do Ministro Gilmar Mendes, que vai assumir também a Presidência do Supremo Tribunal Federal em breve, abrangeu, como salientado, todo o universo das questões relativas à melhoria, ao aperfeiçoamento do funcionamento do Poder Judiciário.

Com grande conhecimento dos problemas, S. Ex^a convenceu a todos e obteve o voto unânime dos 21 membros presentes à reunião da Comissão. Ressalte-se que a sabatina ocorreu na quarta-feira que antecedeu o feriado pascal, da quinta-feira santa, quando já era mais reduzido o número de Senadores na Casa.

Acolhemos com muita satisfação e aprovamos o nome do Dr. Marcelo Rossi Nobre, que demonstrou estar perfeitamente preparado para bem desincumbir-se do seu mandato no Conselho Nacional de Justiça.

Quero, por oportuno, registrar a presença do Presidente Garibaldi Alves Filho na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nela havendo permanecido por mais de duas horas. O gesto de S. Ex^a muito sensibilizou a todos da Comissão, posto que, em meio a muitos afazeres, fez questão de prestigiar a reunião, participando da oitiva do Ministro Gilmar Mendes e, bem assim, do Dr. Marcelo Rossi Nobre.

Era esta a minha comunicação, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência pede licença para prorrogar a sessão por mais uma hora e submeter à votação simbolicamente o requerimento do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– **Item 56:**

REQUERIMENTO Nº 193, DE 2008

(Submetido ao Plenário após consulta às Lideranças Partidárias.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 193, de 2008, do Senador Jayme Campos, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de doze meses, destinada a verificar o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa – INPE em seu “Mapa do desmatamento”.

Votação do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Parabéns ao Senador Jayme Campos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, apenas para lembrar V. Ex^a que há uma inscrição de oradores pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a está inscrito em segundo lugar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu era o primeiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Se não me falha a memória, é o Senador Renato Casagrande o primeiro, e o segundo é V. Ex^a.

Antes disso, tem, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati, que já havia sido anunciado pelo Senador Garibaldi.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, e depois passaremos a palavra aos Líderes inscritos, Senador Renato Casagrande, Senador Marcelo Crivella e Senador Magno Malta.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pedi a palavra quando ainda havia aquela discussão sobre a famosa “noite de cristais”. Antes, porém, gostaria de fazer uma referência absolutamente necessária à eleição do Ministro Gilmar Mendes

à Presidência do Conselho Nacional de Justiça. Tenho a convicção de que a Justiça brasileira está de parabéns e com muita sorte. Depois da presidência da correta, equilibrada e competente Ministra Ellen Gracie, agora esse mesmo Conselho terá o Ministro Gilmar Mendes à sua frente. Sem dúvida nenhuma, hoje, S. Ex^a é um dos juristas mais respeitados e brilhantes do nosso País.

Mas, Senador Alvaro Dias, o que gostaria de colocar é que, na verdade, a meu ver, o que irritou mais profundamente esta Casa naquela triste noite não foi apenas o fato de alguns oradores terem sua voz calada, mas algo muito mais profundo e muito mais sério. Profundo, porque se trata de uma questão conceitual e filosófica, a própria razão de ser da existência desta Casa.

Quando se discutia a medida provisória que criava um canal de televisão, tema sem urgência e sem relevância, sem que esta Casa pudesse discutir e debater profundamente a criação dessa televisão estatal, partimos para a discussão da questão da medida provisória propriamente dita, daquilo que é urgente e relevante. Colocamos, na ocasião, que era uma falta de respeito do Governo Federal com esta Casa o continuado envio de medidas provisórias que não eram nem urgentes nem relevantes, fazendo com que fôssemos aqui atropelados pela maioria governamental, que estava retirando poder, significado e importância da própria causa. O Líder do Governo sobe, então, à tribuna e imediatamente desfaz aquilo que havia dito e colocado. Levou na troça e na brincadeira até a questão da relevância e da urgência de uma medida provisória, pois aquilo que havia considerado urgente e relevante passou a desconsiderar, usando a medida provisória e essa questão como uma mera tática regimental.

Foi isso o que considerei profundamente sério, profundamente grave, que feria toda a questão central que estávamos discutindo e colocando aqui.

Portanto, eu continuo na opinião, e é esta que vou defender dentro do meu Partido, de que nenhuma medida provisória deve ser votada por nós – devem ser obstruídas – enquanto a legislação sobre medida provisória não for modificada. Enquanto ela não for modificada, não podemos entrar nessa questão de ilegalidade, que fere profundamente os direitos desta Casa e do Senado Federal.

A proposta da criação de uma televisão pública provavelmente teria outras conseqüências se ela viesse por meio de projeto de lei, possibilitando-nos discuti-la, e não por medida provisória.

Sr. Presidente e Senador José Agripino, estamos em um país onde, atrás de uma propaganda oficial de que tudo está bem, abrimos os jornais todos os dias e vemos manchetes que nos lembram manchetes do século XIX ou do início do século XX. Pessoas estão

morrendo de dengue no Rio de Janeiro todos os dias; está morrendo gente de febre amarela em Brasília, em Goiás e em Minas Gerais; no nosso Nordeste, gente morrendo de calazar – doenças que pareciam exterminadas ou praticamente acabadas no País.

Nós estamos no sexto ano do Governo Lula – sexto ano do Governo Lula! –, e tem gente morrendo neste País que se diz de Primeiro Mundo, uma potência que quer lugar de destaque no Conselho de Segurança da ONU. Tem gente morrendo de dengue no Rio de Janeiro, uma das cidades mais importantes e mais internacionais deste País, e pessoas morrendo por febre amarela, dengue, calazar, etc.

Nos jornais da semana passada, nós líamos que o Brasil está em último lugar no exame Pisa, da OCDE, sobre interpretação e compreensão de leitura, feito por organismos internacionais nas nossas escolas públicas, inclusive privadas. E se cria uma televisão que nos vai consumir R\$1 bilhão, que joga fora R\$1 bilhão, enquanto coisas desse tipo estão acontecendo neste País.

Portanto, continuo entendendo isso como profundo desrespeito. Este Congresso só vai ter algum valor no momento em que a questão da medida provisória for respeitada; quando ela estiver realmente dentro de uma adequação, quando for digna, quando respeitar a soberania desta Casa, algo fundamental. E, naquela sessão, houve profundo desrespeito, quando se jogou como uma brincadeira de menino, brincadeira de criança, a uma questão que é cerne da existência desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Pela ordem, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a vai me conceder a palavra como Líder em seguida, mas quero pedir algo. Há um requerimento que fiz sobre a constituição de uma comissão externa de juristas para apresentação de uma proposta de Código de Processo Penal que está na Secretaria da Mesa para votação há algum tempo. Eu queria pedir a V. Ex^a que pudesse colocar esse requerimento em apreciação. Eu lhe agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como nós não encerramos ainda a Ordem do Dia, eu o submeto às Lideranças. Se as Lideranças concordarem com a aprovação do Requerimento, nós o submeteremos, simbolicamente, à deliberação. Trata-se do Requerimento nº 227, de 2008, que *requer, nos termos do parágrafo único do art. 374 do Regimento Interno do Senado Federal, constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto do Código de Processo Penal*.

Consulta as Lideranças.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a concorda com a aprovação do requerimento?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É meritório. Eu concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a concorda com o requerimento do Senador Renato Casagrande? (Pausa.)

O Senador Francisco Dornelles, pelo Partido Progressista, concorda. (Pausa.)

O Senador João Pedro, pelo PT, concorda? (Pausa.)

Então, com a concordância das Lideranças, nós o submetemos ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 227, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 227, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que *requer, nos termos do art. 374, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de Comissão de Juristas com a finalidade de elaborar projeto de Código de Processo Penal*.

Em votação o Requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Renato Casagrande.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encerra a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens da Ordem do Dia transferidos para sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 26, em virtude de não haver acordo entre as lideranças:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de trezentos e cinquenta e nove*

milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 400, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 400, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:

13.12.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.4.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que *altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:

10.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 24.4.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito*

extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:

22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:

23.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:

9.3.2008)

Prazo final: 23.3.2008

7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apre-

sentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006,

tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs
18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003;
e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003;
e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de*

junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº

2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.*

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1 – CAS, que apresenta.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de*

formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

45

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à*

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa

46

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

47

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

48

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

49

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

50

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

51

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

52

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Srs. Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

53

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi

Perillo, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara n° 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.*

54

REQUERIMENTO N° 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado n° 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado n°s 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara n° 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

55

REQUERIMENTO N° 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle*

57

REQUERIMENTO N° 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado n°s 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

58

REQUERIMENTO N° 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado n° 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n°s 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho*

inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

59

REQUERIMENTO N° 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 247, de 2008, da Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, *solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado n° 296, de 2003.*

60

REQUERIMENTO N° 248, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado n° 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.*

61

REQUERIMENTO N° 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento n° 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n°s 280, de 2004; 132, 191 e 647, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado n° 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de n°s 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo e, depois, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um assunto para o qual encaminhei requerimento à Mesa, a fim de que seja oficiado voto de aplauso Ao clube Atlético Mineiro, de Minas Gerais evidentemente, pelo transcurso do centenário de sua fundação, ocorrida em 25 de março de 1908.

Sou torcedor do América Mineiro, já diga bem, mas o Atlético é realmente o time da massa, tem vários títulos, como o de Campeão dos Campeões, foi o formador de grandes atletas que estiveram na Seleção Brasileira e um dos times que têm a população; é um dos maiores times de torcida do Brasil.

De maneira que quero registrar, em nome de Minas Gerais, os cumprimentos ao Atlético, o Galo mineiro, pelo seu centenário, mesmo eu sendo do América, e os cruzeirenses também cumprimentam o Atlético neste dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os cumprimentos ao clube Atlético Mineiro.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Arthur Virgílio.

Depois, nós passaremos a palavras às Lideranças, estando inscritos os Senadores Renato Casagrande, Marcelo Crivella e Magno Malta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, Senador Tasso Jereissati, eu passo a ler documento que, com o conhecimento de V. Ex^{as}, Senadora Lúcia Vânia, Senador Marconi Perillo, da Bancada do PSDB, enviei hoje ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Brasília, 25 de março de 2008.

Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso,

O encaminhamento das investigações da CPMI dos Cartões Corporativos, tumultuado por vazamentos pelo Palácio do Planalto, sugere que o atual Governo venha a ser compelido a seguir a obrigatoriedade legal e ética de se conferir ampla transparência nos atos de detentores de mandatos ou cargos públicos.

Esse, como sabemos, era procedimento habitual ao longo dos seus dois mandatos presidenciais, dos quais tive a honra de participar como ministro, líder e fiel aliado.

Com esse objetivo, solicito sua autorização, para que, no âmbito da CPMI, eu possa formalizar requerimento solicitando a transferência do sigilo acerca dos gastos efetuados, então, com o cartão corporativo em seu Gabinete ou pela chama Conta B, ou congêneres, tanto as suas como as de Dona Ruth.

Será essa a resposta adequada aos desacertos atualmente observados, contrapondo-se ao que vigorou como ética no Governo anterior.

Atenciosamente,
Senador Arthur Virgílio.

Recebi, Sr. Presidente, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o seguinte documento.

Estimado senador Arthur Virgílio,

Respondendo a carta em que V. Ex^a me pede para autorizar a suspensão de sigilo

sobre os gastos em cartões corporativos ou nas contas B (que se referem a suprimento de fundos) durante meu governo desejo esclarecer que:

1 – Nunca houve sigilo nos gastos do Gabinete da Presidência durante meus dois mandatos, mesmo porque não há amparo legal para tal procedimento. Consultei a respeito ministros da Casa Civil e de Relações Institucionais, bem como o secretário-geral da Presidência, que me afixaram que uma única vez, no início de meu primeiro mandato, lançou-se mão de reserva para a compra de material criptográfico e de portas detectoras de metais. Mesmo neste caso, contudo, as contas foram devidamente prestadas ao Tribunal de Contas da União.

2 – Não preciso, por consequência, abrir mão de prerrogativa que não usei e que é discutível. Basta requisitar as ditas contas à Casa Civil da Presidência da República.

Parece-me estranho, entretanto, que se iniciem as apurações revisando contas de meu período governamental, já aprovadas pela Secretaria de Controle Interno da Presidência e pelo Tribunal de Contas da União. Os fatos determinados que deram origem à CPI dos cartões corporativos têm a ver com alegadas retiradas de vultosas quantias em dinheiro por meio de cartões de crédito na atual administração. Estas é que teriam sido glosadas pelo TCU.

Ainda assim, e apesar da evidente intenção política de confundir a opinião pública com o vazamento recente de informações parciais e distorcidas das contas de meu governo (cuja autoria espero venha a ser efetivamente apurada pelo governo, pois tal procedimento constitui crime), se for para avançar as investigações e abranger o que de fato está em causa, não vejo inconveniente em que o PSDB peça que a CPI tome conhecimento das referidas contas, tanto no meu quanto no atual governo. É a única maneira de ambos governos se livrarem de suspeitas que, no meu caso, são infundadas e espero que o sejam também no caso do atual governo.

Com as minhas mais cordiais saudações,

Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que fica irrecusável agora que o Presidente Lula diga que ele e sua esposa, assim como Fernando Henrique e sua es-

posa, devam ter suas contas expostas ao público. Não temos mais o que discutir. Seria uma desfaçatez, daqui pra frente, não fazermos algo parecido com isso.

E eu chamo a atenção do meu prezado amigo e colega Senador Pedro Simon, que, ontem, disse algo acertado respondendo ao Senador Suplicy: disse que estranhava o Governo atual não fazer como estava agindo o Presidente Fernando Henrique.

Hoje eu estava ouvindo o discurso do Senador Simon no qual ele disse que um lado não quer deixar investigar suas próprias contas e o outro lado não quer investigar suas próprias contas. Aí me disse um assessor meu, da Liderança do Partido, Senadora Marisa Serrano: “E o pior, Senador, é que esse discurso do Senador cola lá fora”. Ele fica muito bem lá fora, mas cola lá fora. Parece até que ele é a única pessoa honesta e que haveria duas gangues se digladiando.

Não quero ser injusto assim com o Senador Simon, mas gostaria que S. Ex^a fosse justo, ele próprio, com ele próprio, com a Nação, comigo e com o meu partido, que ele entendesse que não há, no PSDB, ninguém, a começar pelo Presidente Fernando Henrique, a obstaculizar investigação nenhuma, até porque aqui estão as declarações do Presidente Fernando Henrique, pedindo que seus sigilos sejam quebrados e que, portanto, sejam tornados de domínio público seus gastos e os de D. Ruth com os cartões corporativos.

Amanhã, na CPMI estarei pedindo isso, a mesma coisa, em relação a ele, D. Ruth, Presidente Lula, D. Marisa, por entender ser essa a melhor coisa do mundo. É o que dizia o Senador Suplicy ontem: “Não é preciso investigar porque são quatro pessoas de bem”. Eu digo: “Não, é preciso investigar para ficar bem claro que são quatro pessoas de bem”.

Agora, imagino eu que, com esse dado, o Senador Pedro Simon, tendo simpatia pessoal ou não pelo Presidente Fernando Henrique, haverá de chegar aqui e reconhecer que esse é um gesto de homem público, gesto que não está sendo tomado por quem falsifica dossiê ou por quem contrabandeia dossiê a partir do Palácio do Planalto. Isso é de uma gravidade imensa!

Não é hora de confundir a opinião pública, não é hora de dizer que os dois lados não querem apurar. É hora de testarmos – e amanhã, na CPMI, haverá um belo teste – quem quer e quem não quer apurar.

Por nós, Senadora Marisa Serrano, sob a sua presidência, quebraremos o sigilo de quem quer que seja, investigaremos as contas de quaisquer pessoas. Não temos o que temer e não admitimos que o Brasil seja governado por quem quer que tema enfrentar a opinião pública, como deve ser feito.

V. Ex^a tem o aparte, Senadora.

O Sr. Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Arthur Virgílio. É interessante que V. Ex^a tenha lido essa carta do Presidente Fernando Henrique. Quero dar uma contribuição a esse debate dizendo que não podemos ficar brigando – e já disse isso na CPMI –, Situação e Oposição, como se um quisesse a verdade e o outro não quisesse a verdade. Todos os Senadores e Deputados que se inscreveram, que aceitaram fazer parte da CPMI, têm de ter sempre em mente a apuração da verdade. É fácil! Hoje estávamos comentando isso. Quando se vai participar de uma CPI ou de uma CPMI que trata, por exemplo, do tráfico de armas ou de drogas, é claro que todo mundo vai ser contra – e isso foi dito –, mas é difícil quando se pensa em dizer ao povo como é gasto o seu dinheiro. A transparência é fundamental neste momento em que começam a surgir tantos indícios ou tantos problemas, quando tornam-se públicos elementos que constroem e preocupam a população brasileira. Portanto, temos a obrigação, primeiro, de garantir a manutenção das CPIs nesta Casa, elas são fundamentais. Segundo, temos de garantir que os Senadores e Deputados que fazem parte de uma CPMI possam ser ativos, ter autonomia, possam pensar e agir em nome do povo que lhes deu voto para estar aqui.

Em terceiro lugar, é preciso garantir ao povo brasileiro que ele tem aqui homens e mulheres vigilantes, atentos a tudo aquilo que é feito em nome do povo e pelo povo. É por isso que estamos aqui. Portanto, Senador Arthur, eu fico muito à vontade para dizer que, amanhã, quando estivermos votando, na CPMI, os requerimentos de informação, estaremos votando requerimentos que poderão trazer à tona todas as questões que envolvem sigilo pessoal dentro da função que cada um exerce. O Presidente da República, as pessoas que trabalham na Presidência, os familiares do Presidente não podem usar o dinheiro como se fosse próprio, têm que usar o dinheiro com a parcimônia que a liturgia do cargo lhes impõe e, principalmente, assegurando que esses gastos possam ser verificados por todos. Portanto, Senador Arthur, fico muito contente em saber que nós temos toda a tranquilidade para poder abrir as contas não só do ex-Presidente Fernando Henrique, mas de todos aqueles que fizeram ou fazem parte da Presidência da República, no seu governo ou no governo Lula. Eu acredito que todos vão votar nessa mesma direção. Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aliás, minha prezada Presidenta Marisa Serrano, V. Ex^a já apresentou à CPMI o Requerimento de nº 2, de 2008, pedindo precisamente isto: que se investigassem despesas efetuadas por cartões corporativos, contas tipo B ou mecanismos congêneres.

V. Ex^a foi extremamente ampla, abrangendo os mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, embora nenhuma denúncia tenha sido feita a respeito do mandato dele, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sinceramente, vou ficar orgulhoso e feliz se o Senador Pedro Simon disser: “Fui justo com o PSDB. Não me vou pôr mais nessa posição de palmatória do mundo, com os dois se digladiando, como se os dois não quisessem apurar”. Vou ser mais admirador ainda do Senador Pedro Simon, porque gosto muito de ter essas atitudes grandes. As pessoas têm de ser generosas. V. Ex^a já pedia isso, mostrando o destemor. E o Presidente Fernando Henrique diz que quer que investiguem as contas dele.

Agora, vamos dizer duas coisas. A primeira é que o vazamento criminoso, desta vez, não foi feito pelo Lorenzetti, nem pelo Hamilton Lacerda, aqueles que o Presidente Lula gostosamente chama de aloprados; foi feito por aloprados, talvez – é o mínimo –, mas do Palácio do Planalto. Isso é um pouco diferente. A segunda é algo para o qual quero chamar a atenção da Casa, porque é relevante anotarmos, muito relevante. Senadora Marisa Serrano, suponhamos que, amanhã – não quero pensar nessas hipóteses esdrúxulas –, digam “não aceitamos quebrar o sigilo do Presidente Fernando Henrique”. Meu Deus! Mas ele está pedindo isso! Ele está pedindo! Como é que não vão quebrar o sigilo, Senador Tasso Jereissati, de alguém que está pedindo para quebrar o sigilo dele próprio?! Para não criar aquela bola de neve que, depois, significaria quebrar também o sigilo do Presidente Lula.

Digamos ainda que aconteça outra coisa, e estou pensando aqui num absurdo; não quero desrespeitar ninguém de uma Comissão tão respeitada como aquela. Por absurdo, levanto uma segunda hipótese – vamos para o Stanley Kubrick, vamos para a *science fiction*, para a ficção científica –, em que se diga assim: “Vamos, sim, quebrar o do Fernando Henrique, mas o do Lula, não”. Então, estamos diante do chamado “momento da verdade” em que ao touro e ao toureiro não é dado fugir da arena.

Ouçõ o Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Líder Arthur Virgílio, sua palavra hoje à tarde é esclarecedora. Era importante que aqueles que, há 10, 20, 30, 50 minutos ou há 15 dias, faziam um discurso antagônico, radical, tivessem a coragem cívica de reconhecer o valor de sua palavra de hoje à tarde. Um ex-Presidente da República é acusado sem nenhum fato concreto. As denúncias que estavam no ar e que circulavam não diziam respeito ao Presidente Fernando Henrique, muito menos à sua família, mas diziam respeito a Ministros

e a autoridades do atual Governo, e, como sempre, alguém teve a idéia absolutamente desonesta de remeter a questão para o passado ou para os outros. É a tal versão, cada dia mais confirmada: “Eu sou, mas quem não é? Todos são iguais. Posso ter promovido e cometido irregularidades, mas outros também o fizeram”. São palavras de gente que não merece respeito. Alguém, quando é acusado, deve se defender, não dizer que outros também devem ser acusados. Isso não é conversa de gente limpa. Não vale a pena. O Presidente Fernando Henrique, desde o começo, não vacilou um segundo. Primeiro, fez uma carta, há cerca de um mês, dizendo que não havia o que esconder, que tudo o que dissesse respeito a ele e ao seu Governo deveria ser investigado. Segundo, confirma essa carta de forma ainda mais explícita hoje, quando um episódio deplorável surge. Dizem que aquilo não era um dossiê. Pouco importa. Dizem que é um documento que relaciona informações, no interesse de dar subsídios à ação do Parlamento, da Justiça, seja lá de quem for. Pouco importa. O fato concreto é que, no ambiente do Governo, se fez uma compilação de informações que já estavam disponíveis. E, na verdade, essa compilação tinha um objetivo: colocar o Presidente Fernando Henrique e seu Governo no âmbito da discussão, como se estivessem, efetivamente, como alvos da discussão. É coisa muito pouco honesta. O Presidente Fernando Henrique toma atitude e diz: “Olha, quero ver tudo. Faço questão de ver tudo”. D. Ruth, a senhora dele, disse a mesma coisa a autoridades do atual Governo: “Não tenho o que esconder. Deve tudo ser visto”. Num País como o nosso, onde tantas ilusões são vendidas, onde tantos artifícios são usados para falar uma coisa simples, a coisa simples é: sou acusado e quero que se examine o conteúdo dessa acusação; eu, homem sério, homem honesto, não quero que isso fique escondido, porque tenho convicção do que fiz e do que sou. Quando alguém não faz isso, não tem lá muita convicção. A verdade sempre prevalece. Tenho completa confiança na condução que dá a esse processo – já está dando e vai dar ainda mais – a nossa Presidente Marisa Serrano, assim como tenho confiança em muitos daqueles que fazem a CPMI dos chamados cartões corporativos. Não se trata de arenga da Oposição com o Governo. Não se trata dessa mania recorrente, já desmoralizada, de CPI para lá, CPI para cá. Trata-se agora de esclarecer objetivamente, da forma mais limpa e clara possível, denúncias que não podem ficar encobertas. O Presidente Fernando Henrique deixou esse negócio com a maior clareza, para que todos os brasileiros entendessem. A sua palavra de hoje dá maior clareza ainda ao que o Presidente já disse. Espero que o Governo, pródigo em discursos, em afirmações

e em comentários, tenha a coragem humana e cívica e a honestidade política de promover o mesmo gesto do Presidente Fernando Henrique: “Examinem as tais informações, secretas ou não, que dizem respeito ao nosso mandato!”. Eu, pessoalmente, não acredito que o Presidente Lula esteja envolvido em irregularidades, nunca acreditei nisso. Coordenei uma campanha para Presidente da República, recebemos dezenas de denúncias envolvendo pessoas da relação do Presidente, daí para frente. Nem sequer as abrimos. Nunca cuidamos disso. Não forjamos dossiês. Fizemos uma campanha limpa. Perdemos, democraticamente, a campanha. Não mandamos, não botamos montanhas de dinheiro em cima de mesa de lugar nenhum. Fizemos a nossa campanha limpa com o nosso candidato e perdemos, bem como fez o Presidente Fernando Henrique, que perdeu a eleição. E ele fez uma transferência de poder como nunca se fez no Brasil, de forma democrática, de forma muito clara e transparente. É preciso que todos percebam claramente isto: estamos honrando o nosso mandato. O Presidente Fernando Henrique, mais uma vez, honra o Brasil. Tenho a convicção, a esperança – não estou falando de maneira falsa, não – de que o Presidente Lula deverá ter o mesmo procedimento: “Minhas contas estão aí; podem olhá-las. Sou um homem simples, que nasceu do povo e que vivo para o povo brasileiro”. É isso que ele tem de dizer. Artifícios, conversas para boi dormir, que a gente ouve aqui todos os dias, não nos levam a lugar algum. Espertos não enganam tanto tempo. Tenho a convicção de que a democracia brasileira é sólida e de que o Presidente Lula vai honrar a tradição democrática brasileira. Esse é um assunto grave, envolve Presidentes da República – o de antes e o de agora. E é preciso que ele seja claro, absolutamente transparente, não somente às nossas vistas, mas às vistas do povo. Vamos encarar nossa responsabilidade com tranquilidade e com confiança, sem radicalização, mas com honestidade. E tenho a certeza de que essa é a direção da palavra do Líder Arthur Virgílio, que é uma pessoa afirmativa e que sabe defender seus pontos de vista.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo aparte ao Senador Suplicy, à Senadora Kátia Abreu, ao Senador Heráclito e ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, ouvindo o clamor dos Líderes que estão inscritos, vou pedir a V. Ex^a que agilize a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas posso conceder os apartes, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É claro. Apenas peço a V. Ex^a que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Serei breve, Sr. Presidente.

Senador Sérgio Guerra, aqui temos matéria *on-line* do jornalista Vanildo Mendes da *Agência Estado*, referindo-se ao Ministro Tarso Genro: “Tarso admite levantamento, mas nega dossiê contra FHC”. Aí diz o Ministro Tarso Genro que não há dossiê, mas admite que existe um levantamento minucioso dos gastos do Governo do Luiz Inácio Lula da Silva e do anterior, mas, por razões de Estado, não para chantagear ninguém. Só que o que foi contrabandeado para a **Veja** era algo parecido mesmo – não digo que Tarso, uma figura que respeito, seja capaz disso – com chantagem, sim: “O objetivo é levantar dados universais que estejam disponíveis para o Congresso, o Judiciário e os órgãos de fiscalização do Estado”.

Então, quero pedir aqui ao meu prezado amigo Ministro Tarso Genro que mande para nós tudo o que levantou. Gostaria muito de receber isso.

Já que não há também obscuridade aqui, Senador Suplicy, V. Ex^a, que sempre toma providências telefônicas, ligue para o Ministro Tarso e lhe diga que estou pedindo, como Líder de um Partido de Oposição, que mande para mim tudo o que levantou do Fernando Henrique e tudo o que levantou do Presidente Lula. É uma ajuda que o Ministro Tarso prestará à sociedade brasileira.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Mas que não seja com a rapidez com que S. Ex^a nos enviou as informações sobre o boxeador de Cuba, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Queria que fosse com a mesma rapidez que os recambiaram para lá. S. Ex^a já está com tudo em mão. Disse que já tem os levantamentos todos. Eu passaria a noite lendo-os. Se S. Ex^a me envia agora isso, passo a noite lendo. Venho para cá indormido amanhã, mas feliz, porque terei tido uma satisfação do ponto de vista da demanda que faço de clareza e de transparência com relação a essa matéria.

Ouçó o Senador Eduardo Suplicy, que já vem com o dedo no gatilho, para responder sobre a providência que tomará junto ao Ministro Tarso Genro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, Senador Arthur Virgílio, como V. Ex^a gosta tanto de fazer recomendações, inclusive ao Partido dos Trabalhadores e ao Presidente Lula, vou me permitir fazer uma sugestão, ainda mais que V. Ex^a é hoje um pré-candidato à Presidência da República, colocando-se perante os outros pré-candidatos, como o Governador

José Serra, como o Governador Aécio Neves e como, quem sabe, outros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Seguindo a coragem de V. Ex^a, que enfrentou o Presidente Lula em uma prévia. Estou, dessa forma, sendo imitador meramente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Que bom que o exemplo de prévia no PT, que avalio que vai acontecer outra vez em 2010 com diversos potenciais e com muito bons candidatos, esteja estimulando seu Partido!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Hoje, aconteceu um episódio muito importante para o Governador José Serra. S. Ex^a foi nosso colega. Reconheço no Governador José Serra uma pessoa que sempre batalhou pela democracia e pela transparência. Vou até fazer um pronunciamento amanhã – estava pronto para fazê-lo hoje –, em que recomendo ao Governador que atenda à sugestão do Líder do PT na Assembléia Legislativa, Deputado Simão Pedro, para que seja realizada uma audiência pública no fórum adequado, que é a Assembléia Legislativa, com todas as pessoas que melhor conhecem a questão da privatização da CESP. Dessa forma, esse assunto será objeto de melhor conhecimento antes da decisão final, já que o processo de leilão foi suspenso hoje por razões que estão sendo analisadas. Com respeito à intenção de V. Ex^a e às suas palavras, acho muito importante que tenha havido o esclarecimento da parte do próprio Presidente Lula de que não partiu de sua ordem qualquer dossiê. Sua Excelência, inclusive, reagiu com indignação a essa notícia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele não sabia.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E informou que não há.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não sabia. Ele não pode dizer que não há; ele não sabia.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Bem, vamos saber melhor isso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a soube também, porque lê com atenção a imprensa, que a Ministra Dilma Rousseff telefonou para a Senhora Ruth Cardoso, afirmando, peremptoriamente, que não houve qualquer dossiê a respeito dos gastos do casal, como teria sido aventado. Esse é um esclarecimento importante. Mas eu já havia hoje, em um aparte ao Senador Alvaro Dias, dito que espero poder colaborar para que haja uma atitude de bom senso de ambas as

partes, tanto de V. Ex^a e da oposição – Ex^a tem sido aqui um líder extremamente aguerrido – quanto da base do Governo. A bancada do PT tem, hoje à noite, uma reunião com o Ministro José Múcio, na qual poderemos até trocar idéias a respeito de sugestões e formulações. Mas avalio que será muito importante que possamos chegar a uma forma mais racional, que inclusive eleve o conceito do Senado perante o povo brasileiro. Vou fazer uma imagem, Senador Arthur Virgílio. Há certas situações em que percebo V. Ex^a quase como aquele menino que, no parque, tem a bola de futebol e há uma porção de meninos querendo jogar. V. Ex^a pega a bola e diz: “Não, agora acabou o jogo, vou levar a bola para casa, porque aconteceu tal situação. Então, ninguém mais joga”. Não quero magoá-lo. É que, às vezes, me vem essa imagem. Quero dizer com muita sinceridade, com amizade para com V. Ex^a. Se a população brasileira de repente enxergar que, no Senado, a cada momento em que vamos avançar para discutir temas do maior interesse – e sei da sua dedicação para os temas como reforma tributária e tantos outros de extraordinária relevância que o PSDB tem cobrado de nós...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pergunto-me: será que o Senador Arthur Virgílio não está querendo, como o menino, levar a bola para casa para que ninguém mais jogue? Então, faço um apelo: Senador Arthur Virgílio, vamos jogar. Traga a bola para que todos possamos continuar jogando. Quero dizer que vou procurar colaborar com V. Ex^a para que o bom senso retorne à nossa Casa.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só responderei ao Senador Suplicy, de maneira bem breve. Topicamente, Senador Suplicy...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O aparte do Senador Eduardo Suplicy foi de sete minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Ministra Dilma ligou para Dona Ruth Cardoso e relatou isso, mas não relatou duas coisas: que a Dona Ruth ficou extremamente honrada com o telefonema e que Dona Ruth disse a ela que fazia questão de ver as contas dela, Dona Ruth, abertas publicamente. Essa parte a Ministra esqueceu de relatar, como também não sabia que a Dona Ruth ficou extremamente feliz com o telefonema.

Senador, elevar o conceito do Senado é trabalharmos transparência, não é outra coisa, não. V. Ex^a fala do menino da bola, e vou ser sincero com V. Ex^a

como V. Ex^a foi comigo. Temo que V. Ex^a esteja se tornando um jovem que estaria abandonando seus ideais. V. Ex^a já não seria mais o mesmo Suplicy, aquele que fiscalizava tudo e todos, porque agora está aí especializado em dar desculpas para o Governo. Perdoe-me, mas prefiro ser o menino da bola a ser aquele que abandonou seus ideais e a sua coerência.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Continuarei defendendo a permanência e colaborando, com essa intenção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte à Senadora Kátia Abreu.

A Sr^a Kátia Abreu (DEM – TO) – Senador Arthur Virgílio, Líder, gostaria também de cumprimentar o Presidente Fernando Henrique Cardoso pela sua atitude de homem público, um exemplo para o Brasil, e também a Dona Ruth Cardoso por terem respondido à Ministra Dilma Rousseff que estão dispostos a abrir seus cartões corporativos para o Brasil. O que o Presidente Lula deverá fazer – e com certeza o fará – é seguir esse exemplo. Às vezes, confunde-se dinheiro público com dinheiro do Governo. Na realidade, dinheiro público é dinheiro do povo brasileiro, que o confia às mãos do Governo para ser gasto honestamente. O Presidente Lula tem uma história de luta pela democracia, de luta pelas instituições. Então, Sua Excelência tem de admitir que faz parte dessa democracia a fiscalização dos recursos públicos. Quem está entregando os recursos para o Presidente e seus Ministros os administrarem tem o direito de saber onde eles estão sendo gastos. O que vai acontecer com isso? O final do mundo? O que tem demais nisso tudo? O próprio Presidente Fernando Henrique está dando o primeiro passo de um homem honesto, correto, corrigindo os rumos da democracia. Esse passo, tenho certeza absoluta de que o Presidente Lula também o dará, porque também defende a democracia. Sua Excelência deverá abrir seus cartões corporativos e os da sua família, assim como está fazendo Fernando Henrique. É um direito do povo brasileiro saber como está sendo feito esse gasto. Não quero fazer acusações a Sua Excelência o Presidente da República. Muito pelo contrário, acho que ele vai ter uma oportunidade ímpar de mostrar para o Brasil que o mesmo discurso e a mesma prática de antes, quando ele era oposição, sobre corrupção, sobre roubalheira, ele mantém agora. Basta que Sua Excelência o Presidente da República, Lula, abra também, assim como se dispõe a fazer Fernando Henrique, os seus cartões corporativos. Nós mostraremos ao Brasil que temos um ex-Presidente honesto e que temos um atual Presidente honesto. Então, estamos aguardando, ao lado da Presidente da CPI, Senadora Marisa Serrano. Tenho certeza de que nós poderemos mostrar ao Bra-

sil que conseguimos eleger Presidentes da República que não escondem as suas contas e como é gasto o dinheiro suado do povo brasileiro. Muito obrigada e parabéns, mais uma vez, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora.

Antes de conceder o aparte aos três Senadores restantes, digo a V. Ex^a, de maneira bem sucinta, até para que não fique a impressão – e eu quero acreditar no Presidente Lula – de que, para usar a linguagem do Senador Suplicy, ele seria, naquela história do menino ou do jovem, o menino que tem alguma coisa a esconder; que fez algum malfeito e que não quer ver isso aclarado.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu conheci o Presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele chegou a esta Casa, substituindo Franco Montoro. Eu, Deputado; V. Ex^a, Deputado comigo; ele, Senador. Convivemos com os seus atos antes, durante e depois de ser Presidente da República. Para mim, não me surpreendeu a atitude que ele tomou. Agora, é uma atitude louvável abrir o sigilo seu e de seus familiares, o que deveria ser seguido, previamente, por muitos homens públicos. O Senador Suplicy, nessa sua comparação de menino da bola, podia entrar em campo, já que está fora...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ... do jogo. E entraria em campo de uma maneira brilhante.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Amanhã, eu estarei em campo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, mas já pode ir hoje, entrar em campo hoje, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Amanhã, vou à CPI, porque, hoje, eu estava em duas outras Comissões.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pode entrar em campo hoje. Acabou de revelar que foi a uma reunião no Palácio logo depois, e poderia aproveitar e pedir ao Presidente da República que seguisse o gesto do ex-Presidente da República e também renunciasse ao sigilo bancário, que abrisse as suas contas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, eu não estarei no Palácio.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Bom, mas V. Ex^a chega lá na hora em que quer, e tem como chegar. Nessa reunião da coordenação, eu queria que o Senador Suplicy me fizesse um favor, se for possível e não for audacioso eu lhe pedir isso. Que leve a minha solidariedade à Ministra Marta Suplicy, que foi calunia-

da na imprensa por um desentendimento a bordo de um avião da Air France, talvez porque as companhias da Senadora tenham levado ao incompreendido. Mas nós trabalhamos assim. Nós não subjugamos. Então, a Ministra do Turismo merece, pelo menos deste Senador, um crédito de confiança. Pode ter havido um mal-entendido. Eu só lamento que nenhum dos seus colegas, nenhum dos seus companheiros, aqui no Senado, tenha feito a defesa da Ministra do Turismo; não tenha sequer lhe telefonado para perguntar se o episódio era verdadeiro ou não, para desmentir a notícia. De forma que eu gostaria, Senador Suplicy, hoje, na reunião, que saísse alguma nota de apoio à ex-prefeita de São Paulo, porque solidariedade se faz como nós fazemos. Nós somos solidários a Fernando Henrique porque acreditamos na sua verdade e na sua inocência. Espero que todos façam assim e a bola correrá em campo sem dono. O dono ou a dona estará ao lado da verdade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou pedir licença, Senador Arthur Virgílio, para prorrogar a sessão por mais uma hora.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu duvido que seja necessário o Senador Suplicy pressionar o Presidente Lula. Parece-me um absurdo, depois do gesto do Presidente Fernando Henrique, que ele entenda que não deva fazer o mesmo. Não há necessidade de pressão nenhuma. O Senador Suplicy vai entrar em campo amanhã, com certeza, para explicitar que está na hora de nós abirmos tudo, para não ficar essa dúvida que hoje foi passada à opinião pública pelo Senador Simon, dizendo que um lado não quer investigar o seu lado e o outro lado não quer investigar o seu lado. Espero que o outro lado se porte como eu estou me portando, mas nós queremos investigar tudo com clareza, a ponto de o Presidente Fernando Henrique ter mandado esta carta como resposta à provocação que lhe fiz, em cima de uma decisão que eu já havia tomado, de pedir a quebra desses sigilos todos.

Senador João Pedro, com muita honra.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Obrigado pela deferência. V. Ex^a, que é um doutor no debate, faz seu pronunciamento. Eu gostaria de fazer duas observações e melhorar a figura que o nosso companheiro Suplicy idealizou, o cenário do futebol. V. Ex^a tem de botar a bola para jogar. Agora, nesse jogo tem falta: não pode dar carrinho, não pode chutar acima do joelho. Então, deixa jogar. E, para jogar, nós tomamos as providências, Senador Arthur Virgílio. Veja só: para esse debate, o Congresso construiu, estabeleceu uma CPI Mista. Então, tem normalidade. Tem normalidade. Eu vou falar, na polêmica com V. Ex^a, de forma muito transparente, da carta do ex-Presidente Fernando

Henrique. Primeiro, o Presidente Fernando Henrique tem um conceito da sociedade e não é esse o debate, de abrir o sigilo de lá e nem o de cá. Vou dizer, com a maior franqueza, para fazer a polêmica com V. Ex^a: a carta açoda e artificializa um debate. O Presidente Fernando Henrique não precisa fazer carta, porque ele começa a se justificar. Em vez de abrir, isso é uma justificativa. Não ajuda. A CPMI tomou as providências. O Ministro que saiu e os Ministros titulares vão vir aqui. Então, está aprovada, há uma agenda para nós debatermos, olho no olho, com os Ministros. Esse debate do sigilo artificializa e aí, vamos ser sinceros, o Senador Presidente do Partido de V. Ex^a, que é uma liderança, diz o seguinte: “Vamos fazer o debate com sinceridade?” Então, vamos dizer, o Brasil está assistindo: com sinceridade, nós estamos politizando o debate e, aí, temos de assumir a responsabilidade. O PSDB tem uma estratégia política no sentido de atingir o Governo Lula, quero ser claro nisso, e isso não ajuda a politização. Por que, qual a razão de trazermos a Ministra Dilma Rousseff? Faço um parêntese, aqui, porque ela teve um gesto republicano ao telefonar para a ex-Primeira-Dama do nosso País. Foi um gesto republicano. Agora, por que a Ministra Dilma Rousseff tem de vir à CPMI? Com a legitimidade que essa CPI tem, não está o cartão da Ministra Dilma nessa questão, nessa situação!

Grande Líder do PSDB,...

(Interrupção do som.)

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – ... não há por que trazê-la aqui. Não há por que trazê-la. E, como membro da CPMI, quero, no debate, já externar o meu voto. Estou com a consciência tranqüila para votar contra esse requerimento, porque, objetivamente, a Ministra Dilma não tem por que vir à CPMI. Os outros Ministros estão convocados, convidados. Com transparência, vamos fazer o debate. Este é o meu aparte. V. Ex^a tem razão. V. Ex^a não é de pegar a bola, não. V. Ex^a é de jogar futebol e quero que a gente jogue um grande futebol. Que vença o melhor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador João Pedro. V. Ex^a fala da agenda e do gesto republicano. A Ministra Dilma não está com o cartão dela questionado e nem o Presidente Fernando Henrique deveria estar. Ou seja, foi o seu Partido quem disse: “Mas se vai investigar agora, tem de investigar para trás.” A denúncia foi desse período, senão a gente acaba investigando Rodrigues Alves.

O Presidente mostrou que não tem medo disso. Não está politizando, não. Quem politizou o debate foi quem, até o presente momento, tomou atitudes como essa, e não adianta tentarmos torcer a verdade. Foi

do Palácio do Planalto que saiu o dossiê. É dossiê dos que o Presidente Lula, bondosamente, chama de aloprados, mas é coisa do Palácio do Planalto, que vem para dizer o seguinte: “Olha, nós temos armas.”. Esse não é um comportamento republicano. Se foi gentil a ligação da Ministra a Dona Ruth Cardoso, não foi correto o procedimento de subalternos dela que possam ter feito isso. E ela, que cuida do PAC, não poderia ser descuidada em relação a esse episódio, para não ficarmos na república do “eu não sabia”.

V. Ex^a disse “estão convocados” e, aí, V. Ex^a disse “convidados”. V. Ex^a sabe, tanto quanto eu, Senador João Pedro, meu prezado e querido amigo, que não existe numa CPI a figura do convite. Isso aí já é uma forma esquisita de a gente atravancar o trabalho dela própria, da CPI.

Existe a figura da convocação. Nem para a Comissão ordinária, para as nossas Comissões, existe a figura do convite. A Constituição é clara, ela fala em “convocação”. Pois, por gentileza, nós a transformamos em convite nas Comissões. Mas, nas CPIs, não; nas CPIs, o que deve existir mesmo é a figura da “convocação”.

Percebo que não há politização nem açodamento. O que existe é a possibilidade de vermos dois Presidentes – um sociólogo, de renome internacional, e o maior líder sindical que o País já teve – mostrando as suas contas abertamente para o País. Não vejo nada de feio nisso, nem de politizado. Vejo duas pessoas que, não tendo a temer, vão dizer: “Olha, está aqui o exemplo que estamos dando para o País. O País não perdeu tempo, o País ganhou. O País ganhou, porque não elegeu em vão.” O que está me parecendo, hoje, é que há um lado que está escabreado com essas coisas todas.

Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa, e encerrarei com a Senadora Lúcia Vânia.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, quero dar um testemunho, porque posso fazê-lo. Sou do PMDB. Em 1994, Fernando Henrique Cardoso era candidato a Presidente. Eu não votei nele; votei em Quércia, candidato do meu Partido. Fui eleito Governador e governei com Fernando Henrique. Em 1998, o PMDB não tinha candidato, e a coligação PSDB/PFL... Votei no vizinho, ali de Sobral – eu sou de Parnaíba –, Ciro Gomes. Não votei nele. Mas quero dar meu testemunho aqui. Um filósofo disse: “Quem tem bastante luz própria não precisa diminuir ou apagar as luzes dos outros para brilhar”. É isso. O Fernando Henrique Cardoso tem a satisfação do cumprimento de sua missão: brilhou muito. Quero dar o testemunho, porque governamos juntos. Em 1998, o seu partido tinha um extra-

ordinário candidato, ex-Prefeito de Teresina, Francisco Geraldo. O coligado tinha o ex-Senador Hugo Napoleão. Ô homem correto e decente! O Presidente podia ter me massacrado; podia, mas não o fez. Ô homem de dignidade e decência! De tal maneira que venci as eleições. E quero lhe dizer o seguinte: acompanhei dois Governos. Olha, este País é feliz. Eu estudo história – diferentemente do Luiz Inácio, que disse não gostar de ler, eu gosto – e não conheço nenhum país, hoje, que tem a riqueza de haver tido um Presidente estadista, honrado, honesto. E a sua esposa? Atentai bem! Isso é um patrimônio que nenhum país tem. Conheço D. Ruth, na sua distinção, no seu trabalho. Aquele Programa Solidariedade foi a coisa de maior eficiência e de justiça social neste País! Ali é dama digna. Esse negócio de dizer “mãe de PAC”, não sei não, mas D. Ruth foi a mãe da decência, da dignidade e da vergonha da família brasileira. Eu digo, porque convivi. E quero lhe dizer o seguinte: olhe outro cabra honesto – assim como Rui Barbosa, que também foi Ministro da Fazenda –: Pedro Malan. Ele devia ter um busto na entrada do Ministério da Fazenda. Isso aqui era uma zorra, era uma molecagem. Todo mundo tirava dinheiro internacional: Prefeito, Governador... E quem botou ordem? É como diz aquela sabedoria popular: “Quem prepara não come o bom-bocado.” Quem preparou essa ordem econômica toda foi Pedro Malan. Quero dar o meu testemunho. Nunca votei em Fernando Henrique Cardoso, mas digo que é uma benção de Deus o País ter um casal que passou pela Presidência, e sobretudo, dar o exemplo de grandeza, de competência e amor ao Brasil. Eles têm a nossa solidariedade e a do Piauí, que represento nesta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Aliás, quem se referiu a Pedro Malan merecer um busto em praça pública foi um leal, correto e talentoso servidor do Governo Lula: o economista Marcos Lisboa – um dos melhores da geração dele, um dos melhores vivos no Brasil, hoje. O grande cérebro da bela gestão feita para reequilibrar a economia pelo Ministro Palocci no início do Governo Lula, foi ele quem disse, e com clareza: “Pedro Malan, pelo que fez pelo País, merecia ter um busto em praça pública.”

Concedo o aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de cumprimentá-lo, mais uma vez, pela atitude de trazer a esta Casa e à sociedade brasileira os esclarecimentos a respeito da posição do Presidente Fernando Henrique em relação à questão dos cartões corporativos. V. Ex^a, mais uma vez, nos honra com sua atitude digna, aguerrida, trazendo, com entusiasmo, a defesa de uma pessoa que mostrou a

este País como se faz uma prática política, como se tem uma prática política honesta, inovadora, moderna. Em primeiro lugar, ao fazer uma transição “transparente”, nunca vista neste País – para usar a expressão do nosso Presidente Lula –, em que ele abriu o Governo, escancarou as suas portas, para que o Governo, que havia ganhado as eleições naquela ocasião, pudesse conhecer os números e a administração. Hoje, o Presidente Fernando Henrique inova mais uma vez, trazendo, por intermédio de V. Ex^a, da iniciativa que teve V. Ex^a em fazer-lhe uma carta, receber a resposta e trazê-la a esta Casa, inova, ao mostrar, com transparência, a sua passagem pela Presidência da República, no que diz respeito aos gastos pessoais. Ele, mais uma vez, mostra que, com relação ao dinheiro público, é preciso haver transparência. E V. Ex^a, como o guardião dessa defesa, que temos o prazer de aqui fazer, de uma pessoa que conhecemos – e V. Ex^a, como eu, que participamos do Governo dele, e que sabemos o quanto havia ali de preocupação com o dinheiro público – fazemos essa defesa com entusiasmo, com sinceridade, acreditando que realmente o que estamos fazendo aqui, ao contrário do que foi comentado por alguns Senadores, não é politizar o debate, mas, sim, principalmente trazer para a sociedade uma nova prática: a prática da transparência, a prática de mostrar que o dinheiro público precisa de prestação de contas. Isso é normal; isso tem de fazer parte do nosso cotidiano. Portanto, V. Ex^a, mais uma vez, dignifica o nosso Partido, dignifica a nós, os seus liderados, que o admiramos, que torcemos pelo sucesso dessa sua ação, e sabemos que ela o terá, porque honesta, porque bem-intencionada, porque de boa-fé, porque aguerrida, e nisso representa o temperamento de V. Ex^a, que não deixa para amanhã aquilo que tem que ser resolvido hoje. Estamos coesos em torno de sua posição e torcemos para que tenhamos sempre na sua palavra, nas suas atitudes, a nossa representação, a nossa palavra e, acima de tudo, a nossa confiança.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Sr. Presidente, encerro, agradecendo as palavras da Senadora Lúcia Vânia, querida companheira, querida amiga, que foi operosa Ministra de Ação Social do Governo passado, e que fala com a serenidade da mulher, com a serenidade da mulher realizada na sua trajetória política, com a serenidade de quem, pesando suas palavras, é o tempo inteiro conseqüente. Fico muito grato a V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia. Teremos um dia de embate – pergunto – amanhã na CPI? É melhor que não. É melhor que os requerimentos sejam aprovados, que a maioria diga: Por que não? Porque essa história vai ficar muito ruim. Falava-se em se re-

tirar da CPI. Pensando melhor, para que se retirar da CPI? Não! Vamos acreditar nela; investir nela até o final. Na pior das hipóteses, fica claro quem é que não quer apurar. Se nós saíssemos, pareceria que nós estávamos fugindo de alguma coisa, enfim. Vamos perguntar insistentemente – com a mesma insistência com que o Senador Eduardo Suplicy fala na renda mínima – por que não querem quebrar o sigilo dos cartões corporativos e das contas B deles? Por que, Senador Heráclito Fortes, se nós estamos prontos para fazer isso?

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecendo o aparte da Senadora Lúcia Vânia, gostaria de encerrar o pronunciamento, pedindo que os Anais acolham a carta que mandei ao Presidente Fernando Henrique; a resposta do Presidente Fernando Henrique a mim; a parte que assinaei do requerimento da Senadora Lúcia Vânia, pedindo a quebra de todos esses sigilos, tanto de um Governo quanto de outro; e a notícia do jornalista Vannildo Mendes, relatando que o Ministro Tarso Genro admite levantamento, mas nega dossiê contra Fernando Henrique Cardoso. E eu aqui, pedindo que ele me mande, já que tem tudo na mão, porque, como Líder de um partido de Oposição, gostaria muito de conhecer esses dados. Não é justo que só o Ministro os conheça. Não são sigilosos; vão para o TCU. Se podem ir para lá, por que não vêm para mim? Que venham para mim, que venham para o Senador Eduardo Suplicy, que venham para o Senador Paulo Paim, que venham para V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ... que vão para os jornais, Sr. Presidente. Não podemos ficar trabalhando essa cabeça de SNI – Serviço Nacional de Informações, essa cabeça de dossiês, ou contrabandeados criminosamente. E agora estão tentando negar a existência do dossiê, como se tivesse sido... Uma pessoa do Governo chegou a dizer que nós teríamos inventado o tal dossiê, uma coisa realmente tão estapafúrdia, tão desonesta, que chega a doer nos ossos. Mas, sinceramente, não agüentamos mais essa política de dossiês: o dossiê falso dos alopados, dos sanguessugas, nem o dossiê verdadeiro, contrabandeado criminosamente dentro do Palácio do Planalto.

É tão simples. É só, Senador Paulo Paim, abriremos todas as contas. O Presidente Fernando Henrique pede para abrir as dele. E as do Presidente Lula, que não tem como não abrir as dele próprio.

Eu pedi que abrissem as minhas, fui Ministro. É só o que faltava agora: não aprovarem a abertura das minhas contas. É kafkiano. Só Franz Kafka para explicar uma coisa dessas.

Quer dizer, não tenho direito de saber o que foi gasto no período em que fui Ministro de Estado, no Governo passado? Será que não tenho o direito de saber isso? Vão me negar? O meu requerimento está lá na CPMI.

Agora, concedendo a abertura dos meus cartões e das contas B ligadas à minha gestão, teria alguém moral para não conceder a mesma coisa aos demais Ministros todos? E, o Presidente Fernando Henrique dizendo que quer que abra as contas dele, teria o

Presidente Lula autoridade moral para dizer não às deles, Lula?

Então, não é sinuca, nem sinuca de bico, não. É agora nos definirmos como cidadãos diante da nacionalidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do inciso I, § 2º, art 210 do Regimento Interno.)

Estimado senador Arthur Virgílio:

Respondendo a carta em que V.Excia. me pede para autorizar a suspensão de sigilo sobre os gastos em cartões corporativos ou nas contas B (que se referem a suprimento de fundos) durante meu governo desejo esclarecer que:

1) nunca houve sigilo nos gastos do Gabinete da Presidência durante meus dois mandatos, mesmo porque não há amparo legal para tal procedimento. Consultei a respeito ministros da Casa Civil e de Relações Institucionais, bem como o secretário-geral da Presidência, que me afiançaram que uma única vez, no início de meu primeiro mandato, lançou-se mão de reserva para a compra de material criptográfico e de portas detentoras de metais. Mesmo neste caso, contudo, as contas foram devidamente prestadas ao Tribunal de Contas da União.

2) Não preciso, por consequência, abrir mão de prerrogativa que não usei e que é discutível. Basta requisitar as ditas contas à Casa Civil da Presidência da República.

Parece-me estranho, entretanto, que se inicie as apurações revisando contas de meu período governamental, já aprovadas pela Secretaria

de Controle Interno da Presidência e pelo Tribunal de Contas da União. Os fatos determinados que deram origem a CPI dos cartões corporativos têm a ver com alegadas retiradas de vultosas quantias de dinheiro por meio de cartões de crédito na atual administração. Estas é que teriam sido glosadas pelo TCU.

Ainda assim, e apesar da evidente intenção política de confundir a opinião pública com o vazamento recente de informações parciais e distorcidas das contas de meu governo (cujas autorias espero venha a ser efetivamente apurada pelo governo, pois tal procedimento constitui crime), se for para avançar as investigações e abranger o que de fato está em causa, não vejo inconveniente em que o PSDB peça que a CPI tome conhecimento das referidas contas, tanto no meu como no atual governo. É a única maneira de ambos governos se livrarem de suspeitas que, no meu caso, são infundadas e espero que também o sejam no caso do atual governo.

Com minhas mais cordiais saudações,

Fernando Henrique Cardoso

Brasília, 25 de março de 2008

Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso,

O encaminhamento das investigações da CPMI dos Cartões Corporativos, tumultuado por vazamentos pelo Palácio do Planalto, sugere que o atual Governo venha a ser compelido a seguir a obrigatoriedade legal e ética de se conferir ampla transparência nos atos de detentores de mandatos ou cargos públicos.

Esse, como sabemos, era procedimento habitual ao longo dos seus dois mandatos presidenciais, dos quais tive a honra de participar como ministro, líder e fiel aliado.

Com esse objetivo, solicito sua autorização, para que, no âmbito da CPMI, eu possa formalizar requerimento solicitando a transferência do sigilo acerca dos gastos efetuados, então, com o cartão corporativo em seu Gabinete ou pela chamada Conta B, ou congêneres, tanto as suas como as de Dona Ruth.

Será essa a resposta adequada aos desacertos atualmente observados, contrapondo-se ao que vigorou como ética no Governo anterior.

Atenciosamente,

Senador Arthur Virgílio

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2008 – CN, PARA INVESTIGAR O USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CPGF (CARTÕES CORPORATIVOS) POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, DENOMINADOS ECÔNOMOS.

Requer a transferência de todos os dados relativos às despesas efetuadas por cartão corporativo, contas “tipo B”, ou mecanismos congêneres, resguardados por quaisquer modalidades de sigilo ou não, no âmbito do ~~Gabinete Pessoal do Presidente da~~ República, durante os mandatos dos Presidentes FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.

Tarso admite levantamento mas nega dossiê contra FHC

Reportagem da revista 'Veja' deste domingo diz que FHC e parentes tiveram gastos investigados

VANNILDO MENDES - Agência Estado

Tarso: gastos secretos são secretos em todo lugar

BRASÍLIA - O ministro da Justiça, Tarso Genro, negou nesta segunda-feira, 24, que o governo federal tenha produzido um dossiê sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Não existe dossiê algum", afirmou o ministro, em entrevista coletiva, em Brasília. Porém, ele admitiu que existe um levantamento minucioso dos gastos do governo Luiz Inácio Lula da Silva e do anterior, mas por razões de Estado, não para chantagear a oposição. "O objetivo é levantar dados universais que estejam disponíveis para o Congresso, o Judiciário e os órgãos de fiscalização do Estado."

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A essa altura, já é o art. 35, porque, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Já foram dois. E V. Ex^a fez um aparte de sete minutos cronometrados.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Não me refiro ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas aí é o art. 35, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Embora V. Ex^a tenha sido citado realmente, pelo Regimento já houve mais de dois pedidos pelo art. 14, sendo permitidos somente dois.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve.

Quero aqui reivindicar algo, que é importante. O Senador Heráclito Fortes fez uma referência de natureza pessoal, familiar. Quero dizer, com o maior respeito, que a provocação que fez não deveria levar em conta certos aspectos, como aqueles que acredito que esteja dizendo em relação à Ministra Marta Suplicy, que foi comigo casada por 36 anos e que é mãe de meus filhos. A maneira como ele se referiu a mim, há pouco, foi com sentido, avalio, que não deva caracterizar o embate político.

Com respeito ao episódio registrado pela revista **Veja** e pela imprensa de que, no aeroporto, quando ela estava embarcando, alguns passageiros se incomodaram, quando disseram a ela que não passasse pela máquina de raios X, que faz a averiguação, ou seja, que alguns se ressentiram, perguntando “Por que ela não passa por isso? Por ser Ministra?”, e que o comandante da aeronave da Air France, em resposta, resolveu dizer que todos os passageiros deveriam fazê-lo, afirmo que isso pode acontecer com qualquer autoridade, com Senadores. Eu próprio já vi, muitas vezes, aqueles responsáveis no aeroporto dizerem: “Você é um Senador, pode passar por aqui mais rapidamente”. Isso acontece, por vezes, no aeroporto de São Paulo. O Senador Romeu Tuma, que foi Diretor da Polícia Federal, sabe que os responsáveis pelo sistema de passaportes, ao verem S. Ex^a, dizem: “O senhor pode passar mais depressa por aqui”.

Então, imagino que deve ter sido algo que aconteceu assim. O episódio faz com que todos nós, Senadores, autoridades e Ministros, prestemos sempre muita atenção no sentimento da população, que espera de nós um comportamento igual ao de qualquer cidadão. Avalio que a Ministra Marta, diante desse episódio,

ficará mais atenta às conseqüências dos seus atos em relação à percepção do povo. O Senador Heráclito Fortes considerou o fato tão grave, que pediu uma explicação. A explicação é essa.

Mas espero que o caro Senador Heráclito Fortes não tenha a intenção de provocar-me pelo fato de eu ter sido casado com a Ministra Marta Suplicy, que leva o meu nome. Como ela passou a maior parte de sua vida com meu sobrenome e com ele ficou conhecida como autora, Parlamentar e Prefeita, achei perfeitamente justo que assim permanecesse.

Então, aqui respondo, sim, ao que ele colocou, mas avalio seja importante que guarde o devido respeito. Notem que ele não pediu explicação aos Senadores ou à Líder do Partido, mas a mim. E por quê? Porque sabia que fui com ela casado. O Senador Heráclito Fortes saberá avaliar que obviamente há maneiras de se estabelecerem críticas e polêmicas entre Situação e Oposição.

Falo isso com amizade em relação a ele. Ele sabe do respeito que tenho tido por ele. Ainda hoje eu próprio acompanhei os Senadores da Bolívia a seu gabinete, e tivemos ali um diálogo de respeito, como sempre temos tido e espero que continuemos a ter no Senado Federal.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Para explicações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tudo bem. Em seguida, o Senador Paulo Paim, que está na expectativa. Pediria que V. Ex^a fosse breve.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Meu caro amigo, pessoa que admiro muito, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a naturalmente está tentando convencer São Paulo de que é vítima de uma citação que fiz, mas não de um caso particular, nem privado. Citei a Ministra do Turismo do Brasil, Sr^a Marta Matarazzo, que insiste em ser Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Marta Teresa Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Suplicy, pronto, como queira!

Não tratei de assunto privado. Tratei de comportamento anunciado na imprensa que envolvia a Ministra, por quem tenho o maior apreço. Lamentavelmente, o Partido de V. Ex^a não se manifestou em sua defesa. Não pedi a V. Ex^a, em nenhum momento, que fizesse a defesa da Ministra.

Eu estranhei que ninguém tivesse feito a defesa. Eu pedi que V. Ex^a, na reunião que teremos hoje, que pedisse que o Presidente Lula seguisse o gesto do Presidente Fernando Henrique e abrisse o seu sigilo bancário. Não vamos confundir as coisas! Aliás, se eu fizesse isso, Senador Suplicy, seria dentro de uma confiança de amizade, da mesma maneira que fui procurado por V. Ex^a quando a Ministra Marta Suplicy veio depor numa Comissão e lhe chegou a informação de que eu iria abordá-la de maneira grosseira, referindo-me a um episódio do passado, e eu o tranqüilizei dizendo que não atingiria família e nem questões pessoais.

De forma que não dormirei hoje com essa pedra nas minhas costas, de maneira nenhuma. Não comentarei sequer as provocações que o hoje marido dela fez no seu **blog** ao meu partido e ao partido do Senador Arthur Virgílio, o que vem sendo constante. E não vou fazer isso respeitando a presença de V. Ex^a. V. Ex^a para mim e para a minha geração foi o “Casal 20” do Brasil. Vou falar desse assunto, porque V. Ex^a puxou e não sabia: 30 anos!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Trinta e seis.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Trinta e seis! Tenho certeza de que se se fizesse uma enquete, Senador Suplicy, o Brasil inteiro torceria para que aquela relação fosse indestrutível. Mas não é disso que aqui vamos tratar.

Outro dia, fomos agredidos, Senador Arthur Virgílio, gratuitamente, por este rapaz que tem um **blog** e eu respondi e dei graças a Deus que V. Ex^a não estivesse em plenário. Quando terminei, chamei o blogueiro, Sr. Favre, de segurança de bailarina do Moulin Rouge, pela maneira como ele se porta no **blog**. V. Ex^a já viu, Senador Arthur Virgílio? Ele com a camisa fechada, uma gola rolê, em uma pose soberana, a dar aula de moral ao Brasil. E hoje está nos jornais acusando a imprensa e defendendo-se de um episódio para o qual, se ele estava envolvido, era como penetra. Eu não trato desse assunto. Eu trato da vida pública.

E o episódio que houve entre a Ministra, se houve ou não, foi de uma Ministra e do exercício da sua função. E aí, meu caro Senador, acho que o Governo tem que ter preocupações com S. Ex^a quando vai a aeroporto, porque já não é o primeiro episódio desagradável.

Agora, longe de mim, ofendê-lo. Longe de mim, pelo apreço, pelo respeito, pela admiração que lhe tenho, de lhe colocar em saia justa. Se alguém lhe criou constrangimento foi o Governo Lula, que botou

a D. Marta, que tem o seu sobrenome, a compartilhar do mesmo governo. E se assim o fez, é porque quer ela, como administradora, submetida aos vexames, aos prazeres e as alegrias que a função pública possa permitir.

De qualquer maneira, para que eu durma tranqüilo, V. Ex^a me desculpe se se sentiu atingido. Eu atingiria V. Ex^a, familiarmente, se fizesse alguma citação na direção de onde o seu coração hoje se abriga, e não com relação a passado.

O que nós tratamos aqui foi de uma questão pública que infelizmente misturou-se a sua vida familiar. Mas é coisa do passado.

De forma que quero dormir tranqüilo, Sr. Presidente, porque não é do meu feitio, não é do meu temperamento e não faria uma maldade dessa com duas pessoas que quero muito bem: V. Ex^a e a Ministra Marta. Lamento apenas o destino ter separado vocês dois. Não é culpa minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Antes de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, eu pediria licença só para ler uma decisão que o Presidente deixou sobre a mesa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Precisamente sobre isso que eu queria me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – De acordo com as indicações recebidas das lideranças partidárias e nos termos dos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e da Resolução nº 2, de 2000 – CN, designo para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização:

Senadores : Kátia Abreu (DEM) e Gilberto Gollner (DEM)

Suplentes: Raimundo Colombo (DEM) e Adelmir Santana (DEM)

Gostaria de alertar que como o prazo se encerrou hoje, pelo § 2º, art. 7º:

Esgotado o prazo referido no **caput**, e não havendo indicação pelos Líderes, as vagas não preenchidas por partido ou bloco parlamentar serão ocupadas pelos parlamentares mais idosos, dentre os de maior número de legislaturas,...

Os outros nomes, além dos indicados pela Liderança, o Senador Presidente Garibaldi Alves indicou.

Do PSDB foram: Alvaro Dias e João Tenório.

SENADORES**TITULARES****SUPLENTE****Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB)**

Kátia Abreu (DEM)	Raimundo Colombo (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	Adelmir Santana (DEM)
Alvaro Dias (PSDB)	João Tenório (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PCdoB/PP/PRB)**

Aloizio Mercadante (PT)	Renato Casagrande (PSB)
Delcídio Amaral (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
César Borges (PR)	Tião Viana (PT)

Maioria (PMDB)

Valter Pereira	Almeida Lima
Neuto De Conto	Gilvam Borges

PTB

Gim Argello	Epitácio Cafeteira
-------------	--------------------

PDT

Osmar Dias	Patrícia Saboya
------------	-----------------

PSOL*

José Nery	(Vago)
-----------	--------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

DEPUTADOS**TITULARES****SUPLENTE****PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB**

Dilceu Sperafico (PP)	Frank Aguiar (PTB)
Eduardo da Fonte (PP)	Lázaro Botelho (PP)
Jaime Martins (PR)	Milton Monti (PR)
José Rocha (PR)	Vilson Covatti (PP)
Luiz Carlos Busato (PTB)	Wellington Fagundes (PR)
Henrique Eduardo Alves (PMDB)	Arnaldo Faria de Sá (PTB)
Inocêncio Oliveira (PR)	José Genoíno (PT)
Simão Sessim (PP)	José Linhares (PP)
Wilson Braga (PMDB)	Nelson Trad (PMDB)
Gerson Peres (PP)	Oswaldo Reis (PMDB)
Paes Landim (PTB)	Jofran Frejat (PR)
Ricardo Izar (PTB)	Aracely de Paula (PR)
José Santana de Vasconcellos (PR)	Nelson Marquezelli (PTB)
Michel Temer (PMDB)	Moacir Micheletto (PMDB)
Max Rosenmann (PMDB)	Adão Pretto (PT)
Mário de Oliveira (PSC)	Fernando Lopes (PMDB)

PSDB/DEM/PPS

Cezar Silvestri (PPS)	Arnaldo Jardim (PPS)
Cláudio Diaz (PSDB)	Ayrton Xerez (DEM)
Fernando de Fabinho (DEM)	Germano Bonow (DEM)

Guilherme Campos (DEM)	Jorge Khoury (DEM)
José Aníbal (PSDB)	Luiz Carlos Setim (DEM)
Marcos Montes (DEM)	Bonifácio de Andrada (PSDB)
Mendonça Prado (DEM)	José Mendonça Bezerra (DEM)
Waldir Neves (PSDB)	Félix Mendonça (DEM)
William Woo (PSDB)	Jutahy Júnior (PSDB)

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Dagoberto (PDT)	Beto Albuquerque (PSB)
Edmilson Valentim (PCdoB)	Chico Lopes (PCdoB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	Julião Amin (PDT)
Sergio Petecão (PMN)	Valadares Filho (PSB)

PV

Edson Duarte (PV)	Roberto Santiago (PV)
-------------------	-----------------------

PHS*

Miguel Martini (PHS)	Felipe Bornier (PHS)
----------------------	----------------------

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Essa é a relação. Foi feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Senador, desculpe, mas V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reconheço a imposição regimental que leva o Presidente Garibaldi Alves a indicar, em lugar da Liderança do PSDB, que, deliberadamente, não fez as indicações, os nomes do PSDB para comporem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Agora, uma coisa é fato: ninguém vai obrigar o PSDB do Senado a participar dessa Comissão de Orçamento tal como ela está funcionando. Ninguém!

Então, o melhor será mesmo, daqui para frente, fazer letra morta dessa indicação. Senão vai acontecer sempre o que acontecerá amanhã: amanhã os Senadores Alvaro Dias e João Tenório estarão renunciando à indicação feita pelo Senador Garibaldi Alves. Se indicar de novo, vamos renunciar de novo.

O que queremos é o fim da Comissão de Orçamento. Queremos que os assuntos temáticos sejam tratados pelas comissões temáticas das duas Casas. E depois...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Arthur Virgílio, só quero esclarecer a V. Ex^a que foi por força do Regimento; não foi vontade minha.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, mas é que vamos ficar o ano inteiro nisso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Está certo. Só para esclarecer: S. Ex^a, então, para não ferir o Regimento, fez a indicação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, mas eu também, para não ferir minha consciência, estou dizendo que, amanhã, estará na Mesa a renúncia dos Senadores. E vai haver de novo outra indicação e de novo outra renúncia, até o momento em que, tal qual certas leis, essa letra do Regimento vai virar letra morta, Sr. Presidente.

Portanto, comunico a V. Ex^a que nosso objetivo é o fim da Comissão de Orçamento. A Comissão temática deve analisar os temas saúde e educação – Comissão de Educação na Câmara, Comissão de Educação no Senado. Depois, como na Constituinte, uma comissão de sistematização, à luz do dia, dá confecção final ao Orçamento da República. Essa é nossa idéia. Fora disso, não há quem nos obrigue. Nós não vamos participar. É uma decisão de Bancada, uma decisão nossa. Não vamos participar. A Bancada da Câmara está meditando se a toma ou não – parece-me que vai tomar a mesma decisão –, mas a nossa já está tomada.

O Presidente Garibaldi Alves Filho disse que estava pensando num projeto de resolução no sentido da proposta do Senador Sérgio Guerra, que é essa que tentei resumir, aqui, agora. Isso nos coloca dentro da nova feitura do Orçamento. Fora disso, vão ter o constrangimento de fazer um Orçamento sem a presença de um grande Partido de Oposição como é o PSDB. Mas cada um que assuma suas responsabilidades! Não faremos parte dessa Comissão do jeito que está montada e está posta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– A comunicação de V. Ex^a está devidamente anotada, e acredito que, sem dúvida, haverá uma solução melhor no Regimento.

Com a palavra o Senador Paulo Paim para encerrar a presente sessão.

Peço desculpas e agradeço a V. Ex^a pela sua paciência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, não precisa, com certeza, V. Ex^a me pedir desculpas. Entendo o momento por que passa o Senado. De fato, o confronto entre Situação e Oposição está acirrado, tanto que a pauta continua totalmente trancada, não havendo entendimento quanto às medidas provisórias. Resulta, Senador Mão Santa, na não aprovação de temas de suma importância para o povo brasileiro, entre eles o fim do fator previdenciário e também o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Senador Mão Santa, eu só espero que ninguém tente dar aquilo que chamo de golpe neste Plenário. Projetos que estão na Mesa não podem ser votados nas Comissões. Senador Mão Santa, V. Ex^a está presidindo os trabalhos neste momento. Tenho certeza de que esta Presidência vai reafirmar, consultando, se necessário, a assessoria, que projetos que estão na Mesa não podem ser votados nas Comissões. (Pausa.)

V. Ex^a me garante que projetos, como requerimentos de urgência, que estão para ser apreciados na Mesa não podem ser votados nas Comissões?

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu acho que todos nós que estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós estamos informados aqui pela Secretaria-Geral que V. Ex^a, como sempre, como eu esperava... Apenas eu tinha de consultar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso me tranquiliza, porque me informaram que a Comissão de Assuntos Econômicos hoje pela manhã teria votado duas audiências públicas relativamente a dois projetos que estão prontos para ser votados pelo Plenário. Então, peço a V. Ex^a que tome o procedimento adequado para anular essas duas votações.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador, eu só queria cumprimentar V. Ex^a por essa sua luta, mas eu queria estar a seu lado vigilante, porque, de vez em quando, entra um requerimento para que uma dada matéria seja reapreciada por uma comissão, e ninguém consulta Regimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso, estou vigilante até esta hora da noite.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Então, tem que estar registrado, com a vigilância completa das Lideranças, que estão com V. Ex^a e que já se manifestaram aqui, inclusive o Presidente. Estamos fazendo com que o aposentado continue a sofrer, haja vista hoje alguns Senadores, em homenagem à Universidade da Bahia, relacionarem o sofrimento daqueles que estão na fila para serem atendidos nos hospitais. E aposentado não tem dinheiro para comprar um comprimido. Peço desculpas a V. Ex^a, mas não podia silenciar. Gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e manter a vigilância para que ninguém faça um requerimento e, repentinamente, numa discussão, aprovado o requerimento, a matéria vá para uma comissão, o que procrastinaria uma decisão séria como essa por que V. Ex^a vem lutando creio que há mais de um ano...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Os dois projetos tramitam desde 2003.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Então, o senhor vê que é profundamente angustiante essa expectativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso, não estou acreditando, Senador Romeu Tuma, como alguém me informou no plenário, que uma comissão teria votado lá requerimento relativo a dois projetos que estão aqui na Mesa. Se estão na Mesa, não podem ser objeto de votação lá.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não desacredite, Senador. Acredite na sua força, na sua confiança e naqueles que o apóiam nesse sentido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu espero que, pela resposta que recebi agora da Presidência... E vamos continuar vigilantes.

Senador Mão Santa, queria neste horário, 20h24min, deixar registrado que apresentei à Mesa requerimento de voto de aplauso à Fundação Assis Chateaubriand e seus patrocinadores, entre eles Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Grupo Associados, Associação Cultural do Arquivo Nacional e o Ministério da Cultura, pela iniciativa de promover o 14º Prêmio Nacional Assis Chateaubriand de Redação – Projeto Memória, com o tema “João Cândido e a luta pelos direitos humanos”.

Neste ano dos 120 anos da abolição não concluída, Sr. Presidente, entendo que a Fundação Chateaubriand merecia nosso voto de aplauso por essa iniciativa, numa homenagem ao famoso herói e almirante João Cândido, pela luta contra as chibatas, a famosa Revolta da Chibata. Parabênizos, assim, Sr. Presidente, a Fundação pelo incentivo à cultura, promovendo o conhecimento de João Cândido Felisberto e colaborando com isso para que a anistia a João Cândido, que o Senado já aprovou por unanimidade e cujo projeto se encontra na Câmara, seja votada neste ano.

João Cândido, Sr. Presidente, gaúcho, filho de escravos, liderou a Revolta da Chibata em 1910, no Rio de Janeiro, pela dignidade humana, em nossa Marinha de Guerra e em nosso País.

Sr. Presidente, a Marinha do Brasil já concordou em conceder anistia pós-morte para João Cândido. Esperamos, pois, que o projeto da então Senadora e atual Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, já aprovado por esta Casa e em tramitação na Câmara, seja aprovado em regime de urgência.

Esperamos que os Líderes partidários da Câmara dos Deputados, Senador Eurípedes, tenham sensibilidade e coloquem o projeto na pauta de votação do Plenário, para que o Presidente Lula possa sancionar essa matéria ainda no mês de maio.

João Cândido foi imortalizado como o Almirante Negro, principalmente a partir da canção *Mestre Sala dos Mares*, de autoria de Aldir Blanc e João Bosco. Não vou aqui repetir a canção, Sr. Presidente, mas ela fala que

Há muito tempo, nas águas da Guanabara
o dragão do mar apareceu
na figura de um bravo marinheiro
a quem a história não esqueceu.
Conhecido como Almirante Negro,
tinha a dignidade de um mestre-sala.

E aqui a canção diz, Sr. Presidente, que a única homenagem que restou neste País para João Cândido “foram as pedras pisadas do cais”.

Peço que V. Ex^a considere este pronunciamento lido na íntegra, Sr. Presidente, numa homenagem a João Cândido.

Quero dizer, por uma questão de justiça, Senador Eurípedes, que estive com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo, que se comprometeu conosco a dialogar com o Colégio de Líderes e, com a pauta desobstruída, votar a anistia a João Cândido.

Sr. Presidente, quero também, neste dia, elogiar aqui uma iniciativa do BNDES. O BNDES, no que diz respeito à concessão de benefícios, Senador Salgado, em resposta a uma demanda do movimento social, passa a adotar um contrato de financiamento que leva em consideração os antecedentes dos solicitantes dos empréstimos.

A partir de agora, para a obtenção de crédito ou capital, vão ser levados em consideração os seguintes itens: antecedentes ligados ao trabalho infantil – quem quiser empréstimo junto ao BNDES não pode ter cometido nenhum crime contra a nossa infância –, ao trabalho escravo e à discriminação de gênero e raça.

As cláusulas também serão consideradas durante a execução do contrato. A instituição prevê o rompimento do contrato caso sejam comprovadas situações de trabalho escravo, infantil ou qualquer tipo de discriminação.

A iniciativa, Sr. Presidente, merece destaque, pois é a primeira vez que um banco público, de grande porte – como foi dito aqui, um dos maiores do mundo no aspecto social –, incorpora cláusulas sociais que abarcam três dos quatro Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, tal como determina a OIT.

O BNDES, com isso, mostra-se preocupado com questões de responsabilidade social e trabalho decente dentro do mercado financeiro. A ação, segundo a OIT, que elogiou esse gesto do BNDES, é eficaz para promover o trabalho decente. Isso pelo fato, Sr. Presidente, de que os contratos das instituições financeiras

ras, bem como sua clientela, envolvem uma série de setores sociais e produtivos da sociedade.

Que essa ação sirva de exemplo para outras instituições. Quero aqui, a propósito, elogiar o Presidente Coutinho, porque assim caminhamos, cada vez mais, em direção a um mundo melhor para todos, e a responsabilidade social, efetivamente, passa a ser cumprida por todos.

Por último, Sr. Presidente, quero fazer uma homenagem aqui aos 236 anos da cidade de Porto Alegre.

É com muita alegria que venho à tribuna no dia de hoje prestar uma homenagem aos 236 anos de Porto Alegre, a capital de todos os gaúchos, a capital do meu querido Rio Grande.

Os eventos da semana de comemoração ao aniversário da nossa querida e bonita capital gaúcha são inúmeros. Porto Alegre, certamente, é uma alegria para o povo do Rio Grande e, naturalmente, para o nosso País.

A nossa capital, que sempre esteve no centro de grandes acontecimentos políticos e sociais, é terra de um povo guerreiro cuja história registra sua coragem frente às adversidades e sua luta por seus ideais. Porto Alegre é respeitada em todo o País pela construção, por exemplo, do Orçamento Participativo, pelo Primeiro Fórum Social Mundial, implantado ainda pelo Governo de Olívio Dutra e Miguel Rosseto. Porto Alegre buscou aprofundar a relação da Prefeitura com a cidadania, fazendo da participação popular prioridade para o fortalecimento da própria democracia.

Nós temos marcos históricos incríveis na nossa capital Porto Alegre, belezas ímpares. Lembraria aqui a Praça da Matriz, a Santa Casa de Misericórdia, marco da Medicina do Estado, e a própria Biblioteca pública. Lembro, com carinho, minha querida Praça da Alfândega, Senador Salgado, onde participei de muitas passeatas, onde fiz muitos discursos. A Praça da Alfândega me faz lembrar que, em plena ditadura, eu saí de Canoas, com cerca de vinte mil trabalhadores, percorremos em torno de trinta quilômetros e fizemos um pronunciamento em frente à Praça da Alfândega e, em seguida, em frente ao Palácio Piratini.

Lembro aqui o próprio Palácio Piratini, o Museu de Artes do Rio Grande do Sul, o prédio antigo dos Correios, o Museu Júlio de Castilhos, a Casa de Cultura do grande Mário Quintana, o Theatro São Pedro e tantas outras obras notáveis. Lembro que, em Porto Alegre, nós temos o monumento dos Lanceiros Negros e também o monumento ao Almirante Negro João Cândido.

Falar de Porto Alegre é falar de uma gente, podem ter certeza, acolhedora, aguerrida, que não teme o trabalho e que sabe valorizar a cultura, o lazer e a

vida; uma gente que gosta de fazer o bom combate e, por que não dizer, que gosta de fazer o bom debate, o debate da democracia, da liberdade e da justiça.

Recomendo passear nas ruas de Porto Alegre, no calçadão de Ipanema, visitar o Mercado Público – no Mercado Público Central, aliás, nesta sexta-feira, Senador Eurípedes, eu vou almoçar com a nossa candidata na Capital, a Deputada Maria do Rosário, junto com o Deputado Villaverde, com o presidente do partido em Porto Alegre e também com o presidente estadual do partido, Olívio Dutra.

O Brique da Redenção, Senador Mão Santa, é o espaço mais democrático que eu conheço. Ele é um símbolo da democracia. Lá, todos os partidos se encontram, lá todos fazem passeata, lá todos fazem pronunciamentos, lá todos se encontram e fazem o debate mesmo na divergência. Deixo aqui, portanto, um abraço carinhoso neste dia ao Brique da Redenção.

Passear pelo Jardim Botânico ou viver e relembrar a boemia da década de 50 no Bairro Cidade Baixa, Senador Mão Santa, são prazeres difíceis de descrever.

E como não mencionar o meu querido Guaíba, um lago magnífico de 547 quilômetros quadrados, que é dono do pôr do sol mais lindo que já vi? Adoro o pôr do sol de Brasília e confesso que gosto ao povo de Brasília, mas tenho um carinho diferenciado pelo pôr do sol do Guaíba. Ele é tão bonito que é difícil, com palavras, dar uma idéia dessa beleza a quem nos está assistindo. Aconselho a quem for ao Rio Grande, mais precisamente a Porto Alegre, que não deixe de assistir ao pôr do sol do Guaíba. O Guaíba é formado pelos rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí, que desembocam no delta do Jacuí. Ele banha os municípios de Porto Alegre, Eldorado do Sul, Guaíba, Barra do Ribeiro e Viamão. A partir do Guaíba, as águas vão para a famosa Lagoa dos Patos e, então, como diz uma canção, por consequência, todas as águas dos rios contornam as montanhas e vão se encontrar nos mares e nos oceanos – no caso, vão para o Oceano Atlântico.

O nome Guaíba, de origem indígena, significa “lugar onde o rio se alarga”. É na orla do Guaíba que podemos ver o Cais do Porto, a Usina do Gasômetro, hoje transformada num lugar turístico muito bonito. Preciso mencionar também a avenida Beira-Rio, que é muito utilizada na prática de esportes. Há muitos outros locais que dão ainda mais graça ao nosso grande lago, ao gigante lago chamado Guaíba.

A avenida Beira-Rio, nos fins de semana, a exemplo do Eixão daqui, é fechada para que os pedestres possam fazer seus exercícios, suas caminhadas. É um belíssimo espaço.

Sr. Presidente, quero dizer também que recebi documento hoje da Aliança Solidária pela Cidadania,

Vida e Liberdade, uma entidade sem fins lucrativos, sediada em Porto Alegre, sobre o projeto VivaGuaíba, que eles criaram em parceria com o programa Escola Aberta.

Esse projeto é voltado para a preservação da qualidade de vida na região metropolitana de Porto Alegre e faz parte dos eventos comemorativos da Semana de Aniversário dos 236 anos de Porto Alegre, que acontece agora, de 22 a 30 de março de 2008.

Eu já disse aqui em outro momento, repito hoje, que faço aniversário no dia 15, mas é no dia 30 que haverá um grande evento em Canoas, na Ulbra, para discutirmos este momento bonito da democracia e, ao mesmo tempo, festejar, homenagear todos os aniversariantes do mês de março, e Porto Alegre aí está contemplada.

O objetivo que buscam alcançar com esse movimento, para o qual dou meu total apoio, é o de transformar o Lago Guaíba, Senador Mão Santa, em área de proteção ambiental, o que é corretíssimo. Tem de haver um movimento de proteção ambiental de todas as águas não só do Brasil, mas do planeta. Eles estão tentando aumentar o nível de consciência da população e sensibilizar o poder público para a aprovação do projeto.

Estivemos com eles, Senador Eurípedes, em uma audiência com a Ministra Marina Silva para tratar da questão, e S. Ex^a disse que, se depender dela, dará toda a atenção para que o projeto se torne realidade. E já está sendo estudada a possibilidade de decretar, inclusive, o Lago Guaíba como área de proteção ambiental integral junto aos morros de Porto Alegre.

Sr. Presidente, a Ascivil, juntamente com outras instituições, vem fazendo um belíssimo trabalho, incansável, em defesa do VivaGuaíba. E me incluo no fraterno e simbólico abraço que foi dado, ainda neste mês de março, no Lago Guaíba.

Espero, sinceramente, que o projeto alcance sucesso, pois a preservação da água é essencial, como já dizia antes, para todo o planeta. Não podemos mais deixar o assunto para amanhã. As atitudes em defesa da água têm de ser tomadas agora.

Neste momento, quero cumprimentar a Agência Nacional de Águas (ANA), Senador Wellington Salgado, Senador Eurípedes, Senador Mão Santa, porque eu havia aprovado aqui no Senado, num certo momento, R\$30 milhões para a recuperação da bacia do Rio dos Sinos, mas, por motivos que não conseguimos explicar, o dinheiro acabou não indo para o Guaíba, mas, sim, para a ANA, que dizia que não poderia destinar os R\$30 milhões, especificamente, para a bacia do rio Guaíba.

Então, por que estou cumprimentando todos os dirigentes da ANA? Porque eles sentaram conosco e

disseram que eu não ficasse tão assustado, tão preocupado ou tão revoltado, pois iriam trabalhar para que, entre o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e aquilo que a ANA destinaria para o Rio dos Sinos, fossem assegurados mais do que os R\$30 milhões, inclusive atendendo à bacia do rio Guaíba. Hoje, podemos dizer que, com certeza, mais de R\$150 milhões serão destinados para a bacia do Rio dos Sinos e também, naturalmente, para a bacia do rio Guaíba. Além disso, haverá investimentos em setores relacionados às águas em outras regiões do Estado.

Portanto, meus cumprimentos à ANA pela palavra empenhada. Como é bom podermos vir aqui e dizer que a palavra empenhada foi cumprida, principalmente quando é em defesa do meio ambiente, pois estamos falando da vida de todo o planeta, estamos falando da vida de todos nós!

Enfim, Sr. Presidente, Porto Alegre merece meus parabéns. O Brasil merece que preservemos o meio ambiente e a natureza, embora o enfoque dado tenha sido muito forte na questão da água.

Mas ainda gostaria de dizer: minha querida Porto Alegre, receba meu abraço; minha querida Porto Alegre, receba minha admiração, que é de hoje e de sempre. Tenha a certeza de que minha admiração vai aumentar cada vez mais por todo o povo gaúcho. E aqui vai minha homenagem específica ao povo de Porto Alegre.

Diria, para concluir: Porto Alegre querida, você é um acalento para nossos corações. Porto Alegre querida, você é pura poesia! São 236 anos de magia! São 236 anos de encantamento! Porto Alegre, você é esplêndida! Porto Alegre, sua beleza é singular! Eu, que nunca me atrevo a cantar, neste meio da noite, às 23h43, se pudesse, diria: parabéns, parabéns, parabéns a você, nesta data querida! Parabéns, Porto Alegre! Você é muito o símbolo também das nossas vidas! Obrigado, povo de Porto Alegre!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de deixar registrado que apresentei requerimento de voto de aplauso à Fundação Assis Chateaubriand e seus patrocinadores – Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Grupo Associados, Associação Cultural do Arquivo Nacional e Ministério da Cultura – pela bela iniciativa de promover o 14º Prêmio Nacional Assis Chateaubriand de Redação – Projeto Memória com o Tema “João Candido e a Luta pelos Direitos Humanos”.

Parabenizo assim a esta Fundação pelo grande incentivo à cultura, promovendo o conhecimento de

João Cândido Felisberto, gaúcho, filho de escravos, que liderou a Revolta da Chibada, em 1910, no Rio de Janeiro, pela dignidade humana em nossa Marinha de Guerra e em nosso País.

Sr. Presidente, a Marinha do Brasil já concordou em conceder anistia pós-morte para João Cândido.

Esperamos que o projeto da então Senadora e atual Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já aprovado por esta Casa e atualmente tramitando na Câmara dos Deputados, seja aprovado em regime de urgência.

Esperamos que os líderes partidários da Câmara tenham sensibilidade e coloquem o projeto na pauta de votação do Plenário, para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione o Projeto no dia 13 de maio (Lei Áurea).

Sr^{as} e Srs. Senadores, João Cândido ficou imortalizado como o “Almirante Negro” na canção Mestre-Sala dos Mares, de autoria de Aldir Blanc e João Bosco.

Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar apareceu
Na figura de um bravo marinheiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como almirante negro
Tinha a dignidade de um mestre-sala
E ao acenar pelo mar, na alegria das
regatas
Foi saudado no porto
Pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mu-
latas
Rubras cascatas
Jorravam das costas dos negros
Entre cantos e chibatas
Inundando o coração
Do pessoal do porão
Que a exemplo do marinheiro gritava,
então:
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias,
Glória à farofa, à cachaça, às baleias,
Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história
Não esqueceram jamais.
Salve o almirante negro
Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a incorporou no seu espírito o gaúcho Érico Veríssimo em *Olhai os Lírios dos Campos* e compôs: “Olhai a nossa querida Porto Alegre”. Porto Alegre não é apenas a capital do Rio Grande do Sul. Porto Alegre é de todos nós. Todos admiramos sua história. Na minha mocidade, um dos momentos de maior emoção na vida política foi quando ela se tornou a capital do Brasil, na cadeia da Guaíba, a Cadeia da Legalidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em plena revolução.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu já sabia, pela História, que a Guerra da Farroupilha foi a precursora da liberdade dos negros e da República. Bento Gonçalves, hoje, é nome de cidade. Quero dizer que Porto Alegre é de todos nós. Quando eu fazia minha residência de médico, no Rio de Janeiro, no HSE, meus melhores amigos eram do Rio Grande do Sul: Jaime Pietra Neves, de Porto Alegre, Léo Gomes, de Dom Pedrito. Naquele tempo, o campeonato brasileiro de futebol só era disputado entre São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e eu ia torcer pelo Grêmio e pelo Internacional, no Maracanã, vendo a pujança da maior riqueza de Porto Alegre.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Gostei da torcida pelo Grêmio e pelo Internacional, pelos dois, sem se esquecer do meu querido Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Orgulhamo-nos no Piauí, porque lá temos o conceito de que somos os gaúchos do Nordeste. Temos os costumes mais ou menos semelhantes. Portanto, queremos nos associar a essa festa de aniversário de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos n^{os} 320, 323 e 325, de 2008**, dos Senadores Marconi Perillo, Geraldo Mesquita Júnior e Efraim Moraes, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o **Requerimento n^o 324, de 2008**, da Senadora Maria do Carmo Alves, lido anteriormente, pelo qual solicita uma licença de 121 dias, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

A Presidência tomará as providências para a convocação do Primeiro Suplente da Senadora Maria

do Carmo Alves, em virtude da aprovação do requerimento lido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como Líder do partido, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Presidente em exercício do Senado da República, Senador Wellington Salgado, cidadãos, pessoas que nos ouvem pela Rádio Senado, que nos assistem pela TV Senado, tão assistida por este País em cada rincão, em cada distrito por onde passamos. Lembro que um dia desses estive no distrito de Burarama, onde reside um ex-amigo de Câmara de Vereadores. E como o povo vê a TV Senado! Isso ocorre no Brasil inteiro.

Seria tão importante que todos voltassem os seus olhos para a fiscalização da ação dos Parlamentares. Certamente a população daria uma contribuição mais significativa, mais efetiva. As pessoas participariam mais e a vida política brasileira tomaria rumos diferentes dos que tem tomado.

Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna nesta noite alegra-me e entristece-me. Alegra-me porque tivemos hoje o privilégio de instalar a CPI da Pedofilia e entristece-me porque o assunto, por si só, é triste.

Falar em pedofilia é a mesma coisa que falar de lágrimas, de noites mal dormidas. Falar de pedofilia é falar de angústia, Senador Wellington, é falar de pessoas que vivem movidas a remédios controlados, Senador Mão Santa, pessoas que precisam de remédio faixa preta para dormir.

Hoje instalamos a CPI da Pedofilia. Fico feliz pelo fato de ter sido escolhido Presidente. O Relator é o Senador Demóstenes Torres e o Vice-Presidente é o Senador Romeu Tuma. O Senador Paulo Paim dela participa, como militante da causa dos direitos humanos.

É preciso que tenhamos a coragem de dar uma resposta à sociedade no enfrentamento dessa questão, porque sofreremos uma grande pressão, visto que pedofilia não é coisa da periferia ou do morro, daquela mãe julgada irresponsável que saiu para fazer faxina na residência de um rico e o marido, bêbado e desempregado, estuprou a filha menor, ou do padrasto que abusou da filha da nova esposa, ou do vizinho, ou do líder religioso.

A pedofilia é uma desgraça que está dentro dos condomínios, é uma desgraça que está nas colunas sociais. Senador Mão Santa, a pedofilia no Brasil veste toga, veste estola. A pedofilia no Brasil tem patente, tem divisa, veste uniforme. A pedofilia no Brasil colo-

ca terno, aparece em coluna social e, infelizmente, a pedofilia no Brasil também tem mandato.

Portanto, é preciso que tenhamos a coragem e o desprendimento de não arregarmos – esse é um termo nordestino, V. Ex^a sabe, Senador Mão Santa – de não entregarmos os pontos, de não afrouxarmos, com as pressões que virão.

Não temos nenhuma intenção de inventar a roda, Senador Wellington Salgado, porque ela já foi inventada. O dono da ação das investigações em curso é o Ministério Público. Veja quanto tempo gastaríamos para pegar uma investigação do zero, uma denúncia, e caminharmos com ela. Muito tempo!

O Ministério Público tem “n” denúncias. Eu tenho mais de 40 comprovadas com fotos, com filmes. Ao longo desses anos em que eu uso esta tribuna, revoltado com tudo isso, detectei-as na CPI do Narcotráfico. Porque esse é o crime mais nojento, mais bárbaro, mais cruel que já vi na minha vida!

Se um sujeito der um tiro de escopeta na cara do outro, o sujeito morre imediatamente. É cruel? É altamente cruel! O sujeito é morto asfixiado. Morreu! É cruel? É cruel, Senador Wellington. Mas um homem de 45 anos estuprar uma criança de nove meses por pura tara sexual, por puro prazer, delícia da sua mente doente e por acreditar em impunidade, Senador Mão Santa...

Não há tipificação do crime de pedofilia no País. É uma dívida nossa. A lei é construída por nós: dívida nossa! A pedofilia não é tipificada no Brasil. Eis o nosso objetivo: tipificar o crime de pedofilia e tipificar com a pena de 30 anos de reclusão. É a proposta nossa, da CPI. E quero ver o bom que virá a este plenário dizer que quer uma pena menor para pedófilo.

Senador Wellington, eu me encontrei um dia desses com um amigo no aeroporto. Ele segurava a mão da esposa que estava grávida e feliz da vida. Ele também estava feliz da vida. O neném já nasceu – ele me falou, feliz da vida, quando nasceu. Esse amigo meu jogou basquete no Botafogo. V. Ex^a se lembra? Imagine.

A gente acompanha a gestação de um filho por nove meses, com todo o carinho do mundo. Quantas cirurgias, quantos partos, quantas cesarianas V. Ex^a já fez, Senador Mão Santa? Quantas crianças tomou pela mão e entregou à mãe, ainda deitada, e ela a trouxe de encontro ao seio para, depois, um desgraçado desse... Uma criança de cinco anos, de seis anos, nove meses! E esses desgraçados estão andando impunes por aí.

Depois de instalada a CPI, a sociedade começou a se encorajar a denunciar. Eu recebi um *e-mail* de um casal de Goiânia que está nos Estados Unidos. Encorajados, eles me dizem o seguinte – o marido e, depois,

a mulher: a mulher tem noites mal dormidas. Ela sua frio. Amanhece cabisbaixa todos os dias. Abandonou tudo em Goiânia e foi para os Estados Unidos para ficar longe e, agora, diz por que: foi abusada aos sete anos e não consegue se recuperar, há uma lesão emocional. E ela diz no seu *e-mail* que ele está impune, andando nas ruas de Goiânia. E posso dar também os nomes das outras meninas.

Mandem a denúncia e os nomes. Receberemos todas as denúncias que chegarão pelo 0800 do Senado da República e as denúncias que chegarão pelo 100 – e o 100 é o número de denúncia de pedofilia. Número 100 para denunciar os sem-vergonhas. E nós as enviaremos aos Ministérios Públicos respectivos, Senador Mão Santa, e aos conselhos tutelares dos Municípios. Aí, veio-me uma idéia que tive na CPI do Narcotráfico.

Qual é a idéia? Oficiar as Assembléias Legislativas do Brasil, todas, para que instalem também, juntamente conosco, agora, uma CPI de Pedofilia. Oficiar todas as Câmaras de Vereadores do Brasil, dos mais de cinco mil Municípios, para que instalem agora uma CPI de Pedofilia. Formaremos um grande anel com os olhos em cima desses pústulas, desde aquele que acha que é anônimo, no menor dos Municípios, àquele engravatado, que tem um grande advogado que conseguiu barrar a investigação ou até mesmo o processo judicial contra ele.

Vamos construir uma legislação e vamos tipificar o crime. Toda a legislação que vamos construir será para ajudar no combate aos crimes cibernéticos, ou seja, os crimes relativos à pedofilia, que hoje é a grande desgraça. A lei brasileira diz que se for encontrado material na casa de um pedófilo, se o computador dele estiver cheio de filmes de pornografia com crianças ainda de tenra idade, fotos, mas se ele não as estiver manuseando, se não for pego em flagrante, ele não pode nem ser preso. Pode? E pode? Nós precisamos mudar isso.

Quando a lei americana detecta um pedófilo, Senador Mão Santa, ele recebe uma pulseira eletrônica, dessas que votamos, e a Câmara também votou, de minha autoria, para monitorar quem está em liberdade condicional, em liberdade assistida, quem recebe indulto. O pedófilo também recebe uma pulseira e a usa até o fim da vida. Até morrer ele fica monitorado. Temos de discutir isso ou não temos? Temos de discutir todos os vieses, não é, Senador Mão Santa? Temos de discutir tudo. Temos de discutir tudo.

Quero, Senador Wellington, parabenizar a revista **Carta Capital** pela capa desse final de semana. Quero parabenizá-la pela matéria; quero parabenizá-la pelo conteúdo da matéria do jornalista Leandro Fortes.

Eu sei que se a mídia resolver fazer uma cruzada conosco, nós conseguiremos, de fato – e vamos conseguir, porque Deus quer –, tipificar esse crime desgraçado e construir uma legislação para desarticularmos, Senador Mão Santa, as quadrilhas de criminosos, nacionais e internacionais, que montaram redes, no Brasil, não para turismo sexual – turismo sexual é outra coisa –, mas para turismo de pedofilia. Tem *sites* que mostram prostituição de garotas de programa. Na verdade, é uma fachada: não são garotas com mais de 20 anos, mas garotos e garotas de sete, oito, dez anos de idade. Há uma rede de turismo de pedofilia no Brasil.

Outra coisa grave denunciada é que, em alguns casos de adoção internacional, em que as crianças acreditam que terão pai e mãe falando inglês, pai e mãe falando francês, elas saem daqui felizes da vida, achando que terão pai, mãe e escola boa e são vendidas para uma rede de pedofilia no exterior. Outras já saem com as córneas vendidas, saem com o rim ou o pulmão vendidos. Saem para morrer lá fora e seus órgãos serem vendidos.

Hoje, há algo na legislação de adoção que não consigo entender. Se há dois irmãos e um vai para a adoção internacional e o outro fica aqui, a lei não permite que façam contato nunca mais, porque são de famílias distintas. Isso tem de acabar! Que história é essa? São irmãos de sangue! Eles precisam se ver, sim! Isso se tornou uma pouca vergonha, aqui no Brasil, e temos de acabar.

Também sou Relator do projeto da adoção, porque sou pai adotivo. Trata-se de um projeto de Senador Marcelo Crivella.

Peço aos Senadores, em nome da família, em nome das crianças, Senador Wellington, que reajamos a esse tipo de coisa, que reajamos a esse tipo de coisa.

Nessa matéria, tenho a história, a mim mandada pelo Ministério Público de Minas Gerais, de uma menina de apenas cinco anos, estuprada por um homem de 64 anos de idade. Ele a convenceu de que ela era uma artista. Comprou um karaokê, colocou na sua casa e levava a menina para cantar. Dava R\$30,00 à menina e a convenceu de que era uma artista, que artista fumava e bebia. Fotografou a criança bebendo, fumando. Depois, as cenas que se seguem são as mais nojentas possíveis, gravadas pelo próprio desgraçado.

Venho à tribuna para dizer que estou feliz pela instalação da CPI, mas triste com todas as coisas de que já tinha conhecimento e com o volume de coisas com as quais passo a ter muito mais conhecimento neste momento. Também quero dizer aos Senadores da CPI que precisamos abrir mão das comissões per-

manentes. Precisamos trabalhar diuturnamente e nos finais de semana, se necessário, para fazer oitivas e mapear o crime em todos os Estados do Brasil, juntamente com o Ministério Público.

A Conamp e o Conselho de Procuradores Federais – já fizemos contato – estarão conosco, disponibilizando o Ministério Público em todo o Brasil, como também o Conselho Nacional de Justiça, a OAB, a Polícia Federal. Amanhã, manteremos contato, numa visita, com o Procurador-Geral da República; em seguida, com o Ministro da Justiça e, depois, com o Superintendente da Polícia Federal. Eu pretendo, de uma forma particular, na próxima semana, visitar o novo Procurador-Geral do meu Estado, Dr. Zardini; o Secretário de Segurança, Dr. Rodney Miranda; e a cúpula da Polícia Civil, que é a Polícia Judiciária de cada Estado, para poder prestar um serviço ao meu Estado de uma forma muito particular.

Nós, uma CPI de sete membros, com cinco suplentes, vamos visitar todos os Estados da Federação, para que possamos trazer para debaixo da luz os homens e as mulheres que vivem cometendo torpezas e, por conta do seu poder de dinheiro, da sua força de dinheiro, da sua força de influência por causa da sua condição social e de onde vivem, têm processos parados, investigações paradas.

O Ministério Público dependerá da ação da CPI como instrumento com poder de justiça e poder de polícia, com poder de quebra de sigilo e com poder de ordenar busca e apreensão, mesmo sem votação do Plenário, do próprio punho do presidente da CPI.

Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Magno Malta, V. Ex^a sempre nessas causas importantíssimas, procurando criminosos que praticam esse tipo de ato que V. Ex^a bem qualificou aqui. Agora, uma CPI que tem V. Ex^a como Presidente, o Senador Romeu Tuma, o xerife, como Vice-Presidente, o Senador Demóstenes Torres, o grande caçador, o Senador Paim, para que sejam protegidos os direitos, e o Senador Almeida Lima, que soube que também está... Tentei fazer parte da CPI, mas eu já estava em duas. O meu partido tem de colocar todos. Não me deixaram entrar, porque tem de atender o partido... Fiquei muito triste, mas vou acompanhar essa CPI.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas acho que tem uma suplência ainda do seu partido.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Vamos tentar, vamos tentar, porque, com certeza, como V. Ex^a diz, vai pegar todo mundo. Esta trinca, então, V. Ex^a, Romeu Tuma e Demóstenes Torres? Hum! Vou lhe dizer que vai ser importante trabalhar com V. Ex^{as}. Vai ser importante. Daí vai sair uma

lei forte. O Senador Demóstenes, que entende muito de legislação, vai praticar junto com V. Ex^a. O Ministério Público, que hoje é a quarta força deste País, não aceita esse tipo de situação – que nós não devemos aceitar de jeito nenhum! Como V. Ex^a bem colocou, não temos lei que possa condenar essas pessoas. Em Uberlândia, vi um exemplo disso, algo que ninguém esperava de um cidadão. De repente, quando se vê, fotos de criança pequena, uma mulher participando. Eu não acreditei quando li a matéria. Eu não acreditei! Eu não podia acreditar no que estava vendo, Senador Magno Malta. Eu não acreditava. Agora, com essa CPI, poderão ir a fundo e tenho certeza de que vai sair uma lei forte, com braçadeira, 30 anos, porque não pode viver numa sociedade alguém desse tipo, que abusa de uma criança, lhe dá bebida e lhe diz que isso é “ser artista”! Isso não pode acontecer, Senador Magno Malta! V. Ex^a vai combater essa questão com firmeza. Inclusive, vou tentar uma vaga de suplente nessa CPI. Quero andar com V. Ex^{as}, estar junto. Tenho a certeza de que vão prender muita gente, de que vão esclarecer muita coisa, de que vão desvendar quadrilhas por todo o Brasil. Vou acompanhar de perto. Caso não consiga a suplência, mesmo assim vou acompanhar os trabalhos, estarei presente. Essa trinca que está aí é a fina flor que irá correr atrás desses bandidos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quero juntar o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. Agradeço-lhe. Sei que V. Ex^a pode acrescentar, porque os Suplentes serão como membros efetivos dessa CPI, pela importância do assunto. V. Ex^a é um homem que tem coragem. Trata-se de uma CPI que sofrerá, certamente, muita pressão. Aliás, quero avisar a muitos filhos de figurões e a muitos figurões que praticam pedofilia que eles vão sentar no banco dos réus. Quero avisar a esses desgraçados que vamos atrás de quem quer que seja, onde houver uma denúncia, uma investigação comprovada pelo Ministério Público. Não cometeremos irresponsabilidades, até porque, como Presidente, sou o magistrado de um processo. Não vamos manchar a honra de ninguém, não vamos jogar a honra de ninguém ao vento, não vamos desmoralizar ninguém. Mas, prestem atenção: “Você, que está aí no sofá, é pedófilo, e está assistindo à *TV Senado*, se prepare!” Qualquer denúncia, venha de onde vier, será recebida pelos respectivos Conselhos Tutelares. É evidente que não poderemos ir ao último Município do Acre, nem ao último Município do Espírito Santo, mas, se a Câmara de Vereadores se juntar ao Conselho Tutelar poderá fazer muito para o seu próprio Município. Essa é a orientação que vamos dar.

Para os casos escabrosos, vamos armar uma vitrine para poder desmascarar esses desgraçados

diante das câmeras, Brasil afora, para que as pessoas possam ver a cara desses pústulas, que riem das lágrimas de mães; esses pústulas que desonram, que criam lesões emocionais por toda uma vida. São maridos desajustados? Ninguém sabe.

Recebi um *e-mail*, de um grupo de psicólogos de uma clínica, dizendo-me que parte de seus clientes são de pessoas que foram abusadas na infância, e que as lesões são tão profundas e os traumas tão grandes que eles, os psicólogos, estão compungidos a incentivarem, eles mesmos, os pacientes a denunciar os seus algozes. Porque conviver com a sombra, na mesma cidade, de alguém que anda impune enquanto o outro carrega um trauma e precisa estar num divã de psicólogo, precisa se sentar na cadeira de um pastor, ou precisa tomar remédio controlado... Alguns se debruçam nos braços de um psiquiatra; outros dão um tiro na cabeça. Mulheres bem casadas, que trazem consigo uma lesão emocional, vez por outra agridem os filhos, atropelam o relacionamento em casa. E o marido é incapaz de entender que todas esses comportamentos vêm – e ele tomou conhecimento – pelo fato de aquela mulher haver sido abusada na escola pelo professor de educação física, abusada na sua mais bela idade. Então, queremos ser a voz dessas pessoas nessa CPI.

Senador Mão Santa, V. Ex^a foi Governador do Piauí, V. Ex^a foi comandante-em-chefe de sua polícia enquanto Governador, V. Ex^a é médico. Portanto, V. Ex^a, assim como o Senador Wellington e eu, deve conhecer casos e mais casos a esse respeito. Também temos amigos íntimos, sofridos, que não conseguem se estabelecer por causa de um desequilíbrio emocional, de uma lesão emocional. Há aqueles que não caem, definitivamente, nos braços do Senhor Jesus para buscarem auxílio espiritual. Esses, na verdade, sofrem, sofrem, sofrem, sofrem...

Por isso, vamos nos dedicar ao trabalho. Amanhã, às 9 horas, teremos uma reunião para definirmos a pauta de convites a todos aqueles que lidam com repressão e com prevenção. Convidaremos as ONGs do Brasil, ONGs muito importantes que militam na causa dos sofridos, abatidos, daqueles que são vilipendiados em suas honras. Também faremos as visitas de que aqui falei, Senador Mão Santa, para “startarmos” o nosso trabalho.

No mais, agradeço ao Brasil. Que Deus nos guarde na nossa cruzada!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Magno Malta, V. Ex^a fez um brilhante pronunciamento e quero dar o testemunho de que acredito que esta CPI vai, sobretudo, dar um bom nome ao Senado da República.

Senador Wellington Salgado, o Senador Magno Malta, quando era Deputado, presidiu uma CPI contra o Crime Organizado.

Não vou, aqui, sem dúvida alguma, descrever a ação de S. Ex^a em todo o País. Mas, no Piauí, especificamente, no que diz respeito ao crime organizado, ele, com a sua obstinação, com o seu estoicismo, ajudou, e muito, nós, que éramos Governador do Estado, a darmos ordem de prisão administrativa para o chefe do crime organizado no Piauí, o Coronel Correia Lima. As dificuldades eram tamanhas que, para se fazer uma prisão administrativa são necessários 30 dias. Inclusive foi necessário a intervenção de um promotor, o bravo Afonso Gil, que está no céu. Somente ele que fez continuar o processo. Afonso Gil Castelo Branco, eleito pelo PCdoB, em reconhecimento da sociedade pela sua bravura e coragem, continuou o processo jurídico, que em 30 dias se encerraria a prisão administrativa. Então, eu, como Governador, tive a colaboração dessa CPI, que lá nos ajudou a identificar o problema. Ainda hoje o Coronel está preso, e o Piauí livrou-se da mais vergonhosa nódoa, que era o crime organizado.

Como diz uma frase bíblica, sem dúvida alguma, sobretudo em sendo V. Ex^a um homem da Bíblia: “Ai daqueles que scandalizavam as criancinhas. É melhor colocarem uma pedra amarrada no pescoço e se lançarem ao fundo do mar”.

Então, V. Ex^a terá a força e inspiração de Jesus e Deus.

Mostrando a nossa sensibilidade e tolerância, cedemos a palavra, para encerrar a sessão, ao Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Ceará, para uma breve homenagem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que estou estimulado a falar sobre três temas que considero importantíssimos.

O primeiro, sobre o programa de segurança pública que vem sendo desenvolvido no Estado do Ceará, lançado pelo Governador Ciro Gomes, que teve o nosso apoio, o apoio da União, através de emenda da Bancada, em 2007. Aliás, já promovemos uma nova emenda para 2008, em que toda a Bancada de Deputados Federais e Senadores, todos unidos, em torno do tema segurança pública, que é gravíssimo. Este é um assunto para o qual estamos prontos para discutir e debater aqui no Senado Federal.

Um segundo tema é sobre o Tibete, a China e as suas regiões autônomas, para que não entremos numa cortina de fumaça, no Brasil, a esse respeito.

A China é um país importante, dirigido pelos comunistas, pelos socialistas. É preciso que as coisas

fiquem muito claras ao darmos opiniões a respeito desses temas.

Nós, que fazemos fronteira com outras nações, a exemplo do Acre, que faz fronteira com a Bolívia; nós, que temos as nações indígenas, que fazem fronteira com outras nações, além de adentrarem outros países, como é o caso da nação Yanomami e outras tribos brasileiras.

É interessante que o Brasil e seus representantes, especialmente no Senado, quando forem opinar sobre as relações das nações, com os vários povos que as formam, com as suas várias etnias, tenham um grande conhecimento sobre o tema que vão abordar.

Um terceiro tema sobre o qual tenho necessidade de falar – estamos no órgão que tem a maior liberdade de expressão, por meio da TV Senado e da TV Câmara, que são TVs públicas –, Sr. Presidente, é a demissão do jornalista Paulo Henrique Amorim. Os defensores da liberdade de expressão sumiram, desapareceram. Fiquei esperando pelos jornais, pelos grandes jornais com seus articulistas, para ver os artigos. Quem faria um artigo em defesa da liberdade de expressão? Silêncio total!

Digo que um comunista no Senado não pode calar-se diante desse fato. Decidi vir à tribuna, para pelo menos mencionar que o jornalista foi demitido. É a primeira demissão sumária em um portal da rede de comunicação internacional, a Internet, por não estar um jornalista em acordo, em linha direta com os proprietários do portal, dizendo e rezando em suas cartilhas. Foi isso que ocorreu.

Depois voltamos a esse tema da liberdade de expressão, para ver como há dois pesos e duas medidas sempre. Nesse caso objetivo, fiquei esperando. “Vou ver na segunda-feira, no sábado, no domingo”. Passou o sábado. Passou o domingo. Passou a segunda-feira. Foi-se a Semana Santa inteira. Chegou a terça-feira, e não vi um artigo dos grandes articulistas da mídia brasileira, esses que são os arautos da defesa da liberdade de expressão. Sumiram, sumiram do mapa brasileiro!

Mas a razão que me traz à tribuna, a mais importante, Sr. Presidente, são os 86 anos do Partido Comunista. O Partido Comunista do Brasil completa hoje 86 anos! Em 1922, na Semana de Arte Moderna, em Niterói, no Rio de Janeiro, nove trabalhadores das áreas profissionais mais organizadas da época resolveram criar o Partido Comunista do Brasil, que, repito, completa hoje 86 anos.

O Partido tem uma história muito rica de luta pela liberdade, pela democracia, pela causa nacional, pela amplitude nas relações políticas. Com todos os setores da sociedade brasileira e com todas as forças

políticas nos relacionamos, embora, muitas vezes, não façamos alianças e estejamos em desacordo político e ideológico. A boa educação política manda que os comunistas se relacionem, que se comuniquem, que possam debater todas as questões com todas as forças políticas e com todas as correntes de opinião que atuam no cenário brasileiro, no âmbito do Município e do Estado, no âmbito nacional.

Então, vivemos muitas experiências ao longo desses anos de existência. Participamos da vida social, nunca deixamos de atuar em nenhum instante. Nos momentos mais difíceis, nas ditaduras mais cruéis, nas maiores perseguições, tivemos grande atuação política. Elegemos grandes bancadas antes de o Partido ser cassado estupidamente. E vou entrar com um processo de anistia política do Senador Luís Carlos Prestes aqui no Senado da República. Já pedi à Assessoria da nossa Bancada na Câmara Federal que proceda da mesma forma naquela Casa.

Precisamos anistiar todos os Parlamentares do Partido Comunista do Brasil que foram cassados por aquele ato absolutamente estúpido, que começou na Justiça, mas que se concluiu no âmbito do Congresso Nacional, com a cassação dos mandatos do Senador Luís Carlos Prestes e dos Deputados Federais do Partido Comunista do Brasil, que, à época, usou a sigla PCB e que tem a mesma... Somos comunistas brasileiros hoje na sigla PCdoB. Há também outros partidos comunistas que atuam no Brasil. Por isso, conto sempre com a soma. Somos da mesma área de atuação política, temos de estar irmanados pelo Brasil, pelo nosso País. É assim que atuamos. Enfrentamos a clandestinidade dura da ditadura militar, a perseguição, a destruição, o desmonte físico, mas nunca das idéias. Essas permanecem. Essas continuam.

Vimos para a redemocratização. Participamos das eleições. Concentramo-nos na atuação parlamentar, nos mandatos de Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador. Começamos a disputar eleições para o Senado. Elegemos um Senador, que aqui está, mas lançamos vários outros, que foram muito bem votados. O Partido Comunista do Brasil, Sr. Presidente, teve a quinta maior votação para o Senado da República. A quinta maior votação foi do Partido Comunista do Brasil nas eleições do ano de 2006; um êxito para o nosso Partido, que estava sempre restrito a uma atuação mais localizada.

Agora, resolvemos dar uma passada mais larga, mais difícil, muito mais difícil. Resolvemos dar esta passada: disputar eleições para governar. Governar cidades e, daqui a pouco, Estados. Temos de entrar nessa disputa; é uma exigência da democracia brasileira. É como se a democracia estivesse dizendo-nos:

o Partido Comunista do Brasil tem de participar das eleições para governar as cidades brasileiras – as capitais, as cidades de médio e pequeno porte – e os Estados. Não se trata só de participar dos governos, como participamos com V. Ex^a. Nós participamos do Governo do Piauí, depois continuamos com o Wellington; participamos da Vice-Prefeitura do Recife; governamos algumas cidades pequenas. Mas resolvemos dar essa passada, que, para nós, é muito ousada. Acho que temos de ser ousados; o Partido Comunista tem de ser ousado e disputar, sim, eleições municipais. E vamos disputar em cidades importantes, com candidatas e candidatos muito fortes. Registro a presença das mulheres nessas disputas.

Vamos disputar, com uma mulher, a cidade do Rio de Janeiro: Jandira Feghali, candidata do PCdoB ao Governo daquela cidade importantíssima. Naquela cidade do Brasil, teremos a presença do Partido Comunista na eleição majoritária para a Prefeitura.

Vamos disputar a cidade de Porto Alegre, com uma candidata. Uma jovem mulher, comunista, vai disputar a eleição municipal, numa concorrência muito difícil. Serão três mulheres disputando, algo muito interessante. Vamos ter lá uma candidata do PCdoB, Manuela D'Ávila, hoje Deputada Federal.

Vamos disputar a eleição para a Prefeitura de Florianópolis com uma mulher, Ângela Albino, Deputada, Parlamentar, Vereadora.

Vamos disputar a eleição em Belo Horizonte. Temos uma candidata para aquela cidade. Jô Moraes, Deputada Federal, candidata à Prefeitura de Belo Horizonte.

Temos uma candidata em Manaus, Vanessa Grazziotin, também Deputada destacada, com grande atuação no Congresso Nacional.

Vamos participar das eleições na capital do Amapá: o Deputado Federal Evandro Milhomen é candidato em Macapá.

Outro Deputado Federal nosso vai disputar a Prefeitura de São Luís do Maranhão.

Vamos disputar a eleição em Teresina, com Osmar Júnior, candidato nosso ali naquela cidade.

Vamos disputar as eleições na capital da Bahia, com outra mulher, negra, militante, Vereadora, combativa, Olívia Santana, que lança sua candidatura importantíssima para o nosso Partido.

Vamos disputar a eleição na capital de Sergipe, Aracaju: Edvaldo Nogueira é o nosso candidato à reeleição. Ele é o sucessor de Marcelo Déda, que era o Prefeito e que foi para o Governo do Estado. Edvaldo Nogueira assumiu a Prefeitura e vem-se destacando na sua atuação. É o nosso candidato para continuar dirigindo aquela bela cidade de Aracaju.

Vamos disputar a eleição em Olinda, onde Luciana Santos, uma mulher brava, destacadíssima, Vereadora e Deputada Estadual, que conquistou a Prefeitura daquela cidade, fazendo um trabalho extraordinário, não vai mais concorrer, mas apoiar um candidato que para nós é uma grande liderança brasileira, um grande quadro do PCdoB. Renildo Calheiros vai disputar a eleição para a Prefeitura de Olinda, pelo PCdoB.

É uma ação nossa que sempre considero. São capitais, cidades destacadas em que vamos disputar as eleições. Não é uma tarefa fácil para os comunistas, mas é uma necessidade para consolidar a democracia brasileira, uma exigência do povo brasileiro. O PCdoB tem de disputar as eleições majoritárias.

No Brasil, são os partidos que disputam pelo poder. E poder, no Brasil, está relacionado com eleição de governos: governos estaduais, governos municipais, Presidência da República. Portanto, nós do PCdoB resolvemos entrar nessa disputa. Vamos participar. Não é fácil não, porque há o leque dos nossos aliados, que nós sempre apoiamos. Eles são os primeiros a olhar para o PCdoB e dizer: “Puxa vida, o PCdoB sempre nos apoiou e agora quer disputar?” É verdade. Agora o PCdoB quer disputar e espera a solidariedade desses nossos irmãos que nós sempre apoiamos nesses lugares todos, os nossos parceiros, especialmente esses com quem sempre trabalhamos: o PT, o PSB, o PDT, o PMDB, com quem sempre tivemos grandes relações; outros partidos, como o PV, PMN, PPS em alguns lugares, são da nossa relação política ampla, aberta, dos comunistas brasileiros. Mas isso não é simples, não, porque se entrou na seara da disputa majoritária.

Considero esse um passo alargado, ousado, importante para consolidar o PCdoB, consolidar a democracia brasileira.

Acho que o aniversário do PCdoB, esses 86 anos, tem essa qualidade. O PCdoB está numa nova estatura. Ele resolveu enfrentar a disputa pelo governo, que tem o significado de poder no Brasil. Disputa pelo poder quem disputa esses cargos.

Considero, portanto, esse um fato importantíssimo na história política do PCdoB, e tenho a convicção de que será importante para a história política e para a democracia brasileira.

Por último, Senador Mão Santa, gostaria de agradecer às milhares de pessoas e também aos Senadores da República que ajudaram o PCdoB. Lançamos uma campanha no ano de 2007, passamos o ano inteiro nessa campanha, para comprar o edifício da sede do nosso partido no Estado de São Paulo, onde instalaremos uma sede nacional. E tivemos êxito nesse empreendimento.

Aqui, entre os Senadores, fizemos um jantar em Brasília. Os Senadores foram convidados e compareceram. Agradeço aos meus colegas Senadores de todos os partidos. Não houve qualquer distinção, de nenhum partido. Todos foram convidados e todos nos ajudaram. Na Câmara Federal, os Deputados Federais, nas assembleias legislativas, nas nossas relações com os vereadores, principalmente nas capitais, todos, enfim, buscaram dar a sua contribuição, às vezes, pequena – R\$50,00 de um, R\$100,00 de outro; de outros cobramos um pouco mais, R\$500,00; de alguns cobramos R\$1.000,00, porque sabíamos que podiam mais. E o resultado final é que conseguimos arrecadar os recursos suficientes para termos uma sede para o nosso partido no Estado de São Paulo, que iremos inaugurar brevemente. E vamos convidar a todos os Senadores, Deputados Federais, amigos nossos no Congresso Nacional, com quem temos relação.

Por isso, eu queria registrar o aniversário do PCdoB com essa passada ousada para consolidar ainda mais, com a sua participação na disputa de governos estaduais, a democracia, que lutamos para ter. Vamos amadurecer mais essa democracia e consolidá-la com a presença do PCdoB nas prefeituras, e, quem sabe, no ano de 2010, também nos governos estaduais.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, com quem sempre tivemos ótima relação, não só aqui no Parlamento, mas, sobretudo, no governo do Estado do Piauí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós que estamos na Presidência dos trabalhos queremos nos associar às homenagens a mais esse aniversário do PCdoB, que enriquece e fortalece a nossa democracia.

Quero dar o testemunho de que, tendo vencido por duas vezes o pleito para o governo do Estado do Piauí, tive o apoio do PCdoB. Na primeira vez, entreguei a secretaria de cultura àquele bravo líder político que fez uma bela campanha para Deputado Federal e que ficou de suplente. Ele nos auxiliou muito como secretário de cultura com a sua competência, de tal maneira que o escolhemos para ser nosso vice-governador do Estado do Piauí. Então, fui o primeiro a entregar um governo de Estado ao PCdoB do Piauí.

Daí estar no hino do Piauí:
Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!
(...)
O primeiro que luta é o Piauí.

Então, fomos nós os primeiros a abrir um governo de Estado e entregá-lo a um líder do PCdoB, que hoje é Deputado Federal. V. Ex^a acaba de anunciá-lo como candidato a prefeito da cidade de Teresina.

A minha admiração é tão grande que quero afirmar nos quadros do PCdoB há um dos políticos de perspectivas invejáveis. Ele é político, intelectual, artista, o maior humorista do Brasil: João Cláudio Moreno. V. Ex^a, então, poderia até fazer essa festa nacional e levar o João Cláudio Moreno, o melhor artista humorista dos dias de hoje, que é do Piauí.

Receba, então, os nossos cumprimentos e os votos de felicidade ao PCdoB que engrandece a nossa democracia.

A TV Senado é tão atuante que acabamos de receber um *e-mail* de um grande jornalista, atuante, Tomaz Teixeira. Ele foi Deputado e diz o seguinte: “Wellington Dias não luta pela nova fábrica da Toyota no Piauí.”

Ele viu que eu estava na Presidência e já mandou o Zezinho aqui, que já me entregou. O negócio funciona rápido.

Diz o jornalista Tomaz Teixeira:

A imprensa nacional está anunciando a chegada de mais uma fábrica da Toyota no Brasil. Governadores do Rio, Minas, Bahia, Paraná e outros estados estão na disputa do grande empreendimento. Lamentavelmente não se ouve falar que o governador do Piauí tenha feito algum apelo ao Presidente Lula para que a fábrica seja direcionada para se instalar no Estado do Piauí.

A omissão do Governador em não lutar pela fábrica da Toyota, que será inaugurada brevemente no Brasil, mais uma vez, deixa transparecer que o Presidente Lula não confia na sua administração. Enquanto o Governador do Piauí não se mexe para conseguir tal empreendimento para o nosso estado, o governador Jaques Wagner da Bahia, que tem sido mais prestigiado do que o do Piauí, luta com unhas e dentes para levar a fábrica da Toyota para a Bahia.

Termina o jornalista Tomaz Teixeira: “É uma pena, os japoneses estão chegando com mais uma fábrica da Toyota em nosso país, e, mais uma vez, o Piauí estará fora da disputa por falta de interesse do nosso governador”.

Lamenta e diz que isso é uma lástima.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Marconi Perillo enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no

art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao assomar a esta tribuna, não poderíamos deixar de saudar os ilustres bibliotecários do Brasil e, em especial, os bibliotecários do Senado e do Congresso Nacional pelo transcurso de seu dia comemorativo, que contará com excelente programação durante toda a semana.

Entendemos fundamentalmente ressaltar que, para nós, o Brasil só alcançará progresso verdadeiro e duradouro quando pudemos ver em cada município, por mais longínquo e distante que seja, a biblioteca pública ou municipal como um dos mais importantes, senão o mais importante edifício da cidade.

As bibliotecas públicas até hoje não receberam a devida atenção por parte dos Governos, como mola propulsora e difusora do conhecimento e da cultura. A Biblioteca, pelo próprio caráter dessa instituição é a casa e o abrigo do saber, onde nossos jovens devem encontrar as chaves para o progresso e o desenvolvimento das potencialidades de cada um.

Mas a biblioteca que desejamos construir, Senhor Presidente, não seria apenas um edifício de linhas belas, símbolo maior da democracia do conhecimento. A biblioteca que sonhamos em erigir, Senhoras e Senhores Senadores, é tecnológica e digital, ligada aos principais acervos e museus nos quatro cantos do mundo.

A biblioteca que buscamos permitiria a qualquer adulto, jovem ou criança entrar, sem qualquer ônus, no maravilhoso mundo da internet e do conhecimento eletrônico, pela mão dessa valorosa classe dos bibliotecários, a quem prestamos nossa sincera homenagem no dia de hoje.

Pensemos nisso; construir o Brasil de um tempo novo significaria assentar como um dos primeiros tijolos dessa grandiosa obra uma biblioteca ampla, importante e pública, com centenas, milhares de livros. Isso tudo para levar nossa gente ao maravilhoso mundo da ciência e da cultura.

Parabéns, Bibliotecários!

Vocês são peça fundamental para erguermos um Brasil forte!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de trezentos e cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 1º.12.2007)

Prazo final (prorrogado): 27.3.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 400, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 400, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.12.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.4.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que *altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
10.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 24.4.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
23.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
9.3.2008)

Prazo final: 23.3.2008

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; -2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo

como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, *que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, *que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, -1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; - 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, *que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

- 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

- 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

- 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, *que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, *que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

17**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

18**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

19**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

20**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

21**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de*

assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003,

na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

38**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023*.

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

39**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

40**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com o

projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral,

que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

41**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

42**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007
– COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

43**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de*

qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

51

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à*

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

52

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam

53

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

54

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

55

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

56

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

57

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

58

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

59

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

60

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.*

61

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

62

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

63

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

64

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

65

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, *solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.*

66

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, *solicitando, a dispensa de oparecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.*

67

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por servarem sobre a mesma matéria.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 38 minutos.)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL****SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO****25-3-2008****Terça****10h Reunião da Comissão de Educação**

Tema: A Reforma Educacional na Espanha e no Brasil

Abertura: Presidente do Senado Federal

Convite: Senador Cristovam Buarque, com a presença do Ministro Fernando Haddad, da Educação.

Local: Ala Alexandre Costa, sala 15

11h30 Visita do Ministro Gilmar Mendes – Supremo Tribunal Federal

Gabinete da Presidência do Senado Federal (Dr. Florian)/ Contato: Isabel 3217-4185

12h30 Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2008

Presidente da CNI, Armando Monteiro Neto

Edif. Roberto Simonsen, SBN Qd. 1, Bl. C, Salão de Eventos

14h Sessão Solene em Comemoração ao transcurso do Bicentenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Plenário do Senado Federal

14h30 Reunião de Líderes do Senado Federal (a confirmar)

Gabinete da Presidência do Senado Federal

15h Visita do Presidente do Senado Boliviano, Oscar Ortiz

Gabinete do Presidente do Senado Federal/
(Embaixador Pedro Bretas)

16h Ordem do dia – Sessão Deliberativa do Senado Federal

Plenário do Senado Federal

18h30 Visita do Ministro José Gomes Temporão, do Ministério da Saúde

Gabinete da Presidência do Senado Federal
– (Emília Leonardo)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 005, de 2008

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

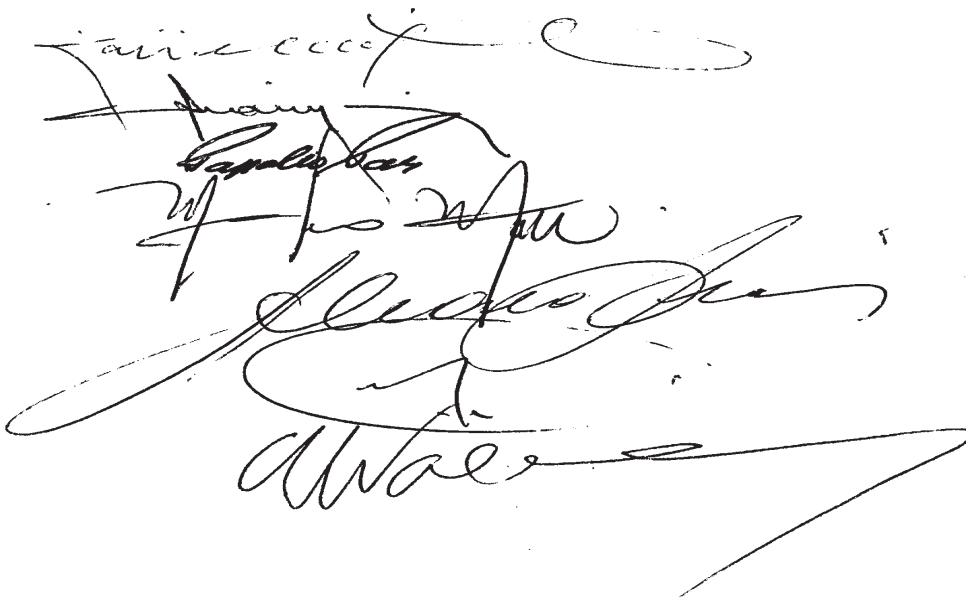
Art. 1º. Fica a Advocacia do Senado legitimada a representar em juízo senadores, ex-senadores, diretores e ex-diretores, na defesa de atos praticados no exercício da respectiva função, desde que haja expressa manifestação do interessado nesse sentido e o encaminhamento da citação, intimação ou notificação recebida, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado de seu recebimento.

Art. 2º. À Advocacia do Senado compete a elaboração de resposta a requisições e requerimentos de informações dirigidos a órgãos do Senado Federal, observado o que dispõe o Ato da Comissão Diretora nº 20, de 2004.

Art. 3º. Os órgãos do Senado Federal encaminharão à Advocacia do Senado todos os documentos necessários ao cumprimento deste Ato, no prazo que lhes for deferido.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de março de 2008.

The image shows several handwritten signatures in black ink, overlapping each other. The signatures are written in a cursive, flowing style. The names are not legible due to the handwriting and overlap. The signatures are positioned below the text of the act, indicating the approval and signing of the document by the members of the Commission Directors.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 539, DE 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000287/08-3, **RESOLVE** aposentar, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, o servidor **EDUARDO MAGALHÃES DE LACERDA**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, nos termos do Artigo 3º da emenda Constitucional 47/2005 e do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 25 de março de 2008.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATAS DE COMISSÃO (*)

11ª, 12ª, 13ª, e 14ª reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201, de 2007, destinada a apurar a liberação de recursos, pelo Governo Federal, para Organizações Não Governamentais – ONG, realizadas em 27 de fevereiro, 4, 5 e 11 de março de 2008, respectivamente.

(*) Publicadas em suplemento à presente edição

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.

3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).

4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).

5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.

6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.

7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.

8. O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).

9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.

10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 7 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado, com a duração de 120 dias.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 04/03/2008

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmiir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Exedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽³⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽⁴⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Silhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.

8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

² Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 218 PÁGINAS